



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Michele Escoura Bueno

Fazer festa é uma guerra.

Relações entre vestidos, noivas, anfitriões e convidados na
organização de casamentos.

CAMPINAS
2019

MICHELE ESCOURA BUENO

FAZER FESTA É UMA GUERRA.
RELAÇÕES ENTRE VESTIDOS, NOIVAS, ANFITRIÕES E CONVIDADOS
NA ORGANIZAÇÃO DE CASAMENTOS

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: PROFA. DRA. ISADORA LINS FRANÇA

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA MICHELE ESCOURA BUENO, E ORIENTADA PELA PROFESSORA DOUTORA ISADORA LINS FRANÇA.

CAMPINAS
2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Es19f Escoura, Michele, 1986-
Fazer festa é uma guerra. Relações entre vestidos, noivas, anfitriões e convidados na organização de casamentos / Michele Escoura Bueno. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Isadora Lins França.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Casamento. 2. Conflito Social. 3. Parentesco. 4. Diferenciação (Sociologia). 5. Consumo (Economia). I. França, Isadora Lins, 1978-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Throwing a party is a war. Relations among brides, gowns, hosts, and guests in the planning of weddings

Palavras-chave em inglês:

Wedding

Social Conflict

Kinship

Differentiation (Sociology)

Consumption (Economy)

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutora em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Isadora Lins França [Orientador]

Maria Filomena Gregori

Regina Facchini

Ana Claudia Duarte Rocha Marques

Heloisa Buarque de Almeida

Data de defesa: 28-03-2019

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <http://orcid.org/0000-0002-8822-2032>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3126701924384242>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelas Professoras Doutoras a seguir descritas, em sessão pública realizada em 28 de março de 2019, considerou a candidata Michele Escoura Bueno aprovada.

Profa. Dra. Isadora Lins França
Profa. Dra. Ana Claudia Duarte Rocha Marques
Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida
Profa. Dra. Maria Filomena Gregori
Profa. Dra. Regina Facchini

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Teses e na Secretaria do Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

pra Mel,
por eu ter sido uma péssima irmã da noiva.

Agradecimentos

Demorou até que eu percebesse o quanto meu investimento íntimo na produção da tese estava próximo daquele feito por minhas interlocutoras na organização de seus casamentos. Assim como se casar, fazer um doutorado exige anos de engajamento, “dias e noites trabalhando”, controle de expectativas, sacrifícios financeiros, embates dolorosos, escolhas decisivas e algumas doses de frustração. Tal como na preparação de um evento tão esperado como um casamento, escrever um texto de fôlego pressupõe criar um espaço temporal adensado pela intensidade e suspenso da vida cotidiana. É a produção intencional de um marco na trajetória pessoal, mas que só se realiza depois de muitas outras pessoas e relações serem mobilizadas e envolvidas. E terminar uma tese, assim como casar, é ter a sensação de invariavelmente estar em festa, e também em dívida.

Em primeiro lugar devo profundos agradecimentos às interlocutoras e aos interlocutores dessa tese, que generosamente abriram para mim a possibilidade de acompanhar momentos tão excepcionais e delicados. Aqui, não registro nenhum dos nomes pessoais para não interferir no anonimato do texto, mas gostaria de deixar explícita minha gratidão pelas tantas vezes que fui abrigada em lojas, casas, almoços de família, festas de final de ano e, claro, casamentos, numa intimidade que corresponde ao desejo que tenho de mantê-las/os sempre por perto. A responsabilidade dos possíveis erros dessa tese é completamente minha. Mas espero que as criações textuais que fiz a partir de suas histórias também possam ser motivo de deleite para vocês.

Por regra, devo dizer que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Mas ainda acrescento o agradecimento àqueles que, dentro da CAPES e num cenário de fragilidade das políticas educacionais e de precarização das condições de trabalho de investigadores, têm conseguido defender o insubstituível financiamento público para a produção de pesquisas nacionais.

Institucionalmente, agradeço também todo o apoio do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, o amparo de Beatriz Tiemi Suyama nas questões administrativas e o acolhimento da pesquisa na linha de estudos de gênero. Uma década depois de entrar na universidade, estar no corredor do Núcleo Pagu e me sentir pertencente

foi de longe a realização de um dos meus maiores sonhos. É difícil encontrar palavras para agradecer os momentos de trocas, abraços e aprendizados que vivi entre quem sempre identifiquei como personagens centrais da história do pensamento feminista brasileiro.

Em Campinas, devo especial agradecimento à Isadora Lins França, que me recebeu com os braços abertos e me transformou em sua primeira orientanda “solo” de doutorado. Há exatamente 10 anos atrás, foi ela a debatedora de um texto meu no Graduação em Campo (USP). Eu estava em pânico, era uma das primeiras vezes que uma análise minha sobre a iniciação científica seria colocada à prova. Mas desde aquele dia agradei a tremenda sorte que foi me deparar com a delicadeza, o comprometimento e a generosidade da Isadora em meu caminho. A essa orientadora sempre tão prestativa, disponível e engajada, faltam-me termos para o devido agradecimento. Isa é de brilhantismo e astúcia inigualável, sou muito grata por ela ter permitido que eu estivesse entre os seus, e espero fazer justiça à sua assinatura nesse trabalho.

Ao lado de Isa, devo reconhecer a especial participação de Regina Facchini no desenvolvimento desse projeto. À Rê agradeço por toda a generosidade em meu processo de formação, desde a participação na qualificação do mestrado, na banca de seleção do doutorado, passando pelos encontros no Seminário de Tese até os tantos cafezinhos na Letras. Em cada ocasião, seu rigor analítico e seu tino à pesquisa sempre se converteram em sugestões preciosas e que, nessa investigação, foram fundamentais para me inspirar na redefinição de recortes e perguntas. A ela, agradeço ainda ter aceitado participar da banca de defesa da tese e, muito especialmente, pelo potente espaço de diálogo fundado com Isadora no grupo de colaboradoras/es e orientandas/os. De lá, agradeço especialmente o momento de discussão do meu projeto e o espírito de parceria de Alexandre Oviedo, Bruno Puccinelli, Bruno Ribeiro, Eros Guimarães, Íris do Carmo, Jadir Marques, Marcelo Perilo, Mayana Nunes, Natalia Negretti, Roberto Efrem Filho, Rubens Mascarenhas Neto, Sarah Machado, Stephanie Lima, Thiago Falcão e Vinícius Zanolli.

Serão sempre memoráveis também os momentos que passei com a turma de ingressantes 2015. Escolar do jeito que sou, lamentei por não ter tido outros tantos anos de disciplinas obrigatórias ao lado do Alê Oviedo, Bianca Briguglio, Catarina Trindade, Camila Freitas, Juliana Souza, Jullyane Ribeiro, Lucia Anderson da Silva, Patrícia Lemos, Pedro Queiroz, Thais Lapa, Thales Vilela Lelo e Vinicius Zanolli. Bem como lamento de saudades os encontros

campineiros com meu querido Igor Scaramuzzi, e os quilômetros de carona e parceria com os sempre afetuosos Ian Packer e Gustavo Cavarzan.

Dos períodos de aulas, agradeço também as discussões e contribuições dos cursos oferecidos pelos professores José Maurício Arruti e Adriana Piscitelli, e especialmente o debate de Bibia Gregori sobre o meu trabalho no seminário da área de gênero. Bibia, como já deve saber, é sempre fonte de inspiração e eu agradeço imensamente sua generosidade em sempre atender os (recorrentes) convites para participação em qualificações e bancas ao longo da minha trajetória acadêmica.

E falando em permanências, à Heloisa Buarque de Almeida, devo muita gratidão por estar ao meu lado sempre, e incondicionalmente, desde quando eu ainda mal deixara de ser adolescente no interior de São Paulo. Por Helô, minha primeira orientadora e para sempre conselheira, tenho uma admiração infinita. A tomo como meu grande exemplo de aliança bem-sucedida entre a produção do conhecimento científico e o comprometimento político e, perto dela, me sinto forte e aconchegada. Obrigada, Helô, por participar, mesmo de tão longe, de cada passo do meu percurso e também desse momento de defesa da tese.

E a banca de avaliação desse trabalho não poderia estar completa sem a presença também da professora Ana Claudia Marques. Agradeço à Ana por ter aceitado meu convite para a defesa e por ter me recebido em sua disciplina na Universidade de São Paulo, em 2015. Foi a primeira vez que estive em sala de aula como sua aluna, mas não a primeira em que eu a admirei como professora. Desde 2006, quando a Ana embarcou de mochila no mesmo ônibus que nós, graduandas, rumo à Anpocs, por ela nutri especial respeito e carinho. Foi ela quem leu o primeiro esboço de texto arriscando alguns dados de pesquisa e, desde aquela ocasião, suas sugestões foram imprescindíveis para que eu pudesse pensar os rumos dessa tese. Agradeço pelos tantos aprendizados, *insights* tão sagazes e também pela sempre entusiasmada companhia.

Agradeço também a tantos outros mestres que me influenciaram até aqui. À professora Carolina Branco e aos professores Júlio Simões e Sérgio Carrara, pela gentileza em comporem a suplência da banca e por todas as vezes que comentaram resultados parciais dessa pesquisa. Ao Roberto Marques, junto com a Carol e o Robertinho Efrem, que na Anpocs foram tão generosos na discussão do meu trabalho. Agradeço à Helena Schiel por toda a ajuda desde nosso encontro no IUAES. E agradeço também à querida professora Eliane Cantarino

O'Dwyer, que me acolheu tanto em seu curso na Universidade Federal do Pará, como nos momentos de conforto na vizinhança em Belém.

Nesse doutorado, tive a oportunidade de desenvolver a pesquisa ao mesmo tempo e em diálogo com colegas debruçados sobre o mesmo objeto de investigação. Com Breno Alencar, Cristina Teixeira Marins, Érika Meneses Pinho e Marina Blank formamos a agremiação “Etnografias de casório” e estivemos lado a lado na produção de nossos textos. Graças à possibilidade do encontro virtual, ultrapassamos as distâncias nacionais e nos últimos quatro anos compartilhamos ideias, resultados, chutes e nos fortalecemos uns nos outros. Seus nomes e suas ideias se repetem nessa tese na mesma proporção da gratidão que cultivo a elas e a ele. Além disso, devo especial agradecimento à Cris que, mais do que uma preciosa parceira de pesquisa, se tornou também uma grande amiga. A ela, agradeço por todas as leituras de capítulos, os inúmeros “audições” de comentários, pela cerveja na mureta da Urca e pelo café no Largo do Machado e ainda, e principalmente, pelo comprometimento em sempre se fazer presente.

Tanto quanto eu circulei para fazer essa pesquisa, o texto também girou entre muitas amigas e amigos, me fazendo experimentar a possibilidade de um dia-a-dia de trabalho acadêmico bem menos solitário. Aqui, em primeiro lugar, agradeço à Tatiane Klein pela indicação de um dos trabalhos que foram mais fundamentais para o recorte da pesquisa e ao Renato Soares por ter o encontrado e me disponibilizado. Aos dois, devo agradecimentos também pela escuta sempre aberta e por constantemente me refrescarem pelos diferentes ares da etnologia, me incentivando arriscar diálogos para além das minhas zonas de conforto. Agradeço também as leituras e sugestões de Jamila Venturini, de Marcella Betti e de Natacha Leal – minha musa antropológica.

Ainda que de modo indireto, essa pesquisa contou também com o apoio financeiro de muita gente que me deu cama, café, comida e banho quente nas hospedagens solidárias durante todo o período de pesquisa de campo. Agradeço minhas amigas e meus amigos por cada instante de descanso e por me deixarem tão em casa em suas casas. E também agradeço por todas as histórias, de quando, pelo meu vai-e-vem itinerante, na casa da Isabela Venturoza fui ameaçada pela fúria de Canjica e Lobinho; quando, na do Hugo Ciavatta e da Stella Paterniani fiquei na sarjeta presa para fora; ou do Sérgio Cardoso, que fiquei presa para dentro; na da Bianca Cruz, que fui socorrida na suspeita de zika; na da Bianca Chizzolini, que

roubei a cama do Luis Serrao e ganhei até uma nova entrevista; e na do Bóris Fatigati quando aprendi que até prato de pãozinho torrado merece uma apresentação.

Além disso, agradeço aos pousos em tantos outros braços e casas quando precisei desertar da tese para respirar. Agradeço ao Daniel De Lucca e à Lia Laranjera pelo último suspiro em Salvador; ao *glitter* ilimitado do Frederico Coutinho e da Julia Mesquita em Belo Horizonte; à abundância carnavalesca de Robertinho Efrem, Irandhir Santos e Malu Freitas no Recife; e, é claro, ao refúgio sempre garantido no Rio de Janeiro pela Natalia Fazzioni, Zé Colaço e João, que tão gentilmente me deixaram fazer da casa deles uma extensão de lar para mim. Na cidade maravilhosa, devo agradecimentos também ao abrigo sempre carinhoso de Lucas Freire e Igor Machado. Aos dois, inclusive, agradeço ainda por terem sido minhas visitas num momento tão importante de escrita da tese e terem produzido os cafés mais filosóficos de que minha casa já teve notícias.

Aos amigos de Belém, muito obrigada a todo mundo que deu ainda mais cor e som à metrópole caribenha no meio da floresta. A Nana e Luis Civile, agradeço por terem sido um porto seguro quando alguns mil quilômetros me distanciavam do que até então eu entendia por casa, e por todos os momentos de confissões e de dardo. Agradeço também Sara, Rani e Eduardo Mussi por terem me dado teto, tucupi e tanto apoio na minha chegada. Ao Ramon Reis e Miltinho Ribeiro, meus agradecimentos por terem cuidado para que as samambaias sobrevivessem aos meus períodos de ausência. A Katiane Silva pela sempre afetuosa proximidade. A Manuela Alvarenga e Simão Santana pela presença sempre tão contagiante, querida e engajada; e, finalmente, a Lycia Ribeiro e Sergio Domingues pela amizade tão sincera e cuidadosa, por terem sido tão fundamentais nos momentos de desespero e também por sempre me colocarem nos melhores rolês da cidade – Manu, Simão, Lycia e Sérgio, nosso aparelho só fica completo com vocês, amigos.

Dos pedaços de mim que trago de outrora, agradeço muito à família 61 da Ação Educativa, que mesmo hoje, já nem estando mais na mesma sala, é parte intrínseca dessa tese. Os tantos anos de distância ainda não foram capazes de arrefecer a saudade que tenho do convívio com Claudia Bandeira, Roberto Catelli, Luis Serrao, Thais Bernardes, Bianca Cruz, Leonardo Matos, Edneia Gonçalves, Andreia Conrado, Agnes Karoline, Dylan Frontana, Gustavo Paiva, Gabriel Maia Salgado, Juliane Cintra, Denise Eloy e Raquel Luanda. Ao Luis, agradeço a permanente parceira, seja em comunhão de aberturas profissionais ou nos encontros mobilizados por cerveja. À Claudia, eu tenho tanto a agradecer, que é até difícil

resumir. A ela, também devo ótimas noites de sono durante minhas idas e vindas a São Paulo, a organização de tantas festinhas pra me receber e a inspiração sobre força e independência que ela sempre me dá, espero eu chegar aos “enta” tomando-a como exemplo. E ao Roberto, agradeço por, de ex-chefe, ter se tornado uma das pessoas mais importantes na minha vida, obrigada por todo o estímulo, a confiança, a proteção, a descontração, o carinho e até pelos dramas.

Agradeço ao Felipe Batista por todos esses anos de amizade transatlântica e, especialmente, pela temporada em que sua companhia aqui em casa foi crucial para garantir alguma leveza na escrita dos últimos capítulos da tese. Ao querido Jordan Mackenzie por ter aportado em terras amazônicas para me garantir os mais fraternos abraços, por sua dedicação em nossa amizade e, também, pelo preciosismo nas palavras para me ajudar nas traduções do trabalho para sua língua.

Agradeço ao Gustavo Saggese pelo entusiasmo desde o início dessa pesquisa, quando eu nem sabia por onde ir e ele colocou o “Casamento de Muriel” em minhas mãos – o que já está mais do que na hora de eu devolver. À Marina Barbosa e ao Davizinho, meu quase gêmeo de aniversário, meus agradecimentos por tantas tardes paulistanas de cafezinho e descontração. À Natália Carmelo, talvez minha mais antiga amiga, que nunca cansa de mostrar como a gente sempre pode se superar, assim como à Bianca, agora sambista, que sempre me lembra que não há tempo a perder. E ao Rodrigo Lima que, numa curva imprevisível do destino, de meu ídolo se tornou meu amigo, me dando licença poética pra ser piegas e agradecer: a essa sua vida que foi resistir, manter-se de pé e esperar. Agora juntos, jovens ou não, estaremos aqui.

Ao meu time de deusas com a letra “L”, agradeço à Lara Ravazzi, Lélia de Castro e Luana Nery pela fraternidade, a atenção diária, a firmeza dos laços e, principalmente, por estarmos juntas e fortes naquele momento tão inigualável de chegada da Olívia, ao qual agradeço também a presença do Rodrigo Segal. Ao Francisco Souza da Silva, Chiquinho, agradeço por cada vez que se desdobrou em dez pra estar por perto, subiu a serra pra comemorar minha chegada e foi corajoso na defesa de si mesmo.

À Bianca Briguglio, agradeço por ter fincado raízes em nossa relação, por aquela semana de deslumbre que passamos percorrendo o Pará, por cada chazinho quente para me aquecer em São Paulo e, claro, por ter sido minha grande aliada nessa pesquisa. Obrigada Bi, por ter lido todos os capítulos e me feito rir com os mais inusitados e inteligentes comentários.

Fada da justiça, obrigada por me mostrar o que há debaixo da sua capa de fúria ariana, e por me deixar ser sua amiga.

Agradeço ao Julian Simões, por ser meu irmão de família trocada. Uma década depois de escrevermos em quarto ao lado nossos trabalhos de conclusão de graduação, foi uma honra partilhar com ele o cotidiano de desenvolvimento desse texto assim como o será, também, dividir os mesmos dias de defesa das teses. Obrigada, Ju, por tantos aprendizados, tanta hospedagem, tanto companheirismo. E muito obrigada por cruzar o país no último ano pra me encontrar e se tornar meu maior presente de aniversário.

E agradeço também, claro, ao segundo maninho por escolha. Ao Carlos Filadelfo, meus agradecimentos por ter se tornado um amigo tão presente e indispensável desde meu mestrado. O maninho é uma das únicas pessoas no mundo que, a despeito do meu sono arrebatador, consegue me conduzir em conversa até o meio da madrugada. A ele, devo o agradecimento por tantas indicações de bibliografias, discussões e por ter se tornado meu incansável conselheiro. Com ele aprendi que “fazer etnografia é trocar o pneu com o carro andando”. Espero que seu sotaque inconfundível esteja materializado à altura de suas inquietações nas páginas que seguem.

Às minhas amigas “ppgatas” maravilhosas, todo meu agradecimento pelo apoio e encorajamento durante esse longo período de pesquisa. Agradeço à Julia Goyatá por me colocar no seu ritmo frenético, por elevar o astral mesmo nos momentos mais cabisbaixos, por sempre nos manter com os dois pés no chão na lida acadêmica e por ter sido a primeira pessoa a me dizer que eu devia “estudar casamento”. À Natalia Fazzioni, além de cada minuto de aconchego em seu refúgio com vista carioca, agradeço pelos conselhos sem meias palavras, pela amizade que é pau para toda obra e pelo exemplo de fortaleza, determinação e resiliência. E à Renata Mourão Macedo, agradeço pela alegria da gente ter se tornado parceiras de texto e de desafios, e pela ajuda imprescindível também com as discussões sobre economia. Com muito orgulho trago a Rê como uma de minhas referências bibliográficas e não canso de dizer o quanto sou sua fã, admiradora nada anônima de seu trabalho, de sua grandeza e de sua ternura.

À Beatriz Accioly Lins agradeço por ter-me feito sua co-autora, de livro e dos dias. Bia é de uma inteligência combinada à generosidade difícil de ser reeditada. A ela agradeço por nossa trajetória de amizade, por me mostrar que rigor não excluiu amorosidade, por sempre ser tão precisa e, como o Ber fala, por conservar com primor nossa própria memória.

Ao Bernardo Fonseca Machado, meu mais profundo agradecimento por ter sido o braço direito dessa pesquisa. Trabalhador obstinado, cada linha desse texto por ele foi lida, comentada e ponderada, num engajamento com minha tese que sei que materializa o engajamento que ele tem com nossa valiosa amizade. Agradeço ao Ber por cada um dos telefonemas, por cada mensagem de zelo e preocupação, por me incluir na sua família, por cuidar de mim e por aturar o calor amazônico para me visitar. A ele devo tanto, que sem bobear devo até dinheiro. Agradeço muito ao Ber e a Bia pelo livro que fizemos nascer juntos e também pela ajuda financeira, quando, em ano de crise econômica no Ministério, foram eles que pagaram todos os custos de viagem para que eu pudesse apresentar e debater essa pesquisa em um congresso. E agradeço também por Denys Yamamoto ter entrado em nossas vidas. Ao Dê, já cunhado, sou grata pelos abraços perfumados de “adevogado”, pela torrada matutina, pela renda portuguesa e por sempre ser tão atento, meigo e carinhoso.

Com muito carinho agradeço também a sempre entusiasmada presença da família Coelho-Gomes-Terribas no período dessa pesquisa. À Dona Carmelita pelos fantásticos pudins de leite condensado e a animação constante em nossos passeios por Belém; à Sofia e à Ana, agradeço por todas as risadas e os *hits* atualizados; à Tia Cleo pela doçura em todas as conversas; ao Raimundo por nunca recusar enfrentar a churrasqueira; à Paty pela tão preciosa confiança; à Luiza pelo encanto e inesgotáveis horas de diálogo; e à Genilce por ser uma grande amiga e sempre me fazer lembrar que em sorriso não se economiza, nem mesmo quando estamos no meio de uma batalha. Representando minha família paterna, agradeço o colinho semprequentinho da minha Vó Maria e o luxo que é poder contar com ela. Agradeço também à Tia Sueli, por sempre fazer festa em minhas visitas e se desdobrar para oferecer os meus banquetes preferidos. E à Leslie, meus mais sinceros agradecimentos por ela ser uma segunda mãe já há tanto tempo. Agradeço por cada uma das caixas que carregou nas minhas incontáveis mudanças, as caronas na madrugada e, claro, o afeto sempre imensurável.

À Mel, minha irmã, agradeço pela paciência. Sei que eu já não era a irmã mais legal do mundo, mas sei ainda que durante seu casamento pude ter piorado. Qual o cabimento de uma irmã da noiva ficar questionando tudo, todos, o tempo todo, para fazer uma pesquisa ao invés de preparar seu chá de panela? De alguma forma, essa tese é o melhor presente de casamento que eu, em minhas esquisitices, poderia lhe dar. Obrigada por ter incluído meus padrinhos na sua lista de convidados, “já que Michele não vai casar” e ter garantido a presença deles em ao menos uma festa de nossa família. E obrigada também por ter sido tão

compreensiva, companheira, generosa e por me permitir usar o vestido que eu queria. Além disso, agradeço também ao João que a cada dia reforça o que é ser um cunhado querido, ao Woody pela descontração e à Malu pelo futuro anunciado. Para vocês, todo meu amor e meus desejos de alegria e calma.

À minha mãe, Cicera, agradeço por ter me criado como um espírito livre e ter me dado a segurança de poder voar sabendo que sempre haverá para onde voltar. Agradeço pela confiança e o investimento que ela depositou nessa pesquisa. Inclusive, quando resolveu pagar uma pequena fortuna na tradução de um dos meus artigos argumentando que ajudaria “cada filha com o seu casamento”. Foi um privilégio escrever essa tese com minha mãe ao lado, colada ao seu computador, de olhos radiantes pela oportunidade que ela também teve nesses anos de retornar à universidade e, enfim, cursar o seu mestrado. À minha mãe, agradeço pelo escritório compartilhado, por me socorrer nos momentos de aperto, por sempre me esperar chorosa na rodoviária e por ser essa pessoa tão iluminada, amável, sonhadora e ao mesmo tempo inabalável.

E finalmente, agradeço ao principal alicerce dessa tese. Se nos últimos anos eu tive o privilégio de poder me dedicar em tempo integral à minha própria pesquisa, foi porque o Bruno me deu o suporte para isso. Agradeço ao companheiro Terribas por ter segurado todas as pontas de uma vida que só com a bolsa não se paga; pela leitura e revisão de todo o texto; por não ter desistido de mim nem quando viu minhas considerações heterodoxas sobre o marxismo; por ter vibrado pela casa em comemoração a cada dia em que a escrita tinha rendido; pelos brindes ao final de cada um dos capítulos; pelas viagens-surpresa para “limpar a vista”; por quebrar minha frieza quando focada no trabalho; por ser um homem tão engajado, justo e solidário; por ser uma pessoa permeada por tanto afeto; e por fazer de todos os dias um carnaval dentro da gente. Em casa, afinal, descobri outro ponto em comum entre esse meu investimento de pesquisa com aquele de preparação dos casamentos: fazendo a tese, com o Bruno também fiz família.

*the practice of anthropological narrative,
which is to constantly show the relations between relations,
is a complexifying process.*

*a prática da narrativa antropológica,
que consiste em mostrar constantemente as relações entre as relações,
é um processo de complexificação.*

Marilyn Strathern
(em entrevista à Janet Carsten, 2014)

Resumo

Uma festa de casamento não é ocasião qualquer. Organizada sob muita expectativa, cuidado e apreço, uma festa como esta é frequentemente descrita como a realização de um sonho de vida e não raro demanda anos para sua preparação. Extraordinária, feita para ser única, é produto de um intenso engajamento de seus anfitriões e, no Brasil, é também composta em relação direta a um mercado especializado em eventos que, por ano, tem movimentado mais de R\$ 17 bilhões.

Desde 2015, nessa pesquisa busquei compreender o que circula junto com o dinheiro nesse cenário. Aliando observação participante a entrevistas em profundidade, analisei o processo de organização de celebrações de casamento orçadas entre R\$ 20 mil e R\$ 300 mil em São Paulo (SP) e Belém (PA). No trabalho de campo, percorri diferentes lojas de vestidos de noivas pelos territórios do mercado paulista e, dali, somei noivas e noivos à minha rede interestadual de interlocutores. Já ao lado dos anfitriões da festa, acompanhei-os na rotina de preparação dos eventos, me inserindo em suas redes familiares e em diferentes ocasiões de interação com outros agentes do mercado.

Nessa tese, apresento uma etnografia sobre as relações entre vestidos, noivas, anfitriões e convidados durante o processo de organização de casamentos. Dividido em duas costuras analíticas, o texto é fruto de um experimento antropológico que apostou nos conflitos como caminho de investigação sobre as relações. Cada capítulo persegue um conjunto específico de disputas: o embate entre preços e valores dos vestidos na concorrência do mercado; as fronteiras morais e corporais na produção material da noiva; as brigas entre anfitriões na batalha pelo comando da festa e dos limites da família e, por fim, as expectativas e as dívidas cobradas em retribuições dos convidados.

Entre sacrifícios pessoais, financeiros e corporais, aqui evidencio que uma festa de casamento apenas se dá depois de um destacado e conflitivo processo de negociação. Nele, por um lado, as interações comerciais e o consumo de vestidos de noivas provocam reflexões sobre articulação entre gênero, raça e corporalidade em uma materialização de valor e distinção entre coisas e pessoas que se justapõem as dimensões de classe. E, por outro lado, os relatos íntimos sobre os preparativos da festa evidenciam as formas pelas quais as relações pessoais são espessadas ou diluídas em um parentesco feito na prática e por vinculações que são, contudo, permeadas por hierarquias. No tempo investido na preparação do evento, valores de coisas, de pessoas e relações estão sempre sendo reavaliados. E, concomitante à produção da festa, prestígios e reputações são forjados e manejados numa dinâmica em que reciprocidade e aliança não excluem também a produção de desigualdades.

Palavras-chave: Casamento; Conflito Social; Parentesco; Diferenciação (Sociologia); Consumo (Economia).

Abstract

A wedding party is not a simple occasion. Organized under a lot of expectation, care and appreciation, a party like this is often described as the realization of a dream of life and often requires years for its preparation. Extraordinary, planned to be unique, a wedding is the product of an intense engagement of its hosts and, in Brazil, is also composed in direct relation to a market specialized in events that, per year, moves more than R\$ 17 billion.

Since 2015, in this research I have tried to understand what circulates on the side of money in this scenario. Combining participant observation and in-depth interviews, I analyzed the process of planning wedding celebrations between R\$ 20,000 and R\$ 300,000 in São Paulo (SP) and Belém (PA). In the fieldwork, I went through different bridal gown stores through the markets of São Paulo and from there I added brides and grooms to my interstate network of interlocutors. Already beside the hosts of the party, I accompanied them in the routine of preparation of the events, inserting myself in their familiar networks and in different occasions of interaction with other agents of the market.

In this PhD dissertation, I present an ethnography on the relations among gowns, brides, hosts and guests during the process of planning weddings. Divided in two analytical seams, the text is the result of an anthropological experiment that bets on the conflicts like way of investigation on the relations. Each chapter follow a specific set of disputes: the fight between prices and values of gowns in the market competition; the moral and bodily boundaries in the material production of the bride; the struggle among hosts in the battle for the command of the party and the limits of the family; and finally, the expectations and debts charged in retributions of the guests.

Among personal, financial, and bodily sacrifices, I demonstrate that a wedding celebration only occurs after a notable and conflicting negotiation process. On the one hand, commercial interactions and the consumption of bridal gowns provoke reflections on the articulation between gender, race and corporality in a materialization of value and distinction between things and people that overlap class dimensions. And, on the other hand, the intimate accounts of the preparations for the parties show the ways in which personal relationships are thickened or thinned in a kinship made in practice and by linkages that are also permeated by hierarchies. In the time invested in the planning of the event, values of things, people, and relationships are always being re-evaluated. And, concomitant with the production of the party, prestige and reputation are forged and managed in a dynamic where reciprocity and alliance do not exclude the production of inequalities.

Keywords: Wedding; Social Conflict; Kinship; Differentiation (Sociology); Consumption (Economy).

Lista de Figuras

Figura 1 – Entrada e estande de vestidos na Expo Noivas & Festas 2015.....	22
Figura 2 - Vista superior do pavilhão da feira e estande de convites de casamento	23
Figura 3 - Mapa de São Paulo indicando os territórios das lojas	54
Figura 4 - Croqui similar aos desenvolvidos pelos estilistas na Rua São Caetano	65
Figura 5 – Rainha Victoria no dia de seu casamento..	98
Figura 6 - À esquerda, frente e costas de um vestido com saia em corte godê e, à direita, em evasê	104
Figura 7 - À esquerda, frente e costas de um vestido com saia em corte reto e, à direita, em sereia	104
Figura 8 - Imagem ilustrativa de vestido confeccionado em tule illusion	128
Figura 9 - Princesa Fiona em transformação de humana a ogra em seu casamento	129
Figura 10 - Topo de bolo com noivo acorrentado	147
Figura 11 - Camiseta distribuída às convidadas de um chá de panela.....	147
Figura 12 - Bolo vendido pelo casal para pagar a festa de casamento.....	180
Figura 13 - Coluna social de Belém divulgando chá de panela	184
Figura 14 - Menu do casamento de Helena e Lucas.....	188
Figura 15 – Veuve Cliquot servido apenas aos anfitriões para a foto do primeiro brinde do casal	189

Sumário

Introdução: Modelagem.....	20
Qual é o preço do seu sonho?.....	21
Alinhavos analíticos e metodológicos	29
O nó da etnografia.....	41

1ª Costura [de vestidos e noivas]

Capítulo 1 - Para noivas com classe	48
<i>Sem modéstia</i>	<i>48</i>
<i>Territórios do véu e grinalda</i>	<i>51</i>
<i>A controvérsia do vestido</i>	<i>62</i>
<i>Valor de troca</i>	<i>71</i>
<i>Um vestido de valor.....</i>	<i>84</i>
Capítulo 2 - Porque noiva tem que brilhar	92
<i>A escolhida</i>	<i>92</i>
<i>O escolhido</i>	<i>96</i>
<i>Uma noiva de valor</i>	<i>114</i>
<i>E quem segura?</i>	<i>130</i>

2ª Costura [a anfitriões e convidados]

Capítulo 3 - Donos da festa	144
<i>A festa da noiva?</i>	<i>144</i>
<i>Uma festa – e guerra – de família.....</i>	<i>156</i>
<i>Lista de convidados e a festa que faz família.....</i>	<i>167</i>
Capítulo 4 - Casamento é compromisso	179
<i>Valor da festa</i>	<i>179</i>
<i>A festa como dádiva.....</i>	<i>191</i>
<i>A festa como dívida</i>	<i>202</i>
<i>Relação e ambivalência.....</i>	<i>212</i>

Conclusão: Arremates	229
Referências.....	237

Introdução: Modelagem

As pernas cansadas depois de quatro horas caminhando sobre o carpete cor-de-rosa dos pavilhões da feira ainda não tinham sido suficientes para frear a noiva em busca de promoções. Era a primeira vez que Melissa ia até a *Expo Noivas* e a energia dela parecia se renovar a cada vez que via algum lançamento do mercado. Naquele ano de 2015, uma fantasia de robô recoberta de luzes *Leds* para animar a pista de dança e um balão de 30 metros de altura em formato de coração para a chegada de noivas em festas no campo se tornaram as coqueluches da imprensa nacional. A noiva, entretanto, deteve-se por mais tempo no estande de uma costureira que fazia buquês “alternativos” para a festa: na hora da brincadeira de “jogar o buquê” em que se concorre pela “sorte” de ser a próxima solteira a se casar, suas convidadas poderiam competir por miniaturas de Santo Antônio (o santo casamenteiro), por sapinhos de feltro (quem sabe vira príncipe?) ou até mesmo rivalizar por uma bomba de pelúcia (afinal, casar parecia ser algo um tanto bombástico).

Ao lado do estande apinhado de mulheres colocando em prova os concorridos vestidos de noiva, nos aconchegamos no balcão que servia de apoio para a degustação dos mais variados *drinks* alcoólicos. Parecia uma justa recompensa às pernas cansadas e, eu havia de convir, uma escolha divertida para trabalho de campo.

Como entre todas as outras lojas improvisadas pelos tapumes da feira, os vendedores, sempre homens, não economizavam extroversão e simpatia para conquistar a atenção das eufóricas clientes, sempre mulheres, que circulavam pelo salão. Rubens primeiro nos serviu duas bebidas diferentes para, depois, passar a rabiscar em um papel o nome da noiva, a data de realização do casamento, o local preparado para a festa e, finalmente, o número de convidados. Com a calculadora ao lado, esboçou os valores para levar seu bar e seus *drinks* para o dia do evento: R\$ 4 mil, em até dez parcelas do cartão de crédito.

A noiva titubeou e sem sucesso na negociação de um melhor preço, desistiu da conversa agradecendo a atenção e o *drink*. Estávamos já saindo da mesa com os copos na mão quando então o chefe do profissional, que estava ao lado e supervisionava os atendimentos, nos convidou para sentarmos novamente. “Fiquei aqui o dia todo falando com um monte de noiva louca, não saio sem fechar o seu contrato”, brincou Pedro logo depois de se apresentar. Melissa riu e logo voltou a repetir as informações que já havia prestado para o vendedor

anterior. De R\$ 4 mil o serviço baixou logo para R\$ 3 mil, depois para R\$ 2,5 mil, mas a noiva se mantinha reticente. Continuava a pressão invocando a autorização do noivo e argumentava sobre a dificuldade em convencê-lo, já que dentre tantos itens para contratar, a bebida ainda não era uma prioridade da festa.

Pedro balançava a cabeça negativamente olhando para o papel. Respirou fundo, baixou o tom de voz e deu sua cartada final: “Melissa, eu não estou aqui vendendo bebida, estou vendendo o seu sonho. E quanto você quer pagar pelo seu sonho?”. A noiva respondeu com um “meu deus!” apreensivo e ele continuou: R\$ 2 mil para um contrato ali, naquele instante. Ela me olhou com uma leve sensação de nervoso e eu, já desesperada, entrei na conversa. Paguei metade. Ao que parece, era um bom presente de “irmã da noiva”.

*

Esta é uma etnografia sobre as relações entre vestidos, noivas, anfitriões e convidados durante o processo de organização de casamentos em São Paulo e Belém. Entre sacrifícios pessoais, financeiros e corporais, aqui evidencio que uma festa de casamento apenas se realiza depois de um destacado e conflitivo processo de negociação com um mercado especializado em eventos. Nele, por um lado, as interações comerciais e o consumo de vestidos de noivas provocam reflexões sobre articulação entre gênero, raça e corporalidade em uma materialização de valor e distinção entre coisas e pessoas que se justapõem às dimensões econômicas. E, por outro lado, os relatos íntimos de noivas, noivos e parentes sobre os preparativos da festa evidenciam as formas pelas quais as relações pessoais são espessadas ou diluídas em um parentesco feito na prática e por vinculações que são, contudo, permeadas por hierarquias. No tempo investido na preparação do evento, valores de coisas, de pessoas e relações estão sempre sendo reavaliados. E, concomitante à produção da festa, prestígios e reputações são forjados e manejados numa dinâmica em que reciprocidade e aliança não excluem também a produção de desigualdades.

Qual é o preço do seu sonho?

Realizada pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1994 e expandida para São Paulo em 1996, *Expo Noivas & Festas* foi o primeiro espaço para minha entrada em campo e, naquele dia circulando com minha irmã, uma espécie de porta de acesso ao hiperbólico mercado brasileiro de festas de casamentos. À época de sua fundação, os idealizadores da

grandiosa feira diziam ter tomado o mercado estadunidense como inspiração para conformar aqui, em território nacional, o primeiro evento de negócios que reuniria num só local e tempo a oportunidade de contratações de todos produtos e serviços para a realização de um casamento¹. Comemorando o momento em que tal tipo de celebração “voltou à moda”, na estreia da feira em São Paulo os “especialistas na arte de realizar sonhos” esperavam movimentar cerca de R\$ 3 milhões em contratos e aquecer um mercado especializado que, em 1996, especulava-se faturar R\$ 2 bilhões².

Quase duas décadas depois, em seus 4 finais de semanas de evento em terras paulistas e cariocas, em 2013 a *Expo noivas & Festas* já se consolidava como a maior feira de produtos de casamento da América Latina e esperava alcançar a marca de R\$ 82 milhões³ em contratações. Seu crescimento não se dava ao acaso, mas acompanhava a vertiginosa ascensão do setor especializado em festas que, em 2015 quando essa pesquisa se iniciou, já somava praticamente R\$ 17 bilhões anuais em arrecadação⁴.



Figura 1 – Entrada e estande de vestidos na Expo Noivas & Festas 2015 (Fonte: Acervo de pesquisa, São Paulo, 2015)

¹ Como de praxe em grande parte das pesquisas de mercado, os resultados de análises e investigações sobre o impacto da feira são privados e a única forma de acesso a eles é por meio das divulgações da imprensa comercial. As informações que se seguem no texto tem como referência esse tipo de fonte e seguem assinaladas pelos *links*. Sobre a criação da *Expo Noivas & Festas*, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/5/22/tudo/7.html>

² Ver: <https://www.exponoivas.com.br/queroexpor/> ; <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/16/dinheiro/14.html>

³ Ver: <https://www.revistaeventos.com.br/Feiras/Expo-Noivas-Festas-celebra-20-anos-de-sucesso-no-mercado>

⁴ Segundo dados levantados pela Associação Brasileira de Eventos (ABRAFESTA) e Instituto Data Popular, divulgados em: <http://exame.abril.com.br/negocios/dino/brasil-movimenta-r-168-bi-em-setor-de-casamento-segundo-abrafesta-shtml/>. No ano seguinte, em 2016, o setor conseguiu alcançar a marca de R\$ 17 bilhões em faturamento, tal como apontou os resultados da pesquisa elaborada em parceria entre a ABRAFESTA e o Instituto Locomotiva (centro de pesquisa criado por Renato Meirelles após sua saída do Data Popular). A divulgação da análise pode ser conferida em: [http://www.revistaeventos.com.br/Entidades/Abrafesta-empessa-nova-diretoria-e-anuncia-que-o-setor-fatura-R\\$17-bilhoes/41388](http://www.revistaeventos.com.br/Entidades/Abrafesta-empessa-nova-diretoria-e-anuncia-que-o-setor-fatura-R$17-bilhoes/41388)



Figura 2 - Vista superior do pavilhão da feira e estande de convites de casamento em imagens disponibilizadas pelo próprio evento (Fonte: <https://www.exponoivas.com.br/galeria/> acesso em 13 fev. 2019)

Embora os dados levantados pela Associação Brasileira de Eventos (ABRAFESTA) correspondam a um mercado que congrega toda a sorte de celebrações, dentre as quais as também corpulentas festas de formatura e de debutantes, as festas de casamentos, contudo, são apontadas como o ponto nevrálgico do impulso no setor⁵. Não raro os profissionais e entusiastas do mercado gabam-se de terem passado ilesos à crise econômica dos últimos anos e creditam seu sucesso comercial às estatísticas populacionais, ressaltando a chegada de um grande contingente de brasileiros à faixa etária mais propícia ao matrimônio⁶. Nesse ponto, de fato o número de oficializações de casamentos civis nesses últimos 20 anos cresceu. Segundo as bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1997 a 2017, houve um salto de 724 mil para mais de 1 milhão⁷ de uniões desse tipo registradas no país, num avanço de 47,7%.

Contudo, ainda que tal acréscimo não pareça irrelevante, será mesmo que ele poderia justificar sozinho o crescimento frenético, e desproporcional, de 142% do bilionário⁸ mercado de festas? Ao que começa a ser documentado por diferentes etnografias, a resposta é não.

⁵ Ver: <http://www.sebraemercados.com.br/o-bilionario-mercado-de-casamentos-tem-oportunidades-para-segmentos-diversos/>

⁶ Ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/releases-ae,segundo-pesquisa-mercado-de-casamentos-registrou-aumento-de-25-mesmo-com-a-crise-no-pais,70001686027> e <https://exame.abril.com.br/pme/a-expansao-do-mercado-de-casamentos/5/>

⁷ Em 1997, 724.738 matrimônios foram registrados. Já em 2017 foram oficializados 1.070.376 casamentos civis, o que não inclui as uniões estáveis (regulamentadas pela Lei 10.406 no “Novo Código Civil” de 2002). Ver: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_1997_v24.pdf e https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2017_v44_informativo.pdf

⁸ Incluindo valores reajustados em termos inflacionários, segundo correção do IPC-A (IBGE) calculada pelo sistema *online* do Branco Central do Brasil.

Cristina Teixeira Marins (2016) foi pioneira em trazer para uma perspectiva antropológica o recente fenômeno de euforia em torno das festas de casamento. Desde 2012 e depois de experimentar ela mesma, como noiva, o que deveria ser a organização de um evento como esse, a autora direcionou o olhar para os serviços e produtos do mercado conseguindo capturar sua ascensão. Sua pesquisa é a primeira a observar as alterações nas dinâmicas comerciais e destacar o impacto de uma especialização no mercado frente às relações profissionais. E, como evidencia, parece que não é apenas o entusiasmo dos brasileiros em se casar que atrai os fornecedores para essa segmentação do mercado.

Logo quando entrei nesse universo de pesquisa, uma das primeiras máximas que ouvia era a de que “para a noiva é sempre mais caro”. E, aqui, não faltariam exemplos de uma sensação constante de noivas, noivos e mães acerca de uma sobrevalorização dos serviços contratados para a realização de suas festas e relatos de que um mesmo produto ou serviço pode custar até mais que o dobro por ser específico “de casamento”. Uma “maquiagem de noiva” é sempre mais cara que uma “maquiagem de festa” embora feita pelo mesmo profissional e com os mesmos materiais; e até o aluguel de um salão de eventos pode ter seu preço aumentado caso seja para a realização de um casamento ou de um aniversário.

Marins (2016) perseguiu essa discussão. E, em sua pesquisa, identificou não apenas que tais oscilações de preços eram de fato aplicadas, como também analisou a forma pela qual os altos valores definidos pelo setor apareciam justificados como uma derivação direta da responsabilidade em se produzir um casamento. Ao que parece, uma festa assim é ocasião excepcional. Segundo diziam seus interlocutores, o nível de exigência de clientes prestes a se casar tende a ser proporcional ao nível de expectativa de quem está há meses ou anos organizando um evento de cifras extraordinárias. E se a pressão sobre a qualidade do produto ou serviço cresce, “o risco encarece” (MARINS, 2016, p.49).

Evento esperado para ser único na vida de seus anfitriões, o casamento não é ocasião qualquer e, conseqüentemente, produzi-lo ou produzir sua noiva também não é atividade para qualquer um. Ser reconhecido como um profissional suficientemente confiável para garantir a qualidade de um produto ou de um serviço num momento considerado crucial para muitas pessoas, equivale a ser legitimado como um profissional de maior valor *no* e *de* mercado. E daqui se condensa o investimento direto da pesquisadora em acompanhar a profissionalização desse setor.

No mestrado que deu origem ao livro “Quando o céu é o limite”, Marins buscou compreender “os significados, códigos e valores investidos nos ritos matrimoniais contemporâneos da cidade do Rio de Janeiro” (2016, p.14) e, metodologicamente, decidiu acompanhar o trabalho de profissionais especialmente contratadas para gerenciar e conduzir a logística de preparação das festas feitas para serem grandiosas. Ao lado das chamadas “cerimonialistas”⁹, a pesquisadora percorreu diferentes festas e construiu uma incursão pelo que aparece em termos êmicos como uma “indústria de casamentos”. Embora o olhar sobre a atuação das cerimonialistas tivesse lhe surgido apenas como uma estratégia metodológica para elucidar questões outras, as análises de Marins acabaram por também registrar historicamente a conformação da própria profissão, tão recente quanto o crescimento do setor.

Em seu campo, uma cerimonialista “experiente”, era aquela que atuava há 5 anos na função. Com carreiras iniciadas ao final da década de 2000, tais profissionais surgem como uma badalada novidade para noivas e noivos, e são reconhecidas por oferecer serviços que podem tanto se prolongar por todo o processo de preparação de um casamento, como somente no dia de sua realização. Contratadas para garantir que a ocasião saia exatamente como o esperado, o trabalho de uma cerimonialista se torna parecido com o de uma agente de produção de eventos. E, dentre muitas funções, são elas as responsáveis por mediar a relação entre noivas e demais fornecedores, garantir a qualidade dos serviços ou produtos contratados, orquestrar as entradas e saídas dos cortejos cerimoniais, bem como resolver qualquer imprevisto durante suas comemorações.

Já no doutorado de Marins (2018), o trabalho de profissionais envolvidos na realização dos grandes casamentos foi deslocado de estratégia de pesquisa para o foco central de sua análise. Dessa vez, ela deteve-se aos circuitos de consagração de “fotógrafos de casamento” e mapeou entre congressos, premiações, cursos e aparatos de mídias digitais, o modo como reputações e prestígios eram disputados por esses profissionais. Em sua pesquisa, as trajetórias de fotógrafos especializados nesse tipo de festa vêm à tona ao mesmo tempo em que ela analisa o processo pelo qual a fotografia profissional se segmentou.

Mais uma vez, o cenário é recente. E em sintonia temporal ao contexto de criação das atividades das cerimonialistas, a autora descreve os caminhos pelos quais o fotojornalismo

⁹ Embora haja também homens atuando neste tipo de trabalho, opto aqui pela generalização feminina dada a desproporcional concentração de mulheres na profissão.

passou a ser postulado como horizonte técnico para o registro de eventos sociais, numa reconfiguração das relações profissionais. Se por um lado, a mudança de panorama estético desestabilizou as antigas fórmulas de composição dos emblemáticos álbuns “posados” de casamento, por outro lado, tal deslocamento reposicionou também os diferentes produtores de fotografia dentro do campo de trabalho. De atividade antes desvalorizada e acusada de restringir a liberdade autoral de um profissional, em meio à explosão do mercado especializado em casamentos, registrar uma festa com imagens “assinadas” e “premiadas” se tornou espaço privilegiado de concorrência financeira e de consolidação de reputações entre os trabalhadores da fotografia.

Ao lado das cifras bilionárias que se somavam a cada ano, Marins evidencia como o mercado de casamentos expandiu-se ao mesmo tempo em que se especializou, ora criando novas atividades, ora segmentando nichos entre diferentes categorias profissionais. Mas além de acompanhar as novidades de serviços ofertados para a produção de um casamento, suas pesquisas com cerimonialistas e fotógrafos oferecem uma contribuição fundamental ao revelar também, e por outro lado, a forma pela qual um novo contexto comercial tem sido apresentado em torno de tais ocasiões. Com Marins, percorremos os caminhos pelos quais as disputas profissionais vão se dando no mercado ao mesmo tempo em que percebermos como a própria organização de um casamento tem se profissionalizado: agora não só há trabalhadoras e trabalhadores especializados em produzir um evento como este, como, ainda, parece se tornar cada vez mais difícil organizar tal ocasião sem interagir diretamente com o mercado especializado.

Tal fenômeno de transformação conjunta entre os contextos de interações comerciais e os formatos na produção das celebrações de casamentos, se tornou, depois, uma questão central na etnografia de doutorado de Érika Meneses Pinho (2017). Pesquisadora que, em trabalho de campo, também acompanhou a atuação profissional de cerimonialistas, mas somou ainda entrevistas com mulheres no processo de preparação de suas festas, observações nas feiras especializadas e participação em grupos de noivas em redes sociais para analisar o mercado de casamentos em Porto Alegre e Fortaleza.

Em sua tese, a preocupação em identificar as alterações e permanências entre os casamentos antes e depois da conformação de um “campo econômico voltado para a realização de festas nupciais” (PINHO, 2017, p.22) é um objetivo mais evidente e constante de suas análises. Um exemplo é quando ela retoma relatos de mães de noivas, mulheres de

gerações anteriores, que queixavam-se de suas próprias experiências com festas desse tipo não servirem mais de ajuda na hora de casar suas filhas, já que “tudo tinha mudado” e agora um casamento ter virado “assunto para profissionais” (Ibid., p. 24).

E contribuindo com um amplo e detalhado mapeamento sobre o setor especializado em casamentos, sua pesquisa mostra como as versões contemporâneas de celebrações tem promovido uma “reinvenção das tradições relacionadas a esse rito” (Ibid, p. 24) e consolidado uma nova dimensão sobre o que deve ser a própria festa. Se nos perguntamos acima sobre o que mais teria provocado o aumento exponencial e desproporcional do mercado de casamento frente ao número de uniões civis, Pinho, por sua vez, aponta para o reequacionamento do formato das celebrações como forma de compreender configuração bilionária do setor.

Sob mediação profissional, ela argumenta, um casamento de agora é feito para ser um espetáculo. E embora seja composto pela soma de um momento cerimonial com um banquete festivo na presença de uma noiva em traje branco, tal como já era realizado segundo os padrões “tradicionais” (PINHO, 2017, p. 22), hoje um casamento é composto a partir de uma gama cada vez maior de produtos e serviços assumidos como “necessários” e pensados para torna-lo um entretenimento. Sob o formato de um “casamento-espetáculo”¹⁰, a tendência assumida entre anfitriões e profissionais do mercado é de que as celebrações atuais devem ser feitas para serem uma experiência única e incomparável. O que resulta numa sensação de que mesmo se os brasileiros resolvessem se casar menos que outrora, ao mercado se preservaria a confortável vantagem de contar com a pressuposição de que as festas de hoje serão eventos muito maiores e suntuosos – além de caros – do que já foram.

Pela linguagem do espetáculo, a condução de um casamento é pensada em termos de “sucesso” ou “fracasso”. E sua esperada “pompa” é também medida pela qualidade e quantidade das “atrações” oferecidas aos convidados: diversidade de bebidas, sofisticação das comidas, beleza da decoração, prestígio dos Djs ou bandas contratadas e até mesmo inovações de presentes entregues como “mimos” aos participantes devem pesar na avaliação. Tudo, claro, mediado e confirmado pela reputação de seus fornecedores – tal como Marins (2016; 2018) havia adiantado.

¹⁰ Uma ideia que a autora constitui em inspiração do trabalho da antropóloga francesa Martine Segalen (2003), uma pesquisa sobre a “inflação ritual” de tais eventos desde quando incorporadas pelas dinâmicas comerciais.

Recheado por aquilo que aparece em termos gerais como “os detalhes” de sua composição, o formato contemporâneo de casamentos é registrado por Pinho como “um fenômeno novo, de proporções diferentes dos casamentos realizados por famílias de camadas médias em gerações passadas” (PINHO, 2017, p. 381). Nele, a preocupação dos anfitriões de um lado é provocar um conjunto de sensações entre os convidados – traçando estratégias para garantir suas lágrimas de comoção bem como euforia e lotação nas pistas de danças até a madrugada. E, de outro lado, produzir para si a materialização de um instante encarado como um “sonho”, adornado por um bolo não-comestível de múltiplos andares, uma mesa de doces planejadas por projetos paisagísticos, espumantes famosos especialmente comprados para o primeiro brinde dos noivos e um automóvel distinto daqueles de uso cotidiano para a noiva ser conduzida até a cerimônia. Tudo cenograficamente harmonizado para os melhores ângulos dos registros fotográficos.

Numa dinâmica de constante e contínua criação de “tradições” e “necessidades”, como a pesquisa de Pinho (2017) é precisa em ressaltar, a cada ano são incontáveis os novos “detalhes” ofertados pelo mercado, tais como aqueles que vi em minha primeira vez na *Expo Noivas* de São Paulo. Como já dizia o título do livro de Marins (2016), o “céu é o limite” quando falamos do montante financeiro que circula no setor fundamentado pela ideia de que aquela festa será a única e a mais importante de toda uma vida. E ainda que os trabalhos de ambas também capturem as recorrentes queixas e piadas em torno dos custos dispendidos na realização de eventos sob tal formato, não tem nos parecido, todavia, que a prescrição insistente de novos e sobrevalorizados produtos ou serviços esteja desviando noivas, noivos e suas famílias do projeto conjunto de fazer uma espetacular festa de casamento.

“Quanto você quer pagar pelo seu sonho?”, nos pressionava o *barman* na mesa de negociação para lembrar de que aquele não era um empreendimento qualquer. Ele pressupõe sacrifícios e, como demonstrarei adiante, motos são vendidas, poupanças de décadas são resgatadas e anos de endividamento são enfrentados em nome de uma ocasião que exige excepcional engajamento. Mas nesse cenário a pergunta que me insistia era: o que, junto a tanto dinheiro, circula nesse mercado de casamentos? O que e quanto mais, além de dinheiro, é preciso investir para pagar por esse sonho?

Alinhavos analíticos e metodológicos

Dentre as questões que tem sido levantadas sobre esse novo panorama na realização de casamentos no Brasil, tanto a pesquisa de Marins (2016) como a de Pinho (2017) ressaltam a centralidade feminina no processo de composição do evento. Embora haja uma ampla presença masculina como fornecedores de determinados produtos ou serviços – dentre os quais os profissionais de fotografia acompanhados por Marins (2018), os *bartenders* atuantes nas feiras ou os estilistas que serão centrais nesta tese – o mercado de casamentos não deixa dúvidas sobre seu objetivo e capacidade de atingir clientes bem específicos: as mulheres.

Como se não bastasse a reiterada associação social entre feminilidade e consumo em diferentes setores de mercado (ALMEIDA, 2002), no universo comercial dos casamentos nenhum esforço é poupado para evidenciar que a noiva é inquestionavelmente sua personagem principal. Sob uma cenografia composta de carpetes, letreiros ou estandes completamente cor-de-rosa, nas *Expo* ainda que haja homens trabalhando ou as acompanhando, são sempre mulheres escolhendo, negociando e comprando. Em incansável frenesi, são elas que dão a cara da multidão de frequentadores das feiras, assim como é ao redor delas que os profissionais se mobilizam para garantir o sucesso de seus negócios. Na hora de consumir, às noivas é reservada a liberdade de parecer “louca”, pois tudo se supõe permitido ao garantir a realização de “seu sonho”.

Se outrora o matrimônio configurava uma obrigação moral que constrangia mulheres à contornos “tradicionais” e religiosos feminilidade (BASSANEZI, 2001; ESCOURA, 2008), pode parecer um paradoxo o casamento nesse cenário se mostrar sob tão forte demanda feminina. Ainda mais quando pensamos no impacto do movimento feminista no campo das moralidades, das relações interpessoais e na ampliação da atuação das mulheres em postos formais de trabalho. Ao que Marins (2016) e Pinho (2017) já tem notado, nem as críticas políticas do feminismo contra as desigualdades impressas nas relações conjugais¹¹,

¹¹ Um debate que pode ser traçado em linhas gerais pelo menos desde os primeiros anos do século XX, quando a anarquista Emma Goldman (1910) comparou o casamento à prostituição e argumentou que a função de uma esposa era vender seu corpo a apenas um ao invés vários homens. Depois da década de 1960 e da problematização sobre casamento e amor ter ganhado mais centralidade no debate feminista, Shulamith Firestone (1976 [1970]), retomando o trabalho de Friedrich Engels sobre a “origem da família”, denunciou o casamento como uma estratégia perversa de sobrevivência econômica para as mulheres dentro da “sociedade patriarcal”, Kate Millet (1984) afirmou que “o amor tem sido o ópio das mulheres, como a religião é das massas” e Betty Friedan (1971 [1963]), autora do livro sucesso de vendas “A Mística Feminina”, julgou que o projeto de constituição de um lar como espaço de proteção legal, política, econômica e educacional era uma limitação às potencialidades femininas. Uma visão que se tornou próxima da crítica talvez mais popularizada nos anos anteriores, feita por Simone de Beauvoir (1970 [1949]) e que atribuía ao casamento uma dimensão de prisão

nem as transformações constitucionais que desobrigaram a formalização matrimonial para o reconhecimento de direitos familiares¹² arrefeceram o engajamento feminino em torno do casamento. E, assim, ambas as autoras procuraram compreender o que levaria mulheres heterossexuais, escolarizadas e com autonomia econômica a investir tanto tempo, energia e dinheiro na comemoração de um *status* conjugal que nem parece mais necessário.

À despeito das impressões de que tais ocasiões poderiam estar fadadas ao apagamento, os casamentos têm sido celebrados pelos agentes do mercado como um ritual que “voltou à moda” e são organizados com o aporte de grandiosos investimentos. Se antes casar era uma obrigação, nos termos das noivas transformadas em nossas interlocutoras, agora casamento é reivindicado como um “direito”: não aquele disputado em relação ao Estado, como no caso das históricas demandas políticas de grupos homossexuais (BUTLER, 2003 [2002]; SAGGESE, 2015), mas o garantido pela vinculação direta com o mercado, como consumidora. Vendido e comprado como a “festa da noiva”, os casamentos tanto quanto seus sentidos têm se transformado.

Sobre as representações que giram em torno de tais celebrações, a dissertação de Marina Blank (2017) procurou mapear os imaginários que subsidiam os “sonhos” das mulheres em se tornarem noivas. Sua pesquisa dá adensamento e continuidade às reflexões que eu iniciei durante o mestrado, onde atentei para a correlação entre as imagens de princesas popularizadas pelo universo midiático *Disney* e a composição estética de uma noiva¹³. Naquele momento, entre crianças de apenas cinco anos e com diferentes acessos ao mercado de consumo, produtos das personagens dos filmes circulavam com a mesma recorrência que a ideia de que uma mulher só se torna uma princesa quando se casa. Primeiro

existencialista e subjetiva da esposa: na “carreira das mais honrosas”, seria somente se sentindo amada por um homem que uma mulher conseguiria amar a si mesma.

¹² Um ponto que Pinho (2017), inspirada nos debates da história social da família de Mary Del Priori (2013), atenta-se ao chamar a atenção para a redução do número de casamentos formais entre as décadas de 1970 e 80 e correlaciona-la ao reconhecimento legal da coabitação nos arranjos domésticos e familiares.

¹³ Entre os anos de 2009 a 2012 circulei pelo interior paulista em três diferentes escolas de Educação Infantil para pesquisar com crianças pequenas os contornos de feminilidade delineados a partir das Princesas Disney e as aprendizagens cotidianas sobre noções de gênero. A pesquisa focou-se na mídia como uma tecnologia de gênero e buscou compreender de que maneira o consumo generificado também gerava práticas e representações sobre as diferenças entre feminilidades e masculinidades. A iniciação científica foi realizada no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP). Ambas pesquisas foram orientadas pela Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida e financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A dissertação de mestrado foi finalizada em 2012 com o título *Girando entre Princesas: performances e contornos de gênero em uma etnografia com crianças* e está disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-08012013-124856/>.

“porque princesa solteira não existe, senão não vai ser princesa, vai ser solteira”, tal como explicava uma das minhas pequenas interlocutoras, e, depois, porque a ela é essencial um vestido exuberante e adornado por uma coroa como aquele portado por uma noiva.

Blank (2017), ao acompanhar as expectativas de casais hétero e homossexuais sobre seus casamentos, inclusive somando sua própria experiência de noivado às análises, joga luz para as fabulações em torno da figura estética da noiva. Lembrando da correlação que vestidos e coroas estabelecem também com as produções das grandiosas festas de debutantes e da recorrência em que a figura da noiva é destacada ainda pelos filmes de comédias românticas, ela persegue narrativas de interlocutoras que reivindicam o “direito de ser princesa” numa espécie de fantasia pautada na hiperfeminilidade, e mostra os pontos de fissuras e problematizações desse ideal.

Também mais dedicado à compreensão das dimensões simbólicas envolvidas no processo de noivado, o trabalho de Breno Alencar (2019) completa o grupo de etnografias brasileiras realizadas sobre as transformações mais recentes na produção de casamentos¹⁴. Seus debates partem do diálogo com as instituições religiosas que ainda tentam balizar o processo ritual do matrimônio. A partir de observações em cursos paroquiais para noivas e noivos em Belém, Brasília e Teresina, as análises do autor se inspiram no campo sobre rituais e, em um sentido analítico mais próximo de Blank, elucidam os persistentes imaginários nupciais bem como atentam às tensões provocadas pelas mudanças sociais. Sensível às contraposições entre as representações religiosas e as agências individuais, o trabalho de Alencar persegue a fricção entre os diferentes significados do que pode ser se casar “fazendo tudo certinho” e coloca em questão as experiências ritualizadas de seus interlocutores.

Já em meu caso, aqui a tentativa foi menos de perseguir as representações em torno das constituições de feminilidade (como busquei fazer no mestrado); mapear as dinâmicas e a atuação do mercado especializado; ou reconstituir as variações históricas e rituais matrimoniais. Meu objetivo, por outro lado, concentrou-se em construir uma investigação sobre as *relações* acionadas durante a preparação das festas de casamento.

Em língua portuguesa, “casamento” pode ser tomado por dois nebulosos sentidos, significando de um lado o *status* de uma vida conjugal assumida por um casal ou, por outro, o momento de ação cerimonial e festiva de conquista desse *status*. Sobre a dimensão de um

¹⁴ A Breno, Cristina, Érika e Marina, devo constantes agradecimentos. Muito do que aqui se seguirá parte dos diálogos sempre produtivos e generosos que cultivamos coletivamente em nosso grupo virtual.

arranjo específico de vínculo entre pessoas (*marriage*), a análise relacional sobre “casamento” parece caminho mais inescapável e é longa a tradição antropológica que o consolidou em tema para décadas de debates sobre formas de estruturação das relações de parentesco.

No embate com as teorias de filiação e consanguinidade que se reivindicavam como análise capital das relações sociais tanto quanto para a consolidação da antropologia social (MORGAN, 1871), o francês Claude Lévi-Strauss (1982 [1949]) advogou pela centralidade do casamento como elemento fundacional do próprio estado de sociedade. Em sua análise, os tabus endogâmicos foram transformados na questão que solidifica sua investigação e dão o ponto de partida para uma teoria pautada na exogamia como princípio estrutural de parentesco. Para ele, o tabu do incesto é a chave de articulação entre natureza e cultura que cria a sociedade, pois condiciona os diferentes grupos sociais a estabelecer alianças entre si por meio de casamentos. Sob termos práticos, sua teoria fundamenta-se na ideia de que, dada a proibição do intercuro sexual a determinadas relações, mulheres proscritas são trocadas em uma dinâmica de reciprocidade que vincula genros, sogros e cunhados ao mesmo tempo em que institucionaliza alianças entre grupos sociais. Via casamento, ele argumenta, mulheres circulam ao lado de coisas e símbolos num sistema generalizado de trocas, cujo qual as alianças de parentesco fazem a amarração da sociedade.

A forma pela qual as mulheres surgem correlacionadas ao parentesco e à consolidação da sociedade na tese de Lévi-Strauss já foi alvo de muitas críticas. Dentre elas a de Gayle Rubin (1975), que acusa o autor de condicionar a subordinação feminina das mulheres trocadas pelos homens como um fundamento social e, ainda, de presumir a heterossexualidade como expressão única de desejo sexual no tabu do incesto. A crítica de Rubin sobre a teoria estruturalista de parentesco faz parte de seu trabalho pioneiro em busca pela desagregação e dinamização da dicotomia natureza/cultura das análises sobre assimetrias entre homens e mulheres. Um esforço analítico que se tornou central na elaboração do conceito de gênero e que pautou, ainda, o debate travado pelo feminismo desde a década de 1980 com as discussões antropológicas de parentesco (COLLIER; YANAGISAKO, 1987; STRATHERN, 1992; 2006 [1988]; BUTLER, 2003 [2002]) – tema que será retomado ao longo dessa tese.

Todavia, a perspectiva relacional é acionada nessa pesquisa para fundamentar discussões sobre uma dimensão do casamento que não é a de *marriage*, tal como se embasavam as tradicionais teorias de parentesco e suas decorrentes críticas feministas no

campo de gênero. Nos últimos quatro anos, a produção de festas elaboradas em mediação ao consumo de bens e serviços específicos se tornou meu campo de investigação. E sob a égide do mercado especializado o sentido do termo não tem indefinição: “casamento” significa celebração, é *wedding* e não *marriage*.

Nesse sentido, meu esforço de contribuição aqui está em assumir uma investigação sobre interações interpessoais a partir do casamento em seu sentido de festa e, por meio da etnografia, tentar provocar um deslizamento analítico no debate sobre relações de gênero e parentesco. Se nas décadas anteriores as mulheres apareciam nas teorias de parentesco como elemento de troca junto aos objetos, nessa pesquisa eu circulei ao lado de mulheres que estavam em busca dos objetos de composição dos casamentos transformadores de seus vínculos de parentesco.

As noivas são protagonistas das minhas interações em campo tanto quanto o são nas interações comerciais que hoje mediam a produção dos casamentos. Identificadas como clientes preferenciais são elas também as responsáveis mais visíveis pelo processo de planejamento e concretização dos eventos descritos como seus “sonhos” pessoais. Mas a despeito da centralidade feminina que é reivindicada nesse recorte temporal de preparação das festas, não restam dúvidas sobre a capacidade de mobilização que um casamento pode provocar.

Nesse tipo de celebração, é evidente que a festa se assume como confirmação pública da união entre duas pessoas que, daquele momento em diante, se transformam social e juridicamente em um núcleo familiar assim como parentes entre os familiares uns dos outros. Mas como essa tese busca demonstrar, há muitas outras relações que dali se criam, se atualizam, se publicizam ou, ainda, se rompem. Feita depois do investimento de muita energia, tempo e dinheiro, uma festa como essa é cenário de mobilização extraordinária de pessoas, coisas e relações.

Buscando expandir as análises realizadas sobre o mercado de casamentos, ao invés de acompanhar a atuação de algum profissional do setor, o que restringiria meu olhar a amostra de seus clientes, a principal estratégia de trabalho de campo foi me aliar a noivas em processo de organização de suas festas de casamento em diversos contextos regionais e econômicos.

A princípio, parecia que seria fácil encontrar interlocutoras/es de pesquisa. A cada nova conversa com gente conhecida ou desconhecida sobre o tema, ouvidos atentos sempre

vinham junto com o oferecimento de ajuda: contato de uma prima que iria casar, uma história engraçada que aconteceu na festa da irmã, dezenas de indicações de *realities shows* sobre casamento ou, até mesmo, uma desconhecida companhia de carona entre São Paulo e Campinas que exigiu que eu tomasse nota de seu número de telefone porque ela queria ser minha “entrevistada”. Parece que todo mundo quer e tem algo a dizer sobre o assunto.

Mas, na mesma proporção que era tranquilo acumular contatos para possíveis interações, fui percebendo que estar presente em alguns momentos deste processo de preparação e realização da festa não era algo tão viável. Acompanhar e analisar as próprias cerimônias de casamento, por exemplo, não se configurou como recorte empírico promissor e aos poucos foi um investimento descartado das análises.

A lista de convidados, para quase todos os preparativos que acompanhei, era de longe o principal assunto de tensão. *Buffet*, docinhos, bebidas, locação de móveis, impressão de convites, tamanho da igreja, quantidade de arranjos de mesas e lembrancinhas, para citar alguns exemplos, são produtos e serviços que o preço invariavelmente depende da quantidade de convidados de cada festa. Dessas que acompanhei, nenhuma contou com menos de 200 pessoas em suas listas e não raro quando eu perguntava sobre os custos do evento, noivas me respondiam pelo valor de cada “cabeça”, ou seja, convidado.

Embora eu tenha conseguido desenvolver uma relação de muita proximidade com diversos interlocutores, insinuar uma possibilidade de convite para minha presença na festa era atravessar um campo minado. Quase sempre enfrentando calorosas desavenças familiares no ajuste final do número de convites, a presença de uma pesquisadora recém-conhecida, afinal de contas, talvez não justificasse o dispêndio de algumas centenas de reais e não parecesse um investimento tão prioritário. E, nesse contexto, os convites que me chegaram para as festas de casamento se limitaram àqueles casais de reconhecida amizade e afinidade desde antes da pesquisa¹⁵.

Além disso, me interessava muito também acompanhar os momentos de contratação de serviços e de escolha de produtos. Situações em que eu procuraria observar o conjunto de critérios usados nas decisões, quais eram as opções ofertadas, as preferidas e, ainda, quem acompanhava as noivas ou os noivos nessas ocasiões e por quê. Entretanto, aos poucos fui notando que embora muitas das noivas dissessem se ressentir de noivos, familiares

¹⁵ A esse tema será dedicado mais aprofundamento e discussão no decorrer da tese, inclusive dedicarei análise para compreender os poucos casos de exceção, quando eu fui convidada aos casamentos de desconhecidos.

ou amigas que não estavam tão empolgados quanto elas nos preparativos do casamento, minha reiterada disponibilidade em acompanhá-las e em falar infinitamente sobre o assunto não eram suficientes para eu ser lembrada em tais ocasiões. Ninguém me convidava. Ou, ao menos ninguém dentre as noivas que eu conheci no período da pesquisa.

A intensidade dos vínculos afetivos, as tentativas de preservar o impacto da surpresa dos detalhes da festa ou até mesmo o temor de expor os conflitos das relações íntimas me pareceram algumas explicações viáveis para os “esquecimentos” das minhas novas interlocutoras. Dadas seguidas frustrações nesse sentido, percebi que havia algo naqueles momentos que procurava torná-los muito menos abertos do que eu imaginava. Usando de uma certa dose de insistência, às vezes fundamental para a pesquisa de campo, consegui convencer algumas delas de me levarem junto em tais momentos de interação com os profissionais do mercado. Mas nas ocasiões que, enfim, consegui acompanhar esses instantes de negociação e contratação de produtos ou serviços, ou era porque as datas de minhas entrevistas coincidiram de serem próximas aos seus compromissos com fornecedores, ou então porque as interlocutoras já eram mais próximas a mim e me identificavam uma confiança de “amiga” desde antes da pesquisa.

Enquanto Marins (2016), Pinho (2017) e Blank (2017) falam sobre suas experiências como noivas antes ou durante a pesquisa como um gatilho para a investigação, no meu caso, sem ter casado e nem ter uma festa dessa como um plano futuro, estar no lugar de “irmã da noiva” foi minha porta de entrada para um universo que eu nem imaginava existir. Nessa pesquisa minha irmã foi a primeira guia a me conduzir pelo mercado especializado em casamentos, me apresentando terminologias, produtos, *websites*, feiras e modas em voga no período. Além disso, até tomar independência e construir meus próprios espaços de pesquisa de campo, ela foi também peça fundamental para ampliação da minha rede de contatos, me apresentando amigas e fornecedores que, assim como ela, estavam imbricados no processo de produção das festas.

Realizar um trabalho em antropologia urbana cujo objeto de investigação é tão próximo do nosso convívio sem dúvidas requer certa dose de reflexividade e habilidade em “estranhar o familiar” como diria Gilberto Velho (1981), e conseguir produzir distanciamentos emocionais e intelectuais de situações em que o olhar observador também está “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002). E quando o “familiar” é inclusive sua própria família, como no trabalho de Luiz Fernando Duarte e Edlaine de Campo Gomes sobre as trajetórias

transgeracionais de seus parentes (2008), o desafio é ainda mais complexo. Por um lado, significa assumir uma posição de “quase profanação” da família, desrespeitando-a como “reduto daquilo que a sociedade não interfere”. Mas, por outro lado, é reconhece-la também, e paradoxalmente, como lugar privilegiado para a captura de fluxos de segredos e de não-ditos que ancoram “os temas mais críticos e privados”, como “sexualidade, conjugalidade, afetividade, decisões reprodutivas, religião” (DUARTE; GOMES, 2008, p. 43).

Esse não é um estudo sobre minha irmã e nem sobre minha família, mas ao que deverá ficar claro nas discussões que se seguem, família é um tema inescapável desse campo. Não foram poucas as vezes em que fui confrontada por interlocutores sobre os porquês de não ter me casado e nem compartilhar aquele “sonho” tão disputado. Nessas situações, pouco adiantava qualquer explanação sobre as críticas feministas ao casamento. Me identificar como uma “irmã da noiva” e evocar as histórias que se desenrolavam no universo privado das minhas relações familiares era, de longe, a explicação mais eficiente para justificar meu interesse pelo objeto da análise. Embora sempre aceitassem a razoabilidade de meu espanto diante do gigantesco mercado de consumo, era especialmente após minhas confissões íntimas sobre as tensões e lutas da minha irmã na produção de seu casamento que eu recebia a solidariedade de interlocutores para a contribuição da pesquisa.

Além da necessidade de uma presença, ainda que virtual, das minhas relações familiares na condução das interações em campo, foi essencial também contar com minha rede de contatos anteriores à pesquisa para conduzir a investigação. Recorrer a pessoas já conhecidas não é em si uma novidade em trabalhos de cunho qualitativo. Em se tratando de uma pesquisa sobre festas de casamento, para além do espaço público do mercado não há outro meio de acessar o processo de produção desses eventos senão se embrenhando pelas tramas das famílias. Mas não é qualquer família que aceita uma desconhecida entre os seus. Por isso, a estratégia de me somar interlocutores cujo meu vínculo extrapolava o período da pesquisa ou eram pessoas muito próximas de meus amigos foi fundamental para que eu pudesse acompanhar o fluxo de fofocas, queixas e segredos familiares que em uma relação recente e de menor confiança era menos presumível de acessar.

Esse tipo de aproximação me exigiu ainda mais cuidado em relação ao anonimato dos meus interlocutores e na apresentação de suas histórias que dão forma a essa tese. Em se tratando aqui de uma pesquisa que circula por narrativas pessoais em que segredos sobre a festa se misturam a confidências sobre as relações íntimas, a escrita do texto atentou não

apenas em embaralhar e trocar os nomes reais dos interlocutores, como também em evitar pistas que pudessem expor as identidades por trás dos personagens. Ao mesmo tempo, escrever e analisar histórias tão delicadas de pessoas que prezo inevitavelmente colocou em risco minhas próprias relações com os interlocutores. O que tentei atenuar num investimento de tornar constante as conversas sobre a pesquisa com as interlocutoras, mesmo depois de já realizadas as entrevistas mais formais ou os próprios casamentos, recuperando os pontos de suas trajetórias que eu exploraria no texto e explicando como eu pretendia os analisar em comparação com as demais histórias. Tal procedimento, devo destacar, foi importante para conseguir incluir meus interlocutores na pesquisa não apenas como fontes de acesso ao material de pesquisa, mas também como avaliadores e debatedores das análises que eu ia tecendo teoricamente em seguida.

Já com os profissionais do mercado, minha reiterada afirmação dos sigilos de identidade era curiosamente tomada com certa dose de descaso. Foram várias as vezes em que fornecedores disseram não se preocupar com o anonimato e em que também pediram para que eu enviasse o trabalho final com seus nomes destacados para compartilhar em suas redes sociais. Uma situação que julgo derivar de uma confusão na esfera metodológica, na qual alguns interlocutores tendem a associar nossa observação em campo e os convites para entrevistas formais com técnicas de atuação profissional de um jornalista – que poderia ajudar na divulgação seus trabalhos¹⁶. E depois de eu notar os enganos e explicar as especificidades de uma pesquisa de doutorado, não era pouca a frustração dos agentes de mercado quando recebiam a notícia de que a pesquisa ficaria pronta somente alguns anos depois de nossas conversas.

Concomitantemente ao acompanhamento da rede de casais em processo de organização de suas festas de casamento, estabeleci também uma frente de trabalho de campo especialmente voltada a um tipo singular de interação das noivas com o mercado especializado. Enquanto Pinho (2017) perseguiu as controvérsias sobre quais seriam aqueles itens mais ou menos cruciais para a composição do casamento-espetáculo, aqui busquei acompanhar as práticas de consumo de um objeto que, reiteradamente, era eleito pelas noivas como aquilo que não poderia ser economizado: o vestido da noiva.

¹⁶ Situação semelhante pela qual Marins (2016, 2018) também passou, quando sua presença enquanto pesquisadora tendia a ser usada como recurso de valorização de reputações entre os profissionais

Figurando-se como um dos personagens principais dessa pesquisa, o traje de festa exclusivo da noiva é item imprescindível de consumo durante a preparação dos casamentos espetaculares. Ao seu redor, narrativas mágicas se produzem e especulações, viagens e brigas são acionadas no suntuoso e protocolar momento de sua escolha. Ocasão, aliás, que não raro é o marco inicial do processo de organização dos casamentos.

Como as noivas, nessa pesquisa também fui ao encontro dos vestidos num movimento metodológico que me possibilitou tanto acompanhar um momento central de interação entre noivas e profissionais do mercado, como, e principalmente, me abriu uma entrada transversal de trabalho de campo em diferentes contextos econômicos. Em variadas proporções de tempo e meios de acesso, observei presencialmente o atendimento em diferentes lojas de aluguel e venda de trajes de festas na cidade de São Paulo e de lá conheci noivas e noivos que posteriormente também se somaram ao grupo de interlocutores entrevistados.

Circulando, como as noivas, pelo território do mercado, a pesquisa buscou analisar as práticas de consumo em três diferentes contextos espaciais: 1) uma loja de bairro de aluguel de “trajes a rigor” em São Mateus, localizada num dos principais endereços de comércio popular da zona leste paulista e frequentada essencialmente por moradores da região, de bairros fundados no último século, a partir de ocupações irregulares de trabalhadores migrantes do norte e nordeste e, hoje, compostos por diversos conjuntos habitacionais estatais; 2) uma loja na Rua São Caetano, endereço conhecido como “Rua das Noivas” no centro da capital e que faz parte de uma região comercial por onde circula diariamente milhares de pessoas, muitas delas, inclusive, vindo de outras cidades e estados brasileiros em busca dos bons preços divulgados em grande medida pelos mercados informais; e 3) os diferentes contextos de atendimento na região dos Jardins, material que analiso tanto pela minha observação em campo numa loja na centenária Avenida Rebouças, como também por meio dos relatos das noivas sobre os momentos de compra dos seus vestidos nas alamedas transversais da mesma Avenida – embora a área dos Jardins seja formada por bairros diferentes entre si, a região caracteriza-se pela presença de imóveis de valores elevados, predominantemente residenciais, com paisagens arborizadas e especial aderência de negócios de bens e serviços voltados às elites econômicas e culturais, tais como lojas de carros importados e restaurantes internacionalmente conceituados.

Tanto na loja do bairro São Mateus como na empresa da Rua São Caetano, a entrada em campo para o período de observação participante foi autorizada por intermédio de minha rede pessoal de amigos e familiares. Nesses dois locais, com algumas nuances sobre os limites do meu acesso aos bastidores da loja, eu acompanhei o cotidiano de atendimentos por meses consecutivos. Entretanto, na área dos Jardins, terceiro espaço de pesquisa sobre as práticas de consumo de vestidos, nenhuma de minhas investidas de contato com estilistas ou vendedores se desdobraram em autorização para realizar observações contínuas em suas lojas. Dali, o material de pesquisa que é na tese analisado decorre de dois tipos de situações: quando acompanhei uma interlocutora em seus atendimentos de escolha e prova do vestido na Avenida Rebouças; e por meio dos relatos de três interlocutoras que foram clientes de estilistas com *“atelier”* nas alamedas espalhadas na região.

Embora os materiais se diferenciem muito em termos de nível de detalhamento e de onde partiu meu olhar, a contraposição entre os territórios se tornou importante para que a pesquisa pudesse adensar questões sobre consumo e circulação de objetos que surgiam imbricadas à experiência das noivas na preparação de suas festas. Além disso, foi entrando em campo nas lojas que surgiu outro importante gancho de pesquisa. Em uma ocasião, na loja da Avenida Rebouças, o contrato de locação do vestido já estava fechado e sendo assinado quando em um comentário despretensioso o estilista me contou que havia passado suas férias no norte do país depois de muitas de suas clientes paraenses terem recomendado a região. A surpresa foi minha e foi dele quando lhe disse que estava em contagem regressiva para morar durante uma temporada em Belém. O funcionário celebrou a notícia e não poupou elogios ao estado, ressaltando também que era alto ali na loja o número de clientes vindas das outras regiões brasileiras: “um povo muito rico, não economiza não, elas vêm pra escolher, depois vêm para provar e vêm buscar” dizia em tom de surpresa e me incentivando a incluir noivas paraenses na minha amostra. Essa foi a dica inicial que, por fim, me fez ampliar o horizonte da pesquisa e incluir interlocuções para além de São Paulo.

Não é objetivo desta pesquisa mapear o setor especializado em festas de casamento, assim como também não se trata de apresentar uma análise comparativa completa sobre o mercado de produção e comercialização de vestidos de noivas no Brasil. Entretanto, a entrada de Belém no corpo da pesquisa me possibilitou pensar a partir de outras perspectivas. O espanto sobre a vinda de noivas de estados tão longínquos para a capital paulista me levou às interlocutoras paraenses que, por sua vez, me fizeram reposicionar meu

olhar sobre São Paulo. Os trânsitos de noivas de outras regiões em direção às lojas paulistanas e de vestidos paulistas no sentido inverso, me levaram para duas importantes considerações: a de que a decisão de analisar as lojas de vestidos de noivas em São Paulo parecia acertada, já que a cidade surgia como importante polo irradiador dos produtos pelo país; e de que havia algo na circulação de coisas e pessoas que parecia balizar as interações comerciais do setor. Como será tema de discussões posteriores, trânsitos e territórios foram noções que ganharam força no decorrer da pesquisa e, da circulação de noivas paraenses, passei a atentar também aos deslocamentos de noivas dentro da própria capital paulista.

Ademais, em função desse alargamento empírico ganhamos não apenas novos matizes para a análise como, também, as interlocutoras sem as quais esta pesquisa não teria conseguido capturar as nuances de mercado dos “*ateliers*”, até então inacessíveis quando o campo se concentrava em São Paulo. Constituindo minha rede de interlocutoras fosse por contatos pessoais ou a partir do trabalho de campo nas lojas, o espectro econômico da minha amostra em São Paulo se limitava na maioria dos casos às festas de até R\$ 100 mil. Acima desse valor, me faltavam possibilidades de interlocução. Todavia, se acessar as festas de casamentos de uma ponta econômica da população era uma expectativa distante em São Paulo, em Belém e com os reposicionamentos do meu próprio deslocamento, essa missão tornou-se possível. Diante das desconhecidas, minha apresentação como “pesquisadora de São Paulo” acionava determinados referenciais de valor que contaram muito para o início da interlocução. E, sem dificuldades, realizei entrevistas e acompanhei a organização das festas que aqui nessa tese se apresentam sob os maiores orçamentos. Além disso, foi já em Belém que conheci duas das noivas que se tornaram as principais referências no debate sobre as lojas dos Jardins – lugar para onde elas se deslocaram em busca dos vestidos.

No balanço total, além das observações em campo nas diferentes lojas de vestidos de festas e de entrevistas com profissionais do mercado, o material de pesquisa aqui compilado refere-se ao acompanhamento da organização de 11 festas de casamento cujos custos variaram entre R\$ 20 mil a R\$ 300 mil, em São Paulo e em Belém. Em nenhum momento eu defini um recorte de perfil etário ou de orientação sexual entre os casais para guiar a pesquisa. Entretanto acabei acompanhando apenas a preparação de festas feitas para celebrar a união de jovens casais com idade de 18 a 32 anos e em relacionamentos heterossexuais.

Durante o trabalho de campo, tentei me aproximar de um casal de mulheres que estavam prestes a celebrar seu casamento. Mas o convite que fiz, por intermédio de uma amiga, para que elas participassem da pesquisa nunca foi sequer respondido. Além disso, me parece oportuno dizer também que parte da ausência de casamentos homossexuais na minha amostra pode estar atrelada ao próprio formato de festa que eu procurava analisar. Aqui, meu foco recaiu em eventos produzidos para recepcionar centenas de convidados e, embora se materializassem em diferentes estilos estéticos, eram ocasiões feitas sob formatos grandiosos e em relativa contraposição àquilo que ultimamente o mercado vende sob a ideia de um “casamento alternativo”¹⁷.

Nessa tese, o material empírico diz respeito essencialmente ao recorte temporal compreendido entre os pedidos ou decisões de se firmar uma união matrimonial até a realização da celebração do casamento. Na produção desses dados, lancei mão de observações em eventos de despedidas de solteiras, em reuniões entre anfitriões e fornecedores e, como detalhado acima, nos momentos de escolhas dos trajes de festas e vestidos de noiva. Além disso, contei ainda com a interlocução de noivas, noivos e casais durante entrevistas em profundidade. Ocasões em que elas/es gentilmente refletiram e compartilharam comigo suas experiências e impressões sobre o que era estar no centro da produção dessas espetaculares festas de casamento.

O nó da etnografia

A decisão de se fazer uma festa de casamento é sempre permeada pela ansiedade de reencontros em um cenário extraordinário de extroversão (por vezes de exageros), de compartilhamento de comidas, bebidas, jogos, danças e, portanto, de muita diversão. É a expectativa de criação de um marco espaço-temporal de alegria e, não por acaso, a orientação

¹⁷ Ainda não há pesquisas voltadas a esse tipo específico de celebração e, por isso, é difícil precisar o significado desse conceito. Arrisco aqui dizer que a ideia de um “casamento alternativo” tem sido usada muitas vezes para se referir a celebrações “intimistas” com o número de convidados bastante reduzido, a ocasiões sem cerimônias religiosas e às vezes também para casamentos realizados em praias, praças públicas ou em localidades rurais. O que predominantemente me parece estar em jogo é uma tentativa de explicitar um posicionamento moral em contraposição àquilo que se entende por “tradicional” num evento como esse. Seja por vezes se posicionando contra um exacerbado dispêndio financeiro, ou contra assimetrias de gênero e sexualidade que estariam presumidas na dimensão simbólica do ritual de origem religiosa. Suspeito que se “casamentos alternativos” estivessem dentro do escopo mais geral desse projeto, talvez eu tivesse identificado mais casais homossexuais na interação com os profissionais do mercado. Entretanto esse foi um tema que ainda ficou em aberto para futuras investigações.

editorial para todos os registros oficiais desse momento é de consolidar uma história de intensa emoção e coesão entre anfitriões e convidados.

Mas uma festa não começa no dia de sua realização. No período compreendido entre a decisão de casar-se e o gozo da celebração, a organização de um casamento é tomada como uma temporalidade extraordinária, intencionalmente suspensa da vida cotidiana e que, como esta pesquisa aponta, serve de espaço de manejo para as relações. Sob forte engajamento coletivo, oferece um marco temporal no qual os vínculos ganham nova potência assim como são reconfigurados e reposicionados.

A cada dia observando o cotidiano das lojas de vestido ou conversando com noivas, noivos e profissionais do mercado, as intrigas, fofocas, piadas, reclamações, competições ou desconfianças apareciam com tanta força de mobilização que aos poucos me deparei com a inevitável pergunta: pelo que as pessoas brigam? Mas além de ter alguma aproximação sobre os principais motivos que geram discordâncias memoráveis entre os sujeitos enquanto o festejo do casamento é preparado, o mais importante foi perceber que ao invés de apenas rupturas, os “estresses” e as “guerras” travadas, produziam as próprias relações. E das disputas por posições de feminilidade e masculinidade, concorrências sobre valores e querelas familiares, as situações morais implicadas no conflito ganharam relevo na pesquisa.

Aqui, seguindo os apontamentos levantados por MARQUES, COMERFORD, CHAVES (2007) conflito não é sinônimo de desvio e nem desequilíbrio capaz de oferecer uma visão sobre a ordem. Embora essa não seja uma tarefa fácil depois de tanta tinta empregada em nossa disciplina em busca das regras gerais da interação social, a presunção do conceito de sociedade é questão afastada de meus objetivos. O conforto aparente provocado por tal totalização ou a de seu par dicotômico, indivíduo, foi substituído aqui pela aposta na complexidade relacional de uma análise menos preocupada com a estabilidade, num movimento teórico que busca, em contrapartida, dar mais ênfase ao caráter iminentemente dinâmico e contingencial das relações.

À revelia da tendência em associar as relações de parentesco a enfoques analíticos sobre suas dimensões de solidariedade, nesta pesquisa busco deliberadamente perseguir as situações de tensão durante a preparação dos casamentos. Tal investimento é inspirado nas contribuições tanto do campo de gênero como da antropologia da política, quando diferentes trabalhos se dedicaram à correlação entre família e conflito. Embora as situações aqui

analisadas estejam muito longe de parecer àquelas de “mortes em família” (CORRÊA, 1983) dos casos de violência conjugal ou dos assassinatos que rondam as sertanejas “vinganças de família” (MARQUES, 2002), apostei aqui no aspecto produtivo do conflito para evidenciar o manejo das relações.

Em suas formas sutis de engajamento via reclamações, intrigas, ironias, piadas e provocações, a discórdia se tornou principal via de acesso ao meu objeto de estudo. Um procedimento analítico que encontra aproximações também com o trabalho de Claudia Fonseca (2000), quando a autora se debruçou sobre as interações de vizinhos em diferentes bairros de Porto Alegre e percebeu a fofoca como uma poderosa arma (prioritariamente) feminina de tensionamento das relações. Sob a estratégia de manipulação ativa das reputações, o tom de humor das piadas e intrigas cumpria o papel contraditório de ameaçar as honras individuais e ao mesmo tempo produzir, integrar e delimitar o grupo de vizinhança: na falta de sentido em se fazer fofoca sobre pessoas desconhecidas, quem virava assunto nas rodas de conversa recebia também seu atestado de pertencimento àquele grupo de interação social.

Da junção de tais considerações aos dados de campo, assumi o lugar inesperado de olhar para aquilo que parecia a antítese do espírito de uma festa e no período de produção dos eventos feitos para se tornarem momentos de comunhão e felicidade, me atentei às situações mediadas pelas tensões e disputas que rearranjam as políticas domésticas. Nessa tese, assumi acompanhar o recorte de tempo que as pessoas destinam à organização de seus casamentos, pois, nele, os conflitos aparecem como elemento em preeminência e implicam necessariamente situações de alteridade *per se*, episódios em que se imbricam o olhar do outro sobre si e aquilo que se quer evidenciar para o outro. Publicamente experimentado, pelo conflito se convoca o outro e se estabelece diferença. Por ele, as relações se constituem, se afrouxam e se atualizam.

Relações, pessoas e objetos aparecerão como personagens centrais do experimento textual que se segue e nessa etnografia cada capítulo persegue um conjunto específico de disputas: o embate entre preços e valores dos vestidos na concorrência do mercado; as fronteiras morais e corporais na produção material da noiva; as brigas entre anfitriões na batalha pelo comando da festa e dos limites da família e, por fim, as expectativas e as dívidas cobradas em retribuições dos convidados. Para analisar o conjunto geral de material produzido, a tese está dividida em duas partes.

Na primeira costura analítica, chamada aqui de “De vestidos e noivas”, dou enfoque às disputas sobre a produção e circulação dos objetos a fim de apresentar as formas pelas quais eles são capazes de produzir pessoas. Uma aura de “magia” e “sonho” é constantemente invocada entre noivas e profissionais do setor para transformar o momento de escolha do vestido de noiva como um evento tão marcado por protocolos cerimoniais quanto o próprio casamento. Identificado como um dos instantes mais centrais durante o “tempo do casamento”, giro entre noivas e vestidos para compreender as relações que estão em jogo nesse momento de decisão. Para tanto, analiso os materiais produzidos em trabalho de observação em diferentes lojas especializadas nesse tipo de produto e nas conversas com as noivas sobre suas práticas de consumo.

No primeiro capítulo, intitulado “Para noivas com classe”, assim como tantas noivas que elegem o vestido como marco inaugural do processo de organização de suas festas, fiz dele também a porta de entrada para a tese. Depois de uma contextualização sobre diferentes espaços de aluguel e venda de vestidos na cidade de São Paulo, exploro as disputas comerciais em torno da definição dos preços dos objetos e questiono os limites da relação entre custo e qualidade para explicar valores de trajes que vão de R\$ 500 a R\$ 45 mil. Evitar gastos onerosos não parece ser uma preocupação das noivas durante o processo de escolha dos vestidos e, seguindo-as, percorro diferentes territórios do mercado na cidade e entre cidades compondo uma complexa cartografia da distinção. Nesse cenário, vejo como hierarquias espaciais produzem os vestidos tanto quanto seu valor, numa fusão intencional entre valor de troca das mercadorias comercializadas nas lojas e valor moral para a constituição de reputações das pessoas.

Em “Porque noiva tem que brilhar”, no segundo capítulo, as tensões entre noivas e suas imagens nos espelhos, os conflitos com suas mães e as manobras de venda dos estilistas evidenciam um complexo conjunto de contendas morais em torno da forma corporal personagem-noiva que será assumida no casamento. Aqui, a discussão sobre a relação entre pessoas e objetos ganha maior adensamento e eu busco demonstrar como as disputas sobre o valor do vestido se confundem na produção do valor da própria noiva. Nesse contexto, noções de gosto e estilo assim como acusações entre “chique” e “cafona”, ganham relevância na produção do figurino da protagonista do casamento ao mesmo tempo em que materializa insígnias de distinção, numa reivindicação por posições de poder interseccionalmente produzidas não só por gênero. O vestido produz a noiva e a noiva produz o impacto de um

vestido, numa relação entre pessoa e objeto que a diferencia e desiguala perante qualquer outro convidado e parece confirmar a expectativa de que o casamento seria, afinal, “a festa da noiva”.

Já na segunda costura analítica, como seu título evidencia, chego nas relações entre “anfitriões e convidados”. Nessa parte, busco compreender as formas pelas quais as tensões entre as pessoas, muitas vezes provocadas pelos objetos, constituem e reposicionam as relações na preparação de uma festa de casamento. E para além das concepções religiosas que pressuporiam o casamento como momento de formação de um núcleo doméstico, tento mostrar como muitas outras relações além do casal estão em jogo numa complexa dinâmica de conexões e diferenciações.

No capítulo 3, “Donos da festa”, embora muita noiva diga que o casamento é seu, tem noivo que também quer “brilhar” usando a linguagem do “direito” para demandar uma “igualdade” na organização dos eventos e mostrando que há muitos outros anfitriões em jogo nesse cenário. As narrativas masculinas vão surgindo e desestabilizando a ideia do noivo abnegado, tão repetida nas interações produzidas pelo mercado. E, por outro lado, mães, pais e irmãos vão aparecendo e disputando o processo de decisão sobre o evento, numa dinâmica que parece que ninguém quer ficar de fora do comando da festa. Definições sobre as comidas, as músicas, os detalhes da decoração e os trajes especiais são alvos de constantes embates e desacordos. Pois ter “direito” sobre a escolha dos detalhes da celebração significa também se confirmar como parte do grupo anfitrião. Mas no centro das disputas, a definição final de quem entra ou não na lista de convidados se torna a principal batalha travada pelos anfitriões: uma “guerra” onde o controle sobre a lista de convidados significa, no limite, controlar a própria definição da família. E assim, fora dos territórios do mercado em que prevalece a máxima de que “a noiva manda”, o casamento mostra que é não apenas uma festa de família, mas o momento que se produz a própria família.

Ao final, como diz o título do quarto capítulo, “Casamento é compromisso”. Um casamento não é assunto de engajamento apenas de quem está se casando, pois não há nem anfitriões e nem festa se não houver, por outro lado, convidados. Nas dinâmicas de produção do valor moral do evento, do peso afetivo impresso no convite e das expectativas sobre as retribuições, a discussão desliza para a ambiguidade da dívida imposta pela dádiva. Entrar para o seleto grupo de convidados é inegavelmente ter um reconhecimento público de afeto e consideração. É ser querido. Entretanto, é também aceitar uma dádiva que deverá ser

retribuída. Presentes, presenças, apresentações pessoais, fotos, gentilezas e até engajamento digital se tornam elementos sob observação, controle e avaliação que, no limite, atestam o nível de comprometimento dos convidados não apenas com a festa, mas com os próprios anfitriões. E na dinâmica de trocas e manutenção de reputações entre anfitriões e convidados que precisam merecer seus convites, não é raro que relações deslizem de amigas a inimigas e, inclusive, sejam ali desmotivadas ou desfeitas. Contra o convidado que é ao mesmo tempo um inimigo potencial, um preço mínimo para presentes pode ser estabelecido, restrições de vestuário e até mesmo a contratação de um segurança para inibir roubos na mesa de doces. Pois da delicada articulação entre dinheiro, bens e afeto em meio as festas de casamento, relações e reputações são constituídas sob marcados contornos de ambivalência.

Nesse “tempo do casamento”, como tenho definido, as relações produzem como efeitos noções de diferença e aliança que rebatem em questões sobre gênero, classe, raça, corporalidade e família, mas também em posições de poder. Dentre as situações nos bastidores de produção das festas, encontrei muito menos harmonia do que poderia supor ao contemplar os românticos álbuns de casamento. E das análises que se seguem nessa etnografia, o que ganha força é a dimensão antagônica das relações e a perspectiva de que as vinculações compostas por afeto e aliança não necessariamente excluem posições de hierarquia.

1ª Costura
[de vestidos e noivas]



Laerte Coutinho, 21 março de 2009.

Capítulo 1

Para noivas com classe

Sem modéstia

“Modéstia à parte, eu acho que meu vestido foi um dos mais bonitos que já teve aqui nessa cidade”, me dizia Juliana¹⁸ alguns meses depois de seu casamento em Belém, capital do estado do Pará. Aos 32 anos, administradora de formação e por muito tempo responsável pela criação dos trajes de banho vendidos na loja de sua mãe, a noiva tinha especial atenção às tendências de moda e a celebração de seu casamento avaliada em R\$ 300 mil era também narrada como um novo marco de sua trajetória pessoal.

O traje foi um caso à parte em sua história. Descrito como aquilo com que ela não se preocupou em fazer economia, o vestido de noiva de Juliana tinha sido um dos elementos mais caros de sua festa, já que também era reconhecido como o item mais importante do seu “sonho de ser noiva”. “A noiva é o personagem principal da noite e as pessoas esperam que ela esteja deslumbrante”, dizia para justificar tanto engajamento em torno da peça e os motivos que a levaram para São Paulo em busca do traje perfeito.

Com sua importância proporcional também à expectativa gerada ao seu redor, como argumentava, o traje segundo ela era item de dedicação imprescindível pois “na verdade, quando você fala em casamento, as pessoas se lembram mais do vestido da noiva do que da decoração. Mais do vestido da noiva do que da comida. É a coisa que as pessoas mais lembram”, dizia. Motivo de constante avaliação, em nossa conversa ela rememorou um casamento ocorrido na mesma cidade anos antes. Um evento que julgava estar “lindo”, com uma “decoração linda” e uma banda muito famosa, mas no qual o vestido da noiva decepcionou todos os convidados. “Tava horroroso, acabou com o casamento. Acabou” já que, como previa, “todas as fotos vão estar feias, porque a noiva está feia”.

Estar feia no seu casamento era um risco que Juliana definitivamente não queria correr. E dizendo não confiar nas profissionais paraenses para justificar sua partida em viagem

¹⁸ Todos os nomes de interlocutoras/es diretas/os deste trabalho foram modificados para garantia de sigilo de pesquisa. Tal procedimento foi adotado mesmo para quem não fez do anonimato uma exigência, e também para os profissionais do setor com os quais eu não tive contato pessoal, mas que eram referidos pelas minhas interlocutoras (como é o caso das estilistas que aparecerão ao longo da tese).

na busca de outras referências comerciais, a noiva transformou o momento de escolha do seu vestido num investimento diferenciado, repleto de dedicação e cuidado.

E assim como ela ou tantas outras interlocutoras destacam o momento de escolha do traje como instante crucial e de início da preparação das festas de casamento, tomei a busca pelo vestido de noiva em sua forma de objeto valioso como ponto de partida também dessa tese. Nesse capítulo, entro pelas lojas de trajes de festas junto com as noivas e, em deslocamento, percebo a circulação de vestidos e de clientes numa dinâmica de transitividade de reputações entre pessoas e objetos. Nesse contexto, o principal conflito aqui é pela definição da “qualidade” das mercadorias tornadas insígnias extraordinárias de desejo e a consequente batalha entre preço e valor disputada no território do mercado.

Em São Paulo, depois de passar pela loja de Cristiano Garcia¹⁹ e sair de lá com o orçamento de R\$ 90 mil por um vestido que não tinha lhe agradado tanto, Juliana firmou contrato no prestigioso “*atelier*” de Olivia Hoffmann²⁰: uma estilista conhecida por fazer os “vestidos das celebridades” e quem teria lhe cobrado “a metade” do outro profissional. Evitando falar sobre os preços finais de sua peça ou das cinco viagens que precisou fazer para as provas do vestido, a noiva contou detalhes sobre o atendimento e sobre o processo de produção do traje feito “sob medida”. Um vestido composto por três diferentes tipos de rendas naquilo que ela identificava como um aproveitamento completo das maiores qualidades da estilista, uma profissional que, segundo ela, devia ter “uma pequena fortuna em materiais”.

“Pra mim não existe nada mais feminino do que renda, e ela usa em todos os vestidos dela”, me explicava a noiva enquanto buscava, ao mesmo tempo, me mostrar também o sucesso de suas escolhas e o impacto causado por seu vestido. Do *Atelier Olivia Hoffmann* localizado na quadra que faz a divisa entre os bairros do Jardim Europa e Itaim Bibi, zona oeste na capital paulista, Juliana voltou a Belém com o traje que julgava materializar todos seus esforços de não deixar seu casamento parecer um momento qualquer. E parece que a estratégia tinha mesmo dado certo. Mesmo antes do casamento acontecer, a

¹⁹ Nome fictício que aqui uso para designar um famoso estilista, com marca própria e ateliê localizado num casarão no bairro dos Jardins (SP). Segundo *websites* especializados em moda, o profissional já vestiu diversas noivas emblemáticas e estrelas da mídia internacional, sendo também o responsável por vestir anualmente um grande número de modelos para capas de revistas especializadas no setor.

²⁰ Estilista que ganhou notoriedade principalmente na última década quando passou a produzir peças sob medida e exclusivas para clientes famosas da TV brasileira, bem como assinar o figurino de noivas nas telenovelas da Rede Globo.

preparação de seu evento, em recepção a 500 convidados na igreja mais disputada da cidade, já era alvo de insistentes publicações nas redes sociais e a expectativa pelo traje causava burburinho numa espécie de grande suspense.

A união de Juliana com um herdeiro de uma grande rede varejista de Belém, amigo de seu irmão mais velho, mobilizou atenção especial naquela noite de junho. Já não bastasse a curiosidade em torno daquele que é mantido como o maior segredo da festa de casamento, o rumor de que seria uma peça confeccionada pela estilista de São Paulo que faz os mesmos figurinos de noivas das novelas acrescentou mais interesse ao evento. “Teve gente que se escondeu, foi pra Basílica, ficou na porta só pra ver o vestido” me contou a noiva, satisfeita, enquanto me mostrava o número de visualizações que o vídeo de seu traje obteve em uma rede social.

Distante dali, na zona leste de São Paulo, Gabriela também me contou ter ido longe atrás de seu vestido. A noiva tinha 25 anos e era assistente administrativa de uma confecção de roupas quando falou, em nossa entrevista, sobre seu sonho em se casar e sobre como precisou rebater com veemência as tentativas do noivo em fazer um “churrascão” na rua para comemorar a união. Para ela, já que era para casar, então tinha que “casar direito”: o que incluiu, afinal, uma festa orçada em R\$ 20 mil para cerca de 450 convidados numa chácara alugada nas redondezas de São Paulo, onde ela se apresentou com seu vestido branco e especial à ocasião.

Com celular em punho e passando pelas dezenas de fotos do casamento que tinha acontecido semanas antes, a jovem do Jardim Conquista, bairro vizinho de São Mateus, em São Paulo, se animava em me mostrar aquele que também tinha sido um dos itens mais caros de sua festa. Eduardo, o noivo, de 30 anos e cobrador de ônibus, riu quando eu perguntei “como estava o vestido” e fez um sinal de volume sobre seus peitos enquanto estufava a boca. Seu pai, evangélico, teria dito “pra que tudo isso?” ao ver a nora entrando na cerimônia com os seios evidenciados pelo decote avantajado e apertado do traje. Gabriela acompanhou a risada enquanto eu voltava a perguntar sobre o vestido e o noivo gargalhava novamente, mas em outra conclusão: “caro! Caro!”. Aí a noiva interrompeu o riso. Retraiu o rosto e intercedeu à provocação com um enfático “não foi caro, foi R\$ 2,5 mil, foi super barato”.

Correspondendo a 15% do valor total do evento, o traje bordado em pedrarias tinha sido alugado com o montante oferecido por um de seus tios como presente de casamento. Embora houvesse em seu próprio bairro lojas que oferecessem vestidos de noivas

por valores bem mais baixos, Gabriela fez questão de investir em uma peça do centro da capital.

Vinte e cinco quilômetros, nove estações de metrô e mais meia hora de ônibus depois, desembarcou da zona leste na famosa “Rua das Noivas”, nome que deixou popular a Rua São Caetano, um endereço comercial de intensa circulação de consumidores em São Paulo. Lá, ela argumentava, vestidos e atendimentos das lojas tinham outra “qualidade”, diferente daquelas de São Mateus onde avaliava ter “um pessoal super antiprofissional”.

Onde eu aluguei o meu vestido eu fui bem tratada desde o dia que eu peguei até o dia que eu entreguei. Então eu acho que tinha que ser assim. Super, super! A mulher fica do lado de fora da porta, na hora que você chega com o vestido na mão ela já fala assim: “Felicidades, ocorreu tudo bem na festa?”. A gente: “sim”. Ela não tem obrigação de perguntar, mas ela perguntou. É um lugar que eu indico. Mas o lugar que eu aluguei as roupas dos padrinhos eu não indico, falo pra passar longe. (Gabriela, São Paulo, 2015).

Lembrando de calças de padrinhos terem sido entregues sem estar com a barra feita e do terno do noivo ter sido confeccionado com uma costura frouxa, Gabriela reclamava dos detalhes das peças alugadas no seu bairro. E além disso, ressaltava que o descaso com o qual as funcionárias da loja atendiam os clientes era motivo o bastante para ela “passar longe” quando em busca do item tão primordial, como avaliava ser o seu vestido. E, no final, “ficou tudo impecável. Quem foi na festa não tem do que reclamar, foi uma festa muito boa e eu me orgulho disso, porque a gente batalhou muito”, dizia ela em conclusão.

Territórios do véu e grinalda

Quando cheguei em São Mateus, o cenário vertical de emaranhado de prédios tinha ficado para trás e dado lugar a uma paisagem de construções mais baixas, onde apenas os conjuntos habitacionais no estilo CDHU sobressaíam²¹. Quanto mais ao fundo da cidade, mais a paisagem se horizontalizava. E no extremo leste da capital paulista, a Avenida Mateo Bei surgia como endereço comercial de maior importância da região.

²¹ CDHU é a sigla da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo. A instituição é responsável pela construção de conjuntos habitacionais populares, geralmente na periferia das áreas urbanas e destinados à população com menor renda. Por sempre recorrer à padrões arquitetônicos que investe em prédios de poucos andares, pintados em cores vibrantes, com muitos apartamentos por pavimento e todos com baixa metragem, condomínios dispostos nessas características são facilmente reconhecidos como pertencentes ao “estilo” da Companhia (e ainda que ocasionalmente nem tenham sido projetados por ela).

Colando-se umas às outras tais como as roupas justas colavam-se às manequins de plástico na calçada, as lojas despontavam como destino disputado dos pedestres que cruzavam de um lado a outro da avenida, em desafio ao fluxo intenso dos ônibus. Uma loja do Corinthians, um dentista “a preço popular”, lojas de produtos evangélicos e supermercados cujos nomes eu não reconhecia. Entre os camelôs de toldos azuis vendendo carregadores de celular ou calcinhas e a lanchonete movimentada na hora do almoço, surgia o portão branco de grade de ferro que, ao final da escadaria, dava acesso à sobreloja de “trajes a rigor”.

A campanha era a senha para ter o portão destravado. Ninguém olhava para ver quem queria entrar, mas talvez somente seu barulho fosse o suficiente para dar alguma sensação de segurança à Lúcia, recepcionista da loja. Do balcão, a funcionária pedia para as clientes aguardarem nos sofás de ferro a sua frente antes de encaminhá-las para o atendimento.

Todo o primeiro piso da loja era aberto e com os ambientes interligados. Do meio do salão, onde a clientela chegava, se podia acessar, à direita, as araras de trajes masculinos e, à esquerda, as araras dos vestidos femininos, minuciosamente separados por tonalidades. Era a “ala das madrinhas”, me explicaram. E embora não houvesse nenhuma porta que dividisse aquela área das demais, uma folha de papel impressa e colada na viga ao lado dos vestidos alertava: “Proibida entrada de homens”.

Dali para frente, sem a circulação masculina, funcionárias e clientes acessavam os armários de vestidos de debutantes e, no segundo piso, a “sala das daminhas” e a “sala das noivas” – cada uma em um quarto fechado com todos os vestidos expostos em araras pelas paredes. No segundo piso, também, surgia a área das funcionárias, divididas em uma sala de administração, um ateliê de costura e bordado, uma lavanderia e uma copa.

Consegui a autorização para fazer o trabalho de campo e circular livremente pela loja partir da mediação de um amigo com quem trabalhei anos antes. Sua mãe era Sônia, que além da loja da Mateo Bei, era dona também um outro estabelecimento de aluguel de “trajes a rigor” no Carrão, bairro no começo da Zona Leste. E foi ela mesma quem me explicou que a dinâmica da loja respondia a uma rotina bastante fixa de atendimento e que se eu quisesse ver os critérios que as pessoas utilizavam para escolher uma roupa ou outra, devia estar por lá aos sábados, dia de maior movimento de aluguel. Como o fiz pelos sábados dos meses seguintes.

A rotina da loja era organizada a partir do ciclo percorrido pela roupa alugada. Depois de ser contratada, a peça era separada, levada para os ajustes de acordo com os tamanhos do corpo de quem alugou, lavada, passada, disponibilizada para a retirada e devolvida depois da festa. Nesse processo, consolidou-se que terça e quarta-feira eram dias que clientes faziam as provas definitivas e marcações para ajustes, quinta era dia de trabalho interno de costura, sexta era o momento de retirada e na segunda-feira o movimento era só de devoluções. Sábados, deste modo, era quando clientes iam para o estabelecimento para conhecer, experimentar, negociar e alugar as roupas.

Neste dia da semana o clima da loja ficava frenético. A recepção se lotava em questão de minutos e as cinco funcionárias atendiam mais de uma cliente ao mesmo tempo. Nos primeiros dias, depois de algumas horas em campo, eu sentia fortes dores nas pernas e perguntava como as atendentes aguentavam aquela rotina em pé por nove horas seguidas, muitas vezes sem conseguir ao menos fazer uma pausa para almoço. “É bom que passa mais rápido” diziam.

Todavia, o alto movimento de pessoas pela loja contribuía para eu passasse despercebida entre as clientes enquanto elas remexiam as roupas e eu, por perto, ajudava as vendedoras na reposição dos vestidos nas araras. No meio do tumulto, meu apoio era sempre bem-vindo e, em troca, as funcionárias tentavam me ajudar dando piscadelas quando alguma cliente dizia algo que lhes parecia interessante para a pesquisa ou, até mesmo, me apresentando para as clientes mais íntimas e sugerindo que elas participassem de minhas entrevistas.

As vendedoras eram relativamente novas no mercado de roupas de festas e me diziam ter procurado emprego na loja por conta da facilidade de trabalhar no mesmo bairro em que moravam. Talvez por essa pouca experiência, elas recorriam sempre à Solange quando a qualidade das roupas ou as solicitações de reformas na modelagem eram colocadas sob questão: gerente da loja depois de mais de uma década trabalhando como costureira no setor, era ela quem tinha autoridade sob os vestidos e freguesas.

Sem nunca ter frequentado cursos de corte-costura, era Solange quem tirava as medidas das clientes, fazia os moldes, cortava os tecidos, costurava e bordava os vestidos de “primeiro aluguel”, uma modalidade de serviço em que a noiva escolhe exatamente como quer a peça, mas o aluga ao invés de comprar. Ela dizia que aprendeu “tudo na prática” e seus vestidos, depois de usados pela noiva, voltavam para o acervo disponível às outras clientes.

Concorrendo com a Rua 25 de Março, outro endereço comercial também na região central de São Paulo, na Rua das Noivas é possível encontrar lembrancinhas que são oferecidas aos convidados, impressão de convites personalizados ou até miniaturas de casais para servirem de topo de bolo. Entretanto, a região especializou-se mesmo foi em cobrir as necessidades de vestuário para casamentos. Lojas de tecidos, máquinas de costura e manequins de vitrines compõem a área mais em declive do perímetro. Já mais perto do metrô, são as lojas de roupas e calçados que tomam conta do cenário da rua.

Nem todos estabelecimentos oferecem o mesmo tipo de produto. Há os que se especializaram em roupas sociais masculinas, outros em roupas femininas “de festa” (atendendo madrinhas e convidadas de casamentos, formandas, debutantes, daminhas de honra ou mulheres em busca de trajes para outros eventos de gala) e, principalmente, as lojas que popularizam a região: as de vestidos de noiva.

Só no quarteirão da loja onde fixei o trabalho de campo havia ao menos vinte outras especializadas nesse tipo de produto. Quando cheguei lá pela primeira vez indicada por uma de minhas interlocutoras, que era amiga da proprietária e intermediou os contatos, me constrangi ao entrar na loja errada que, dentre tantas, também tinha “noiva” no nome. “Fernanda? Acho que Fernanda é daquela ali na frente” disse a vendedora apontando para uma loja grande e cheia de vestidos nas vitrines do outro lado da calçada.

Uma recepção atrás dos manequins e das prateleiras apinhadas de coroas abrigava algumas mulheres aguardando atendimento. De lá, pouco a pouco fomos todas levadas para um andar superior, para dentro de um imenso salão completamente espelhado e iluminado por refletores. A esta altura, e já sendo apresentada para a gerente e aos estilistas, me causava um pouco de desespero ver minha imagem refletida entre os quatro lados do salão. Mas embora parecesse impossível passar despercebida naquele espaço, tampouco parecia que as noivas em prova de vestidos estivessem notando minha presença.

Durante todo o trabalho de campo aquela sala de provas foi o máximo que consegui adentrar no estabelecimento. Por dias seguidos eu permanecia ali, observando e interagindo com as funcionárias, os funcionários e ocasionalmente com algumas acompanhantes sentadas perto de mim enquanto aguardavam suas noivas voltarem dos provadores. Foi comum essas clientes puxarem conversa comigo perguntando se eu também estava esperando alguém e, quando explicava que estava “fazendo uma pesquisa sobre noivas e vestidos”, foi comum também pensarem que eu era estudante de moda.

Tal associação não parecia ser sem motivo: profissionais de moda estavam mesmo no centro do funcionamento da loja. A cada nova cliente que chegava no andar de baixo, seu atendimento só iniciava quando um dos estilistas, sempre vestidos com roupa social, estivesse disponível para recebê-la individualmente. Ao todo somavam-se seis homens na linha de frente de negociação com as noivas. Além deles, havia só um outro funcionário homem no estabelecimento, o motoboy que ao fim da tarde aparecia pelo salão sempre com papéis em punho.

Já mulheres, eram muitas. Durante os atendimentos havia sempre uma mulher, e geralmente mais velha, dando assistência ao estilista: servia cafés e água para as clientes recém-chegadas, buscava os vestidos no estoque, se responsabilizava em vestir a noiva no provador e depois guardava as peças. Com certa frequência também a modelista e as costureiras, que trabalhavam escondidas pela extensão da loja atrás dos espelhos, eram requisitadas no salão – assim como as funcionárias de limpeza ao fim do expediente. Além delas, pelo reflexo das paredes era sempre possível acompanhar o ritmo frenético de Fernanda, a dona da loja, e Tati, sua gerente de vendas. Eram elas as responsáveis diretas das negociações de contratos e mediações nos ajustes das roupas.

A disposição das mesas de atendimento pelo salão e a escadaria de acesso ao piso térreo criavam uma divisão entre dois lados da sala. À esquerda chegavam as clientes pela primeira vez em busca de seus vestidos, onde cada noiva provava diversos modelos e negociava valores. E à direita, eram encaminhadas as clientes já contratadas e com horários agendados para retorno de provas antes do casamento. Embora tais ambientes fossem designados como “venda” e “pós-venda”, a loja ali não trabalhava necessariamente com vendas, mas com aluguéis de vestidos de noivas.

Assim como é de praxe na maioria das lojas do ramo de “trajes a rigor”, e como veremos de modo mais detalhado nas próximas seções, os preços dos aluguéis costumam ser justificados de acordo com o tipo de material usado em um vestido, a quantidade de trabalho exigido na confecção ou o tempo decorrido desde a produção de cada peça. Uma roupa alguma vez já usada costuma possibilitar preços menores e maior brecha para barganhas. Essa modalidade de negócio é costumeiramente chamada de “segundo aluguel”, embora a gente nunca saiba se quem está alugando é mesmo a segunda pessoa a usar a peça ou terceira, quarta, etc.

Estabelecer um teto para o número de aluguéis de cada vestido costuma ser um recurso utilizado pelas lojas para apontar a qualidade de seus modelos, de modo a acionar a ideia de que quanto menos usado, mais as qualidades dele teriam sido conservadas. Além disso, geralmente a idade de um vestido pode comprometer a peça também em termos de interesse frente às tendências de moda em vigor em cada momento. Quanto mais antigo um vestido na loja, mais chances não apenas dele já ter sua qualidade comprometida depois de tantos ajustes a corpos diferentes, como também de estar fora do gosto das clientes²².

Segundo a gerente de vendas da loja na Rua das Noivas, o preço mais baixo de um de seus vestidos girava em torno de R\$ 3 mil, sem contar com os acessórios de cabelo como coroas e véus, que podiam ser cobrados à parte dependendo do que fosse acordado em contrato. Já vestidos em “primeiro aluguel” podiam chegar até R\$ 10 mil e despertavam não apenas o interesse das clientes como uma maior comissão ao funcionário que fechava o negócio.

Naquele contexto, firmar um contrato de “primeiro aluguel” significava não apenas ser a primeira a usar o vestido, mas também adquirir o direito de decidir sobre toda a confecção da peça: era a possibilidade de transformar as referências trazidas em imagens no celular em materialidade. Sentada com o estilista, a noiva indicava o tipo de modelagem que mais a agradava, tipos de decotes, forma de acabamento e escolhia a renda enquanto o profissional traduzia seus desejos em um “croqui” do modelo. Do desenho feito, o vestido passava a ser produzido a partir das medidas da cliente na oficina da própria loja até o dia do seu casamento.

Já na empresa da Avenida Rebouças, “primeiro aluguel” significava outra coisa. O alargamento das faixas para passagem constante de automóveis e as suntuosas vitrines de carros importados pareciam espremer o antigo casarão que abrigava a loja de vestidos de noivas. Localizada em uma construção clássica da avenida, um dos símbolos dos tempos áureos do café que colocou São Paulo no coração financeiro do país, o espaço era apenas mais um dentre tantos especializados e prestigiados do ramo no bairro.

²² Entretanto, um vestido cair em desuso em uma loja não necessariamente significa o fim de seu ciclo de circulação. Em conversa, a proprietária da loja de São Mateus me explicou que quando os vestidos da “Rua das Noivas” saem das araras, geralmente são vendidos para estabelecimentos no interior do estado ou em bairros mais distantes do centro. Os feitos por ela, que já iniciavam sua vida em uma loja de bairro, encontravam destino entre casas mais informais de aluguel de roupas pela vizinhança ou então eram doados para casamentos comunitários promovidos por igrejas e centros de tratamento de dependentes químicos. Nesses casos, a cada etapa de circulação das peças, seu valor de venda sofre grandes rebaixamentos.

Assim como na loja que acompanhei na Rua São Caetano e em contraposição a outros estabelecimentos do setor na vizinhança, na loja da Avenida Rebouças que produzi a observação de campo só vestidos de noivas eram comercializados. Nem roupas de noivos, nem de madrinhas faziam parte do mostruário. Inclusive, “mostruário” também tinha outro sentido. Nenhum vestido ficava exposto na loja, a não ser os dois da pequena vitrine externa. Cada noiva que chegava (com horário marcado) tinha que escolher as peças que desejava provar a partir de diferentes revistas que serviam de catálogo impresso do acervo local. Todo ano seus estilistas elaboravam diferentes modelos, cada peça recebia um nome e, em seguida, entravam na “coleção” do momento – apresentada por desfiles em eventos periódicos na presença de toda imprensa especializada.

Ao contrário da dinâmica de São Mateus ou da Rua das Noivas, na loja da Rebouças as coleções eram fechadas e as noivas impossibilitadas de interferir na confecção dos vestidos. Assim, “primeiro aluguel” era o termo utilizado estritamente para designar os vestidos do catálogo que nunca haviam sido usados. Consequentemente, “segundo aluguel” (número máximo de locações que a loja dizia fazer) era o termo usado para se referir aqueles usados uma única vez, que em seguida seriam encaminhados para a revenda e, portanto, tinham mais margem de negociação de preço.

Lá, meu trabalho de campo foi restrito apenas às visitas que fiz acompanhando Helena e sua mãe durante toda sua prova de vestidos e nos retornos para ajustes finais da peça alugada. O estabelecimento fazia parte de um grupo empresarial maior, sua marca era amplamente divulgada em publicidades nas revistas especializadas em casamentos e contava com outras lojas nos bairros de Moema e Anália Franco bem como a matriz na Rua das Noivas, na Luz. No dia de escolha do traje, permanecemos ali por volta de quatro horas e essa foi a única chance que eu tive de observar a dinâmica de funcionamento dos atendimentos de aluguel, já que depois não consegui mais resposta dos funcionários quando solicitei autorização para retornar sozinha.

No horário marcado, nos encontramos na porta do casarão. Helena não escondia a ansiedade e quando perguntei sobre o porquê de ela ter escolhido a loja da Rebouças ao invés da matriz, ela justificou que ali era “mais fácil de chegar”. Depois, antes que a campanha fosse acionada, pediu um minuto, sacou o celular do bolso e fez uma foto seguida de *post* em

suas redes sociais com a *hashtag*²³ *#wedding* onde mostrava a imagem de seus pés sobre o tapete de entrada, cuidando para não esconder o “Jardins” inscrito logo abaixo do nome da empresa.

Da porta destravada pela funcionária, fomos encaminhadas então para uma ampla sala de recepção no térreo do casarão, onde chamavam a atenção os sofás em estilo provençal sob madeira talhada, um imponente lustre de cristais que descia do teto e uma lareira que, naquele dia de calor, servia apenas para acomodar duas bonecas *Barbies* vestidas com réplicas dos vestidos da coleção atual da loja.

Cinco minutos depois de nossa chegada, uma moça veio nos chamar. Fomos encaminhadas para uma sala ainda no piso térreo, onde estavam dispostas lado a lado duas mesas de madeira. As cadeiras foram reunidas em torno de uma delas e em seguida Danilo, o estilista indicado durante o agendamento prévio, juntou-se de frente a nós. Deste momento em diante e sendo levada para o andar superior onde estavam os quartos individuais de provas, Helena deixou de ser chamada pelo nome e foi transformada em “minha linda” na interlocução com os funcionários da loja.

Embora partisse da cliente as decisões sobre quais estilos de modelos experimentar, era o estilista quem de tempos em tempos saía do quarto para escolher e buscar as peças dos estoques. E, quando de volta, era a vez de Bianca, a assistente, entrar em cena, ajudando Helena a despir e remontar-se. Danilo certificava-se sempre se a cliente estava já vestida antes de entrar no quarto e, com habilidade, cuidava dos mínimos detalhes que montavam a figura da noiva em frente aos espelhos iluminados – como veremos no próximo capítulo.

A cena se repetiu por pelo menos dez vezes até que Helena se decidisse em sua escolha. Com o fim da seleção, voltamos todas para o salão do piso térreo para a negociação de contrato. E no papel, o estilista mostrava os preços: R\$ 9,6 mil o vestido em “primeiro

²³ Termo utilizado para designar palavra ou expressão indexável a sistemas de busca na *internet* quando antecedida pelo símbolo cerquilha (#). Em postagens (“*posts*”) nas redes sociais, quando um usuário clica em uma *hashtag* a plataforma o leva para uma página onde encontram-se outras publicações marcadas com o mesmo termo. Seu uso pode tanto ter o intuito de explicitar o assunto ao qual a publicação (texto, foto, vídeo) se refere, como também incluir a postagem em um campo de circulação mais amplo sobre tema e, assim, potencializar sua visualização por mais usuários. Nessa tese, embora eu não tenha me engajado em produzir material de campo a partir das redes sociais, nas minhas interações com as interlocutoras diversas vezes seus perfis digitais e seus *websites* pessoais com informações sobre o casamento foram assuntos de conversa. Na etnografia o tema foi analisado junto às demais descrições de campo, numa abordagem em que não se pretende separar os domínios *online* do *offline* (PARREIRAS, 2008; FALCÃO, 2017).

aluguel” e R\$ 5,9 mil para “segundo”, um valor muito acima dos R\$ 3 mil imaginados e combinados como parte do presente de casamento de mãe para filha. “Ainda tem que alugar o véu, o sapato, a coroa... Nisso ainda vai mais uns R\$1,5 mil” pensava alto a noiva com o intuito de virar a situação.

Depois de muita negociação e um retorno ao piso superior para a prova de itens das coleções passadas, Helena saiu de lá com a segunda opção: um vestido todo de “renda *chantilly* francesa” de R\$ 4,3 mil e os cumprimentos de todos os funcionários da loja. Com contrato assinado em mãos, da gerente aos demais estilistas e às outras auxiliares, todas pessoas presentes a abraçaram enquanto diziam entusiasmadamente um “seja bem-vinda” antes de se referirem ao nome da loja.

Em seu atendimento, durante todo o tempo o trabalho foi feito sempre com uma dupla de funcionários: Danilo escolhendo, buscando e ajustando os vestidos e Bianca tirando e colocando-os na noiva. Em um dos momentos de troca de vestidos a funcionária me contou que sábado ali também era o dia mais movimentado e que, nesses dias, cada uma das duplas precisava atender até cinco noivas em horários intercalados do agendamento. O que me fez lembrar da loja de São Mateus e contabilizar que, lá na Mateo Bei, cada vendedora atendia uma média de cinco (ou mais) clientes por hora em um dia agitado como aquele.

Nesta mesma conversa, Bianca então me contou um outro detalhe da dinâmica da loja. Tanto ela quanto Danilo eram estilistas profissionais formados em cursos superiores de moda. Entretanto, ela relatava, há uma prática da loja de contratar apenas os homens como “estilistas”. Sua função lá, além de tirar e colocar os vestidos ou acessórios escolhidos por ele, era também o de guardar as roupas não selecionadas e, como descobri ao final do atendimento, preencher as fichas de cadastro e os cheques de pagamento dos aluguéis. Ocupando um cargo abaixo dele, embora com a mesma formação profissional, para ela a explicação da posição desigual era fácil: “porque quando é uma estilista mulher, a cliente não vai muito com a cara”, dizia.

A constatação de Bianca parecia provocar alguns sentidos, mas também ruídos. Um deles se relacionava com a cartografia das lojas especializadas em vestidos de noiva que, no mesmo bairro, se fixavam nas alamedas internas e ainda mais valorizadas dos chamados “Jardins”. Era para lá, por exemplo, que tinha ido Juliana ao comprar seu vestido de

aproximadamente R\$ 45 mil com Olivia Hoffmann e também Luiza, outra noiva da capital paraense e cliente do “*atelier*” de Valquíria Almeida²⁴.

Assim como fez sua conterrânea, Luiza justificou seu deslocamento para comprar seu vestido em São Paulo por certa desconfiança nas profissionais do ramo em sua cidade natal. Em memória, recordou de uma ocasião, quando uma estilista paraense “atendeu a gente na sacada dela, com funcionário passando em volta, tudo voando”, numa dinâmica que lhe parecia meio “de qualquer jeito” e “menos profissional”.

Já em São Paulo, ela avaliava que “tem toda essa questão de que parece que é tudo muito melhor. O atendimento é melhor em tudo, o agendamento funciona”. Além disso, considerava que, em Belém, era comum as pessoas terem a capital paulista como uma “referência de tudo que é bom”. Para ela, havia uma sensação compartilhada de que “São Paulo tem um glamour”. E dentre tantas possibilidades de lugares para seguir em busca de seu vestido na capital paulista, cidade natal do noivo, Luiza elegeu o “*atelier*” de Valquíria Almeida.

Ao solicitar um horário de atendimento para fazer o orçamento do vestido dela e outro para sua mãe, explicou que era de Belém e recebeu como resposta inicial um *e-mail* da secretária já adiantando que “o mínimo para vestido de mãe de noiva era R\$ 15 mil e o mínimo para vestido de noiva era R\$ 25 mil”. Luiza se sentiu ofendida. Entretanto, aquilo que identificava como uma “audácia” da funcionária, não a fez desistir da empreitada. E, semanas depois, foi ao encontro da estilista escolhida.

É maravilhosa, tudo é muito chique lá! É uma casa no Jardins, uma casa toda de era. Aí tu chegas na casa e é tudo almofadado, sabe? As poltronas são todas antigas, Luís XV, não sei o que... Tudo meio bege, as cortinas grandes, com as flores perto da janela, tudo bonito. E ela é uma postura assim, parece que ela é uma *lady*. Ela atende a gente muito calma, fala muito baixo. E as coisas dela são muito bem-feitas. E o forro que a gente experimentou, cada botão estava encapado com seda. O forro já parecia o vestido. Sabe? Tudo certinho (Luiza, Belém, 2016).

O espaço da loja, somado ao atendimento, era narrado em contraste direto com a experiência na sua cidade natal e parecia produzir um grande encantamento na cliente que, ao final das negociações, desembolsou R\$ 28 mil em sua peça. Mas, em sua opinião, o espaço e o atendimento dos locais não eram as únicas diferenças apontadas entre uma cidade e

²⁴ Assinando vestidos de festa há mais de 15 anos, Valquíria se destaca no mercado pelo uso que faz de diferentes modelos de renda e, no segmento de noivas, é muito referenciada também por ser mãe de uma popular blogueira de casamentos – o que mostra o alcance da família no setor.

outra. Ao que perguntei a ela se não seria possível alguma estilista paraense produzir um vestido do mesmo tipo que aquele feito por Valquíria Almeida, a resposta foi rápida e concisa: “não, o material é diferente”, justificou.

Assim como eu, Luiza ponderava não ser capaz de apontar exatamente quais distinções entre as técnicas de confecção dos vestidos diferenciariam suas qualidades. Contudo, justificava a escolha da estilista também ressaltando a excepcionalidade dos seus materiais. Tecidos que inclusive concediam-lhe a má fama de ser uma profissional muito controladora, uma vez que, sobre as “rendas maravilhosas, que traz da Europa” e distinguiam suas criações, somente ela tinha poder de escolha e decisão.

A controvérsia do vestido

“Faltou a vendedora” tinha sido a conclusão de Alice, outra interlocutora, enquanto reconstituía para mim as cenas de rejeição provocadas por seu vestido. Ao contrário das outras noivas, que tiveram custos onerosos com seus trajes, Alice, de São Paulo, pagou apenas R\$ 500 em seu vestido de noiva comprado e importado via *internet* de uma confecção chinesa. A ideia era mesmo economizar. Dificilmente a noiva encontraria um primeiro aluguel naquele valor, muito menos um vestido novo disponível para compra. Então, Alice descobriu um *website* de vendas de vestidos, elegeu uma fornecedora, visitou seu catálogo de modelos e assim descreveu o momento de escolha da roupa:

eu não fui em nenhuma loja de roupa de noivas, eu não tive esse momento suntuoso que todo mundo fala, esse momento glamour... E aí eu fui escolhendo, escolhi uma fornecedora lá e fui olhando, fui olhando. A hora que eu bati o olho eu falei “é esse!”. “Eu gostei desse” e foi esse, entendeu? (Alice, São Paulo, 2016).

Em seguida, com a ajuda de uma amiga de trabalho, anotou as medidas de seu corpo e enviou para o *website* as informações traduzindo-as para o mandarim. Ela conta que a escolha do vestido foi uma das primeiras coisas que resolveu mobilizar quando decidiu se casar. Já que o item viria de longe, a chegada da encomenda via contêiner marítimo poderia atrasar mais que o previsto ou, pior, podia vir uma peça que não a agradasse muito quando experimentasse. Nenhum dos problemas aconteceu: o vestido chegou, serviu e ela gostou. Mas a escolha não agradou foi sua mãe.

Enquanto todas as noivas vão e experimentam e todo mundo chora “ai, que lindo, você é a pessoa mais linda do universo!”, minha mãe olhou e falou: “ai, não sei”. E ela não deixou eu me ver, eu não tinha espelho na minha casa. Eu coloquei, ela não gostou, eu só conseguia me ver assim olhando pra baixo. Ela falou que não gostou,

que estava largo, que estava muito simples... E ela acabou comigo. Eu me senti a pior pessoa do universo, mas eu tinha gostado do vestido. (...) Aí ela: “parece que você tá com um vestido de outra pessoa, que não foi feito pra você. Eu te dou os R\$ 5 mil, se o problema são os R\$ 5 mil eu te dou, você vai lá e aluga”. E eu estava com meu vestido, e eu estava feliz com meu vestido. Mas ela deixou nítido que ela não tinha gostado. Mas ela não estava vendo com o enchimento, ela não estava vendo com uma luz de uma loja, nada daquilo. E eu queria pelo menos me ver pelo celular, pedi pra ela tirar uma foto pra me ver e ela “não, que você vai divulgar para as pessoas”. Então foi um *stress* muito grande. Aí depois de uma ou duas semanas que ela não deixou ninguém ver, falou que no máximo minha irmã. Mas aí eu falei que então nem minha irmã, não mostrei pra ninguém. Então aí a filha de um cabelereiro famoso, de não sei quem na mídia, apareceu na Globo e ela viu que o vestido era parecido com o meu. Aí então ele tá na moda, ele é bonito e ele vale a pena. Precisava de um ideal externo, de alguém rico, famoso. Faltou a vendedora. Como não tinha a vendedora, não tinha quem fizesse essa alusão “está na moda, é o vestido do ano...” (Alice, São Paulo, 2016).

No ambiente de trabalho a notícia do vestido comprado via *internet* da China também não tinha sido aprovada. Alice, que tinha 30 anos e fazia parte da administração de um shopping, contou que desde que a notícia tinha se espalhado, os “murmúrios na empresa” começaram. Colegas vinham comentar sobre o vestido em tom de piadas e perguntavam com ironia sobre a compra. Segundo ela, ninguém se intimidava em confrontar sua decisão:

“você é louca! Você é louca! Vai chegar um negócio que você não tem respaldo nenhum, de um país que nada de lá é bom, ninguém de lá é confiável, você não recebeu cartinha de ‘me socorra, eu sou um escravo costurando’?” Entendeu? Como se nenhuma dessas marcas caras também não fizessem lá. Eu só fui direto na fonte [rindo]. Então o que mudou? Na minha cabeça nada, eu tenho essa consciência de como é essa questão da escravidão. Mas bom, é o que eu posso pagar. (Alice, São Paulo, 2016).

Em um primeiro momento, Alice pensou que o desconforto causado por sua escolha se devia ao fato dela ter comprado um vestido sem nunca ter o experimentado. Ela não tinha ido às lojas nem para provar os diferentes modelos possíveis antes de se decidir por qual buscar. Mas, depois, ponderou que o motivo do “*stress*” era outro: “tô comprando da China e a China pra muitas pessoas aqui é uma coisa negativa”, elucubrava. E se o país de origem do vestido incomodava tanto, para a noiva o motivo era claro: “porque é barato” dizia, e ponderava que em se tratando de um traje para uma noiva as pessoas pensariam que “um vestido bom é o que custa R\$ 20 mil”.

Enquanto em cada um dos territórios de comercialização de vestidos de noivas os valores das peças saltavam de maneira visível, o aumento de preço estava sempre subentendido num correspondente aumento de “qualidade”. Mas o que é um vestido de qualidade? Como qualidade é medida e como isso pode ser traduzido em preços?

Em São Mateus, é Solange quem desenha, modela, costura e borda os vestidos de noivas. Entretanto, comigo ela foi enfática ao dizer que não queria ser chamada de “estilista”: “o estilista tem que honrar o nome de estilista porque ele estudou e trabalhou pra aquilo, e eu não. O que eu aprendi foi sozinha, na garra mesmo”, disse no dia em me contava sobre sua trajetória profissional.

A necessidade de assumir um posto de trabalho depois de migrar do Centro-Oeste do país para a zona leste de São Paulo, com três filhos pequenos, fez dela a modelista da loja da Av. Mateo Bei, ou seja, aquela que além de costurar, é quem monta os moldes das peças e materializa diferentes estilos sobre os tecidos. Mas a costureira fazia questão de frisar que sua forma de trabalho dependia de tentativas e erros, que ela pessoalmente não sabia fazer desenhos “com cabeça” e que também não fazia as medidas dos moldes “com régua”: “eu pego um vestido que já tá pronto, por exemplo, aí eu pego as medidas lá e pego um molde básico; tudo muito quebrando a cabeça”. Tais elementos, em sua opinião, diferenciariam seu trabalho daquele feito por um estilista e, afinal, seriam o porquê das lojas da Rua São Caetano serem mais “chiques”, segundo dizia.

Maurício e Carlos, estilistas da loja da Rua das Noivas, me explicaram que a confecção de um vestido deles segue cinco diferentes etapas. O primeiro passo é a “criação”, nome dado ao momento em que eles, com as noivas, chegam a uma ilustração básica da peça. Os “croquis” eram os desenhos em lápis e papel feitos por eles no momento do atendimento, posteriormente anexados ao contrato do primeiro aluguel, e que traziam uma representação visual do modelo do vestido sob uma silhueta feminina considerada padrão – o desenho “com cabeça” que Solange se referia. E embora algumas mudanças pudessem ser feitas no decorrer das provas, tais ilustrações serviam como uma antecipação do produto final que seria contratado, numa espécie de garantia firmada no momento da negociação de valores.



Figura 4 - Croqui similar aos desenvolvidos pelos estilistas na Rua São Caetano (Fonte: <http://claudiamaria.com/21-croquisvestidos-especiais> acesso: 25 fev. 2019)

A segunda etapa, diziam, consiste na escolha do material. Um vestido de noiva é composto por uma grande variedade de tecidos sobrepostos e os estilistas eram sinceros ao dizer que só trabalhavam com aqueles sintéticos, que garantiam uma maior durabilidade às peças – já que os tecidos de fibras naturais, como a seda ou o algodão, além de não serem totalmente brancos, estariam mais sujeitos a encolher em lavagens ou amarelar com a passagem do tempo. Por esses motivos, os materiais usados por eles geralmente estavam compreendidos entre tafetá, zibeline e cetim sintético para modelagens estruturadas (ou seja, “retas”) e tule, chiffon e musseline para caimentos leves e esvoaçantes. Para arrematar a explicação, Maurício então finalizou brincando que “é tudo poliéster!” e Carlos, discretamente, apontou com o rosto para uma noiva na sala e fez piada: “se tiver uma faísca, pega fogo em tudo em dois segundos, é tudo plástico!”.

Em terceiro lugar, diziam, vem o momento de registro das medidas da cliente. Anotadas no cantinho do papel onde o vestido está desenhado, essa é a última fase realizada ainda dentro do salão espelhado de atendimento e é quando também aparece sempre as reações de constrangimento das noivas sobre seus corpos, promessas de emagrecimento e piadas sobre hábitos alimentares²⁵. Em seguida e já sob domínio da modelista e das costureiras trabalhando dentro da oficina, o quarto passo é o de riscagem, corte dos moldes e dos tecidos. Uma antecipação para a etapa final, quando a peça é finalmente montada e suas diferentes partes costuradas.

²⁵ Um conjunto de situações que irei desenvolver no segundo capítulo, quando da análise sobre a construção material de corpos em relação aos vestidos.

Embora Solange não se considere uma estilista porque não tem um conhecimento formal sobre a modelação dos vestidos, na Rua São Caetano essa não é a principal função profissional dos estilistas. Diante das negociações dos vestidos em primeiro aluguel e das consequentes provas que dali decorriam, eles sempre assumiam uma postura de autoria sobre as peças das noivas, mas em nenhum dos dias em que estive por lá os vi dedicarem algum tempo da jornada de trabalho no corte de moldes ou costura de tecidos que compunham a base estrutural das roupas.

Mas por outro lado, enquanto o manejo dos tecidos citados anteriormente ficava sempre fora de visão, os materiais de “acabamento” das peças eram sempre postos em evidência. Na tarde em que me ensinavam sobre as etapas de confecção dos vestidos, Maurício trabalhava esboçando um bustiê de manga longa em tule que havia sido costurado na oficina e seria posteriormente bordado: com um desenho de arabesco criado por ele num pedaço de papel pardo sobre a mesa de atendimento, ele colocava o fino tecido por cima do rabisco e replicava a lápis o desenho no corpete.

Era o mesmo desenho de arabesco que, horas antes, Fernanda tinha mostrado para duas clientes enquanto enaltecia a criação do estilista e ressaltava que aquilo era o que havia de mais “moderno” em sua loja. A referência à novidade, nesse caso e como me explicou depois Maurício, era porque além de usar um tema mais geométrico do que floral, o tipo de bordado em pedrarias seria feito diretamente sobre o tecido, sem precisar da mediação das rendas – o material medular das confecções de vestidos de noivas.

Foi o fascínio pelas “rendas maravilhosas, que ela traz da Europa” que levou Luiza ao “*atelier*” da Valquíria Almeida, assim como foi a avaliação de que “não existe nada mais feminino do que renda” que motivou a confecção de uma peça em três camadas do tecido a partir do encontro de Juliana com Olivia Hoffmann. E, lá na Rua das Noivas, esse era também o único tecido mostrado, comparado e avaliado nas negociações dos vestidos.

Tirados de um discreto armário no canto do espelho da sala de atendimento, os rolos de rendas serviam de incremento às negociações de contratos de primeiro aluguel e os estilistas não poupavam elogios e atenção para os detalhes do material. Habitualmente com desenhos em temas florais, os funcionários pediam para que as noivas tocassem nos materiais, destacavam as diferenças de peso ou caimento e explicavam que não usariam o tecido tal qual estava ali no rolo, mas que cada conjunto de desenho da renda seria

manualmente recortado e depois aplicado no tule do vestido ou do véu, formando então um mosaico.

Em um dos atendimentos, Maurício fez a cliente tatear um tecido enquanto explicava que ele “parece uma renda, mas não é uma renda de verdade”, destacando seu peso e chamando atenção ao relevo, o que denunciaria sua condição como um bordado e não uma renda²⁶. Renda “de verdade”, dizia ele, era aquela mais “molinha, mais leve” e que se vê que o desenho é criado pela trama da própria linha que produz o tecido como um todo, sem sobreposição de bordado. Em seguida, continuando o atendimento, o estilista pegou outro rolo de tecido e abriu-o efusivamente sobre a mesa, causando uma comoção da noiva. “Que lindo!” exclamou ela antes do profissional voltar às suas explicações. “Isso aqui é uma renda ‘*chantilly*’ francesa, percebe a diferença? É muito mais delicado!”, dizia ele ao orientar o olhar da cliente e o meu, na mesa ao lado.

Destacar a procedência francesa da renda já havia sido um recurso usado pelo estilista que atendeu Helena na Avenida Rebouças e, ainda, ecoava também diretamente com as qualidades que Luiza destacava da estilista das alamedas do Jardins e dos tecidos que “ela traz da Europa”. Evocado em momentos de negociação direta dos vestidos, esse tipo de enunciação foi recorrentemente usado como forma de criar um efeito de destaque às peças umas em comparação às outras e como uma explicação em sentido de obviedade de uma maior qualidade do material. Se era uma renda “*chantilly*” francesa, parecia claro que era melhor. Ao menos era esse o tom da informação.

O sentido de superioridade desse tipo de renda em relação aos outros servia sempre como justificativa de maior qualidade e era usado tanto para valorizar um determinado estilo – “mais romântico” e “mais chique” – quanto para esclarecer o porquê do preço mais elevado de um vestido. Entretanto, como me mostraria depois algumas pesquisas em lojas de tecidos especializados no setor, nem sempre uma renda “*Chantilly*” francesa era necessariamente mais cara do que outras rendas e a correlação com o preço do metro do tecido parecia uma explicação frágil para justificar o valor do vestido de uma noiva²⁷.

²⁶ O que o estilista depois me explicou se tratar de um tecido denominado “*soutache*”.

²⁷ Na seção *online* em uma das maiores lojas de tecidos de São Paulo, localizada na região da Rua 25 de março e destino de estilistas de todo país, enquanto o metro mais caro de renda “*Chantilly*” francesa sai por R\$ 268,00, de uma renda “*soutache*”, fora de moda, pode chegar até R\$448,00. Disponível em: <http://www.gitecidos.com.br/> (Acesso em 02 jun.2017).

Já mais tarde e longe de qualquer cliente no salão de provas, a história era outra. Aproveitando a calmaria, voltei a pedir para Maurício me mostrar as diferenças entre as rendas que ele avaliava no atendimento. Solícito, ele logo recuperou os tecidos e antes de novamente abri-los na mesa, debochou em confissão: “essas rendas, a gente chama de francesa, mas 90% vem da China hoje em dia”. “É tipo francesa” continuou, mas, “não é que vem da França” complementou enquanto me revelava parte de suas estratégias de venda daquele tecido que, afinal, aparecia ali apenas em forma de reprodução inspirada nas antigas rendas produzidas no povoado francês de Chantilly.

A conversa com o estilista imediatamente me lembrou do meu primeiro dia na loja quando, ao final do expediente, Fernanda, a proprietária, contou então que tinha ido há alguns anos para a China. Não revelando exatamente os motivos de sua viagem, se referiu às diferenças de comportamento profissional entre brasileiros e chineses, e falou sobre as confecções de vestidos de noiva que visitou. Usando exatamente a renda “*chantilly*” como exemplo para o início da conversa, falou sobre como se tornou comum as grandes marcas de vestuário e acessórios manterem as produções na China, preservando exatamente as mesmas características dos produtos para não perder aquilo que seria distintivo de sua “qualidade”.

Embora a procedência não fosse francesa, como me disse, era uma renda exatamente “do tipo” francesa. Ademais, destacou ainda a estratégia comum de muitas dessas “marcas famosas” de incluírem no produto final, depois dele produzido da China, algum detalhe ínfimo em sua composição (como um pingente numa bolsa) dentro do território francês e, assim, dizer que sua procedência era a mesma do país de sua grife.

Deste ponto a conversa chegou aos vestidos de noiva e ela passou então a defender que não haveria nenhum motivo para desqualificar as peças produzidas nas fábricas que conheceu em território chinês. Contudo, foi em tom de confiança, misturada a acusação, que revelou que os vestidos de sua principal concorrente, a rede de lojas cuja matriz é sua vizinha na Rua das Noivas e que Helena foi cliente na Avenida Rebouças, são todos de lá. Segundo ela, a dinâmica dessas lojas que considera “grandes” seria a de importação: o estilista da marca faz as criações em croquis, depois a oficina produz os moldes e uma espécie de versão piloto do vestido é montada e enviada para a confecção chinesa. Em seguida, ela dizia, a empresa receberia de encomenda uma sequência de vestidos do mesmo modelo

replicados em diferentes tamanhos e distribuiria entre suas lojas. Assim se daria, portanto, a criação de suas “coleções”.

Embora afirmasse que esse tipo de prática é comum entre suas concorrentes, Fernanda não me disse e nem deu espaço para perguntar se o mesmo acontecia em sua loja. Esse assunto só foi retomado meses à frente em um diálogo com Tati, depois de eu perguntar se ela tinha vontade de um dia se casar vestida de noiva, como suas clientes. A gerente de vendas fez piada com a indagação. E, rindo, respondeu que já tinha se vestido muito de noiva, uma vez que “quando chega, eles me fazem provar tudo”, disse apontando aos estilistas.

“Chega?” indaguei para logo em seguida ouvir que o tamanho da oficina ali impossibilitava que todas as peças pudessem ser internamente fabricadas. “Percebemos que não tinha como sair tudo daqui, a oficina é pequena, foi quando vimos que tinha que importar”, explicou sem citar o nome do país de procedência de seus produtos. Em seguida, contou que Fernanda tinha viajado para conhecer algumas confecções no país asiático. Mas ressaltou que o processo de sua loja era diferente das marcas maiores, já que não encomendavam vários tamanhos diferentes para um mesmo modelo.

Brincando em repúdio às concorrentes, disse que “aí seria fácil, é só desembalar e vestir na cliente”. “Mas”, ressaltou, “nós não trabalhamos com essa política”. Vindos em quantidade reduzida, a gerente defendeu então o processo interno de sua loja e garantiu que cada peça que chegava passava por muitas mudanças, ajustes e reconfigurações, num esforço de me convencer que por meio do manejo manual e local, outro status era atribuído àquelas peças.

A informação sobre algo ser produzido na China parecia ter um poder desestabilizador e de desvalorização dos produtos. Fernanda destacava que o fato de um objeto ser produzido lá não significava nenhuma perda de “qualidade”. Mas ainda assim, a garantia dos atributos físicos parecia não ser suficiente para que sua procedência fosse revelada. Ao contrário, como em um jogo de torções de termos, enquanto aquilo que não era fabricado na França era adjetivado como francês, a procedência chinesa virava “importado” para garantir valor ao objeto.

Diante das rendas francesas que vinham da China e eram todas de “plástico” como dizia Carlos, comecei a elucubrar sobre o que justificaria as diferenças de preço no mercado. Solange identificava a Rua São Caetano como território imediatamente acima em “qualidade” do que sua loja porque lá, afinal, os vestidos seriam modelados do “jeito certo, com régua”

por estilistas. Em seguida, indo até a Rua das Noivas, vi que estilistas não necessariamente modelavam os vestidos e que a habilidade técnica que teriam adquirido nos cursos formais não parecia tão relevante naquele contexto como a costureira pensava. A diferença estaria então nos materiais?

Maurício riu de mim quando perguntei se ele achava que um vestido Olivia Hoffmann era mais caro porque seus materiais eram diferentes. Apontou para a noiva em prova na sala, pediu para a vendedora mostrar a camada de tule paetizado e complementou: “os tules são os mesmos, só tem um. Seja o do vestido vendido por 8 mil ou o por 20, 30 mil”. Com o apoio de Carlos, se mostrou desconfiado da narrativa de que as rendas utilizadas pela estilista famosa fossem de outra procedência que não a chinesa e defendeu que, mesmo se fosse francesa “de verdade”, a quantidade de tecido utilizado não explicaria por si só um preço de quase R\$ 50 mil.

Então seria a técnica? O estilista também não pareceu se convencer. Disse que entre os poucos vestidos que produzem na oficina na modalidade de primeiro aluguel, as tendências de estilo os deixam cada vez mais fáceis de fazer. Maurício concordou dizendo que as noivas que atende “querem efeito, querem brilhar” e, por isso, ao invés de um vestido mais bem construído querem modelos com mais “decoração”. Explicou que as aplicações de rendas e os bordados em pedrarias, tão em moda, serviriam como uma espécie de “maquiagem” da roupa, capaz de esconder todas as imperfeições da modelagem ou da costura.

Entretanto, eles dizem utilizar desse recurso de camuflagem das imperfeições porque suas condições de trabalho, com pouco tempo para a confecção das peças, impedem um maior esmero na finalização do vestido. Os estilistas contam que ali na loja, quando a noiva chega para fazer a primeira prova, o vestido já tem que ter todas suas camadas prontas, para agilizar o serviço. Mas argumentam que suas técnicas de trabalho são as mesmas dos “ateliers” e chegariam no mesmo resultado se pudessem construir um vestido sob o mesmo ritmo de trabalho.

Em conclusão, os estilistas acreditavam que nem os materiais e nem as técnicas utilizadas na confecção eram responsáveis pela tamanha de variação de preços. Para eles, o que define de fato o valor de um vestido é a sua “marca”. Uma espécie de poder vinculado ao “nome”, numa lógica em que um vestido “Olivia Hoffmann” é caro não porque em sua composição física algo o distinguiria necessariamente de outros modelos, mas porque é

“Olivia Hoffmann”. E logo depois de apontar para o vestido na noiva ao lado, Maurício então sublinhou: “se fosse na vitrine do concorrente, seria vendido por R\$ 30 mil, aqui é R\$ 8 mil”.

Valor de troca

Reivindicados por sua “qualidade”, vestidos de noivas circulam pelo mercado especializado numa correlação que se pretende direta entre seu preço e seus atributos materiais. Entretanto, ao olharmos mais detidamente sobre as disputas em torno de sua produção fica mais difícil tomar como definitiva ou inquestionável a justificação de seus preços como resposta às suas qualidades. Havia algo de intrinsecamente tão discrepante na produção dos vestidos de Alice e Juliana que pudessem justificar a variação de preço em que o valor de troca de um equivalia a apenas 1% do valor do outro? Os estilistas da Rua das Noivas postulavam que não.

Embora as teorias de economia política mais clássicas tenham se dedicado a analisar a correlação entre lucro, custos variáveis de insumos e tempo de trabalho para problematizar as formas de precificação de uma mercadoria (MARX, 1985 [1867]), aqui, as controvérsias sobre os vestidos de noiva pareciam nos direcionar a uma concorrência sobre o valor dos produtos que era posta em termos outros do que aqueles restritos ao do processo de produção.

O trabalho de Marshall Sahlins (2003 [1976]), nesse caso, nos faz lembrar que o processo produtivo não pode ser visto como uma esfera externa e independente das intenções sociais explicitadas nas interações de consumo. Segundo nos sugere, as mercadorias são tanto produzidas para serem vendidas, como precisam corresponder a expectativas específicas para que sejam, por outro lado, compradas. Um objeto só se torna uma mercadoria porque há nele algo que o torna uma “necessidade” ou um “desejo” para alguém, confirmando seu valor de uso e, conseqüentemente, o habilitando para a troca. Mas ao modo de um debate em defesa do conceito de cultura e afastando-se das análises utilitaristas, o autor descarta que essa “necessidade” ou esse “desejo” sejam abstrações genéricas aplicáveis a qualquer tempo, pessoa ou lugar.

Nem o valor de uso e nem o valor de troca, expresso pelo preço, são objetivos ou conseqüências apenas das propriedades físicas dos objetos. Mas, segundo argumenta, derivações da forma como as dimensões concretas das mercadorias se diferenciam umas das

outras e são significadas dentro de um sistema cultural²⁸. Nesse caso, a produção de uma mercadoria “sedimenta um pensamento [e] o objeto fica como um conceito humano fora de si mesmo, como se fosse homem falando com homem usando as coisas como meio de comunicação” (SAHLINS, 2003 [1976], p. 177-8). Como na fala, em que palavras só tem sentido quando em interação, no consumo a flexibilidade do valor de uma mercadoria só se estabiliza quando colocada à prova numa relação comercial.

Tal consideração é foco também de Arjun Appadurai (2008 [1986]) quando em discussão sobre “a vida social das coisas”. Repensando as formulações econômicas de mediação entre pessoas e objetos e, em defesa de um olhar antropológico sobre as mercadorias, o autor ressalta o momento da própria troca econômica como arena de definição do valor “concretizado nas mercadorias que são trocadas” (APPADURAI, 2008 [1986], p. 15). E, nessa perspectiva, propõe uma agenda de pesquisa em defesa da análise das coisas na esfera de consumo e nos seus contextos de circulação, perseguindo as mercadorias em seu movimento para assim compreender o que se inscreve sobre suas formas, seus usos e suas trajetórias (Ibid. p. 17).

No empreendimento de uma perspectiva etnográfica sobre a produção de valor das mercadorias via a esfera de consumo, tanto Sahlins quando Appadurai demarcam suas diferenças em relação à teoria marxista fincada nos processos de produção. Todavia, ambos também ressaltam quanto o próprio Marx já havia oferecido instrumento para uma crítica de sua teoria e abertura para uma dimensão mais contextual (e relacional) da análise de valor.

Sob o conceito de “fetichismo”, Sahlins pondera, Marx teria reservado a qualidade simbólica das mercadorias e, assim, estabelecido “a problemática de uma ciência antropológica não nascida” (SAHLINS, 2003 [1976], p. 169). Ao menos aquela que ele mesmo tem defendido, de busca pelos significados culturais no “processo contínuo de vida social na qual os homens reciprocamente definem os objetos em termos de si mesmos e definem-se em termos de objetos” (Ibid., p. 169)²⁹. E, para Appadurai, a fenda aberta pelo conceito

²⁸ Por que um filé é mais caro do que a língua de um boi, sendo que numa rês há mais filé do que língua? E o que significa comer um filé, e não a língua? Essas são questões que o autor se coloca para analisar a correlação entre as propriedades materiais de uma mercadoria com as variações de valor de uso e valor de troca. As nuances físicas do vestido de noiva e as disputas materiais que flexibilizam seu valor de uso são temas em que me dedico no capítulo 2.

²⁹ Formulação próxima à definição que Anne McClintock também faz sobre o conceito marxista de fetiche da mercadoria, por ela sintetizado como uma “forma social central da economia industrial através da qual a relação social entre pessoas se metamorfoseia numa relação entre coisas” (MCCLINTOCK, 2010, p. 255).

marxista é importante por desvelar o caráter dissimulador das mercadorias que, embora se apresentem como impessoais quando em circulação nas interações mediadas pelo dinheiro, na verdade estão apenas escondendo as relações sociais das quais é produto. Mas mercadorias, ele ressalta, nunca deixam de ser também pessoais (APPADURAI, 2008 [1986], p.25).

Assim como Sahlins, Appadurai também está dedicado em uma aproximação cultural sobre a definição de valor das mercadorias. Entretanto, ao reconhecer que os significados em torno delas são dados não apenas contextualmente, mas, ainda, sob disputa, ele adiciona então uma dimensão agonística e de tensão às suas camadas de análise sobre valor. Como argumenta, o preço de uma mercadoria é configurado na esfera da troca por meio de intensas negociações entre produtores e sua demanda – o que Cristina Marins (2016), por exemplo, já tinha percebido em sua pesquisa com cerimonialistas de casamentos, quando as profissionais variavam o preço de seus serviços quando “não iam com a cara da cliente”.

Entre as controvérsias provocadas pelos “regimes de valor” conflitantes nas interações no mercado, como Appadurai sugere, a definição do preço dos objetos é sempre passível a questionamentos e embates de interesses. Aberto a discordâncias e barganhas, o valor de uma mercadoria só se dá enquanto resultado de um acordo que é, afinal, contingente. E do mesmo modo como “desde Marx e os primeiros economistas políticos, não houve muito mistério sobre a relação entre política e produção” (APPADURAI, 2008 [1986], p. 79), o autor conclui quem em se tratando de suas esferas de circulação, é também pela política – “no sentido mais amplo de relações, suposições e disputas relativas ao poder” (Ibid. 78) – que se dá o vínculo entre o valor e a troca.

A querela instaurada pelos diferentes materiais e técnicas de confecção de vestidos por todo tempo foi algo difícil de ser capturado pelo meu olhar leigo no universo da moda e da indústria têxtil, me afastando por muito tempo de suas implicações também na discussão sobre o preço das mercadorias. Meu tato nunca foi capaz de diferenciar uma renda dita francesa na loja da Rua das Noivas daquela no vestido de Luiza produzido por Valquíria Almeida. E, assim como eu, a noiva também não era capaz de discorrer sobre os insumos que compuseram sua peça senão a partir daquilo que a estilista tinha lhe dito.

Desprovidas desse treino sensitivo, o que podíamos perceber de nuances físicas entre os vestidos estava sempre muito mediado pelas disputas narrativas no momento de troca das mercadorias, em que os profissionais do mercado reivindicavam de maneira sempre

imediate e incontestável a qualidade de seus materiais e suas técnicas de trabalho. E se nesse meu campo de pesquisa é de comum acordo que o vestido é o principal segredo de uma noiva, certamente a origem dos materiais e o processo de confecção desse vestido são os grandes segredos dos estilistas.

O controle sobre as informações dos vestidos nas dinâmicas comerciais das lojas pareciam ser um elemento importante nas tensões do mercado sobre a definição dos preços de seus produtos e na composição da autoridade profissional. Valquíria Almeida é conhecida por ter excelentes materiais, mas é igualmente famosa por não deixar que suas clientes se aproximem do seu acervo de rendas e escolhe, sozinha, aquela que irá compor a peça da noiva. “Estilista é que nem o papa: você falou, todo mundo obedece” gabava-se Maurício, na Rua São Caetano, naquela tarde em que me ensinava as etapas de confecção da peça e trabalhava em uma dinâmica de atendimento na qual nenhuma noiva tinha acesso ao seu estoque de vestidos.

Ademais, autoridade aparecia como consequência direta da autoria dos produtos nesse mercado. Para além de um reconhecimento público de suas habilidades técnicas formais – “estudou e trabalhou pra aquilo” – o trabalho de um estilista tem um valor distintivo também porque seu produto tem efeito de materializar um processo criativo. Utilizar um vestido sob medida é acessar um objeto único, exclusivo e sigiloso. Por isso, não me parecia aleatório que tantas reações no espelho das lojas fossem exclamações de que o vestido parecia “uma obra de arte” ou “uma joia”.

Obras de arte e joias são objetos valorizados tanto porque são caros, como também porque são restritos – e porque preço e restrição andam juntos. Mas, além disso e tal como Alfred Gell (1998) afirmou sobre os objetos de arte que fascinam e encantam, o valor de determinados artefatos se dão em correspondência a virtuosidade técnica que é necessária para produzi-los. Fascinantes, vestidos de noivas se tornavam valiosos também porque apareciam sob uma forma mágica de insígnia de luxo, pois presumida como uma condensação de conhecimentos técnicos e de composição de difícil acesso ou reprodução.

Inferir a possibilidade de um vestido de noiva ser produzido em escala industrial, sem conexão entre produtor e o corpo que faria seu uso, era ideia rechaçada no cenário composto pelo mercado de casamentos. Com Alice, a escolha por um vestido chinês se tornou centro de controvérsias e confrontações, nas quais a noiva era acusada de contribuir com um suposto regime de trabalho escravo de larga escala e, ainda, submeter um objeto que deveria

ser prioritário a uma lógica de consumo em busca pelo menor preço e justificada apenas aos bens efêmeros, como aqueles em circulação nos mercados informais. Digo isso numa inescapável ponte com o trabalho de Rosana Pinheiro-Machado (2009) sobre as camadas de desvalorização de objetos “*made in China*” que circulam no Brasil. Em especial suas considerações sobre a forma como as mercadorias baratas produzidas pela indústria chinesa tem adesão e são justificáveis como itens de consumo individual e privado, mas são contrapostas, todavia, aos “bens caros e originais” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2010, p. 352) centrais ao consumo em sua dimensão pública e coletiva – quando algo é comprado também para se mostrar que se tem.

Já nas lojas o problema estava em outro lugar. Um vestido da China era motivo de piada pois a ele se associava a ideia de uma mercadoria vinda de um contexto de produção reconhecido por fazer cópias, tais quais as rendas vendidas em reprodução e como se fossem francesas. O deboche de Tati sobre o esquema de importação de vestidos da China feito pela loja concorrente estava justamente em dizer lá era “só desembalar”, insinuando a ausência do processo criativo necessário à produção de mercadorias que são autênticas porque tem autoria. Pelo mesmo motivo, a gerente foi sagaz ao valorizar, logo na sequência da conversa, o trabalho de personalização que a oficina de sua loja fazia em cima das peças que, como as da concorrente, eram “importadas”.

No mercado de aluguel de vestidos de noivas, cuja maior parte dos produtos é produzida antes da cliente chegar à loja, o incentivo para ajustes e reformas que reconfigurassem os modelos era uma estratégia amplamente incentivada para que um negócio fosse firmado, pois, por ela, um vestido ganhava o encanto de ser exclusivo e personalizado. Tati tanto enfatizava o trabalho de sua oficina sobre as peças vindas de fora, como mediava os conflitos nas provas de vestidos quando as noivas voltavam às lojas exigindo ajustes considerados arriscados pela costureira, mas já prometidos pelos estilistas. Sempre dando um “jeitinho” depois de longas horas de trabalho, os modelos eram reconfigurados para o corpo e gosto da cliente, num ajuste material do produto de modo a garantir o valor de troca acertado em negociação.

Além disso, a prática generalizada de atribuir nomes não apenas às coleções anuais das lojas, como a cada modelo de vestido, parecia também dizer algo neste sentido de exclusividade via personalização das peças. Nomes de cidades italianas ou francesas, de flores ou até mesmo nomes de mulheres eram os referenciais mais utilizados para designar os

vestidos entre as lojas que trabalhavam com coleções. Fosse com a noiva escolhendo o modelo pelo catálogo impresso de produtos da marca ou pelas orientações dos estilistas sobre qual peça a assistente deveria buscar no estoque, os vestidos eram constantemente referidos pelos seus nomes próprios. Tal ato de nomeação dos objetos, assim como encontrado em outros contextos etnográficos (GREGORI, 2016), me soava como um forte recurso para atribuir singularidade àquelas peças feitas sem relação prévia com as clientes e pessoalizar a interação dos vestidos com as noivas.

Já nas lojas especializadas em produzir os vestidos a partir da demanda das noivas, o vocabulário comum girava em torno de “feito à mão” ou sua variação “*hand made*” para enfatizar uma ideia de produção artesanal (em contraposição à industrial), e em torno de “sob medida” e “*haute couture*” para designar a relação entre a peça e a cliente. Oferecer “personalização” e “exclusividade” eram requisitos mínimos para o prestígio de um “*atelier*” e justificativa eficiente aos altos preços cobrados por suas criações. Hoffmann, por exemplo, fazia questão de ressaltar em seu *website* a passagem de “*it girls*”, modelos, cantoras e atrizes por seu “*atelier*” já que, dali, podiam sair com “criações exclusivas” e “dignas de *Red Carpet*”: trajes em que, por meio de suas “linhas e agulhas”, ela dizia “imprimir a personalidade” das clientes.

A autoridade de um estilista é condição para a liberdade de criação de um trabalho de autoria e, ao mesmo tempo, um trabalho autoral reconhecido é produtor de autoridade. Um vestido de “qualidade” é consequência direta da relação entre autoridade e autoria das mãos que o produziram e, nesse contexto, é constante a preocupação em atribuir marcas de personalidade por meio dos estilistas aos objetos: mesmo que feito sob escala industrial na China, estratégias de remodelação nas oficinas das lojas de aluguel podiam emular alguma sensação de “exclusividade” e “personalidade” como aquela garantida pelos vestidos em “primeiro aluguel” ou pelas lojas de peças “assinadas” e sob medida.

Ter a autoridade de produzir um vestido representa um sucesso na carreira de um estilista. É a possibilidade de sair do lugar de manuseio de peças produzidas por outros, ter suas “releituras” publicamente legitimadas e conquistar valor para sua expressão criativa. Suas peças são “criações exclusivas” pois são suas impressões particulares sobre a “personalidade” de mulheres específicas e, portanto, são restritas, e caras. Um vestido Olivia Hoffmann não é para qualquer uma, e suas clientes sabem disso. Não à toa que, além do nome da estilista gravado na etiqueta da peça, cada noiva que passa por seu “*atelier*” e sai com um

vestido em mãos, recebe também uma foto sua nas redes sociais da profissional. Pois tal como joias e obras de artes que têm suas assinaturas autenticadas, ter sua foto publicada no *Instagram* da estilista era certificação pública de portar um vestido com autoria e autenticidade.

O vestido produz uma noiva e a noiva produz o vestido. E se mesmo nas lojas de aluguel, com vestidos criados antes de qualquer contato com as clientes, vestidos e noivas entravam em uma dinâmica de unidade na qual um podia ser visto como extensão do outro, a produção desse efeito de contiguidade entre noivas e vestidos era condição essencial nos “*ateliers*”. Customizado sob medida à personalidade da cliente, o vestido se tornava a própria noiva.

Assim, um vestido Olivia Hoffmann tinha reconhecimento no mercado não apenas porque era vestido por celebridades. Mas também é de “qualidade” porque enquanto produzido por Olivia Hoffmann, é a materialização da reputação da estilista – criada por sua relação com as celebridades³⁰ – e um canal de transferência desse prestígio para a própria noiva. Em última instância, usar um vestido Olivia Hoffmann era uma forma de vincular sua personalidade às relações que garantiam prestígio para a estilista.

Mas a autoridade constituída a partir da reputação de seu processo autoral e o peso de sua marca, embora imprescindíveis, por si só não garantia completar um negócio de venda ou aluguel. Diante do variado cardápio de lojas espalhadas pela cidade e entre as cidades, era no processo de atendimento direto que clientes colocavam não só vestidos, mas também o prestígio profissional de um estilista à prova.

“Na loja normal a pessoa compra uma geladeira de R\$ 10 mil e leva a geladeira pra casa. Aqui eu preciso convencer a pessoa a pagar R\$ 10 mil e levar só um papel pra casa”, analisava Fernanda quando a questioneei sobre a especificidade da demanda de seu mercado. Seja na modalidade de aluguel ou de venda, vestidos de noiva geralmente estão entre os primeiros itens a serem contratados no processo de organização de uma festa de casamento. E embora nos casos que acompanhei em São Mateus isso representasse menos que seis meses de antecedência, entre todas as outras lojas o tempo decorrido entre a escolha até a retirada da peça facilmente ultrapassava um ano.

³⁰ Para uma discussão mais detida às formas e circuitos de produção de reputações entre profissionais do mercado de casamentos, ver o doutorado de Cristina Teixeira Marins (2018).

Para a proprietária da loja da Rua São Caetano, seu principal trabalho era “fazer a pessoa confiar” que, depois de tanto tempo passado desde a negociação, o vestido seria entregue dentro das condições contratadas e nas qualidades esperadas. Solange, em São Mateus, concordava: “a coisa mais importante é você dar segurança pro cliente pra ele te deixar trabalhar, senão você não consegue”. Enquanto se desdobrava como modelista, costureira e gerente da loja, a profissional avaliava que o maior desafio de trabalhar no ramo de casamentos era conseguir garantir uma sensação de segurança para clientes que, em seu pressuposto, atravessavam um momento de constante tensão.

Num casamento, o vestido da noiva não podia faltar. Mas dado o nível de detalhamento de diferenças possíveis de serem destacadas entre as peças de roupa, como um olhar leigo em moda, modelismo ou avanços da indústria têxtil poderia ser capaz de distinguir essas nuances na “qualidade”? Diante de tantas controvérsias sobre os materiais e as técnicas utilizadas na confecção dos vestidos para justificar sua qualidade, como saber em quem confiar?

Aqui a performance de gênero dos profissionais do mercado durante o atendimento despontava como um importante atributo que podia ser avaliado pelo crivo das noivas. Em campo, a dinâmica do atendimento de Helena na loja da Avenida Rebouças foi a primeira vez que um tipo de diferenciação entre estilistas homens e mulheres tinha se sobressaído. Enquanto vestia a noiva no provador e me contava que seu cargo era de assistente embora também tivesse titulação formal em moda, Bianca justificava a escolha da loja de colocar apenas homens no posto profissional de estilista porque “quando é uma estilista mulher, a cliente não vai muito com a cara”. Já Tati, a gerente na Rua São Caetano, se mostrou surpresa quando perguntei o porquê de só haver estilistas homens em sua loja. Disse que nunca tinha pensado no assunto pois também nunca tinha recebido nenhuma candidata para suas vagas.

Naqueles dois contextos, a presença de homens pelos ambientes não era apenas muito mais perceptível, mas formava o núcleo central de qualquer interação comercial: a relação entre os vestidos e as noivas só se dava depois da autorização e orientação masculina. Tais informações contrastavam imediatamente à minha experiência na loja de bairro em São Mateus. Onde o predomínio feminino no território era atestado, inclusive, pelos cartazes de

“proibida a entrada de homens” em seus espaços³¹. Entretanto, com o decorrer da pesquisa e minha chegada à Rua das Noivas, foi ficando cada vez mais claro que embora homens disputassem uma posição de grande destaque nesse tipo de mercado de produtos femininos, não era qualquer contorno de masculinidade que estava ali previsto.

“Os *gays* mandam” repetia Solange, de São Mateus, enquanto falava sobre a Rua das Noivas. “Nas lojas chiques que tem lá na São Caetano, eles já contratam o gay porque tem aquelas pessoas mais chiques, de classe mais alta, que já vêm procurando por eles”, dizia ponderando que tal reputação devia-se a uma associação entre a homossexualidade masculina com o próprio universo de trabalho, já que, segundo ela, “os gays gostam dessas coisas de moda”. Além disso, continuava, “eles dão atenção pra cliente assim, de colocar no pedestal né? Eles atendem muito, muito bem”.

De fato, no centro de São Paulo, produzir uma performance reconhecível como “gay” era um modo de mediar a relação entre clientes e os objetos e gerenciar a sensação de confiança prevista para a conclusão do negócio. Compondo seu salário mensal pelas comissões advindas de cada uma das “vendas” fechadas nos contratos de locação dos vestidos, Maurício uma vez me disse avaliar que seu trabalho não deixava de ser um tanto “maligno”, pois em, em suas palavras, a cada atendimento sua função seria “entrar na mente da cliente”. Um ofício cuja vocação estava também relacionada à sua habilidade em iludir. E, nisso, dizia não ter dúvidas de que o sucesso de sua trajetória de 30 anos de trabalho na Rua São Caetano devia-se ao que chama de uma “sensibilidade homossexual”.

Os gestos incontidos, a fala sibilada, um topete grisalho sempre armado por laquê e um traje social completo faziam parte da composição estética que salientava a sexualidade sobre seu corpo. Considerando que “ser homossexual” o capacitaria a entender melhor o que chamava de “universo feminino”, Maurício performatizava cotidianamente uma expressão corporal que dava lugar aquilo que, em outros contextos, poderia ser negativamente designado por “bicha” e explicitava uma vinculação entre gênero e sexualidade para realizar o seu trabalho.

³¹ As assimetrias profissionais entre costureiras (mulheres) e estilistas (homens) na minha pesquisa de campo foi um tema que trabalhei mais detalhadamente em outro texto (ESCOURA, 2017), inspirada na discussão de Bianca Briguglio (2015) sobre a correlação entre profissionalização e masculinidade em algumas carreiras de trabalho. Em seu caso, ela mostra que se popularmente a cozinha é vista como “lugar de mulher”, a máxima é posta em xeque quando ela se profissionaliza por vias de qualificação formal e a imagem da “cozinheira” é substituída pelo “chef”. De modo análogo, a “costureira” sai de cena quando o “estilista” é quem se torna o *locus* identificado de saber sobre moda e técnicas para a confecção de vestidos de noivas na Rua São Caetano.

Isadora Lins França (2010) ao dedicar especial atenção a três diferentes festas voltadas ao público de homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens em São Paulo, indicou uma confluência de convenções entre gênero, classe, raça e sexualidade que produziam diferentes versões de masculinidade. Da relação entre as “cenas” masculinas e seus espaços de consumo, a autora evidenciou o mecanismo de diferenciação pelo qual a hierarquização dos lugares era posta em paralelo também à valorização ou desvalorização de seus frequentadores.

Na sua pesquisa, a imagem da “bicha” apareceu como referencial muitas vezes negativo, do qual parte dos seus interlocutores buscava se afastar, numa recusa ao mesmo tempo da associação entre feminilidade e homossexualidade, mas também de modelos de homossexualidade identificados como ultrapassados ou de classes populares. Ao mesmo tempo, interlocutores de classes populares muitas vezes transformavam a posição de “bicha”, tão cedo a eles atribuída, em um lugar muitas vezes vantajoso, como foi o caso de um dos seus interlocutores que narrou sua ida à Rua das Noivas para comercializar uma peruca de sua avó numa iniciativa que lhe valeu posteriormente uma inserção no ramo de maquiagem e cabelos (FRANÇA, 2010, p.223). Numa anedota que buscava mostrar como as “bichas” tinham mais tino para ganhar dinheiro, o espaço de interação com as noivas já aparecia posicionado na pesquisa da autora como um lugar daqueles onde a posição social da “bicha”, tantas vezes desvalorizada, poderia ser manejada de maneira positiva.

Deixar claro para as noivas que se era estilista e também “bicha” garantia aos funcionários das lojas de vestido uma posição privilegiada nas interações. Era uma forma de garantir a vinculação de seu trabalho com noções comuns que identificariam em si, a legitimidade de quem “entende de moda”. Mas, ao mesmo tempo, como acreditava Maurício, era também um modo de se vincular a “universo feminino” por meio de sua sexualidade e garantir um conjunto de conhecimentos e sensibilidade para “entrar na mente da cliente”. Mais do que uma performance valorizada, no mercado voltado para as noivas a vinculação entre “sensibilidade homossexual” e o “universo feminino” era reivindicada pelos estilistas para constituir sua autoridade no processo produtivo dos vestidos.

E enquanto na Avenida Rebouças e na Rua das Noivas, a “confiança” para se fechar um negócio parecia vir de uma conjuração de expressões de gênero e sexualidade materializada nas performances corporais dos estilistas, nas lojas do interior dos Jardins, ela vinha de outro lugar.

Sem modéstias, “a noiva é o personagem principal da noite e as pessoas esperam que ela esteja deslumbrante”, diziam as clientes das lojas quando em busca de seus vestidos para causar impacto. Mas antes mesmo de Juliana, a noiva de Belém, examinar qualquer renda no “*atelier*” da Olivia Hoffmann, o efeito de deslumbramento com o cenário montado para recebe-la já tinha se transformado em elemento de avaliação sobre a reputação da estilista.

Uma sala que parecia “uma casinha de boneca”, pintada em cor-de-rosa e azul bebê com coroinhas na decoração era o que a noiva paraense precisava para se sentir “uma princesa”. E continuou lembrando que “tinha uma cadeira, uma poltrona de rainha, muitas fotos de celebridades vestindo os vestidos dela”, para descrever a loja entre as ruas arborizadas da região dos Jardins. Algumas alamedas distantes dali o “*atelier*” de Valquíria Almeida parecia conter várias características semelhantes quando Luiza concluía que “tudo é muito chique lá” e destacava as poltronas antigas “Luís XV” ao falar sobre a decoração bege e almofadada do antigo casarão.

Usando um léxico aristocrático que evocava noções de riqueza e nobreza em suas falas para materializar uma qualidade que era sensorialmente avaliada – como veremos novamente no capítulo 2 – princesas, rainhas e reis pareciam corresponder a uma medida daquilo que seria melhor ou, nas palavras de Luiza, “chique”. Tal como observado por Maria Filomena Gregori (2016) na organização do mercado de bens eróticos em São Paulo, o território espacial das lojas tendia a se constituir numa espécie de cenário altamente planejado e controlado para criar um efeito de valorização dos produtos ali comercializados. E enquanto atribui outros sentidos de valor às suas mercadorias, esses salões de vendas demarcam também os limites entre os territórios de consumo e a hierarquia da concorrência. O valor de um vestido, a princípio, já começava a ser produzido pelo valor do espaço que supostamente o confeccionava.

Paralelamente, a atenção que a autodescrição no *website* de Olivia Hoffmann dava às suas relações com “atrizes, modelos, cantoras, *it girls* e importantes nomes do cenário contemporâneo” foi proporcional àquela dada pela noiva Juliana ao ver as “fotos de celebridades” pela parede. Chegando no “*atelier*” depois de passar primeiro por Cristiano Garcia – profissional que ao menos uma vez por ano assina o vestido de capa da revista Vogue Noiva brasileira e é presença constante nas listas de estilistas mais caros do país –, a noiva não escondia sua predileção aos profissionais que criavam os produtos mais restritos do mercado.

Mas dado os R\$ 90 mil cobrado por Cristiano, trocou-o pela reputação da estilista “número 1 quando se trata de clientes famosas”, segundo indicava um *ranking* no universo digital.

A relação da estilista com o universo das celebridades é constantemente evocada não apenas em seus canais de divulgação profissional como pela mídia de modo geral. É sempre evidenciado em seu currículo os nomes das grandes estrelas que ela já vestiu, bem como sua vinculação íntima com a teledramaturgia, tendo vestido também dezenas das noivas que apareceram nas novelas dos últimos anos.

Com seu nome e o nome de sua marca fortalecidos por esse tipo de associação, a composição do cenário de seu “*atelier*” com imagens de rostos reconhecíveis se transformava em uma estratégia eficiente para a contratação de seus serviços. Vestir mulheres de prestígio público, naquele contexto, tinha como efeito se tornar uma estilista de prestígio e a visibilidade de suas criações era um atestado da qualidade de seu trabalho. E a experiência de Juliana surgia, nesse sentido, enquanto um exemplo de como a “marca” podia se sobressair frente às disputas narrativas sobre as técnicas e os materiais de produção, tal como indicavam os estilistas do centro de São Paulo. Entretanto, somada à confiança na “marca”, para as noivas a garantia da qualidade de um vestido e do trabalho de um estilista também dependia de um processo que começava na recepção das lojas e passava pela performance corporal e discursiva das profissionais.

Luiza se sentiu ofendida com o e-mail que antecipava o valor mínimo das peças para afastar clientes que não fossem endinheiradas, mas ela o relembra também para destacar, desde o agendamento, um “profissionalismo” inquestionável vindo da estilista. Ao mesmo tempo em que resgatava os detalhes da decoração da loja para construir um quadro ilustrativo da sua impressão de “chique”, a noiva me fez tomar nota sobre como a estilista era uma *lady*. Novamente, o uso de termos vindos de contextos aristocráticos parecia não surgir de modo aleatório, mas usado para descrever uma marca de nobreza que, em relação direta à riqueza, seria identificável a partir da postura da estilista. Era uma forma de traduzir, por meio de uma linguagem particular, convenções de gênero e classe identificadas na performance corporal que atribuíam elegância à profissional.

“Ela atende a gente muito calma, fala muito baixo” era uma especificação que aparecia em sua narrativa imediatamente antes da lembrança sobre o forro do traje, em que “cada botão estava encapado com seda”. Os critérios de avaliação da noiva sobre o trabalho da estilista, nesse caso, pareciam remeter às análises de Arlie Hochschild (2003) sobre o ofício

das comissárias de empresas de transporte aéreo, num contexto em que a qualidade dos produtos e serviços prestados dependia de um trabalho de contenção e estabilidade emocional das funcionárias. No casarão dos Jardins, o controle da estilista sobre sua postura corporal, a moderação de seus gestos e gestão do volume de sua fala pareciam elementos simetricamente relacionados a uma garantia de controle da qualidade do próprio vestido. Entre a performance corporal da estilista e seu trabalho “muito bem feito”, a noiva garantia que estava entre quem e o que eram “chiques”.

Ao lado das impressões sobre o cenário de constituição de ambiente da própria loja, acompanhar aquilo que aparecia como critério de avaliação de noivas sobre os diferentes territórios do mercado nos levou diretamente para as interações de negociação. O atendimento, compreendido desde o agendamento, passando pela recepção e a entrega do produto contratado surgia, entre clientes de todas as lojas, como espaço temporal onde elas podiam mensurar a “qualidade” dos vestidos e colocar a autoridade dos profissionais sob constante apreciação. E nesse ambiente criado para a negociação, firmar-se como um estilista “de verdade” ou manter uma postura de nobreza e vínculo com as celebridades era elemento fundamental para garantir a segurança da cliente e o objetivo de contratação.

Gabriela disse que partiu em busca de seu vestido na Rua São Caetano depois de avaliar que, em São Mateus, a loja tinha um “pessoal super antiprofissional”. Ser “bem tratada desde o dia que eu peguei até o dia que eu entreguei” tinha sido uma experiência crucial para a escolha do seu vestido e também uma espécie de reformulação daquilo que ela entendia por uma boa troca comercial. “Profissionalismo” pra ela, bem como para Luiza e Solange, nesse sentido, não se restringia apenas na confirmação de legitimidade do profissional sobre seu ofício. Mas também, tanto na garantia de cumprimento dos acordos como uma postura específica nas interações.

Assim, se por um lado e olhando primeiro para as formas pelas quais profissionais do mercado justificavam os preços dos seus produtos, encontramos uma complexa disputa narrativa sobre a “qualidade” dos atributos físicos das peças, por outro, a controvérsia imposta pelas dinâmicas da concorrência só podia ser resolvida, afinal, na negociação simbólica do próprio atendimento. Um momento em que a legitimidade de um preço era avaliada pelo crivo sensível das noivas sobre a dimensão cênica das lojas e performática de seus profissionais. Mais do que comprovar que uma renda vinha da França, cabia ao estilista convencer que uma renda podia ser francesa. E, assim, ao lado dos insumos ou técnicas

utilizadas na confecção das peças, as estruturas cenográficas dos espaços das lojas e a performance profissional compunham o quadro de materialização da “qualidade” dos produtos pelo olhar das clientes. Numa dinâmica que antes dado de modo inquestionável por seu processo de produção, um vestido se confirmava como um produto de valor e tinha seu preço conferido apenas quando na interação da troca.

O atendimento, afinal, tinha que produzir como efeito a confirmação de uma reputação do produtor ou do contexto em que se presumia de produção dos vestidos da noiva. Esse era o arremate final para a constituição de uma autoridade que Maurício traduzia dizendo que “estilista é que nem o papa: você falou, todo mundo obedece”. Na contenda do mercado, quem assegurasse ter o melhor material ou fazer o melhor atendimento garantia também oferecer o melhor vestido. Valioso, justificava-se seu preço.

Um vestido de valor

O vestido é uma prioridade da noiva. Ou ao menos deveria ser, tal como Alice descobriu quando decidiu comprar um vestido via *internet*, da China e, portanto, mais barato. No cálculo da noiva, a economia financeira prevalecia e se justificava, inclusive, pela defesa de que ela só teria ido “à fonte”, adquirindo um produto igual àqueles que ela acusava serem oferecidos pelas lojas em concorrência no mercado. Mas desses relatos, Alice evidenciava também que havia um tanto considerável de risco ao se economizar no preço do vestido de noiva. Naquele instante, sua mãe e seus colegas de trabalho trataram logo de mostrar que algo estava fora de lugar.

Na seção anterior, discutimos o quanto o atendimento nas lojas de aluguel e venda de trajes é elemento central na disputa pela qualidade de um vestido e na definição de seu valor. Concorrendo no mercado entre si, as lojas disputam reputações para suas marcas e conferem prestígio aos seus produtos, num processo de atribuição de valor aos vestidos de noiva também pela performance cênica dos profissionais nas interações comerciais. E Alice percebeu essa correlação quando tentou compreender o porquê de tantas rejeições de seu vestido e lembrar da mãe que não estava o vendo sob os efeitos da “luz de uma loja”.

Além disso, tinha faltado também o processo de personalização que as lojas poderiam lhe oferecer. “Não foi feito pra você”, disse a mãe em tom de acusação para evidenciar a desconexão do vestido em relação ao corpo da noiva e apontar para a ausência

de “personalidade” do objeto, aquela mesma que parecia poder ser conferida apenas pela mediação das mãos de um/a estilista.

Pagar “o que eu posso pagar”, como ela dizia, foi um posicionamento que disparou tensões até então não previstas. A compra, via internet e sem ter passado por alguma loja sequer para antecipar a prova do modelo escolhido, parecia ter suprimido um passo incontornável do processo de organização de sua festa. À Alice e seu vestido “barato” tinham faltado aquele “momento suntuoso que todo mundo fala, esse momento glamour” previsto em antecipação ao casamento. Econômica, à noiva prestígio também foi poupado. E de sua experiência o que parecia ser revelado junto a decepção de sua mãe e seus colegas, era a pressuposição de que a escolha de seu vestido deveria ser um grande projeto de engajamento, em que cálculos econômicos fossem explicitamente reconfigurados. O barato saiu caro. E a facilidade em adquirir um vestido a preços módicos sem sair de casa, em seu revés, trouxe-lhe a dificuldade de comprovar o valor moral de sua peça.

Se por um lado tantas noivas diziam ter elencado o vestido como um item que não se preocuparam em economizar, o caso de Alice, contudo, nos mostra que independentemente das pretensões ou justificativas pessoais ele era algo que não *podia* ser economizado. Nem tempo, nem dinheiro, engajamento ou expectativa eram passíveis de serem poupados quando noivas se colocavam em busca daquele que era um dos itens mais importantes de seus casamentos.

Independentemente de qual o custo total de uma festa, se ela é a celebração da união de uma funcionária de *shopping* ou de um herdeiro do setor varejista, a expectativa era de que o vestido da noiva fosse sempre um item valioso. Não importasse seu preço entre noivas que o alugavam na Rua São Caetano ou compravam nas valorizadas alamedas dos Jardins, ele nunca podia ser uma roupa qualquer.

E a despeito de toda a concorrência do mercado em fixar seu preço como garantia de sua qualidade, que poderia deixar supor que somente aqueles produtos mais caros seriam capazes materializar o prestígio esperada a uma noiva, em campo as coisas apareciam sob outras nuances. Valioso pois produzindo a “personagem principal” de um casamento, um vestido de noiva sempre tem que ser caro para quem o veste, mas isso não significa que somente os mais caros do mercado tivessem valor.

Único e alvo de tanta curiosidade num evento como esse, um vestido de noiva se pressupõe sempre um objeto de luxo. E, aqui, são importantes as considerações novamente

de Appadurai (2008) sobre o tema. Evitando cair na dicotomia simplista entre “objetos de luxo” contra “objetos de necessidade”, o autor destaca a excepcionalidade atribuída à determinadas mercadorias que, tornadas específicas, são também postas num outro “regime de valor”.

Tal como enumera, restrições de preço ou legais; complexidade para sua aquisição; capacidade em se legitimar como mensagem social; exigência de conhecimento especializado para usá-lo; e alta associação entre seu consumo e o corpo do consumidor, numa transitividade entre pessoa e personalidade são elementos essenciais de transformação de uma coisa em objeto de luxo. E, como conclui, o caráter de luxo atribuído a determinados bens não deriva de uma presunção de sua inutilidade. Para ele, e tal como encaro um vestido de noiva e continuarei a tratar do assunto no próximo capítulo, bens de luxo são aqueles “cujo uso principal é retórico e social, bens que são simplesmente símbolos materializados”. E, sua dimensão de necessidade, antes que ausente, “é fundamentalmente política” (APPADURAI, 2008, p. 56).

Como espero deixar mais evidente ao decorrer dessa tese, uma festa de casamento se propõe única e extraordinária. Daí decorre-se que alugar ou comprar um vestido dentro das expectativas criadas em torno de uma noiva era, de maneira explícita, partir de uma extrapolação do que estava previsto como um gasto ordinário. Mesmo que isso significasse entrar em uma dinâmica de endividamento, a conjuntura de extraordinariedade da festa de casamento e a centralidade do vestido na produção de uma noiva pressupunha “sacrifícios”.

Se empenhar era condição e, para tanto, parecia que para muitas noivas valer-se do trânsito de seus corpos pelos territórios das cidades e entre as cidades era uma tática eficiente de produção de tal distinção. Um vestido, não podia ser fácil. Tanto Juliana, a noiva de Belém com casamento orçado em R\$ 300 mil, como Gabriela, do casamento de R\$ 20 mil na zona leste de São Paulo, investiram em torno de 15% do valor total do evento para estarem com os vestidos de luxo que as transformariam nas protagonistas de seus casamentos.

Mas além da coincidência no percentual dispendido na peça, são as duas também que vão em busca de vestidos bem longe de casa para compor suas performances de noiva. Uma vai da margem geográfica ao centro do município de São Paulo e outra vai do norte do país para a capital paulista em uma busca que acrescenta mais do que quilometragem aos seus vestidos.

A “falta de confiança nas profissionais” do bairro ou da cidade de origem foi, em ambos os casos, a ideia usada para justificar os deslocamentos pela cidade ou entre as cidades. Gabriela comparou o atendimento da loja da região da Luz com aquele recebido em São Mateus para enfatizar que não recomendaria a loja de seu bairro para ninguém. Juliana, por sua vez, disse não confiar nas profissionais de Belém e quando falou da estilista de São Paulo, ressaltou a qualidade de seu trabalho quando considerou que ela devia ter uma “pequena fortuna em materiais”.

Quando uma noiva entra com seu vestido em uma cerimônia de casamento, os custos da peça dificilmente são conhecidos pelos convidados. Nas entrevistas, a pergunta sobre os valores gastos nas festas nunca causou constrangimento quando as respostas giravam em torno dos itens em que os casais tinham feito alguma economia. Entretanto, falar sobre os custos de um vestido na maioria dos casos gerava algum tipo de desconforto. Em vestido não se economiza, mas dar indícios de que a compra ou o aluguel foi um exagero capaz de configurar o negócio como uma ostentação é um risco que as noivas não querem correr.

Gabriela rebate seu noivo quando ele acusa que seu vestido foi “caro” e minimiza que “R\$2,5 mil, foi super barato”. Já Juliana fala do valor de seu vestido de maneira indireta, em contraposição ao modelo proposto por outro estilista e por ela recusado. Essa contradição entre convenções que de um lado não permite racionalidade financeira no quesito vestido de noiva e, por outro lado, condena práticas de consumo ostensivas, acaba por colocar as noivas em um complexo limiar. Como afastar o risco de parecer uma consumidora descontrolada e, ao mesmo tempo, garantir que seu vestido não foi barato para suprir as expectativas por um traje “deslumbrante”?

Parecia que trazer para Belém um vestido de São Paulo ou do centro para um bairro da “quebrada”, como diziam as interlocutoras de São Mateus, era uma eficiente estratégia de distinção. Trazer um vestido “de fora” configurava uma outra forma de atribuir valor àquele que, por pressuposto, deveria ser um item valioso. E o vestido, nesse sentido, parecia poder absorver o status de um determinado território e evocar, paralelamente, uma nova métrica de valor que não envolvesse, necessariamente, o referencial das cifras de dinheiro.

O consenso por trás dessas ações era de que mesmo que ninguém soubesse que tinha custado mais de R\$ 45 mil, um vestido vindo de São Paulo, em Belém, era algo valioso. Já na zona leste da capital paulista, ainda que uma pessoa nunca tivesse entrado em uma loja

da Ruas das Noivas, ela poderia supor que lá paga-se mais do que em São Mateus por um traje. O valor do vestido estava posto em outros referenciais, mas que também comunicavam diferenças econômicas³².

No casamento noticiado pelas redes sociais, Juliana se apresentou com um vestido *Olivia Hoffmann* que levou, segundo ela, curiosos para frente da igreja ou para as publicações no *Instagram*. Fazer do seu vestido “um dos mais bonitos que já teve aqui nessa cidade” significava também trazê-lo de fora dessa mesma cidade. Ele era excepcional porque vinha de um lugar em que as coisas são pressupostas como de melhor qualidade, local transformado em “referência de tudo que é bom”. A “São Paulo [que] tem um glamour” como diria, Luiza, sua conterrânea.

Além disso, em seu caso específico, é preciso notar que quando então falamos de noivas que dispõem de quantias muito altas de dinheiro, cujas escolhas de consumo nem sempre representam sacrifícios de endividamento como de Helena, que precisou parcelar a diferença do seu traje em meses de prestações no cartão de crédito, outros elementos entram nessas táticas de distinção. Juliana traria seu vestido de São Paulo, mas não é de qualquer “São Paulo” que vem o vestido de Juliana.

Embora a Rua das Noivas, onde Gabriela alugou seu traje, seja um importante centro de comercialização de vestidos de noivas na capital paulista, a São Paulo em que Juliana busca sua roupa é aquela onde “muitas fotos de celebridades vestindo os vestidos” de sua estilista enfeitam as paredes da loja. Pois, ao mesmo tempo em que Juliana se diferencia de todas as outras noivas de Belém que não terão os vestidos “mais bonitos da cidade” nem curiosos à espera na frente da igreja, ela agencia seu trânsito por São Paulo de modo a se diferenciar também de noivas como Gabriela. Apesar de ambas usarem o trânsito pela cidade como operador de demarcação de diferença, a São Paulo que se apresenta como território de diferenciação para uma noiva não é a mesma da outra.

Mas também não bastava um vestido vir de longe para ser considerado automaticamente um vestido melhor: ele tinha que vir de algum território também mais valorizado. Se pensarmos apenas na lógica de deslocamento territorial, certamente o vestido

³² Compreender as nuances em que diferenciações econômicas aparecem pelo manejo dos objetos de consumo é uma discussão que permeia, mas não se encerra, esse trabalho. Essa questão faz parte de um esforço que Renata Mourão Macedo e eu temos feito conjuntamente (MACEDO, 2013; ESCOURA; MACEDO, 2018), em uma busca por alternativas descritivas para analisar “classe” como um marcador de diferença, sem recair, contudo, nas acepções mais estáticas e totalizantes do conceito.

de Alice, vindo da China, seria aquele com a maior distância acumulada em sua trajetória. Entretanto, numa correlação entre a nacionalidade do traje com uma avaliação de desmazelo da noiva, foi justamente pelo fato dele ter vindo de lá que a peça caiu no desgosto da mãe e de seus colegas de trabalho. A valorização do vestido não se dava apenas pelo cálculo da distância em si, mas pelo valor ou distinção do território que o comercializou. Se as noivas acionavam noções de diferenciação em seus trânsitos pelos territórios, era porque havia também hierarquia entre os diferentes lugares por onde circulavam. E se de um lado as diferenças entre os territórios do mercado eram aquilo que sustentava a diferenciação dos valores dos vestidos, por outro e seguindo o que França (2010) teria notado em seu campo, perseguindo um vestido de valor pelas diferenças dos territórios, o trânsito de noivas conformava hierarquias também entre elas.

E aqui, acrescento diálogo também provocada pela pesquisa de Natacha Leal (2016). Analisando o mercado de gado de elite, um produto de acesso restrito, de luxo e com paralelos muito próximos ao que identificamos no mercado de vestidos de noivas, Leal (2016) discorre sobre a produção de valor a partir da relação entre homens e animais. No triângulo mineiro, criadores de zebu formataram um processo de racialização bovina, controlaram genealogias e definiram pedigrees a partir de seus próprios espécimes, produzindo suas reses enquanto “gado de elite” e a si, consequentemente, enquanto elite: saber produzir gado com distinção é também se produzir como distinto. Também inspirada em Appadurai (2008[1986]), a autora analisa o intercâmbio de biografias entre bois e criadores para apontar que, além da circulação de materiais genéticos de prestigiados raçadores bovinos, a reputação e o prestígio dos criadores também estavam sob disputa nas negociações dos suntuosos leilões do setor.

Com as noivas algo em semelhante parecia acontecer. Ao mesmo tempo em que o contexto de comercialização de um vestido, como vimos na seção anterior, era a referência para configurar o seu valor e atestar que aquele era um objeto valioso, deslocar-se pela cidade e entre as cidades nos diferentes territórios de venda e aluguel dos trajes era uma estratégia utilizada pelas clientes para se constituírem enquanto uma noiva de valor. Da relação entre profissionais com vestidos, noivas com profissionais e vestidos com noivas, reputações e prestígios circulavam pelas lojas de trajes de festa e compunham uma complexa cartografia da distinção. Vestir-se de noiva e, “sem modéstia”, ser a “mais bonita da cidade” era um projeto no qual parecia haver alguma possibilidade de experimentar uma sensação lúdica de

ruptura com o ordinário e elevação de si em distinção, ainda que momentânea, ou conflituosa. Para tanto, nenhuma economia podia ser feita e nenhum sacrifício evitado.

Em suas composições de noivas, valor de si e de seus vestidos precisavam ser combinados. Fosse pelo acúmulo de dívidas ou colocando seus corpos em longas jornadas de busca pelo modelo ideal, a escolha do vestido de noiva aparecia como uma etapa fundamental de um casamento e, ainda, momento no qual os prestígios disputados no mercado criavam uma transitividade de valor também às suas clientes. Enquanto não existe noiva sem vestido, é o vestido que produz a noiva. Assim, valores iam sendo intencionalmente constituídos e combinados, numa relação em que para se tornar uma noiva de valor era preciso, antes, conquistar um vestido valioso.

Assim como tantas noivas elegem seu traje como marco inaugural do processo de organização das festas e fazem dele o produto que menos se preocupam em economizar, também tomo o momento de escolha do vestido de noiva como porta de entrada para os investimentos dessa tese. E, no primeiro capítulo dessa costura analítica sobre vestidos e noivas, olho para a configuração do mercado especializado e argumento sobre as dinâmicas que fazem do espaço das trocas comerciais uma esfera de materialização de valor.

Apontados como elemento crucial para a materialização de uma noiva e de um casamento, cheguei nas lojas de vestidos junto com minhas interlocutoras e, de lá, contextualizei quatro áreas de aluguel e venda de trajes de festas em São Paulo. Entre os bairros da “quebrada”, o centro e a vizinhança dos Jardins, explorei os ambientes das lojas assim como os produtos que preenchiam seus estoques e catálogos. Nesse movimento, busquei descrever algumas das dinâmicas de interações e, desse modo, constituir um quadro analítico sobre a interação entre noivas e profissionais especializados do setor.

Se o vestido usado durante o casamento é o maior segredo guardado pela noiva, o mistério sobre sua produção material é a fonte de autoridade de estilistas. “Feito à mão”, “sob medida”, “exclusivo”, “rendas francesas” foram termos que aqui ganharam expressão e foram se contrapondo a ideias de “coleções”, “importado” e “tudo da China” para constituir panorama material sobre diferença e distinção.

Um vestido de noiva não pode ser barato e nem fácil, pois, dada sua centralidade, é um emblema valioso. No centro de sua disputa, estava a ideia de “qualidade”. Recurso explicativo usado para diferenciar os produtos oferecidos, mas também para justificar as variações ou altos preços definidos no mercado.

Mas longe de um consenso absoluto ou fixo, da relação entre noivas e estilistas problematizei as justificativas materiais de definição do preço das peças e persegui as polêmicas que fazem do espaço da troca lugar de constituição de fronteiras de valor na concorrência do mercado.

Aos olhos e tatos das noivas, inexperientes como eu ao treino sensitivo de diferenciação das técnicas e materiais usados nos trajes, a tradução de “qualidade” se dava pelos ambientes cênicos das lojas, pela identificação de um maior “profissionalismo” e pela garantia de uma interação comercial que as fizessem se sentir ora mais próximas ao “mundo das celebridades”, à “uma *lady*” ou a quem tem legitimidade “dessas coisas de moda”. E das controvérsias sobre o que deveria ser um bom vestido, levamos o texto então para discussão sobre as definições de valor que são disputadas em paralelo aos terrenos da produção.

A partir da criação de um efeito performático de autoridade e autoria, lojas e estilistas constituem suas reputações e fazem do atendimento o momento de troca na qual sustentam valor a suas mercadorias. Garantir a conclusão de um negócio era de modo explícito conseguir assegurar, performaticamente, que o preço de seu produto era proporcional à qualidade ofertada. E, nesse sentido, as lojas de vestidos de noiva se constituíam como um cenário de trocas suposto como de produção que não apenas disputava os modelos dos vestidos, mas também o próprio valor deles.

Com seu valor dado em contexto, vestidos então circulam pelas mãos de noivas em trânsito nas cidades e entre cidades. E quando uma interlocutora da margem geográfica vai ao centro ou uma de Belém segue para São Paulo para firmar um negócio muito mais caro do que seria em seu lugar de origem, a busca pelo vestido de qualidade desenha uma complexa e relacional cartografia da distinção. Revelando, afinal, que o vestido precisa ser valioso também porque é ele que irá produzir o valor da noiva. Tema que, no próximo capítulo, ganha mais densidade analítica e profundidade de explicação.

Capítulo 2

Porque noiva tem que brilhar

A escolhida

“Você não escolhe o vestido, é o vestido que te escolhe” dizia Gabriela sobre o momento em que decidiu qual peça usar no dia de seu casamento, em 2015, na região do bairro de São Mateus, na zona leste de São Paulo. Ao passar pelas dezenas de fotos da ocasião em seu celular, a jovem negra de 25 anos lembrou emocionada dos convidados se levantando para recebê-la em reverência e dos aplausos que se seguiram à sua entrada.

Em “*off-white*”³³, com pedras transparentes e brilhantes bordadas sobre as aplicações de renda, o vestido seguia um modelo cuja saia se armava sobre estruturas de enchimento e o volume dos seios era demarcado por um robusto decote. Um elemento que não agradou tanto o sogro, religioso, mas que ajudava a criar o efeito esperado pela maioria de minhas interlocutoras de afinar sua cintura.

Meu vestido estava sujo dentro do provador, que alguém tinha provado e tinha largado lá. A mulher trouxe quinhentos brancos e eu não queria. Não ficou bom, não era... A mulher estava frustrada já porque ela colocou a loja no provador e eu não queria nenhum. Aí que a menina olhou no vestido e falou “tem esse aqui...Vamos tentar?”. “Ai, moça, nem quero mais”, e ela: “por favor”. A gente colocou. A hora que ela colocou, ela nem apertou, nem trançou, eu já falei: “é esse!”. Assim, ela só colocou o vestido. Estava sujo, horrível, o vestido estava até rasgado. E eu falei: “é esse!”. É inexplicável, é inexplicável. Aí eu coloquei o vestido, ela apertou, eu coloquei o sapato... E eles te sentam, colocam o penteado, te dão o buquê... E colocam uma música de casamento mesmo, de entrada de casamento. E um espelho gigante com a música de fundo, com o buquê... Você fica ali se olhando e fala: “meu, é isso, é esse”. Aí você já começa a chorar, porque passa um filme na sua cabeça. É inexplicável! (Gabriela, São Paulo, 2015).

E tal sensação de ser incontrolavelmente escolhida pelo vestido parecia a mesma de quando acompanhei Helena, do outro lado da cidade, na Avenida Rebouças, em busca de sua peça. Depois de publicada a imagem de seus pés brancos sob o tapete de entrada da loja sob a *hashtag* #wedding, a euforia da noiva foi brevemente contida pelo início do atendimento que mais parecia uma entrevista. Danilo, o estilista, e Bianca, sua assistente, descarregaram

³³ Nome atribuído em grande medida à tonalidade natural de alguns tecidos, como a seda, antes de passarem pelo processo químico de clareamento para se tornarem mais brancos. *Websites* e *blogs* especializados em casamentos costumam descrever a cor *off-white* como um algo próximo ao bege e numa aparência mais “envelhecida” que se tornou moda nos últimos anos. Para ver mais: <http://noivinhaemfolha.com.br/vestido-de-noiva-off-white/> (Acesso em 18 fev. 2019).

uma bateria de questões: quem de nós éramos a noiva, o que éramos umas em relação às outras, qual era a data do casamento, o horário da cerimônia, se seria em igreja ou em local aberto e também o número de convidados. Na ocasião, fui apresentada como uma “amiga” e a menção de que fazia uma “pesquisa sobre casamentos” não pareceu gerar qualquer atenção entre os profissionais que só tinham olhos para a possível cliente.

Helena se encolheu, constrangida, quando o estilista levantou com uma fita métrica em punhos para tirar suas medidas. Avaliava que estava um pouco acima do peso, mas tinha confiança que emagreceria até a data da festa, dali a um ano. Ele a tranquilizou, disse que outras provas seriam feitas até o evento e que havia ainda muitas estratégias de ajustes da peça no corpo: “para a barriga a gente dá um jeito, coloca calcinha da noiva, uma barbatana...”, disse se referindo a uma espécie de calcinha com uma cinta de compressão e às estruturas de metal que são costuradas no interior do forro do vestido de modo a prensar e modelar a cintura de quem o usa. Já sobre o temor de sentir muito calor durante o casamento, uma vez que ansiava por um modelo “clássico” com mangas longas, o profissional não amenizou: “noiva é foto, é estilo. Tem que pensar em como você quer se ver na foto do seu casamento dez anos depois”, disse em argumento aos sacrifícios que deviam ser feitos naquele momento marcado para ser extraordinário.

Finalizada a conversa inicial, subimos todas para uma sala de provas no segundo piso do casarão e esperamos Danilo voltar com os trajes. Lá, cada noiva era atendida em um quarto privado, recoberto por um carpete bege e com duas paredes, uma de frente a outra, inteiramente revestidas por espelhos de onde saíam focos de luz direcionados a um pedestal. Responsável pela troca de roupas, Bianca esperou a noiva se despir e depois equilibrou sobre Helena um vestido no estilo evasê, cujo caimento deixava marcado o corpo apenas até a cintura para depois se abrir em uma saia mais rodada. Com o busto levemente à mostra, a funcionária percebeu a tentativa da cliente em aumentar o volume dos seios rearranjando o decote e se adiantou: “ainda dá tempo de pôr um silicone, hein?”.

Em seguida aos botões fechados e às mangas compridas em renda ajustadas por alfinetes, Danilo retornou à sala de prova e mostrou-se animado com o que via. “Você é muito clássica, isso deve ser de casamento em vida passada” ponderou, enquanto rapidamente improvisava um topete seguido de um coque no cabelo de Helena. “Deixa eu montar ela”, dizia, colocando primeiro um véu branco e longo saindo do meio do penteado e, depois, ajeitando a cauda do vestido usado pela cliente. Helena se animava. Aproveitou para mostrar

pelo celular uma imagem capturada da internet que servia de modelo à maquiagem que queria usar. Frisou o desejo pelos contornos do rosto e do nariz bem marcados e emendou também uma foto de uma coroa: “nossa, você vai tombar a igreja na hora que você entrar, vai arrasar! Vai matar com essa coroa maravilhosa, ostentação”, disse ele antes de terminar os últimos detalhes. Sob o pedestal, iluminada, Helena parecia pronta para o casamento. Depois de aprender a posicionar o buquê ao lado do quadril, a porta foi aberta e, boquiaberta, a mãe entrou na sala tentando conter o choro.

As pedrarias bordadas no vestido cintilavam a cada vez que a cliente se movia diante das luzes em sua direção. O estilista percebeu que o vestido tinha caído no gosto e começou a valorizá-lo: “imagina essa manga longa aí na foto colocando a aliança, aparece o preto e branco da roupa do noivo e a renda branca da noiva, fica lindo”. A mãe da noiva, orgulhosa, via a filha e ressaltava as qualidades da roupa que, em seus termos, não era como um vestido “sereia” que “parece coisa daquelas mulheres que casam com os velhos, e querem dar golpe do baú”. O estilista ria, e completava: “parece piriguete tentando ficar fina, não é?”.

Helena tinha gostado do vestido, mas ainda não parecia satisfeita – ou talvez tivesse curiosa para ver como ficariam os outros modelos. Mais trajes foram solicitados e as trocas continuaram a ponto de o coque já parecer desfeito e Danilo desanimar com o atendimento. Entretanto, cerca de 3 horas depois, nem o cansaço ou o descabelo foi capaz de diminuir o efeito de surpresa e encantamento quando Helena, finalmente, experimentou o vestido “sereia” trazido à revelia da ideia original.

Justo em seu corpo até abaixo do quadril, com um decote mais acentuado e mangas longas desenhadas por uma renda em arabesco, o vestido fez a noiva lacrimejar. O estilista nem tinha terminado de fazer os ajustes ao corpo com os alfinetes e Helena já pedia para colocar também o véu. “Amei! Amei!” dizia ela antes de abrir a porta para a mãe entrar novamente e ver aquele que era, naquela altura, algo como o décimo vestido que provava.

“É mãe, o olho dela encheu de lágrima... Acho que ela é ‘sereia’, acho que ela quer dar golpe no velhinho...” dizia o estilista em tom de piada. A mãe estava visivelmente frustrada e Bianca, a auxiliar, tentava remediar a situação: “toda mãe quer ver a filha que nem ‘princesa’, né?”, dizia em referência aos primeiros vestidos provados. “Eu quase chorei no primeiro, parecia uma menininha”, disse antes de completar com um: “mas é você quem sabe” para a filha.

No impasse das avaliações, Danilo voltou-se à Helena e ponderou. “Você tem que se sentir realizada. Vai olhar seu álbum daqui vinte anos e tem que se sentir realizada” dizia para a noiva que, naquela altura, já parecia convencida. Olhando-se fixamente entre as duas paredes de espelho, destacava positivamente a renda que cobria seus braços e o arabesco nas suas costas em uma tentativa de ganhar o apoio da mãe. Ao mesmo tempo, seu discurso já mudava de tom. “No outro eu parecia uma santa!”, zombou.

“Para uma noiva, as palavras são muito importantes. O primeiro, quando eu perguntei se você gostou, você disse ‘adorei’. Agora você disse ‘amei!’”, dizia o estilista ao sugerir que a busca pelo vestido teria terminado. Helena concordou e, ao perguntar o preço, teve como resposta a orientação de que aquilo era assunto “lá pra baixo”, em referência ao piso térreo do casarão.

A noiva foi desmontada e aos poucos a jovem de 25 anos ressurgiu de blusinha colorida e shorts jeans para descemos todas ao início das primeiras negociações. Discordâncias e tensões pautaram a conversa no piso inferior. E com a oportuna impossibilidade de a mãe pagar pelo vestido “sereia” que a filha queria, o negócio não foi feito. Frustração. Não havia outra saída senão subir novamente pelas escadas e recomeçar a busca, agora focando no modelo mais parecido possível com aquele escolhido, mas de coleções anteriores e mais baratas.

Voltamos ao quarto de provas e Danilo estava visivelmente desanimado enquanto improvisava os ajustes num modelo muito maior do que o corpo da cliente. “É renda chantilly francesa” dizia a assistente numa tentativa de valorização da peça alfinetada para ficar mais “sereia” e dar algum novo ânimo à noiva ao ver seu corpo novamente ganhando opulência. Na negociação entre estilo e preço, sua mãe parecia também um pouco mais satisfeita: apesar de sereia, a renda cobrindo o colo e os braços da nova peça parecia atribuir mais seriedade ao modelo. Por R\$ 3,5 mil e sem lágrimas de emoção, o contrato foi finalmente fechado. Porém, dois dias depois da longa jornada de provas, mais novidades vieram por um aplicativo de mensagens instantâneas:

Mensagem de texto:

Troquei de vestido! KKKKKKKK.

Sou uma noiva FELIZZZZ

Nossa, eu tô me sentindo mto aliviada!

Mensagem de áudio:

Voltei lá! Aí cheguei lá, tinha avisado ele antes que eu tava insegura e marquei horário. Aí cheguei e falei, bom, vou provar primeiro o que eu fechei, pra não poluir minha cabeça. Quero ver como eu realmente fico nele. Aí deixaram bem justinho, do

jeito que eu queria, tal. Aí eu olhava... Fiquei com ele uns 20 minutos com ele no corpo, olhando.... Vendo como que eu me sentia. Eu me sentia 'ok'. Aí eu falei, bom vamos pôr o outro. Aí não deu. Na hora que eu pus o outro, sei lá véio, é um negócio! Eu me senti tão bonita, tão poderosa nele, sabe? Que eu falei 'não adianta eu ficar com um e gostar mais do outro'. A minha mãe é super preconceituosa, falou que era um vestido que a Valesca Popozuda usaria. Mas a Valesca Popozuda não usaria o de renda *Chantilly* francesa, desse jeito. Aí eu falei 'mãe, não adianta ser preconceituosa, eu vou fazer o que eu me sinto bem, como eu me senti melhor'. Esse que eu gostei mais, que eu fechei agora, eu falei pra ela... Ela falou 'ah, você precisa emagrecer pra usar ele'. Mas eu posso casar amanhã, do jeito que eu tô, gorda do jeito que eu tô, que eu me senti linda, me senti muito bonita, me senti elegante, não me senti vulgar... E tô feliz, sabe? Muito feliz! (Helena, São Paulo, 2015).

De volta à loja no horário de serviço, Helena tinha renegociado o preço do primeiro vestido “sereia” e conseguido parcelar em 5 vezes no cartão de crédito a diferença entre o modelo mais caro e aquele pago por sua mãe. Ao final, o valioso vestido que a tinha feito se sentir “poderosa” entrava no seu campo de possibilidades e, meses depois em seguida ao casamento, sua imagem de noiva entrou tanto para aquele álbum onde ela se veria “daqui vinte anos”, como para o próprio acervo de imagens da loja. “Sou uma noiva muito famosa!” comemorava ela ao me enviar, tempos depois, uma cópia da publicação de sua foto na rede social do local.

O escolhido

Tomado como um item de valor em que não se pode economizar, a origem do vestido de noiva é controversa. Entretanto, está sob mais acordo ter sido a Rainha Victoria aquela que, em 1840, o popularizou sob sua forma alva. Transformada em noiva aos 21 anos, dois depois de ser coroada, a jovem rainha despertava particular interesse na imprensa periódica internacional que se consolidava no período e seu longo reinado historicamente figurou-se como símbolo da vertiginosa ascensão imperial britânica pós Revolução Industrial (SHROUT, 2010).

Seu casamento foi um marco da era vitoriana. Levada à Capela Real do Palácio de St. James em Londres em uma carruagem dourada e acompanhada por 12 damas de honra, ao invés de duas ou quatro como era costume, a jovem noiva modificava o protocolo cerimonial da aristocracia europeia se apresentando em procissão com um traje especialmente feito para ser distinguido dos demais. Contrapondo-se aos modelos de veludo predominantemente em tons de vermelho ou amarelo e adornados por bordados de fios de

prata ou ouro como aqueles confeccionados à época, a eleição de um traje em cetim branco era justificada como elemento intencional para valorização da renda artesanal de Honiton (cidade no sul da Inglaterra) – cuja produção estava posta em crise desde a comercialização dos tecidos mais baratos feitos à máquina³⁴.

Entretanto, mais do que a renda se popularizou. Embora até haja registros de outras noivas que tenham usado a cor branca em seus trajes antes dela (OTNES e PLECK, 2003), o vestido de noiva da herdeira da prestigiosa coroa britânica não só se tornou um ícone de moda, ostensivamente divulgado e celebrado em revistas e retratos posteriores ao casamento³⁵, como também um símbolo da criação de um novo modo de se casar. Em torno do que cientistas sociais e historiadoras têm chamado de “*white wedding*” (ou numa tradução que aqui proponho de “casamento branco”), conformou-se um modelo de celebração que de modo geral envolve: uma cerimônia religiosa composta por procissões mais votos individuais e um banquete em sequência, em dois momentos complementares nos quais os anfitriões recebem centenas de convidados e, em meio a muito luxo, a noiva se apresenta de branco³⁶ (CURRIE, 1993; FRIESE, 1997; OTNES e PLECK, 2003; SHROUT, 2010; AREND, 2016). Tal paradigma de evento se mantém consolidado. E, entre minhas interlocutoras, aparecia expresso principalmente naquilo que algumas delas denominavam como “casamento tradicional” ou “casar com tudo que tenho direito”, como Pinho (2017) também apontou em seu recente trabalho.

³⁴ Para informações oficiais sobre o famoso traje britânico, ver: <https://www.royal.uk/wedding-dresses> (Acesso em: 18 fev. 2019). E para análises históricas sobre o casamento de Victoria, ver OTNES e PLECK, 2003; SHROUT, 2010.

³⁵ Para artigos na imprensa sobre o assunto, ver: <https://www.vogue.com.au/brides/news/the-reason-brides-wear-white-to-weddings-is-all-thanks-to-queen-victoria/news-story/27a67d1fcaae7077572930f0c36d33c2> e <https://www.vogue.com/article/queen-victoria-royal-wedding-facts-victoria-premiere> (Acesso em: 18 fev. 2019)

³⁶ Afora o conceito trazido pela bibliografia contemporânea sobre festas de casamento nos EUA e Europa, Beatriz Accioly Lins me indicou que a expressão “*white wedding*” também pode ser usada como gíria coloquial no contexto britânico, especialmente em situações em que se pretende questionar a reputação sexual de uma noiva ou o casamento religioso de uma divorciada.



Figura 5 – Rainha Victoria no dia de seu casamento. À esquerda, uma pintura de Franz Xaver Winterhalter de 1847 e, à direita, outra de Sir George Hayter de 1842. Imagens obtidas no acervo eletrônico da Royal Collection Trust (Fonte: <https://www.rct.uk/collection/400885/queen-victoria-1819-1901> acesso em 10 jan.2019).

Da centralidade do branco no vestido da noiva muito se especulou. Embora no século XIX a renda tivesse sido divulgada como o alvo de distinção do vestido inglês, a representação de sua cor se tornou motivo de ampla concorrência de interpretações. Frieze (1997), por exemplo, ressalta que o branco poderia ser uma decorrência direta da mudança de padrões de moda que, naquele período, passava a valorizar os tecidos mais leves em detrimento dos mais pesados. Cândidas em seu estado puro, as tramas de algodão da musseline e os fios de seda na organza ou no cetim, como aquele usado no vestido vitoriano, tornavam-se evidência material do um alto poder econômico entre os poucos que podiam acessar tais materiais.

Mas Frieze (1997) não passa incólume à interpretação que tem se difundido com mais força desde então, que associa a brancura do vestido com os valores morais de pureza do cristianismo. Para Currie (1993), desde 1840 o branco serve de representação da virgindade feminina e, para Shrout (2010), a cor do traje de Victoria junto aos traços joviais da moça branca retratada pelas suas imagens (Figura 5) materializava a ingenuidade requerida ao sacrifício ritual da noiva, tal como eram brancos também, ela lembra, os vestidos das doze mulheres solteiras da corte que lhe acompanhavam como damas de honra na procissão cerimonial do casamento (SRHOUT, 2010, p. 40).

Otnes e Pleck (2003), por sua vez, também reforçam a ligação da brancura com a virgindade e, em comparação ao surgimento de uma moralidade vitoriana ligada à família nuclear e ideias de higiene e limpeza, buscam argumentar sobre o vestido branco como parte da dicotomia entre a mulher “pura” e “limpa” contra a figura “decaída” e “suja” da prostituta (OTNES e PLECK, 2003, p. 31). Um ideal, segundo as autoras, que teria não apenas persistido e se internacionalizado diretamente entre os países europeus e suas antigas colônias, como também se exponenciado no século XX ao se atualizar com novos referenciais.

O vestido branco da Rainha Victoria seria apenas o início de uma longa história que essas últimas sociólogas, particularmente, se detêm em acompanhar. Incomodadas pela ausência de questionamentos ou contestações sobre aquilo que aparecia como um projeto não apenas óbvio para as mulheres, mas também reivindicado como um “direito”, elas buscam traçar argumentos para explicar a tamanha adesão das jovens estadunidenses ao mercado de casamentos. E, na pesquisa, sugerem uma íntima articulação entre consumo e mídia na criação de um apelo popular às narrativas românticas, tal qual de Cinderela – a personagem da literatura de corte europeia transformada em expoente de Hollywood pelas mãos de Walt Disney. Referencial de beleza e feminilidade desde o lançamento de seu longa-metragem, na década de 1950, a jovem moça tornada princesa ao reaver o sapatinho mágico de cristal feito pela fada madrinha teria sido um importante impulso, dentre aqueles analisados pelas autoras, a fomentar um mercado particularmente edificado na noção de que o sonho do “conto de fadas” pode ser comprado.

A ponderação de que o vestido estonteante de Cinderela, em sua versão cinematográfica da *Disney*, pudesse se configurar como materialização de um *status* de noiva enquanto simultaneamente a alça também ao prestigioso lugar de “princesa” já foi tema de meus trabalhos anteriores. Na ocasião (ESCOURA, 2012), acompanhando em pesquisa de campo o cotidiano de crianças de cinco anos em diferentes unidades escolares, apontei para como o efeito estético produzido na junção entre vestidos, coroas, maquiagens, penteados, joias e sapatos altos tornavam-se uma das dimensões constitutivas do que meus interlocutores identificavam como um contorno específico – e valorizado – de feminilidade.

É certo que deste cenário de paralelos entre tais referenciais aristocráticos e midiáticos de casamentos nem tudo pode ser automaticamente transposto ao contexto brasileiro. A começar, ao contrário das simbólicas doze damas “puras” que acompanham Victoria em cerimônia e tonalidade de traje, entre minhas interlocutoras qualquer

possibilidade de outra mulher além dela (ou das crianças) surgir com um vestido branco é motivo de rancor e repugnância. Tal como já apontado por Pinho (2017), seja por recomendações explícitas de cerimonialistas às convidadas, controle na entrada dos participantes nas festas ou constantes piadas que rondam as redes sociais, aqui o branco é exclusividade da noiva.

Entretanto, o encantamento mágico provocado pelo vestido branco parece fazer tantas noivas se sentirem, de fato, como se estivessem vivendo um “conto de fadas”. “Quer se sentir princesa da Disney? É esse que eu pego” certa vez disse Carlos, estilista da loja da Rua das Noivas, ao deparar-se com o espanto da mãe da noiva vendo a filha sair do provador sob o som da marcha nupcial. Refletida pelas paredes espelhadas e iluminada pelos canhões de luzes, a jovem cliente caminhava lentamente em direção à sua mesa de atendimento e fazia o vestido brilhar com seus movimentos. Feito de tule paetizado, uma das novidades entre as opções de tecidos e certamente aquele mais brilhante que meu olhar já acostumado com as lojas pôde ver, o vestido cintilou a cada passo da noiva e desencadeou uma comoção entre as desconhecidas dispersas entre as várias mesas do salão.

“Tá maravilhosa! Vai parar tudo” dizia o eloquente profissional ao contemplar a noiva que àquela altura também já estava convencida dos efeitos da peça: “nossa, é chique demais!”, ela atestava em uma emoção que em nada diferia daquela de Helena ou Gabriela quando se viram “escolhidas” por seus vestidos. Com o olhar fincado em sua imagem no espelho, a cliente segurava a saia com a mão que estava livre do buquê e repetia o movimento de levar o tecido para frente e para trás, provocando sua luminosidade.

Enfeitiçada, pareceu nem ouvir quando sua mãe ponderou em dúvida: “não é meio espalhafatoso?”. Rápido, Carlos intercedeu em negativa e, evitando qualquer desistência do negócio que buscava fechar, argumentou que “é chamativo, mas não chega a ser carnavalesco”. Depois, enquanto abaixava-se para arrumar a posição da cauda, ouviu a mãe voltar a insistir: “mas haja brilho, né gente?”. Aí a noiva pareceu acordar do seu encanto. Imediatamente fechou o semblante num rosto rosado de raiva e, buscando o olhar da mãe no reflexo do espelho irrompeu: “se tem alguém que é pra brilhar é a noiva!”, disse sepultando a discussão.

Juliana, a jovem que vai de Belém ao *Atelier Olivia Hoffmann* em São Paulo em busca daquele que era dito como um item que ela não economizaria em seu casamento, tal como vimos no capítulo anterior, também concordava. “A noiva é a personagem principal da

noite e as pessoas esperam que ela esteja deslumbrante”, argumentava em justificativa aos quilômetros rodados e às dezenas de mil reais investidos no traje. Me mostrando as fotos do seu casamento publicadas em uma rede social e frisando minha atenção ao enorme engajamento de curtidas e visualizações, ela explicitava o quanto seu investimento tinha sido bem-sucedido. Ao que julgava, “nosso casamento foi... irretocável”.

“Aquele dia é seu” dizia a noiva, branca e de 32 anos, ao dimensionar a importância do evento que tinha transformado não só sua vida conjugal. Do casamento, Juliana tinha aprendido a circular pelas redes de profissionais do mercado local de festas e, em associação à experiência que acumulara administrando a confecção e loja de biquínis de sua mãe, decidiu ela mesma também se tornar uma estilista de noivas. Empolgada, em nossa conversa ela falava sobre como podia entender e interagir com Olivia Hoffmann em termos técnicos de costura e sobre a reação da famosa estilista de celebridades quando viu suas criações na moda praia: “você tem que abrir um ateliê!”.

E ela abriu. Em uma sala adaptada dentro do seu espaçoso apartamento, onde a conheci quando acompanhava outra interlocutora, Juliana atendia as clientes em busca dos elaborados trajes de festa. Na ocasião da nossa entrevista individual, meu interesse na sua história tanto como noiva como estilista ajudava a conferir prestígio à marca que acabara de criar e ela fazia questão de salientar a distinção de suas peças, já que feitas apenas sob medida, e não em coleção à pronta entrega. Seguindo os mesmos protocolos do “*atelier*” paulista onde era cliente, ela resumia:

por isso que eu não quis fazer pronta entrega. Porque na pronta entrega você não está sendo a fada madrinha da pessoa. Você viu lá no meu *Instagram*? Eu tenho lá... Porque eu falo isso: “Eu sou sua fada madrinha, eu só vou fazer o Bibidi Bobidi Boo!” [referência às palavras mágicas entoadas pela fada no filme Cinderela, de Walt Disney]. O meu trabalho é entender como é que você quer se sentir, não é como você quer seu vestido. E aí conversando com você é que eu vou passar pro papel como será seu vestido, que na verdade é a consolidação de um sentimento: “como eu quero estar?”. Então quando uma noiva vem aqui, cada prova é um ajuste não só do vestido, mas é um ajuste de como ela quer se sentir. E na entrega do vestido, sabe, ver na cara delas aquilo: “ah, vou ficar linda, vou ficar isso, vou ficar uma princesa” ou então “eu vou ficar a mulher mais sexy da festa...”. É a personagem que elas querem ser naquele dia. (Juliana, Belém, 2016).

Embora ela fizesse questão de afirmar que não se considerava uma “pessoa romântica”, em nossa conversa ela lembrou de quando chegou no ateliê de Olivia Hoffmann na capital paulista e do processo de composição do vestido justamente feito para ser “romântico”.

A sala dela é uma casinha de boneca, é uma sala de princesa. É rosinha com azul bebê e coraçõezinhos, coroinhas. E ela não faz só noivas, ela faz moda festa. Por isso que te digo, toda mulher que se arruma para uma grande festa quer ser uma princesa. Tinha uma cadeira, uma poltrona de rainha, muitas fotos de celebridades vestindo os vestidos dela. E ela tem uma coisa que eu também gosto muito, ela usa muita renda. E pra mim não existe nada mais feminino do que renda. Ela usa em todos os vestidos dela. (Juliana, Belém, 2016).

Entre muita renda e objetos que a remetiam ao universo de princesas e rainhas, a noiva queria transformar seu casamento num momento excepcional, contrário a tudo que parecia viver no seu dia-a-dia. E ao que pudesse, para ela, parecer um desacordo entre a forma como ela se apresentava ali, para mim, e o estilo no qual havia escolhido seguir em sua festa, ela logo antecipou-se:

o vestido é um RG de um sonho que não necessariamente é a personalidade da noiva. Eu posso ter meu sonho de princesa, mas ser uma mulher super moderna, atual, durona e tal... Mas lá dentro eu tenho o sonho de um dia ser princesa e aquele vestido vai ser a materialização de alguma coisa ali que não necessariamente é minha personalidade. Por exemplo, eu não sou romântica. Eu sou muito resolvida, prática. Mas na hora de casar eu fui. Por quê? Porque eu tenho uma história assim, principalmente com as princesas, que eu era apaixonada pelas princesas. E aí de algum lugar veio isso e eu disse “quero casar de princesa, vou casar princesa”. Tanto que minhas amigas quando me viram na igreja elas assim falaram: “jamais imaginava que tu ias casar desse jeito!”. Não é minha personalidade, não é a Juliana que eu mostro pra todo mundo. Mas dificilmente a noiva casa do jeito que ela é no dia-a-dia. (Juliana, Belém, 2016).

Como continuou descrevendo, sua peça foi confeccionada a partir da conjunção de três tipos diferentes de rendas, num modelo que se transformava ao longo da noite e permitia a retirada de algumas sobreposições entre a cerimônia e a festa. Adornado por um véu de dez metros de comprimento para ocupar parte dos quarenta metros de passarela da Basílica de Belém, o vestido seguia justo até o meio das coxas, de onde se abria uma cauda. O busto e os braços eram cobertos por uma das rendas florais aplicada sobre um tule branco, em detalhes estrategicamente escolhidos para que depois pudessem ser retirados na abertura de um decote ao momento da festa, mas que também a permitiam materializar sua versão “fechada”, “mais composta”, “uma coisa mais sóbria” no momento cerimonial. Uma expectativa de produção de si que estava de acordo, inclusive, com as demandas do noivo – que, assim como a mãe de Helena, não escondia sua preferência ao modelo específico de vestido. “Ele que me queria princesa. Ele só falava assim ‘não quero você sensual na igreja, não quero, quero você noiva’”, dizia ela.

Já para Maria, sua cliente e quem me conduziu pela primeira vez ao ateliê recém-inaugurado de Belém, querer “ser princesa” foi um motivo de tensão entre noiva e estilista. Na tarde em que a acompanhei pela primeira vez no apartamento de Juliana, a noiva estava apreensiva em ter que medir seu peso na frente da profissional, que havia lhe prometido um bom desconto na confecção do traje por ser uma antiga colega de faculdade. No caminho, comentava sobre aquilo que identificava como uma necessidade de emagrecer e perguntava se eu sabia até quanto tempo antes do casamento o vestido podia ser ajustado por conta da perda de peso. Depois, já lá na sala, fez piada com a presença da balança digital ao lado da mesa de reuniões e brincava com a possibilidade de ela estar sem pilhas na ocasião.

O assunto era delicado. E até mesmo durante nossa entrevista, dias antes, o tema já tinha sido adiantado quando Maria falou do “sonho” de parecer uma “princesa” embora considerasse que casar com um vestido “igual ao da Bela”, do seu filme preferido da Disney “A Bela e a Fera”, não seria viável por conta do formato de seu corpo. “Eu já cáí na real que o vestido da Bela ia me engordar muito, então não dá”, lamentava a noiva de 32 anos. Entretanto, na sala de criações de Juliana, a frustração só aumentou de tamanho quando nem mesmo o pedido por um vestido no “modelo princesa” foi prontamente acatado.

“E você também vai querer véu e grinalda?” espantou-se a estilista quando viu a foto de um modelo com saia godê que a noiva apresentava como referência em seu celular. “Eu quero tudo que tenho direito!” ria a noiva em seu costureiro tom de animação e antes de ver o desenho de seu vestido começar a se consolidar pelas mãos de Juliana. Com um decote em “V” e bem menos volumoso do que o modelo trazido na foto, a estilista esboçava os contornos de uma saia mais reta e argumentava, olhando para o papel enquanto desenhava, que “um vestido evasê fica bem mais chique” além de “cair melhor”, já que Maria não estaria tão magra. Além disso, completava sem perceber o visível desconforto da noiva, “a gente coloca uma cauda removível pra você poder tirar na festa”.



Figura 6 - À esquerda, frente e costas de um vestido com saia em corte godê e, à direita, em evasê (Imagens capturadas do acervo online <http://www.blacktie.com.br/noivas/vestidos-de-noiva/justin-alexander> em 15 dez. 2018)



Figura 7 - À esquerda, frente e costas de um vestido com saia em corte reto e, à direita, em sereia (Imagens capturadas do acervo online <http://www.blacktie.com.br/noivas/vestidos-de-noiva/justin-alexander> em 15 dez. 2018)

Mas conforto para dançar não parecia ser a prioridade de Maria. E foi somente depois de tirar a atenção do papel e encarar novamente a cliente que Juliana pôde, enfim, perceber os olhos marejados de frustração da noiva.

Constrangida, a noiva ensaiou um sorriso e o retorno da animação, insistindo que tinha pensado em algo “mais vestido mesmo”. Assim como não queria declinar do estilo de traje que imaginava, também não podia incorrer no risco de afastar a “ajuda” que recebia da colega e a promessa do desconto que traria o vestido num preço bem menor de mercado. Então, sutilmente, trouxe o papel onde estava o desenho para mais perto de si, olhou-o mais uma vez e, como se parecesse pensar em voz alta, brincou que a dieta começaria “hoje mesmo!”.

Barbatanas, amarrações e um tecido composto de elastano foram então evocados à conversa e Juliana, flexibilizando suas recomendações, passou a adotar a postura de que iria “dar um jeito” para fazer o vestido “princesa” da colega. Garantiu que todos os ajustes poderiam ser feitos até 3 meses antes da festa, quando se iniciariam os trabalhos de bordado,

e assegurou que, somado aos quilos perdidos pela noiva até lá, o corpo poderia ser modulado pelas prensas do traje. “Vou deixar o vestido de um jeito que você não vai conseguir nem respirar! Assim que vai ser bom” dizia de modo a tranquilizar Maria que, de lá, seguia comigo para casa emocionada ao ver sua foto no *Instagram* da nova estilista da capital paraense: “seu conto de fadas em forma de vestido começa hoje, não será tão rápido quanto a fada madrinha faz, mas será como você sonhou”, entoava em leitura à legenda da publicação.

Um vestido de noiva não é um produto qualquer. Tal como discutimos no capítulo anterior, é em busca dele que grande parte das experiências de organizações das festas se inicia e é ele um dos itens que mais recorrentemente as interlocutoras elencam como aquilo que não pode ser economizado. Nos territórios do mercado, seu preço é propositadamente confundido como seu valor e é por sua circulação que mulheres se garantem como noivas numa complexa cartografia de distinção. E da transitividade de valor entre vestido e noiva, somava-se aqui uma outra camada de prestígio, pois mágico, daquele que devia ser confirmado como um item valioso.

Levado muito a sério, o vestido de noiva é motivo de grande disputa – e não apenas entre os profissionais do mercado. Na dianteira de comitivas femininas compostas por mães, sogras, amigas ou pela própria pesquisadora, quando em busca por seus trajes, noivas engajam-se num intenso e valoroso empreendimento de constituição de si. E aqui o diálogo se torna interessante e inescapável com certa antropologia que, atenta à relação entre pessoas e coisas, confere adensamento às questões trazidas pelos objetos.

Daniel Miller (2013 [2010]), para começarmos, abre um importante caminho quando se pergunta “por que a indumentária não é algo superficial”. Analisando três diferentes contextos etnográficos (Trinidad, Índia e Inglaterra), o autor afasta-se da tendência de considerar “superficial” quem leva as roupas a sério, numa recusa à correlação da indumentária como mascaramento ou reflexo de um “eu verdadeiro” e submerso pelos tecidos na “superfície”. Contra uma visão das roupas apenas como representação de um “eu” (a ser descoberto), o autor argumenta sobre a potência produtiva no uso dos objetos e por seus exemplos evidencia a forma como “as roupas não representam as pessoas, mas as constituem” (MILLER, 2013, p. 37).

Antes que uma derivação de nossa interioridade, ele frisa, o que vestimos é aquilo que “faz de nós o que pensamos ser” (Ibid., p. 22). E se nem mesmo nos seus usos cotidianos o caráter produtivo das roupas pode nos passar despercebido, em eventos marcados para

serem extraordinários a produção de si na interação com as roupas se dá em termos de uma franca intencionalidade, não apenas verbalmente explicitada mas também matéria pública sob constante discussão – e apreciação, como veremos mais à frente.

Se uma roupa, tal como apontou Marshall Sahlins (2003 [1976], p.181), é capaz de imprimir de uma só vez tempo, espaço e pessoa, um vestido de noiva, por sua vez, configura-se como um item de ainda maior especificidade pois congrega todas essas dimensões em uma intensidade incomum. Peça de uso único e breve na trajetória de uma vida, não faltam expectativas em torno do vestido de noiva e nem potência de agenciamento das ações e relações por meio dele. Alfred Gell (1998), questionando as fronteiras entre sujeitos e objetos, analisou o uso de minas terrestres por soldados e discorreu sobre como bens podem se tornar agentes de ação social e transformar situações concretas, numa intercambialidade entre suas qualidades e as de seus detentores. Antes que apenas instrumentos úteis ao uso dos soldados, as minas constituem elas próprias o que é ser um soldado e, quando em conjunção a eles, como o ser (GELL, 1998).

Seja em guerra ou em festa, é pela conjugação e mediação material entre corpos e objetos que pessoas são criadas e posicionadas. Em posse do bem adequado, a mina, um homem se torna um combatente do mesmo modo que uma mulher, revestida pelo vestido certo – e branco – se torna uma noiva. Daí não parecer sem razão o peso impresso em seu momento de busca e a narrativa mágica usada como recurso de extraordinariedade de seu encontro. Entre espelhos e luzes, “naquele momento suntuoso que todo mundo fala, esse momento glamour” tal como imaginava a noiva composta pela controversa peça comprada via da *internet* no capítulo 1, o nível das apreensões se torna medida para a importância daquilo que irá constituir o “como você quer se ver na foto do seu casamento dez anos depois”. Entre endividamentos, especulações, constrangimentos, sonhos e brigas, noivas se colocam em relação com vestidos pois, desse encontro, se fazem enquanto “a personagem principal” do evento.

E em um passo além, tal como o vestido de Gabriela a tinha transformado em noiva, um vestido de noiva também transforma uma festa em casamento. Fosse um evento realizado em salões de *buffet*, ambientes religiosos, sítios ou até mesmo em espaços públicos como praias ou praças, um casamento é composto com elementos que facilmente poderiam ser contratados em muitas outras celebrações. São flores, decorações, cardápios, estruturas de som, *playlists* musicais, bolos, trajes de gala e inclusive ambientes cerimoniais que podem

muito bem compor cenários para aniversários, bodas, batizados ou formaturas. Mas na presença de um vestido, de noiva pois branco, uma ocasião se torna incontestavelmente um casamento. Dada sua centralidade na composição da própria ocasião (no caso das uniões heterossexuais), como vimos anteriormente ao seu redor um mercado específico se constituiu e o instante de sua reunião com o corpo de uma cliente materializa e coloca em marcha o início dos preparativos de uma grande festa. É ele que produz uma noiva, que produz um casamento.

Com o traje da protagonista não se compete. A nenhuma outra convidada se permite o uso de sua cor pois um vestido de noiva, numa festa, é feito para ser único. Ele é o principal segredo do casamento e inigualável em relação a qualquer outro traje solene feminino, é o que singulariza a própria ocasião e se fixa como um objeto ímpar na biografia de suas portadoras: naquele instante apontado para ser o “seu dia”, o vestido materializa o “RG de um sonho” que se espera ser vivido apenas uma vez e tornado marco extraordinário numa trajetória pessoal. Um instante feito para ser único, como o vestido o é. E colocando-me ainda mais longe da suposição do objeto como apenas uma representação ou expressão de uma personalidade ou identidade, em sequência às provocações de Miller (2013 [2010]), entre vestidos e noivas a relação se dá para a produção intencional não só de si, mas de uma complexa personagem tal como explicitava Juliana.

E falando em “personagem”, nesse ponto é preciso retomar aqui as sugestões de Pinho (2017) de olhar para as celebrações dos casamentos com “tudo que tenho direito” como uma edição de um grande espetáculo e encarar, então, o lugar do vestido também como um figurino. Pois como nos inspira Mylene Mizrahi (2006) no seu olhar atento sobre a indumentária dos jovens frequentadores dos bailes *funks* cariocas, em “espetáculos” cada participante “compõe seu personagem a partir de suas escolhas estéticas” (MIZRAHI, 2006, p. 34) e as roupas surgem como elementos fundantes e fundamentais de qualquer apresentação.

Partindo etnograficamente da circulação de uma calça feminina de elastano, bem justa ao corpo e em moda no período, a autora expandiu suas análises para os usos de outros objetos e suas consequentes classificações dentro de uma espécie de sistema que posicionava os participantes da festa entre diferentes “papéis”. Sua análise mostrou como calças, saias, camisas e bermudas específicas ganhavam ou obliteravam contornos nos corpos dos participantes e, seguindo uma delicada estratégia de manejo dos referenciais de gênero e sexualidade, compunham a apresentação dos dançarinos e dançarinas como “personagens”

do “espetáculo”. As roupas e as composições estéticas pessoais eram parte intrínseca ao próprio baile e, por perderem seus efeitos quando deslocadas daquele recorte espaço-temporal, surgiam como um “figurino” em relação direta e de dependência com a festa. Eram itens que, como num espetáculo teatral ou apresentação formal de dança, só “tem o seu sentido atribuído a partir do contexto em que se insere” (MIZRAHI, 2006, p. 69).

Fora de um casamento, um vestido de noiva não cabe. Ao menos não em sua agência produtora da personagem principal do evento. Ele faz a noiva, que faz o casamento e, ao mesmo tempo, sem este ele não encontra sentido para sua apresentação. Mesmo quando é visto fora de uma cerimônia ou de uma festa, como nos habituais ensaios fotográficos dos noivos em espaços públicos, quem o vê decerto o pressupõe entre tais instantes, nunca sem eles. A não ser, claro, quando o vestido não é figurino, mas fantasia – item que posto fora de lugar debocha de sua seriedade e do seu uso em contexto. Um deslizamento de sentido em que o mesmo objeto passa a configurar relações outras e que, na Rua das Noivas, pôs o estilista em alerta contra a mãe da noiva quando, ao avaliar o vestido como “espalhafatoso”, arriscava-o como “carnavalesco”. No carnaval, um vestido de noiva é fantasia. Num casamento, ele precisa se garantir como figurino. Inclusive num delicado cálculo de precisão no qual não pareça ser demais e nem de menos – nem aquém, como o vestido chinês, nem além, como ressabiava a mãe da noiva contra o vestido super cintilante. E novamente, mas por outro ângulo, reencontramos aqui o mesmo ponto destacado nas discussões anteriores, de que não é qualquer vestido que produz uma noiva.

Tal como Cinderela era tornada princesa pelo sapatinho de cristal que só podia caber em seus pés, fascinadas, minhas interlocutoras eram transformadas em noivas apenas quando munidas do traje certo. Nos provadores entre tantos modelos possíveis e experimentados, uma noiva só surgia quando em uma conjuração única, excepcional, extraordinária. “É o vestido que te escolhe”, dizia Gabriela em ilustração de uma experiência “inexplicável”, digna de um “conto de fadas”, em que a recusa racional de um vestido sujo e abandonado no provador sucumbe à magia do objeto.

Véus, buquês, penteados, coroas e até uma sonoplastia se juntavam à grande montagem feita para materializar – e emocionar – as personagens-noivas. Sob pedestais e no foco das luzes, Helena, na Avenida Rebouças, como Gabriela, na Rua das Noivas, foram aparamentadas em questão de minutos por profissionais focados no sucesso dos atendimentos. Uma composição que não poupava nenhum detalhe ou elemento para

convencer da capacidade da loja em realizar seus “sonhos” e, de fato, produzir as protagonistas dos espetáculos.

De frente aos espelhos, naquele momento de produção lúdica de suas figuras, camadas de tecidos eram sobrepostas aos corpos das clientes e, até mesmo quando sequer estavam prontas, serviam para a “consolidação de um sentimento” como diria Juliana. Quem, não aleatoriamente, enfatizava até mesmo o espaço de atendimento da estilista pelos mesmos termos aristocráticos de “coroas” e “poltronas de rainha” para dar forma às suas pretensões de se “sentir princesa”. E nessa imbricada correlação entre constituição de suas personagens-noivas com versões distintas de feminilidades dispostas à experimentação, alguns contornos específicos se destacavam – e eram disputados.

Embora houvesse diversos tipos de cortes de modelagem em circulação entre os vestidos produzidos e comercializados (ver figuras 6 e 7 acima), de longe a oposição entre princesa e sereia predominava nas interações. Helena chegou na loja falando que queria um traje “clássico” e, como resposta ao pedido, recebeu inúmeros modelos com a saia godê, tal como Maria, em Belém, descrevia seu “vestidão” de “princesa”. Todos justos no busto e bastante armados a partir da cintura por volumosas sobreposições de anáguas³⁷, variavam apenas entre si nas opções de tamanho de decotes e nas combinações de rendas aplicadas nas peças: às vezes tampando mais ou menos a pele do torso. Já ao se encantar como seu reflexo em um modelo “sereia”, a cliente da Avenida Rebouças em São Paulo experimentava a sensação de estar sob um vestido que investia mais no contorno do corpo e mantinha-se justo até as coxas, num desenho em forma de ampulheta que apenas a partir dos joelhos se abria numa cauda.

O desejo de se sentir “clássica” ao mesmo tempo que invocava curiosidade do estilista, era por ele também acionado positivamente de modo a favorecer o aluguel do traje: “imagina essa manga longa aí na foto colocando a aliança, aparece o preto e branco da roupa do noivo e a renda branca da noiva, fica lindo” dizia enquanto deslizava a mão pelo véu longo e suntuoso que descia da coroa. A mãe da noiva não escondia a predileção ao modelo de vestido que ela classificava como algo que “parecia uma menininha” e também não escondeu a frustração quando a filha optou pelo modelo contrário, aquilo que momentos antes ela tinha

³⁷ Um saíote comprido cheio de babados usado debaixo do vestido, feito de materiais menos valorizados e que serve como enchimento. Algumas incluem até mesmo um aro rígido na sua extremidade inferior de modo a aumentar com maior precisão a amplitude do traje.

classificado como um estilo de “mulheres que casam com os velhos, que querem dar golpe do baú” – uma referência altamente pejorativa sobre um modelo de relação afetiva e sexual no qual atributos femininos de beleza e juventude são intercambiados por favores econômicos masculinos³⁸.

A noção de “piriguete” e a imagem da *funkeira* Valesca Popozuda foram usadas de modo a desqualificar o estilo de vestido que evidenciava e enfatizava as curvas corporais da noiva. Eram os recursos semânticos usados para atribuir ao modelo oposto um valor moral específico, e negativo. Curiosamente, Juliana, que se queria “princesa” também se casou com um vestido que era ajustado em seu quadril e que demarcava o contorno de suas coxas. Mas com o busto e os braços completamente “fechados” com renda, o modelo era por ela descrito como “composto” numa recusa direta ao efeito de sensualidade que a outra noiva procurava encontrar. Deslocando a ideia de um “vestido princesa” para um modelo que, embora justo, cobria toda sua pele, a noiva ressaltava que a sensação buscada era de uma imagem de sobriedade, em oposição à sensualidade. “Princesa” porque “fechada”, agradava suas memórias de infância em proximidade das personagens dos filmes ao mesmo tempo que, por outro lado, correspondia aos anseios do futuro marido que lhe queria “noiva” e não “sensual” na igreja.

Já Helena se vestiu de “sereia” e tratou de desqualificar o vestido de “princesa” dizendo que não queria parecer uma “santa”. Reorientou todas as buscas de vestido e elegeu a modelagem mais justa – e sensual – como aquela que a fazia superar as acusações de estar acima do peso e a transformava em “bonita”, “elegante” e “poderosa”. E Gabriela, que não nomeou seu estilo, causou uma aversão de seu sogro, religioso, ao chegar na cerimônia com um vestido que expunha parte dos seios dentro do decote apertado.

Agindo sobre e em relação aos corpos, os objetos são capazes de produzir pessoas – e personagens, tal como vimos anteriormente. Em sua ação material, os vestidos criavam as noivas enquanto, ao mesmo tempo, mobilizavam e mediavam relações entre as pessoas, entre as pessoas e as coisas e entre as coisas. E no jogo de oposições, enquadramentos e deslocamentos entre os referenciais que posicionavam os vestidos e as personagens-noivas entre si, as roupas agiam sobre as formas corporais de modo a materializar também posições

³⁸ Um tipo de relação mais detidamente analisado na pesquisa sobre a interação entre o mercado do sexo e o casamento de Adriana Piscitelli (2013).

morais. Entre os modelos reivindicados ora como “princesas” e ora “sereias”, estilos de roupas se amalgamavam à diferentes versões de feminilidades.

A noção de estilo, aqui, pode ser encarada especialmente em diálogo com as análises trazidas por Regina Facchini (2008; 2011) em seu trabalho sobre identidades e práticas eróticas entre mulheres. Retendo atenção às “minas do rock” e as frequentadoras de um clube de BDSM (“*bondage*”, disciplina, dominação e submissão, sadismo e masoquismo) na cidade de São Paulo, a autora tomou o conceito de estilo como um operador de diferenças, no qual o manejo estético podia ser encarado também como um manejo de convenções sociais. Parte do processo de constituição de subjetividades ao mesmo tempo que uma ferramenta dinâmica de uso público, em diálogo com Helena Abramo (1994), Regina Facchini argumenta que estilos são composições espetaculares e encenadas pois feitas para serem vistas. Eles comunicam e, como ela mostra, se dão sempre em termos relacionais de diferenciação. Exercitados na articulação “entre objetos, roupas, cortes de cabelos, gestualidades, práticas eróticas” estilos fazem parte também de uma arena de agências, “que opera convenções sobre ‘masculinidade’ e ‘feminilidade’, bem como sobre cor/‘raça’, classe, sexualidade e geração” (FACCHINI, 2011, p. 149).

Isadora Lins França (2010), em sua pesquisa sobre as diferentes festas frequentadas por homens que mantinham relações afetivas e sexuais com outros homens, deu continuidade ao debate ao analisar a correlação entre estilos e apropriação de bens via consumo no processo de constituição de subjetividades. Aprofundando a dimensão material da análise sobre o estilo como um operador de diferenciação, a autora frisou seu caráter contextual a partir das descrições entre os frequentadores dos diferentes “lugares”. Ali, atributos do lugar, das pessoas e dos objetos se confundiam numa produção intencional de contiguidades e identificações, nas quais estilos criavam posições relacionais ao mesmo turno que hierarquias morais. E por contraposições por vezes tão próximas aquelas usadas entre noivas ao definirem seus estilos como “tradicionais”, “clássicos” ou “modernos”, seus interlocutores instrumentalizavam os objetos também como estratégia de manejo dos efeitos corporais.

Num recurso de composição de estilos pessoais particularmente voltados em garantir também suas investidas eróticas, os interlocutores de França (2010) esforçavam-se por “valorizar” seus contornos corporais por meio das roupas – o que significava produzir um efeito de aumento do volume muscular numa associação com masculinidades viris, ou de

sinuosidade dos corpos ressaltando certa expressão de feminilidade. Já no caso de Mizrahi (2006), embora a estratégia de realce corporal se desse também numa associação entre roupas e seus efeitos estéticos específicos nos corpos, o investimento na produção dos contornos dançantes servia de fundamento primeiro para a materialização das oposições de gênero no salão. No baile *funk*, o figurino de seus participantes revelava nuances “que uma mesma forma pode assumir” (MIZRAHI, 2006, p. 83) e como a escolha por uma calça que fosse “boa para dançar” significava interações completamente opostas entre homens, mulheres e objetos: larga e distante do contato com a pele no caso dos rapazes, de modo a obliterar suas curvas, e absolutamente aderente no corpo das garotas, feitas com tecidos de elastano e revelando os detalhes de suas silhuetas em propósito de “valorizar” suas nádegas.

De volta às noivas, fosse pelos contornos do quadril ou pela valorização dos seios, os vestidos podiam colocar em evidência outras dimensões de feminilidade que nem sempre uma noiva gostaria de evidenciar ou que os vestidos “princesas” pareciam esconder. Nos limites entre a proximidade ou o afastamento do vestido com os corpos, agenciados pelos diferentes graus do quanto suas formas seriam reveladas, a noiva “menininha” e “santa” podia dar lugar à noiva sensual e “poderosa” no reflexo do espelho de Helena. Que, à revelia da mãe, elegeu para sua performance particular de noiva uma versão combinada entre sensualidade e poder. Pois se a escolha do vestido era a possibilidade de materialização de um sentimento e de uma personagem assumida no dia do casamento, como dizia Juliana, Helena era a noiva poderosa porque *sexy* ou *sexy* porque poderosa.

Ao mesmo tempo, montada sob um modelo todo marcado em seu corpo, a noiva não era indiferente à avaliação externa e procurava outros elementos de negociação moral que pudessem deslizar os referenciais de feminilidade e provocar uma conciliação entre seu vestido e sua mãe. “A Valesca Popozuda não usaria o de renda *Chantilly* francesa” alegava naquilo que, para ela, era uma justificativa capaz de afastar o indício de vulgaridade do vestido eleito.

Com a nádega marcada e valorizada pelo traje, a associação do vestido “sereia” com a imagem da *funkeira* não parecia despropositada tendo em vista as considerações da pesquisa de Mizrahi (2006). Entretanto, a seu favor a noiva reivindicava a mediação de outro elemento material. E numa aproximação ao mesmo movimento moral que Juliana parecia evocar quando dizia que “não tem nada mais feminino que renda” para justificar a composição

de sua personagem-noiva-princesa em Belém, a jovem paulistana usava a distinta renda (pois francesa) como sinal diacrítico de uma feminilidade que poderia ser valorizada e idealizada.

Enquanto Juliana surpreendia as amigas ao eleger um vestido que exacerbadamente tampava seu corpo, Helena e Gabriela tensionavam os limites da exposição corporal de uma noiva. Helena realçou suas curvas ao expor o contorno do seu quadril, já Gabriela, encarou a cerimônia com o peito semi-descoberto. Ambas, foram alvos de comentários ou tentativas de constrangimento e, para a análise, nos ajudam a perceber como no processo de organização de um casamento os limites da sensualidade de uma noiva estão sob disputa.

Juliana, casando-se com um homem mais velho e herdeiro de uma rede varejista, talvez não por coincidência foi a única das minhas interlocutoras que teve uma preocupação explícita em não estar sensual – forma recusada inclusive pelo próprio noivo. Dentre minhas interlocutoras, talvez fosse ela a noiva que corresse o maior risco de cair no filtro moral e ser entendida como a mulher que casa com homem mais velho “para dar golpe do baú”, como sugerido pela mãe de Helena. E, em antecipação, seu vestido podia confrontar tal narrativa. Ela, que não se dizia “romântica”, se produziu como uma “princesa” para encontrar seu futuro marido tal como prescreveriam os roteiros cinematográficos. Aos olhos surpresos dos outros por não encontrar em sua personagem aquela mulher “moderna” e “atual” tal como identificava em sua personalidade, a noiva percorreu “fechada” e “sóbria” os quarenta metros de passadeira da igreja num movimento em que parecia sugerir que, quase dois séculos depois da rainha Victoria, o branco do vestido não poderia evocar sozinho o sentido de recato sexual de uma noiva.

Entre “princesas” e “sereias” os modelos de vestidos pareciam fornecer uma possibilidade de minhas interlocutoras organizarem sentimentos e expectativas sobre uma determinada experiência, vivida para ser única e extraordinária. Os limites sobre a modulação e exposição de seus corpos, fosse pela criação de um efeito sensualizado ou seu contrário, eram negociados por elas de modo a produzir diferentes versões materiais de feminilidade. E tal como em outros contextos etnográficos, o estilo das roupas parecia se constituir como um mecanismo de expressão de contornos corporais e de gênero, ao mesmo tempo que um operador de diferenciações e disputas morais de poder.

E dessa relação entre noivas e vestidos em que pessoas e objetos constituem-se um ao outro, o manejo do figurino da protagonista do espetáculo tanto acionava convenções

como abria fissuras para seus alargamentos. Em tal dinâmico e contestatório embate, Juliana esforçava-se para se firmar com uma noiva em contrariedade à sua personalidade, pois princesa porque não *sexy*. Ao passo que Helena, por outro lado, entrava em conflito com a mãe e, despistando as expectativas daquela que lhe oferecia a própria peça como presente, se colocava em relação com um vestido que mediava uma possibilidade até então inusitada de ser noiva. Tinha renda, tinha coroa e tecido branco, tal como haveria no emblemático traje inglês vitoriano. Mas também tinha muita sensualidade.

Uma noiva de valor

“Preciso me acostumar que eu vou estar de branco, porque é isso... as pessoas esperam” dizia Roberta ao falar sobre os preparativos de sua festa e os impasses causados pelos desencontros de expectativas. Aos 30 anos, atriz e nascida em uma família de três gerações de artistas, a noiva carregava uma insistente preocupação em “tentar fugir um pouco” daquilo que considerava um casamento “tradicionalista” e fez da nossa entrevista um prolongamento das reflexões que dizia já estar travando em seus encontros também com sua psicanalista. Contou sobre os detalhes da preparação do evento e das contínuas negociações que faziam os processos de decisões virar uma “novela”, como no caso da escolha do seu vestido.

Na hesitação sobre o melhor modelo para se casar ela lembra que acabou recusando as opções que considerava mais “lânguidas” e associadas à sua personalidade “meio romântica”, para eleger um vestido “reto, meio moderno” que avaliava harmonizar mais com os padrões estéticos da casa de sua avó – uma mansão de arquitetura modernista no bairro do Jardins em São Paulo onde o casamento se realizaria. “Com a casa da minha avó tem mais a ver essa coisa das linhas, quase geométrico” dizia complementando também que a peça seria “simples” e de um “tecido pesado”. Que, excetuando pela cauda que já não lhe agradava tanto, tornava-o um traje “minimalista”.

Na foto em que capturara o momento da prova, o decote quadrado nas costas brancas da noiva ganhou destaque e, ao somar-se à ausência de bordados e rendas, fazia a peça destoar dos vestidos que eu havia encontrado na pesquisa até então. Além disso, parecia divergir até mesmo dos outros produtos oferecidos na loja em que foi encontrado, onde a noiva fez questão de destacar que era “tudo muito cafona, tudo muito *big* e tudo muito renda,

e cauda, e véu”. Provando o vestido e associando-o ao cenário no qual ele era vendido, Roberta contou que demorou para dar-lhe alguma credibilidade.

Foi somente na semana seguinte, na segunda prova e depois de sua mãe avaliar que o vestido parecia corresponder a “uma noiva independente, que não depende do marido, uma coisa assim, de uma noiva forte” que Roberta tomou sua decisão. “É, talvez eu goste dessa ideia”, disse lembrando-se do diálogo que finalizou a busca do traje e ressoava, adjetivamente, as mesmas qualidades que momentos antes em nossa conversa a noiva ressaltara em sua tia. Uma figura que de tão admirada foi transformada em madrinha, que a noiva julgava ser uma pessoa “muito moderna, muito livre, com um espírito livre” e que tinha se tornado uma espécie de baliza para suas escolhas. Tentando antecipar as avaliações da familiar tão estimada e que “é um pouco que nem eu”, Roberta esforçava-se para diferenciar sua festa daquelas que conhecia. Inclusive do casamento de um outro parente, quando anos antes a tia comentou em seguida a realização do evento que “achou tudo muito cafona, muito brega”.

Embora o momento de escolha dos vestidos pelas noivas pudesse ser destacado como uma resposta a anseios pessoais de como constituir cada uma de suas personagens, assim como o sociólogo Pierre Bourdieu (2007 [1979]) argumenta em relação à noção de “gosto”, tais escolhas materiais ou práticas de consumo estavam longe de ser um processo autônomo de decisão. Resultado de uma combinação entre condições econômicas e simbólicas acumuladas durante uma trajetória educativa, ele argumenta que o gosto seria algo naturalizado e se comporia sempre como parte do espaço social. Pelo gosto, pessoas constituem-se naquilo que acreditam ser suas particularidades enquanto, ao mesmo tempo, se reconhecem ou são aceitas como pertencentes à determinados grupos onde ele é tido como elemento compartilhado.

Mas além de resultado de um processo contínuo de socialização e de inserção individual em grupos específicos, os gostos seriam eles também, por outro lado, produtores dos limites e das hierarquias entre os próprios grupos sociais. Agindo como uma espécie de sistema classificatório, o gosto seria uma forma específica de mobilizar diferenças e que pela percepção e avaliação dos usos das coisas, constituiria uma ferramenta de distinção. Um operador de fronteiras que, no embate das relações, serve também para a tomada de posicionamentos na desigual distribuição entre capitais econômicos, culturais, sociais e simbólicos.

Para deixar evidente que um casamento “tradicionalista” não correspondia ao seu gosto, Roberta tinha que encarar vários impasses e negociar sua posição entre diferentes demandas ou expectativas. Realizando um casamento com a presença de centenas de convidados e com a oferta de um robusto banquete nos jardins decorados da casa de sua avó, a noiva sabia que seria difícil escapar do vestido branco que “as pessoas esperam” identificar em eventos como esses. Entretanto, sob uma preocupação em não deixar sua festa se encaixar tão facilmente no paradigma tradicional de tais eventos, no modelo que identifiquei como um “casamento branco” acima, Roberta deliberadamente buscava tensionar outros elementos da ocasião.

Ela estaria de branco tal como esperavam da noiva, por outro lado, seu casamento teria uma única procissão coletiva; ela, noivo, padrinhos, madrinhas e crianças entrariam juntos e sob a entonação de uma música especialmente composta para o momento, ao invés de marcha nupcial; e a celebração cerimonial se daria em termos heterodoxos, sem privilegiar uma única religião. Além disso, embora a cor do seu vestido fosse um ponto fora de contestação, a escolha de seu modelo, contudo, era agenciada pelos mesmos propósitos de diferenciação da noiva.

No esforço de quebra de protocolos que tornaria sua festa, dentre as quais acompanhei, a que talvez mais se aproximasse do que os profissionais do mercado chamam de “casamento alternativo”³⁹, a noiva não seria nem “princesa” e nem “sereia”. Se distanciando de tudo que lhe parecia “muito *big*” com “renda, e cauda, e véu”, como naqueles vestidos reconhecíveis entre os casamentos que ela classificaria como “tradicionalista”, a noiva esperava se blindar do constante risco de parecer “cafona”.

Para não ser “brega” tal como a tia avaliava os outros casamentos, o traje escolhido também devia surgir como referência alternativa ao “tradicionalismo” da ocasião e lhe garantir a sensação de estar constituída como uma noiva “independente”, “forte” e que

³⁹ Uma espécie de estilo de celebração que nos últimos anos aparece com certa frequência entre os *websites* de profissionais especializados e gera apelo a partir de fotos em redes sociais como *Instagram* ou *Pinterest*. Embora o rearranjo de protocolos cerimoniais seja um elemento sempre destacado desse estilo de casamento, é mais comum ele envolver também uma redução drástica do número de convidados. O que o faz, inclusive, ser geralmente associado a termos mais específicos de “*mini wedding*” ou “casamento intimista” e que não correspondia exatamente ao caso da festa de Roberta com seus quase 300 convidados. Não tem me parecido aleatório, entretanto, que tal referência a configurações “alternativas” do casamento seja na maioria das vezes evocada entre meus interlocutores mais facilmente identificados como jovens vindos de grupos com maior capital econômico e cultural – como se verá, no próximo capítulo, com o noivo Rafael. Mas essa comparação entre diferentes estilos das próprias festas abre-se a aprofundamentos de pesquisa que ainda estão por ser feitos e, infelizmente, não caberá dentro dos limites dessa tese.

“não depende do marido”. Na mesma referência que a arquitetura da casa de sua avó, Roberta se pretendia “reta” e “moderna”. Mas o detalhe adicional que aqui ainda cabe ser ressaltado adveio por mensagem, meses depois, quando já casada a noiva respondeu à minha pergunta de surpresa sobre sua imagem nas fotos do casamento – onde aparecia vestida com um traje outro, diferente daquele escolhido e me mostrado na entrevista.

“Menina, que memória! Como é que você lembrava como era meu vestido?” me disse, descontraída, antes de contar em detalhes os motivos pelos quais deixou de lado a peça comprada para a ocasião e decidiu se vestir “cinco minutos antes do casamento” com aquele que era seu “plano b”: um curto vestido branco de renda que também tinha sido da avó e que, segundo ela, foi a única coisa capaz de apaziguar seu choro quando se viu pressionada pelos cabos de aço costurados no traje geométrico feito sob medida. “Eu não quero ser essa noiva” teria avaliado antes de, então, trocar o vestido que a faria “forte” pela roupa que a deixava mais “relaxada” e que, embora feita de renda como os trajes dos casamentos “tradicionalistas”, ainda assim lhe defendia de parecer “cafona”. Largo, o vestido garantia liberdade ao seu corpo e, livre, ela podia se manter “moderna”, tal como o era a tia que ela esperava agradar.

Fosse pelas suas imagens registradas nas fotografias da celebração ou de frente aos espelhos iluminados das lojas, minhas interlocutoras se encantavam entre as diferentes possibilidades de modelos que pareciam materializar seus gostos e atentavam-se aos mínimos detalhes que produziam suas personagens-noivas. Entretanto, elas não podiam se furtar dos constantes olhares de avaliações sobre suas escolhas. E tal como na ocasião de provas de Helena com sua mãe partidária do vestido “princesa” ou de Alice sendo ridicularizada por seu vestido chinês, na descrição no capítulo anterior, acompanhando a loja de aluguel de vestidos na Rua das Noivas certa vez vi se repetir a cena de desentendimento entre mãe e filha na escolha do especial traje de casamento.

A jovem, por mim desconhecida, parecia passar dos 30 anos e tinha acabado de sair do provador sob som da marcha nupcial rumo à mesa onde o estilista realizava seu atendimento. Concentrada, a cliente cruzou a sala espelhada se olhando nos reflexos luminosos e sua reação me deixava em dúvida se o vestido a tinha seduzido. Sua mãe, entretanto, estava apaixonada. E como se já estivesse dada por certa a escolha da peça, antecipou-se a filha nas avaliações. “Igreja cara, festa cara, então o vestido tem que ser

chique!” exclamava satisfeita antes de perceber o olhar da gerente de vendas e emendar, rindo e rápida, “mas não precisa ser caro, né?”.

A gerente devolveu o riso em cordialidade, concordou que a noiva estava “linda mesmo” e, discreta, afastou-se para deixar a conversa se desenrolar com o estilista especialmente responsável pela contratação da roupa. Dali o atendimento se prolongou como de costume e meu interesse desviou-se para as outras conversas que aconteciam simultaneamente pelo resto do salão. Mas não tive como não evitar o retorno à situação quando, bastante tempo depois, a sobreposição de vozes indicava que a escolha do vestido tinha se tornado uma discussão pública.

Semblantes de mãe e filha eram outros. Visivelmente nervosas, estavam lado a lado de pé em frente ao espelho e eram orbitadas já por dois estilistas e uma costureira trazida do fundo da loja para mediar o embate. “Mas a manga é a alma do vestido!” bradava a mãe em recusa à proposta da filha em despir os braços. “Se você tirar, você mata ele” reivindicava em defesa da roupa que, àquela altura, estava já com uma das mangas descosturada. Sem a cobertura de tule branco bordado com rendas sobre sua pele negra, a noiva encarava a mãe em seriedade. Virada de lado para ver seu reflexo sem a manga, argumentava sobre o calor que se previa ao dia do evento e da liberdade que conquistaria aos seus movimentos. Nada feito: “um dia na vida! Vai passar calor seis horinhas só, aguenta!” dizia a mulher mais velha.

A briga parecia sem fim e depois de talvez mais de uma hora de discórdia a mãe passou a chamar a opinião das demais clientes da loja em constrangimento à filha. “Não é muito mais chique com manga?” insistiu às desconhecidas por mais de uma vez até que a noiva, impaciente, finalmente apelou para aquilo que costumava fechar às discussões: “Mãe, eu sou a noiva!”, irrompeu.

A mãe resmungou. “Mas eu sou a mãe da noiva, se eu não tivesse você, você nunca ia ser noiva”, disse, já num tom mais baixo de voz enquanto se sentava. Dali, quieta e séria, ficou olhando para a filha enquanto a noiva reivindicava seguir com o atendimento. Um dos funcionários, encabulado, tentou amenizar o clima dizendo que aquela era apenas a primeira de muitas provas, que o vestido poderia ser modificado outras vezes e que até o casamento acontecer era “assim mesmo, dá muito *stress*”. “Mas”, disse ainda com a voz gentil, “não adianta, a noiva manda”.

Sob a defesa do estilista, a cliente recuperou o fôlego e mudou de assunto pedindo para experimentar as diferentes opções de mantilhas. Um a um, os véus ornamentados de

aplicações de rendas nas extremidades foram sendo acoplados à coroa sobre sua cabeça, a tranquilizando enquanto via sua imagem. O semblante de dúvida do início na prova foi dando lugar ao contentamento e, aos poucos, ela parecia finalmente convencida pelo traje. Sem voltar a falar com a mãe, caminhou de um lado a outro da sala e, sorridente, fez os cristais bordados na peça brilharem com seus movimentos. O costumeiro ambiente de louvações à imagem da cliente voltou à tona e, parecendo aliviado, o estilista comemorava o quanto o vestido e a mantilha tinham ficado “perfeito!”. Mas foi só emendar dizendo que a noiva iria “deixar todo mundo de queixo caído!” que a mãe viu uma nova oportunidade de se posicionar: “as pessoas já vão estar de queixo caído dela casar!”, murmurou ainda mau humorada.

Tal como quando Helena se colocou sob o vestido “sereia”, os estilos dos vestidos pareciam ser fonte constante de conflito que posicionavam as noivas entre si e suas íntimas observadoras. Das disputas morais sobre os modelos às preocupações insistentes de garantirem-se como “chiques” e “elegantes”, entre vestidos as clientes das lojas experimentavam diferentes versões de suas personagens. E, ao mesmo tempo, colocavam em circulação noções de gosto especialmente articuladas para classificar e demarcar fronteiras entre grupos e pessoas. Pelas diferenças identificadas como variações de seus gostos pessoais, orientavam suas práticas de consumo e a interação com os objetos se tornava meio pelo qual suas tomadas de decisões correspondiam à disputa também por tomadas de posições.

Mas se o temor de vulgaridade atrelado ao vestido de Helena, como vimos anteriormente, era produto de um imbricado jogo moral sobre os limites da sensualidade da noiva, aqui Bourdieu (2007 [1979], p. 13) nos lembraria também de outras dimensões atribuídas ao mesmo termo. Quando, no conflitivo espaço social, o “vulgar” apresenta-se como oposição direta ao distinto e referente classificatório de uma rebaixada posição na hierarquia econômica, em que bens “simples” e de acesso “fácil” materializariam uma desprestigiada posição de classe⁴⁰.

Pelo consumo daquilo que é ou não “vulgar”, o autor mapeia os usos dos objetos como parte de uma oposição entre operários e classes dominantes, numa dinâmica em que os gostos agem e se diferenciam na articulação das necessidades mais básicas com os limites orçamentários. Assim, de um lado o “gosto de necessidade” seria engendrado e produtor de um modo de vida condicionado pela “privação” ou “falta” e, relacionalmente, contraposto ao

⁴⁰ Tal como me chamou atenção o professor Sérgio Carrara, a quem imensamente agradeço.

“gosto de luxo”, no qual por outro lado os indivíduos estão liberados ao dispêndio ostentatório e definidos pela distância da necessidade (BOURDIEU, 2007 [1979], p. 166).

Mas na oposição sugerida pelo autor entre o “gosto de luxo” e o “gosto de necessidade”, reside uma argumentação que aqui precisa ser ponderada. Mylene Mizrahi (2006), ao acompanhar a trajetória social das calças justas de elastano nos bailes *funks*, dialoga com dois importantes pontos do argumento do autor. Primeiro, ela questiona a lógica pragmática e funcional que estaria atrelada a essa associação direta entre consumo e necessidades. E sugere, nesse sentido, que dentro das dinâmicas das modas, que conferem prestígio e mudam em rápida velocidade, nem sempre um item é comprado apenas por preencher pré-requisitos de menor preço ou maior durabilidade.

Além disso, em segundo lugar, a autora desconfia da sugestão de que o espaço da escolha no “gosto popular” seria limitado pelas tendências das classes dominantes, numa dinâmica de imitação. Ao contrário, evidenciando as formas pelas quais a calça do figurino dos bailes *funk* foi posteriormente apontada como um novo “objeto de desejo” de prestigiosas celebridades da moda, a autora argumenta que o gosto de suas interlocutoras, materializado nos objetos de consumo, “parece ser regido por uma dinâmica própria e autônoma [e] não se torna possível assim afirmar que esta estética esteja calcada numa busca por valores estéticos similares àqueles que regem o gosto das elites” (MIZRAHI, 2006, p. 25).

Para brasileiros, tal como já lembrado por Pinho (2017), as renovações do Novo Código Civil em 2002 bem como as mudanças na Constituição de 1988 tiraram do Casamento Civil sua exclusividade como acesso a direitos familiares e, pelo reconhecimento da coabitação como figura jurídica de união estável, foram abertas às pessoas outras possibilidades de arranjos na composição doméstica e familiar. Nem o casamento e muito menos sua celebração com véu ou grinalda são obrigações sociais. Mas quando tomado pelas noivas como uma escolha intencionalmente deliberada, um casamento, todavia, impõe a necessidade de um vestido.

Sua “necessidade”, entretanto, não é aquela relacionada aos itens imprescindíveis para a sobrevivência “natural” sobre os quais se assentaram nas visões utilitaristas da economia. Mas antes, aquela problematizada por Marshall Sahlins sobre o nível cultural de significação que é atrelado aos objetos em meio as práticas de consumo: enquanto algo produzido para ter um valor de uso e um lugar social específico, a necessidade de um vestido

está dentro de “um sistema de objetos não simplesmente úteis, mas significativos, cuja utilidade realmente consiste em uma significação” (2003 [1976], p. 202).

Socialmente inevitável, um vestido faz a noiva. E configurado sobre esse sentido de necessidade, tendo a ponderar com Bourdieu (2007 [1979]) sobre como alguns limites orçamentários ao seu acesso operam também regulações e diferenciações entre sujeitos na esfera do consumo. Entre as noivas, o acesso crescente a cartões de crédito, dentro de um fenômeno econômico mais amplo e já capturado em outros trabalhos (SCIRÉ, 2009), certamente constituiu-se em ferramenta importante de consumo de bens em preços que seriam difíceis de ser pagos senão em várias e menores parcelas. Entretanto, e até porque nem mesmo tais créditos sejam ilimitados, em relação a esse debate concordo que o orçamento das noivas em certa medida age como divisor de fronteiras sobre quais vestidos poderão ser acessados ou não. Mas antes que tomar a desigual distribuição de capitais como uma estrutura vertical fixa onde as configurações de gostos de quem está acima se tornam opostas e imitáveis para quem está abaixo, como às vezes seu argumento sugere, coloco-me ao lado de Mizrahi (2006) quando considero mais amplo e instável o espaço material de disputa pela distinção.

Decerto que entre noivas com maior ou menor capital econômico, o vestido de uma não era o mesmo objeto que o vestido de outra. No capítulo 1, avaliamos o modo pelo qual um vestido de noiva se constitui como um item valioso. Mas sob disputa por noivas e profissionais do mercado, vimos também como a criação de seu valor dependia de rearranjos intencionais que extrapolavam as métricas econômicas de medição, uma discussão que aqui é preciso ser retomada para adicionar outras camadas de problematização.

No mercado especializado, há produtos restritos a determinados grupos econômicos tais como aqueles assinados por “*maison*” e “*atelier*”. Mas a restrição vinculada aos limites financeiros de renda e crédito não significam, entretanto, que apenas aquelas mercadorias específicas fossem insígnias de luxo e prestígio. Nem toda noiva pode comprar um vestido de R\$ 45 mil, como o de Juliana. Mas, e aqui em prosseguimento, isso não significa nem que o vestido de Juliana era inquestionável e automaticamente melhor e tampouco que uma noiva, com uma peça de outro preço, não pudesse alcançar o mesmo objetivo de distinção em sua composição.

O caro vestido de Juliana tinha sido alvo de intensa divulgação nas redes sociais e levou à frente da basílica de Belém curiosos que queriam ver de perto a criação sob medida

da famosa estilista de São Paulo. Mas, na capital paulista, Helena também podia comemorar ter se tornado “uma noiva muito famosa” quando publicada no perfil virtual da loja com o vestido mais barato, e alugado. “Noiva é foto, é estilo”, não podíamos nos esquecer. E o reconhecimento público do valor na composição de uma noiva ultrapassava os limites entre um grupo econômico ou outro.

Entre *posts* e *hashtags*, a intensa disputa pública pela reputação de um vestido e de uma noiva evidenciava-se de modos outros do que aqueles comprovados pelas faturas dos cartões de crédito. Tanto sob o olhar de seus convidados quanto pelo número de visualizações de suas imagens publicadas nas redes sociais, as noivas “querem brilhar” tal como sintetizava-me o estilista da Rua das Noivas. Uma noiva de valor era aquela que, tal como as famosas das novelas na parede de Olivia Hoffmann, é celebrada como uma celebridade.

Na enorme variação de preços no mercado, tal como já adiantamos em discussão com Appadurai (2008 [1986]) no capítulo anterior, um vestido de noiva é sempre um artigo de luxo para quem o veste. Seu acesso não pode ser “fácil”, tal como o execrado traje comprado pela *internet*, e sua configuração está longe de ser “simples”. A não ser, nesse caso, quando a simplicidade é invertida no jogo relacional de distinção e estrategicamente usada, tal como feito por Roberta, como aspecto de diferenciação e valorização do seu estilo. “Simples”, pois “minimalista”, a peça por ela comprada precisava ser capaz de apaziguar os desconfortos da noiva com o “tradicionalismo” das celebrações de casamento, materializar em seu corpo a imagem de uma “uma noiva independente, que não depende do marido” e, ao mesmo tempo, afastar-se de tudo aquilo que era “cafona” e “brega” – tal como ela julgava sobre as lojas do setor e sua tia fofocava depois dos grandes eventos familiares.

Vinda de uma família de artistas na qual se tem uma mansão para casar em seus jardins (e no mesmo bairro onde se fixavam as mais caras *maisons* de vestidos), muito facilmente ela podia ser identificada como uma das noivas com maior capital econômico e cultural entre minhas interlocutoras de pesquisa. Mas nem mesmo ela podia ficar tranquila em relação às apreciações externas. Custasse o que fosse, até mesmo a quem pudesse ser considerada como alguém pertencente a certa elite, o efeito “chique” de um vestido nunca estava garantido. Precisava ser conquistado.

Ainda que por vezes sua alcunha como um evento mais ou menos “tradicional” estivesse sob negociação, como temos visto um casamento é sempre uma festa feita para e pelo luxo. É preciso casar com pompa. Pois, em correlação a sua extraordinariedade, um

evento como esse se pressupõe feito pelo que há de melhor. E seja com ou sem manga, reto ou relaxado, um vestido precisa se garantir, afinal, como elemento de distinção.

O valor de um vestido, em seu sentido mais amplo do que seu preço, extrapola-se para dimensões morais e espetaculares dadas por muitos outros termos. No processo de transmutação de coisas em sinais distintivos, o consumo de bens para demarcação de luxo não era exclusividade das elites econômicas e nem os objetos restritos ao consumo desses grupos eram os únicos que garantiam distinção para uma noiva. Do mais caro ao mais barato, para ser “perfeito” o vestido tinha que “arrasar”, “tombar a igreja”, “parar tudo” e “deixar todo mundo de queixo caído”. E quanto a esse objetivo, qualquer noiva podia-o conquistar.

Além disso, o vestido de noiva se pretendia sempre um artigo de luxo também por outra dimensão. Para noivas e suas observadoras, os mínimos detalhes não podiam passar despercebidos e suas figuras públicas tinham que “brilhar”. Inclusive, caso fosse preciso, se revestindo de tules paetizados e bordados de cristais. Literalmente, em “seu dia” a noiva cintila. E, nesse ponto, não podemos deixar de atentar aqui o lugar que outros objetos ocupavam na composição dessas prestigiosas personagens-noivas.

Tomado como algo de valor, o efeito de distinção de vestido só se completava quando ainda em relação ao seu amplo arsenal de acessórios. Não sem razão, os funcionários das lojas adicionavam coroas, véus, buquês, sapatos altos e até penteados em improviso, num movimento intencional de criação de uma esfera completa daquilo que se previa ao casamento. Sob espelhos, luzes, pedestais e marcha nupcial era feita a encenação e, quando bem-sucedida, convencia-se uma cliente de que ela tinha de fato se transformado em noiva.

Cada noiva tinha um estilo, mas todas elas precisavam passar por um processo de conversão de si em noiva a partir dos objetos. E aqui, retomando novamente as contribuições trazidas por Regina Facchini (2008) a partir de suas incursões nos porões e masmorras geridas como cenários de prazer BDSM, temos que pensar também na agência de uma “parafernália” específica como requisito para a plena composição de uma noiva.

Em sua análise, Facchini persegue os desdobramentos de desejos eróticos pautados por noções de hierarquia e destaca o modo pelo qual suas interlocutoras correlacionam prazer a encenações roteirizadas que, ainda que distantes a performances ensaiadas, se perfazem pelo paradoxo da desigualdade. E naquilo que identificavam por um “clima” outro da “vida baunilha”, elas munem-se de instrumentos de composição cênica, apetrechos e elementos litúrgicos para encenar seus desejos de dominação ou submissão e

potencializar, na esfera sensorial, a possibilidade de “sentirem-se” de fato Rainhas ou vadias (FACCHINI, 2008, p.203).

Nesse ponto, suas inspirações derivam diretamente do trabalho de Anne McClintock (2010 [1995]), referência contemporaneamente central aos debates sobre interseccionalidade e para quem “raça, gênero e classe não são distintos reinos da experiência”, mas “existem em relação entre si e através dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflito” (p. 19).

Em “Couro Imperial”, McClintock detém o olhar sobre os embates surgidos do empreendimento colonial britânico e explora a correlação entre projeto imperial, culto a domesticidade e a invenção do progresso industrial. Sua intenção reside na análise das ligações entre “dinheiro e sexualidade; entre violência e desejo; entre trabalho e resistência” (MCCLINTOCK, 2010 [1995], p. 19) e parte de sua atenção está no mesmo período histórico marcado pela centralidade política daquela rainha do vestido branco, o vitoriano.

Em sua análise, a autora acompanha e problematiza o romance secreto de quase meio século entre um conhecido advogado inglês e uma criada, tornada sua esposa. Por uma relação pautada na realização de fetiches sexuais relacionados ao trabalho servil, insígnias escravocratas eram usadas para a composição de encenações privadas do casal. De seus relatos, recuperados por diários pessoais, a autora identifica como “botas, correntes, cadeados, vendas, correias, roupas, roteiros e fotografias” (Ibid., p. 2014) eram parte de uma parafernália teatral sadomasoquista em que os objetos serviam ao culto da domesticidade e do império. Para o prazer, eles eram acionados numa economia de conversão de insígnias do poder do Estado colonial em apetrechos na composição de personagens. E erotizados em cenas de trabalho doméstico, um contexto que contraditoriamente não seria reconhecido como uma situação sexual em si, as coisas atuavam como elementos centrais dentro de um complexo jogo de travestismo de classe.

Decerto que o investimento do próprio estilo de vestidos denominado “princesa” encontra correlação direta com as posições de poder dos sistemas políticos aristocráticos, tal qual aquele de onde teria surgido o vestido branco da noiva como o conhecemos. Mas, ao seu redor, os acessórios que os acompanhavam em composição pareciam frisar tal correlação e não deixar dúvidas de que a personagem montada a partir dessa parafernália devia se tornar um emblema de distinção.

Para a encenação plena de suas personagens luxuosas no espetáculo do casamento, o mundo material servia de território para as agências das clientes e dos profissionais das lojas quando em composição da figura da noiva. Por sua parafernália, ela era adornada de cristais e joias num brilho em exuberância; de prolongadas caudas e mantilhas em exigência de espaço diferenciado para sua apresentação; e acrescida pela “coroa ostentação” – um objeto que, acompanhado pelos brasões (como será visto nos próximos capítulos), McClintock descrevia como materialização primeira do fetiche de um poder político (Ibid., p. 304). E mesmo em situações em que uma noiva se quisesse “sereia” ou “reta” numa composição em recusa ao “tradicionalismo”, quando alçada a pedestais, ela se compunha por um vestido branco e de tecidos nobres, tal qual aquele de renda da rainha inglesa.

Ao que poderia parecer aqui um retorno ao argumento de Bourdieu (2007 [1979]) em uma espécie de suposição de emblemas da elite que são imitados na disputa pela distinção, há ressalvas a se ponderar. Tal como vimos, a história do vestido de noiva branco invariavelmente parece nos remeter à aristocracia europeia do período colonial. Todavia, tendo a acreditar que aquilo que seria um emblema de uso restrito às mulheres nas mais altas posições monárquicas no século XIX, ao longo do tempo, tem se descolado do referencial original e se garantindo como insígnia de prestígio por si mesmo. Enquanto um objeto difundido sob uma aura mágica e em ampla apropriação das narrativas midiáticas e do *marketing* (OTNES e PLECK, 2003), durante a pesquisa a busca por um vestido se dava sem qualquer demonstração de interesse sobre a Rainha Victoria ou a histórica de seu uso.

Um vestido de noiva, em campo, surgia como um figurino essencial para a constituição de uma espécie de personagem quase abstrata, por si só emblema de prestígio e celebração. E tal consideração me faz pensar que talvez ao invés de uma imitação direta e deliberada, o que estava em jogo era mais uma interpretação de uma personagem imaginada dentro de padrões e expectativas compartilhadas numa espécie de domínio público.

E tal como Bernardo Fonseca Machado (2018, p. 224) avalia sobre o trânsito de intérpretes em espetáculos musicais entre Brasil e Estados Unidos, em pesquisa que retomarei adiante, entre clientes das lojas a constituição de suas personagens-noiva parecia se compor mais como uma “convenção estética” responsável por “fazer aparecer” um “outro”, publicamente reconhecido e identificável, no recorte espaço-temporal de uma cena. E esse “outro”, surgido pela materialização corporal numa encenação, a prestigiava não por aquilo que seria necessariamente um símbolo da desigualdade econômica. Mas, pela apropriação e

performatização de uma personagem em que o poder se dava principalmente por termos políticos. Sob figurino completo, com coroas e brasões somados ao vestido, noivas materializavam uma espécie muito particular de centralidade e distinção. E como sublinhavam os funcionários das lojas ao garantirem seus negócios ao mesmo tempo que mediavam as íntimas rixas e confrontações, uma mulher, quando se pretende noiva, manda.

A noiva não se casa como é no dia-a-dia, pois, em “seu dia”, ela é o *locus* privilegiado de poder. Seguido em seu roteiro, um casamento é reivindicado como a festa da noiva. Um “sonho” particular que coloca mulheres em movimento pelas lojas de vestidos e gera um intenso processo de criação de si enquanto a “personagem principal” do evento. E quando alguém se faz noiva, o faz para ser vista, admirada e celebrada. O vestido certo faz a noiva e por isso ele é motivo para um engajamento excepcional, mas é também matéria pública de apreciação.

Nesse cenário, não era tão fácil se garantir como uma noiva. Longe de se constituir como um instante de exclusiva vontade individual e autônoma, como algumas clientes pareciam arrogar, o processo de escolha dos estilos de vestidos era uma situação com dimensões públicas assim como a cerimônia do casamento se propunha ser. Fora de consenso, o estilo do vestido materializava o gosto de uma noiva e era motivo para acirrados embates em trocas de acusações. Objetos de controvérsias e tensionamentos morais, vestidos de noivas são insígnias de poder que acionam tanto referenciais de gênero, tal como vimos acima, como também uma projeção de distinção que não deixa de estar relacionada a disputas por posicionamentos de classe. Mas que se dão em termos outros do que aqueles fixados em estruturas rígidas da desigualdade econômica.

Circulando pelos territórios do mercado, vestidos se compunham como objetos valiosos, nos quais seu valor estava também disputado pelas formas materiais de sua própria constituição. Entre contornos corporais de princesas, sereias, românticas, modernas, nenhuma noiva aceita ser “brega” do mesmo jeito que ser “chique” não é privilégio apenas daquela que porta um vestido milionário, como já adiantamos. Antes que agindo por meio de uma continuidade entre os objetos de uso da elite ou sua possibilidade de imitação, a distinção de um vestido de noiva estava sempre sob disputa por ativos termos de reivindicação e acusação. Uma arena em que o desejo de noivas e avaliações de observadores se circunscreviam no embate entre o que é ser “chique”, mas que “não precisa ser caro” – tal como dizia a mãe da cliente para a gerente da loja em provocação.

No conflitivo espaço social refletido nos espelhos das lojas, o estilo do vestido se configurava como um operador central de diferenciação ao mesmo tempo que, sob o léxico do chique *versus* cafona, um articulador hierárquico de distinções. Com sentidos flexíveis, um vestido pode ser cafona por ser “big”, como falava Roberta, ou ainda por ser excessivamente brilhante, como aquele posto em dúvida pela mãe reticente da loja. Mas ele também pode ser “chique” pelas mesmas caracterizações.

Na contraposição a tudo aquilo que era descrito como “brega” ou “cafona”, as noivas disputavam os sentidos sobre os elementos materiais de suas peças e batalhavam para constituírem a si próprias como exemplos daquilo que poderia ser identificado como “chique”, expressão máxima de conformação do seu luxo. E, nesse sentido, um tipo de sistema classificatório sobre as percepções sensoriais se tornava base para uma linguagem comum de distinção, operada para diferenciar pessoas e pleitear, em última instância, os pertencimentos e as hierarquias dentro do espaço social. Ser distinta, aqui, era se garantir como “chique” num contexto em que qualquer uma podia ser julgada por “brega”, “cafona”, “vulgar” ou “carnavalesca” – inclusive pelo olhar de quem mais admiravam. No limite, toda noiva e todo vestido podem ser chiques, do mesmo jeito que podem ser cafonas. As avaliações nunca se encerram.

De volta à Rua das Noivas em São Paulo, o final da tarde já se aproximava quando Maurício, estilista, veio se sentar ao meu lado nas poltronas que davam acesso ao salão de provas e permitiam uma visão ampla do ambiente. Conversamos sobre minha pesquisa e amenidades em torno das minhas idas à Belém antes de nos concentrarmos, os dois, na passagem apressada de Carlos com um vestido nos braços. Correndo para o atendimento que fazia junto com a gerente de vendas e parecia encerrar o movimento do dia, ele passou por nós e, em tom de surpresa, sussurrou ao colega: “bateu o pé de que queria princesa, acredita?”.

“Que feia, né tadinha?” cochichou Maurício, ao meu lado, ao ver a noiva negra e de aparelho nos dentes se aproximando da irmã que, entretanto, comemorava: “você tá outra mulher! É outra pessoa!”. Menos magra que outras clientes que tinham estado por ali naquele dia, a cliente se posicionou na frente do espelho e manteve-se quieta, encolhendo a barriga enquanto via sua imagem no reflexo. Tati, a gerente, preocupada com o desenrolar da contratação logo se adiantou e começou a mexer no vestido, puxando as laterais de seu corpete para trás de modo a pressionar o corpo da mulher. “A gente sofre pra ficar bonita,

né? Era mais fácil ter nascido homem!”, disse a funcionária num tom de descontração e complementando, depois de prensar a barriga da noiva, que “tem que ficar roxa mesmo, só precisa respirar depois do ‘sim’!”.

Em riso, a cliente pareceu se alegrar um pouco, mas não o suficiente para que o vestido a conquistasse. Dali o atendimento passou a então ser convertido em uma proposta de primeiro aluguel, e, na expectativa de não perder a cliente, a gerente pediu para que o estilista desenhasse uma nova proposta de modelo. Com os olhos no papel, a noiva o via esboçar o croqui enquanto ouvia as explicações sobre os detalhes da composição. “Eu vou te afinar e você ainda vai com um vestido mais moderno, que ainda está pra ser lançado”, disse ele antes da gerente se levantar e pegar na mesa que estava ao lado de mim e Maurício um punhado de tules bordados.

“O seu vestido a gente faz em *illusion*, fica lindo” disse a funcionária. Em seguida, pediu para a noiva se levantar e improvisou com alfinetes uma costura do tecido bem fino em seu braço, de modo a formar uma manga comprida. Em alta nas tendências de vestidos daquela temporada, o tipo específico de “tule *illusion*” era usado de modo a criar um efeito visual de transparência e servir de base para bordados que parecessem feitos sobre a própria pele, o que gerava grande apelo entre as noivas durante as negociações. Entretanto, composto num tom de bege claro, o tecido perdeu seu efeito de ilusão quando foi sobreposto na pele negra da cliente e, em seguida, rapidamente substituído pelo tule que estava ao lado, no tom branco e mais tradicional.



Figura 8 - Imagem ilustrativo de vestido confeccionado em tule illusion, onde se pretende criar um efeito de transparência com o corpo da noiva (Fonte: Vestido Cecilio Abad e fotografia de Jun Garcia Photography acesso em <https://www.pegueibouquet.com/tule-illusion/> em 25 fev.2019)

A conversa continuou. “Ninguém vai fotografar o lugar, a comida... Todo mundo quer fotografar a noiva! É isso que vai ser guardado, então tem que estar do jeito que sempre sonhou”, enfatizava a gerente de modo a validar o investimento maior na peça feita sob medida. E, mais tranquila, a noiva repetia às irmãs as vantagens de ter mais poder de decisão sobre a composição da peça, encaminhando o atendimento para um bem-sucedido desfecho. O dia chegava ao fim com mais um contrato assinado e, entusiasmado, Carlos comemorou a decisão: “vai ficar maravilhosa! Vai parar tudo! Uma princesa!” completou. E Maurício, que continuava ao meu lado, de novo não concordou. Virou o rosto, contorceu o semblante e em ironia frisou: “só se for a princesa Fiona”.



Figura 9 - Princesa Fiona em transformação de humana a ogra em seu casamento (Fonte: capturas de tela da sequência do filme Shrek, de 2001)

Sem saber como reagir, fingi não ter ouvido sua provocação que tomava em referência o longa metragem *Shrek*⁴¹, filme de sátira aos contos de fadas, no qual a donzela é resgatada do cativeiro e de um dragão por um inusitado protagonista ogro e se revela, no desenvolver da narrativa, tão verde, bruta e gorda como ele (Figura 9 acima). Atônita, permaneci olhando para a noiva sem esboçar qualquer movimento até o estilista, instantes depois e talvez percebendo o clima de constrangimento, se levantar e sair da poltrona do lado. Ao que parecia, em alguns casos por mais que a parafernália de poder estivesse completa, ela podia não ser o bastante para garantir a alguém o prestígio de uma noiva.

⁴¹ Animação estadunidense de comédia lançada em 2001 pela DreamWorks, com direção de Andrew Adamson e Vicky Jensen.

E quem segura?

A distinção de uma noiva como personagem capaz de materializar prestígio e se constituir como figura relacional na produção de um casamento dependia do objeto mágico que garantisse uma alquimia de conversão. Mas para além de tomar posse de algo que fosse apenas espécie de talismã, era preciso também saber manejá-lo de modo e em contexto socialmente adequado, numa correlação de forças em que o efeito de distinção precisava tanto ser composto na relação entre pessoas e coisas, como pelos olhares externos que confirmariam o sucesso de sua apropriação. Uma noiva precisa garantir-se como tal, pois de frente aos olhares e avaliações dos outros era preciso fazer também, e afinal, seu corpo caber dentro do vestido.

Anna Paula Vencato (2013) ao discorrer sobre prazer e segredo entre praticantes de *crossdressing* mostra diferentes formas pelas quais contornos de feminilidade ganham relevo em produções intencionais de corpos masculinos. Acompanhando um clube de pessoas que criam situações recortadas no tempo e espaço para compartilhar entre si – e em segredo – suas composições estéticas femininas, a autora apresenta as estratégias e negociações que se dão entre os momentos em que os corpos estão “montados” como “princesas” ou “desmontados” como “sapos”.

Em uma experiência lúdica e prazerosa, conhecimentos sobre vestuário, maquiagens e produções de unhas e cabelos eram acionados de modo performático e produziam corporalidades outras em relação àquelas experimentadas pela vida cotidiana. No clube, a intenção é se encantar com a transformação de sua própria forma. Mas como “a ideia de se montar raramente passa pela ideia de ser uma mulher básica” (VENCATO, 2013, p. 207), ser “princesa” também dá trabalho para um “sapo”.

Alvo de constante investimento, fosse de tempo ou de dinheiro, a “princesa” de um “sapo” ganhava legitimidade quanto mais próxima estava daquilo visto como uma figura “feminina de verdade”. Na produção de sua legitimidade, a aquisição de perucas, roupas e maquiagens adequadas para a montagem estava sempre sob demanda. Mas também, em muitos casos, incluíam ingestão de hormônios, depilações, modificações capilares e até mesmo exercícios fonoaudiológicos de mudança de voz, num manejo do corpo que, inclusive, ultrapassava os recortes temporais dos encontros entre praticantes.

Já o sucesso definitivo de uma montagem podia ser medido na rua. Quando, ultrapassando a fronteira segura do clube, as *crossdressers* se viam diante do olhar dos outros

e conferiam, afinal, a “passabilidade” de suas formas femininas (VENCATO, 2013, p.193). Se a intencionalidade de suas composições, gestos, modos de falar e de andar passasse despercebida em meio ao público da rua, o triunfo de suas performances estava então confirmado.

“Deixa eu montar ela” dizia o estilista de Helena ao nos colocar em direto diálogo com a pesquisa de Vencato (2013). Como em sua análise, o casamento também é uma situação criada para ser extraordinária e que requer mobilizações e engajamentos durante um período muito maior de tempo do que aquele limitado ao instante de sua realização. Com a pesquisa da autora uma diferença reside no fato que, quando montada, a noiva tem por objetivo o contrário de passar despercebida. Ela é um acontecimento público, pretendida para ser prazerosamente experimentada, mas também para ser vista. Mas assim como entre as *crossdressers*, o sucesso da apresentação de alguém como noiva, numa performance de feminilidade que está longe da configuração de “uma mulher básica”, depende tanto da posse de determinados objetos, como ao modo como eles são usados⁴².

A posição certa de segurar o buquê, a respiração que precisava ser contida dentro das prensas, a leveza no caminhar sobre os saltos altos, a postura firme para equilíbrio da coroa e o comando sobre o movimento dos vários metros de traje prolongados pelo véu eram tanto gestos produzidos no corpo pois em relação aos objetos como, também, técnicas corporais especialmente treinadas e acionadas para o manejo das coisas. A uma noiva e para constitui-se como tal, não basta apenas ter o objeto certo, mas também saber conduzi-lo do modo correto. Numa espécie de expertise que, tal como diria Marcel Mauss, é efetuado “numa série de atos montados no indivíduo não simplesmente por ele próprio, mas por toda a sua educação, por toda sociedade da qual faz parte, conforme o lugar que nela ocupa” (MAUSS, 2003, p. 408).

⁴² Também em diálogo com Vencato, na pesquisa de Rubens Mascarenhas Neto com drag queens no interior de São Paulo, a “montação” quando feita para o espaço público, assim como as noivas, se intencionava para ser notada. Na sua pesquisa, o autor buscou olhar para a circulação de informações e *coisas* entre as drags e, com isso, adensar a discussão sobre performatividade de gênero (BUTLER, 2003 [1990]), levando em conta dimensões de classe, raça e nacionalidade. Além disso, de seu campo há de se notar a correlação estética na montagem de noivas e drags também pelo uso das roupas extraordinárias pois extravagantes em brilhos e bordados. A aproximação da performance dessas duas figuras fica ainda mais interessante quando o autor narra a história de uma drag que, quando contratada para “animar” festas de casamentos, brinca com a possibilidade de “roubar a cena” das noivas (MASCARENHAS NETO, 2018, p.107).

Efetivar-se como uma personagem-noiva significava tanto produzir e disputar o valor de seu vestido, como conseguir segurar sua aura mágica de distinção por meio do controle preciso de seus efeitos estéticos, criados na conjuração entre corpo e objeto. Entre o sonhado vestido de babado da Bela, que em lamento é dispensado porque “ia engordar muito” e a sugestão da estilista pelo corte evasê que “cai melhor” em quem não está magra, saber escolher um vestido era também saber manejar os possíveis efeitos deles em busca da valorização dos corpos.

Ademais, tal empreendimento revelava também nuances sobre a “passabilidade” de uma mulher como noiva e a forma pela qual alguns corpos pareciam caber melhor do que outros nos vestidos. Diante da fita métrica ou da balança para anotações de suas medidas, Helena encolheu-se em constrangimento e Maria fez piada com seu peso. Nas salas de atendimento, preocupações com os prazos para ajustes e promessas de restrições alimentares surgiam logo nos primeiros instantes das interações e, apuradas junto ao tamanho dos corpos das clientes, tornavam-se alvo público de controle e confabulação.

A dieta restritiva, que começaria “hoje mesmo!” tal como dizia a noiva paraense, certamente era uma das mais perceptíveis estratégias de mudança corporal que preenchiam as conversas nas lojas durante as escolhas dos trajes. Mas em outras situações, podia ser acompanhada a relatos de matrículas em academias de ginástica e contratações de *personal trainers* – num investimento que uma interlocutora certa vez denominou como “projeto noiva em forma”. Ou, ainda, em associação a propostas de cirurgia plásticas, tal como sugeria a atendente de Helena quando lembrou sua cliente de que “ainda dá tempo de pôr um silicone hein?”⁴³.

Tais técnicas e procedimentos de manejo do corpo feminino já foram objeto de análise de Heloisa Buarque de Almeida (2004) em continuidade ao seu debate sobre a aproximação afetiva entre espectadoras e personagens de telenovelas brasileiras. Diante daqueles corpos postos em evidência pela mídia e os produtos que eram ofertados como estratégias práticas para seu alcance entre as consumidoras, a autora argumentou sobre o

⁴³ Aqui, vale ainda destacar que o mercado especializado em beleza e estética tem investido na apresentação de produtos e serviços voltados para o público das noivas. Embora essa circulação de clientes entre diferentes mercados não tenha sido foco da minha investigação, além dos procedimentos descritos acima, é fácil ouvir histórias de noivas que com a proximidade do casamento se engajam também em rotinas de tratamentos dermatológicos, capilares, de drenagens linfáticas e de manicures. Transformações corporais outras, mas que encontram correspondência às questões que trago aqui no texto.

quanto a “feminilidade e a identidade feminina são definidas através de uma relação especular com uma imagem que a própria mulher precisa comandar, escolher, organizar através de disciplinas que remodelam o corpo” (ALMEIDA, 2004, p. 09). E nesse investimento, ela prossegue, “gastar tempo e dinheiro tratando de seu corpo, tentar ficar sempre bela é considerado uma atitude de auto-valorização e auto-estima feminina, resumida na ideia de ‘se cuidar’” (Ibid., p. 11).

E “cuidado”, nesse caso, apareceria como uma derivação direta de “discursos de verdade” mobilizados pela associação entre saberes médicos e mercados estéticos, tal como problematizaram Marcella Betti, Marisol Marini e Pedro Lopes (2018). Na discussão feita pela conjunção de pesquisa sobre corporalidades que desafiariam os saberes médicos e as regulações coletivas (entre entusiastas de moda *plus size* e mulheres diagnosticadas com transtornos alimentares), as autoras e o autor mostram a forma pela qual o cuidado de si aparece como vinculado a uma espécie de economia moral sobre a gordura. Um fenômeno no qual em justificativa a uma preocupação com a “saúde”, julgamentos e frases de humilhação são permitidos contra o corpo avaliado “gordo” e, sobre ele, uma gestão disciplinada se torna ação obrigatória.

Saber escolher um vestido e caber nele eram virtudes primárias exigidas de uma noiva. Na disputa sobre a relação pessoal com alimentos, gordura, controle de pesos e medidas corporais dentro das salas de atendimentos, das noivas eram previstos engajamentos e sacrifícios excepcionais à altura da extraordinariedade de seus eventos. Nisso, disciplina e auto-regulação sobre seus corpos eram uma prerrogativa. E numa espécie de ação pública sobre seus contornos corporais, seios, barrigas e nádegas se tornavam alvos preferenciais de uma tensa e necessária gestão.

Entre as curvas do quadril que podiam ser reveladas ou obliteradas, estilos de noivas se produziam na gradação de personagens mais ou menos *sexy* e que, como vimos acima, era facilmente gerenciada pelos diferentes cortes das saias dos vestidos. Já na parte superior da peça, não havia modelo que possibilitasse, às noivas, escapar da explicitação de seus contornos corporais⁴⁴. Sempre justos no torso da noiva, os vestidos invariavelmente

⁴⁴ A exceção pode aqui ser atribuída aos trajes que *websites* especializados designam como em corte “império”, onde o vestido se abre já logo abaixo dos seios e pode camuflar os limites da barriga da noiva. Mas fora das tendências de moda no momento da pesquisa, modelos com tal formato não eram sequer trazidos às salas de atendimentos, muito menos provados ou alugados.

colocavam seios e barrigas em destaque e, disso, a recorrência pela qual as estratégias de manejo de seus volumes serem motivos de tanta preocupação. Uma parte era preciso aumentar, e outra, diminuir.

Tais dinâmicas de controle e modelagem corporal estavam longe, entretanto, de serem apresentadas como preocupações com a saúde e o bem-estar da noiva. Mas correspondiam, nesses casos, a uma associação íntima com a própria distinção estética de uma personagem que, feita pra ser vista, precisava corresponder aos ideais públicos sobre sua composição. Numa relação de via dupla – em que o vestido produz a noiva, mas a noiva também tem que garantir o efeito do vestido – estar com o traje sob controle significa também controlar o próprio corpo.

Do mesmo modo como os estilos materializadores dos gostos estavam sob disputa moral, o corpo da noiva, nessas ocasiões, era avaliado e gerido como parte essencial de sua própria composição. Para ser um casamento “irretocável”, pressupunha-se que sua protagonista não se casaria “do jeito que é no dia-a-dia”, ela tinha que se transformar numa “outra mulher”, numa “outra pessoa”, como comemorava a irmã de uma cliente. Um processo que incluía, também, conquistar um outro corpo. E nessa correlação entre formas corporais e valores morais que delimitavam o prestígio da protagonista de um casamento, a magreza da noiva sustentava uma dimensão fundamental de sua distinção. Para ser elegante, tal como nos contornos femininos desenhados nos croquis, uma noiva deve sempre estar magra.

Mas embora distante das narrativas médicas como forma de justificar tais estratégias de modulação do volume corporal, o controle público sobre as formas materiais das noivas também surgia por meio dos tons agressivos e humilhantes das apreciações, tal como destacaram Betti, Marini e Lopes (2018) em pesquisa. Em contrariedade ao vestido sereia, a mãe de Helena argumentou sobre a gordura que seria denunciada pela peça justa e, provocando a filha ao dizer que ela “precisa emagrecer pra usar ele”, colocava em prática uma estratégia discursiva em correspondência ao embate de Maria com a estilista, na qual conselhos e advertências se revestem também de acusações. Em Belém, o olhar profissional considerou que a amplitude do modelo “vestidão” de “princesa” em saia godê, justamente oposto ao aderente corte sereia, também realçaria demais o volume da própria noiva. E em medida paliativa ao seu peso, o contido caimento evasê deveria ser usado para deixar o vestido “bem mais chique”, pois criaria um efeito de mascaramento da gordura da cliente.

Plástico frente a diferentes técnicas e procedimentos de manejo carnal, o corpo que interpretaria a personagem precisava estar sob controle – fosse por si ou, no mínimo, por intervenção. “Quando uma noiva vem aqui, cada prova é um ajuste não só do vestido, mas é um ajuste de como ela quer se sentir” diria Juliana que, agora estilista, também reivindicava de Maria o ajuste de seu corpo. Os quilos que se supõem perdidos pela noiva até o casamento seriam essenciais para a aceitabilidade do “vestidão” que ela sonhava. Porque para ficar “chique” e “fina”, tal como dizia em ironia o estilista da Avenida Rebouças contra às “piriguetes”, a protagonista da festa tinha que de fato se afinar.

E não se excluía, nesse processo, as estratégias na composição da peça para reduzir as medidas da cliente. “Para a barriga a gente dá um jeito, coloca calcinha da noiva, uma barbatana...” dizia o Danilo, estilista, trazendo à conversa as ferramentas de intervenção material que pacificaria a vergonha de Helena por estar acima do peso de uma noiva. “Tem que ficar roxa mesmo, só precisa respirar depois do ‘sim’!” ironizava a gerente que, simulando uma redução da cintura da noiva, mostrava que o efeito de magreza reivindicado nesses momentos se fazia também pela compressão física da barriga. E “eu vou te afinar e você ainda vai com um vestido ainda mais moderno” dizia o outro profissional, em sequência, numa promessa de garantir o valor do vestido ainda que a noiva não estivesse comprometida o suficiente em transformar sua cintura em um orgânico “espartilho interno” (ALMEIDA, 2004, p. 4), como aquelas que recorriam às dietas e exercícios.

A cintura é um campo de batalha. Nele, inclusive o aumento do volume dos seios servia de estratégia contrastiva para criar o efeito de afinamento da silhueta e, ainda, tecidos modeladores ou barbatanas costuradas nos corpetes agiam como ferramentas materiais de intervenção. Helena, soube disso antes mesmo de provar o primeiro traje. E à rebote das acusações de parecer gorda no modelo justo, contava com os cabos de aços, amarrações e cintas de compressão para produzir a sensação de seu afinamento e afinal caber, “sexy”, no contorno criado por seu vestido. “Linda” e “elegante” mesmo “gorda do jeito que” era acusada de estar, o vestido a fazia “poderosa” também porque, ao contrário da reivindicação materna, a noiva não precisaria emagrecer⁴⁵.

⁴⁵ E aqui é possível fazer um paralelo também com a pesquisa de Marcella Betti (2014). Especialmente quando, detendo olhar ao consumo de moda *plus-size*, a autora chama atenção para a associação da noção de “vulgaridade” também em correlação à gordura. Os limites sobre as partes do corpo que devem ou não ser mostradas, em sua pesquisa, rebatem em questões sobre sexualidade e classe, mas também nas disputas sobre o que é ou não um “corpo em forma”.

Com o corpo sob contenção física, os vestidos moldavam a noiva criando o efeito de afinar sua cintura e, presa, tal como Roberta tinha se recusado a estar no dia de seu casamento, a personagem principal da festa tinha que deixar de respirar para poder dar vida ao seu vestido. E numa correlação direta entre os modelos de corpetes que, a não ser pela obrigatoriedade do branco como cor pouco se diferenciavam daqueles espartilhos na parafernália BDSM, pelo “paradoxo do sofrimento redentor” as noivas também conquistavam sua nobreza “através da mortificação da carne” (MCCLINTOCK, 2010 [1995], p. 237).

“Seis horinhas só, aguenta!”, dizia outra mãe mostrando, além disso, como no manejo dos efeitos materiais criados pelo traje, a manga que era “a alma do vestido” podia também ser vista como mais um elemento intervenção. Entretanto, agindo sobre outro, e delicado, ponto de desajuste entre vestido e corpo na produção de uma noiva. “Muito mais chique” como a mãe dizia, com a manga de renda branca e longa se conseguia também o efeito de branquear o braço negro da filha. Já que, além de magra, uma noiva se pressupõe branca.

Nesse ponto, novamente, voltamos a Anne McClintock (2010 [1995]). Pois, se como vimos acima, o diálogo com seu trabalho por um lado no ajuda ver em ação a forma pela qual objetos são tornados insígnias de conversão de poder, por outro, o contexto de expansão colonial vitoriano pelo qual ela discorre e que coincide com a história do vestido de noiva, não pode ser esquecido como um empreendimento político em que “o imperialismo e a invenção da raça foram aspectos fundamentais da modernidade industrial” (Ibid., p. 20).

Dando continuidade às suas análises, a autora parte por perseguir também a propaganda imperial que transformou o sabão de item “escasso e monótono” em produto de um racismo mercantil “investido de mágicos poderes de fetiche” (MCCLINTOCK, 2010, p. 307). Posto em evidência como mercadoria e investido como objeto de desejo, no período vitoriano o sabão teria se difundido como representação do valor social da higiene imperial britânica.

Mercadoria doméstica num contexto de expansão de um parque industrial fomentado pela manufatura têxtil, o sabão foi marca de “um encontro incongruente e violento” (Ibid., p. 340) e seu valor foi criado na articulação entre os efeitos que criava nas roupas e a defesa dos rituais vitorianos de limpeza. Transformado em emblema de superioridade evolutiva e civilizatória, ele era o agente para a conquista de roupas limpas e brancas que, fetichizadas, condensavam um racismo científico na matéria física de um racismo mercantilizado. E, assim, comemorado como um agente branqueador, suas propagandas

articulavam figuras brancas e negras em cenários coloniais ao prometer “uma alquimia de elevação racial pelo contato histórico com a cultura mercantil” (Ibid., p. 327).

Mesmo sujo, no provador ao lado, a magia do vestido de Gabriela residia também em sua promessa de transformá-la branca, numa noiva. E enquanto por um lado as diferentes teóricas sobre o casamento (CURRIE, 1993; FRIESE, 1997; OTNES e PLECK, 2003; SHROUT, 2010; AREND, 2016) já tinham identificado a correlação entre a cor do vestido da rainha Victoria com os limites morais da sexualidade de uma mulher em seu casamento, aqui inspirada em McClintock um passo pode ser tomado ainda em outra direção. Por outro prisma, o vestido de noiva do “casamento branco” inglês era insígnia de distinção também porque, no limite, ele materialmente condensava o poderio vitoriano fundado no intenso e violento projeto de diferenciação racial. Branco, pois alvo; alvejado, pois limpo.

E se não bastasse a ausência evidente de corpos não-magros ou não-brancos nos editoriais e catálogos de vestidos disponíveis nas lojas, o mercado especializado deixava claro a inadequação de algumas formas corporais à personagem-noiva também por toda uma oferta de serviços adicionais que pareciam obrigatórios para sua composição. Na promessa de garantir os efeitos mágicos de sua transformação estética, às noivas eram apresentadas como destino inevitável longas horas em salões de beleza, num processo de transformação de si que representava uma espécie de alquimia racial além daquela de emagrecimento. De lá, dificilmente alguma delas sairia sem um penteado elaborado justamente para o controle dos cabelos, que se supunham sempre presos e lisos para o equilíbrio de uma “coroa ostentação”. Ou, ainda, sem uma maquiagem bem marcada nos contornos que, em moda nos últimos anos, tem sido usada tanto para reduzir a bochecha numa aparência de magreza, como para provocar o efeito de redução do volume do nariz em apagamento de traços raciais⁴⁶.

Além disso, as demandas conferidas às noivas tanto para emagrecer quanto embranquecer, eram imputadas por meio de sacrifícios carnis operados pelo próprio traje, que ora lhes comprimia ou ora, mesmo sob calor, o corpo ele tampava. No caso da noiva zombada pelo cochicho do estilista, o valioso vestido ofertado em primeiro aluguel, feito especialmente para prensar sua barriga e caber em seu corpo, não seria, contudo, tão

⁴⁶ Técnicas que tendem a naturalizar um desejo de branqueamento racial por meio da manipulação dos traços faciais e somente muito recentemente começaram a ser problematizadas no Brasil. Agradeço aqui Marcella Betti pela indicação dos materiais com essa discussão, em especial os vídeos produzidos para o canal do Youtube “Herdeira da beleza” (Disponível em: <https://youtu.be/AfzNmCRe8jQ>).

moderno como aqueles que estariam ainda a ser lançados e feitos pelo tecido criado com o propósito de ilusão. Em aderência a sua pele negra, o tule vendido como “transparente” era denunciado em sua cor bege e revelava, afinal, que embora mágico e solene como deveriam ser todos aqueles buscados pela noiva, o vestido se presumia para o corpo branco. Incriminado por suposições raciais, o vestido não cabia na noiva, tanto quanto a noiva não cabia no vestido.

E aqui, seu caso e o referencial usado pelo estilista em sua humilhação, parecia se inscrever numa proporcionalidade dimensionada pelas duas esferas prospectadas como desajuste material de uma noiva: ela não era nem magra e nem branca. E se querendo “princesa”, como dizia o funcionário em seu atendimento, para o estilista ao meu lado, entretanto, seu corpo a aprisionava na “Fiona”: uma princesa pois filha de um rei, mas ogra dada sua forma gorda. E além do direto referencial de peso e medida impresso na comparação do profissional, a famosa protagonista do filme de animação era evocada também em acusação racial. Verde, Fiona é ogra, não humana – tal como colonizadores tantas vezes defendiam não o ser aqueles negros tornados escravos no projeto imperial (hooks, 2000)⁴⁷.

Entre humilhações e constrangimentos, de frente aos espelhos iluminados das lojas, nem toda mulher, mesmo sob intervenção, parecia poder caber na imagem de uma noiva. Para garantir sua “passabilidade”, o sucesso da interpretação da personagem-noiva era diretamente dependente dos limites corporais da sua intérprete. Uma correlação entre personagem e “perfil” que, tal como nos espetáculos profissionais de teatro comercial, o trabalho de Bernardo Fonseca Machado (2018) nos ajuda elucidar.

O autor, como já adiantado acima, deteve atenção especial ao trânsito de atrizes, atores, personagens e espetáculos musicais entre Nova York e São Paulo. Numa etnografia que também se deu em deslocamento, ele percorreu escolas de interpretação e coxias de teatros nos dois países. E, de lá, destacou as ambivalências nas noções de “universalidade” ou

⁴⁷ Aqui, devo especial agradecimento a Juliane Cintra, quem tem escrito, dialogado e me inspirado a pensar na especificidade dos corpos de mulheres que “além de gordas são negras” ou que “além de negras são gordas”. Em um de seus textos publicados num importante espaço de divulgação do debate feminista negro na *internet*, Cintra (2014) também percebe os modelos de roupas de alcinhas curtas como uma questão a esses corpos demandados a esconder os braços negros e gordos. Embora eu não tenha encontrado referências de pesquisas acadêmicas sobre os efeitos de conjunção entre esses dois desprestigiados elementos corporais, Cintra sugere que a figura da “mãe preta” poderia ser um dos pontos de partida para uma análise histórica sobre tal dimensão racial produzida na interface entre gênero e corporalidade: a escrava doméstica desprovida de historicidade e, pela idade ou volume corporal, afastada do trabalho na lavoura e transformada numa espécie de mobília (pois sem mobilidade) das casas de seus senhores. E em nossas conversas, em diálogo com minha pesquisa, ela ainda sugere como provocação: é possível à uma negra, mesmo quando emagrece, tornar-se uma princesa?

“diferença” materializadas nos corpos intérpretes dos personagens aclamados pelo mercado. De um imbricado jogo cênico em que o objetivo profissional de seus interlocutores se concluía na plena interpretação de um “outro”, o autor destaca como o sucesso de uma atuação extrapolava dimensões técnicas de controle sobre a internalidade ou externalidade emotiva. Mas dependia, ainda, de um preciso enquadramento do profissional naquilo que era publicamente identificado como um “perfil” adequado de corporalidade para cada personagem.

“O formato físico (altura, peso e silhueta), a cor da pele e do cabelo, os traços do rosto, o timbre sonoro e até a personalidade são elementos que, combinados, produzem um ‘perfil’” (MACHADO, 2018, p. 163) e é de seus limites que eram definidos quais corpos podiam executar ou não os papéis de maior prestígio numa apresentação. Enquanto uma espécie de convenção que colocava em exigência uma “coerência, continuidade e semelhança entre o corpo da/o intérprete e o corpo da personagem” (Ibid., 163), uma de suas interlocutoras, assim como a noiva Maria de Belém, lamenta não ter “perfil” para ser a Bela – sonhado papel de protagonista do musical a “Bela e a Fera”. Pois, naquilo que identificava sobre si como elementos corporais dissonantes à expectativa pública sobre como a “Bela” deveria ser, seu cabelo enrolado e volumoso, os seios grandes e o rosto redondo a desabilitava ao papel. E assim, nas fronteiras entre seu corpo e as convenções coletivas do que seria a protagonista, se consolidava também os limites das personagens que uma atriz podia ou não caber.

A recorrência com a qual me deparei com metáforas teatrais em campo não parecia despropositada. Entre a “personagem principal” composta por um vestido que fora escolhido em meio a tensões que pareciam uma “novela”, a imagem de domínio público do que deveria ser uma noiva era criada e avaliada.

Como qualquer espetáculo, para um casamento se prevê seu público. Aos olhares atentos dos outros já desde o primeiro momento em que se viam sob seus vestidos nas lojas, noivas são matéria pública de apreciação. O outro nunca está ausente nos processos de decisões que se pretendem individuais. Fosse uma noiva mais ou menos inclinada a assumir uma postura bélica no conflito contra as opiniões alheias, as clientes das lojas sabiam que suas personagens-noivas não se constituiriam totalmente por si só.

Para um casamento, a personagem principal precisa se constituir por meio do figurino correto e garantir, aos olhos dos outros, que ele não será recebido como uma fantasia. Sob escrutínio público, as clientes das lojas precisavam mostrar habilidade para circular entre

os diferentes modelos e estilos de vestidos, ao mesmo tempo que uma capacidade de caber neles. Manejando seus próprios corpos com as convenções estéticas sobre o que deveria ser o corpo de sua personagem.

Corpos e objetos de uma noiva precisavam estar sob controle e relação. Administrando contornos e peles tanto quanto os efeitos específicos das coisas, o corpo da noiva era ao mesmo tempo *lócus* de prazer e flagelo numa composição prevista para ser única e, portanto, sacrificial quando necessário. Seu investimento, descrito como “sonho” e completo quando público, estava em última instância na disputa pela garantia de seu prestígio. E nessa personagem transformada em insígnia de distinção, uma noiva não podia escapar do destino da sua composição: produzida a partir de contornos muito específicos de gênero numa hiperfeminilidade (BLANK, 2017) e que não escapavam de uma imbricada relação entre classe, raça e corporalidade.

O corpo feminino tem que caber na sua personagem-noiva para conseguir garantir seu efeito de encantamento. Entretanto, sob os olhares do público antes ou durante o casamento espetáculo, talvez nem todas elas pudessem realizar tal materialização. Não é qualquer vestido que transforma uma mulher em noiva “chique” da mesma forma como não é qualquer mulher que conseguia virar noiva num tipo “princesa” com seu traje.

Se todo vestido se pretende de luxo, nenhum deles, entretanto, garante-se sozinho como tal. Sua distinção precisa ser produzida, disputada, materializada e, afinal, garantida. Num esforço contínuo de noivas dentro de um processo de construção de suas personagens, onde não se basta ser extraordinariamente escolhida, mas é preciso também convencer de que se é capaz de segurar a magia do vestido no porte correto e eficaz do objeto até o dia do evento. E assim como o tule paetizado só cintilava quando posto em movimento por sua portadora, era pelo uso do bem adequado e do modo publicamente apropriado que a relação entre pessoa e objeto se completava e, enfim, a figura noiva se montava.

Briga-se por aquilo que é levado a sério, briga-se pelo vestido da noiva. Elemento imprescindível que diferencia um casamento dos demais tipos de festa, ele é marco no processo de sua organização e o instante em que é escolhido torna-se etapa tão protocolar e cerimonial quanto o próprio evento. Nesse capítulo prosseguimos as análises sobre a relação entre noivas e vestidos. Aqui, o valor de um e de outra apareceu sob uma intencional e

disputada combinação. Revelando as dinâmicas pelas quais um vestido produz uma noiva tanto como uma noiva produz os efeitos de seu vestido.

Sob uma aura de magia e constantemente descrito como um sonho, depois de seguir o trânsito de noivas em direção aos vestidos no capítulo 1, neste capítulo 2 busquei acompanhar a circulação de estilos que compõem as modelagens das peças e os modos pelos quais eles eram operados como emblemas de diferenciação. Nesse processo de disputa por um lugar de si enquanto foco de toda atenção dos outros, os modelos das peças e as características físicas do vestido são convertidos em estratégia para a produção do brilho da própria noiva. Irradiar no altar e ter como efeito “viralizar” nas redes sociais aparecem no panorama de expectativas comum, gerenciando corpos e objetos quando em interação nos territórios de concorrência do mercado.

Literalmente era sobre um pedestal que as noivas eram colocadas. Antes de uma mãe ser chamada para entrar na sala de provas, toda uma cena era criada em torno da cliente para a melhor avaliação do vestido. O corpo da noiva era modulado pelo ajuste da roupa, adornado por um penteado, seguido por um véu, acrescido de um buquê, erguido sob um sapato de salto e posto em frente aos focos das luzes. Sob reflexo nos espelhos, a figura montada da noiva tinha que ser capaz de levar os olhos às lágrimas.

Relacional, é o vestido que faz a noiva, que faz a festa. Único e destacado de todos os demais trajes da ocasião, ele é sempre previsto como um objeto de valor. Por isso, a noiva nunca pode estar apenas “ok”, ela “tem que brilhar”. Entretanto, os mesmos olhos que se esperam emocionados, são aqueles que meticulosamente colocam noivas e vestidos sob tensa avaliação, transformando os salões de provas das lojas num aberto campo de guerra sobre a definição dos contornos da “personagem principal” do evento.

Em princípio a dicotomia entre modelos “princesa” e “sereia” puxam nossa discussão sobre os limites da sensualidade da noiva e evidenciaram os embates pelas convenções de gênero materializadas nos estilos dos vestidos. Mas disso, abre-se também em evidência as diferentes estratégias de manejo material das peças que, afinal, produzem a materialidade do próprio corpo feminino.

Longe de estar sob consenso, não havia um modelo único capaz de congrega por si e inquestionavelmente sua completa distinção. Fosse ele comprado ou alugado, num corte sereia ou princesa, o prestígio de um vestido sempre dependia, também, de sua noiva. Em relação, pessoas e objetos aqui se combinam numa produção carnal. E, para ser “chique” tal

como traduziam em seus projetos de distinção, com as clientes das lojas descobrimos então que não se basta ter o vestido valioso. É preciso, além disso, caber dentro dele.

Ainda que circunscritas apenas àquele momento do evento, técnicas corporais específicas precisavam ser somadas ao controle das medidas das clientes bem como ao manejo dos efeitos do vestido sobre seu corpo, numa intensa gestão de si para se produzirem como protagonistas. Nas lojas e ao experimentarem seus trajes, as noivas testavam os modos pelos quais iriam instrumentalizar seus novos corpos na relação com a parafernália de um casamento. Ali, manejavam os efeitos das coisas sobre si e forçavam os limites da personagem pública de uma noiva que além de magra, se pressupõe também branca. E, quando bem-sucedidas segundo as avaliações externas, se habilitavam a fazer aderir sobre suas próprias formas e movimentos corporais o fascínio e encantamento que orbitavam aqueles objetos.

Para além de o ter, uma noiva também precisa garantir autoridade e legitimidade na maneira de usar o seu vestido. Entre disputas sobre seus modelos e o próprio corpo da noiva, aqui expandimos nossa discussão sobre valor. Ao longo da primeira parte dessa tese, o objetivo do texto esteve concentrado em descolar suas definições dos aspectos estritamente econômicos e explicitar como o valor de um vestido e de uma noiva aparece em imbricação direta também à contornos morais. Gênero, raça, classe e corporalidade são dimensões inescapáveis dessa composição que se pretende também matéria para a diferenciação. Se por um lado um vestido não podia ser barato, como vimos antes, todavia não bastava ele ser caro para ter valor. Pois para se tornarem valiosos, noivas e vestidos tinham que, afinal, materializarem-se numa só insígnia de prestígio. Uma disputa que começa já nos salões de provas de roupas, mas se estende por toda a temporalidade de preparação do casamento. E é justamente sobre os manejos de reputações entre os anfitriões e os convidados, fora das lojas, que continuaremos as discussões dos próximos capítulos.

2ª Costura

[a anfitriões e convidados]



"Noivo Terapia" de Dudu Teruszkin no *Instagram*, 16 março 2017

Capítulo 3

Donos da festa

A festa da noiva?

“Eu falo ‘meu casamento’, como se ele fosse somente meu”, avaliava Helena depois de pensar sobre suas escolhas para a festa de R\$ 80 mil que se realizaria alguns meses depois da nossa conversa e do dia em que a acompanhei na prova do vestido de noiva na Avenida Rebouças, em São Paulo. “Às vezes eu esqueço do noivo e não penso no ‘nosso casamento’ e no real sentido do casamento. Penso muito no ‘meu’, na ‘minha festa’ no que eu quero, o que eu quero ter, no que eu não quero pôr, no que eu gosto, no que eu não gosto e foda-se o noivo”, continuou a belicosa noiva do vestido sereia enquanto emendava uma gargalhada.

Em Belém, parece que o noivo de Maria também não teve muito espaço de escolha. “Por ele a gente fazia um churrascão” contou a noiva ao concluir que o que prevaleceu foi seu “sonho” de ter um “casamento-casamento”. Em outras palavras, complementou que queria um “casamento mesmo. Eu sempre fui muito apaixonada por isso. Por exemplo, eu sempre quis minha festa de quinze anos e não tive. Então tinha aquela coisa comigo do vestidão, aquela coisa de princesa, sempre tive isso, acredita?”, se divertia ao apontar para a conexão de sua história também com meu tema anterior de pesquisa.

Em seguida, Maria brincou com seu “sonho” de “se sentir num conto de fadas” e revelou que só não se casaria com um vestido “igual ao da Bela” (do filme “A Bela e a Fera”) porque poderia parecer mais gorda do que achava que estava. Entretanto, para não deixar que suas personagens Disney favoritas ficassem de fora do casamento, tratou de encomendar oito bonecas representando cada uma das princesas e dividiu-as entre as daminhas, que conduziriam os adereços ao altar durante a celebração com orçamento também avaliado em torno de R\$ 80 mil.

Aos comentários negativos da cerimonialista diante da ideia, Maria foi categórica: “é meu momento, eu faço o que eu quiser, eu mereço”. Embora cada detalhe do casamento estivesse sob constante julgamento das profissionais que a cercavam e que estavam ali para garantir a “qualidade” do evento (inclusive eram pagas com esse propósito), a noiva parecia estar disposta a enfrentar qualquer opinião que cerceasse seu “sonho”. Nem mesmo a

previsão da estilista de que um buquê em formato de uma longa cascata de flores ou um véu de muitos metros parecessem “cafona” a fez desistir da grandiosidade dos acessórios. Afinal, como ela mesma dizia, “quero tudo que tenho direito”.

Em São Mateus, na borda geográfica de São Paulo, o “sonho” de se casar também foi algo que Gabriela sempre considerou como uma de suas particularidades. A manifestação de desejo em celebrar a união partiu dela e, recusando o procedimento comum de aguardar o pedido oficial de casamento do namorado, ela foi direta na pergunta à Eduardo sobre qual data fariam a celebração. O noivo, de início receoso, aos poucos se engajou no projeto e não escondia de ninguém o entusiasmo para a grande festa que reuniria cerca de 450 convidados sob o custo de R\$ 20 mil.

Entretanto, apesar do aceite e do interesse dele com o evento, o formato da festa também não chegou nem próximo daquilo que ele particularmente desejava: um “churrascão” na rua em que cresceu do seu bairro, um tipo de evento semelhante ao que queria o noivo de Belém e que se confirmava como um modelo de festa despojada, em associação a posicionamentos de masculinidade (SOUZA, 2003) e em antítese exemplar do “casamento-casamento” defendido pelas noivas. Sua ideia e o jeito engraçado em contá-la imediatamente provocou meu riso e o dos padrinhos de casamento que acompanhavam nossa conversa. Já Gabriela ficou indignada. “Nunca! Nunca! Oi? Já que eu vou casar, eu quero casar direito! Vou casar no meio da rua? Pra vir a favela inteira? Claro que não!”.

Ao assunto, a noiva emendou contando que tudo na festa seria conforme a escolha dela e, em provocação, afirmava que Eduardo nem “palpitava”. O noivo tentou ponderar, disse que “palpite” pelo menos ele dava... Porém tão logo falou, foi cortado pela noiva: “mas a palavra final é minha!”.

A autoridade da “palavra final” parecia ser inquestionavelmente da noiva. Nas lojas de vestidos, a máxima de que no casamento a “noiva manda” era constantemente evocada numa tentativa de apaziguar os ânimos tanto de profissionais exaustos pelas provas intermináveis de roupas, como de mães resistentes aos modelos de vestidos escolhidos pelas filhas. Mas além de lá, circulando por outras lojas, feiras ou exposições voltadas ao segmento específico de casamentos, os cenários predominantemente cor-de-rosa, adornados com laços, rendas, *Barbies* e princesas demarcavam uma atmosfera de absoluta centralidade feminina. O mercado de festas de casamentos deixava claro quem eram suas clientes preferenciais.

Propagandeada e vendida como a “festa da noiva”, o casamento parecia exercer certo fascínio entre as mulheres que o elegiam como “sonho” particular e encontram nele uma oportunidade – pretensamente única – de “brilhar”, como discutimos na primeira parte deste trabalho. O vestido da noiva é o elemento que distingue uma festa qualquer de um casamento e coloca a noiva que o porta em um lugar privilegiado de centralidade. É para ela que estão apontados os focos de luzes dos espelhos das lojas e das lentes das câmeras. É para a noiva que as atenções são mobilizadas, é ela quem dispõe de um carro exclusivo para a chegada bem como de uma tolerância consentida para atrasos. A noiva manda. Em sua chegada, clarinetes tocam e uma marcha é entoada. E é somente para ela que as portas de uma igreja são fechadas, antes de serem então reabertas ao som daqueles clarinetes e da marcha, aumentando a surpresa na revelação de sua figura cintilante e causando comoção na plateia de convidados.

“Mas ninguém vai me ver? Eu queria que todo mundo lá me visse entrando”, reivindicou Jonas à sua noiva, enquanto preparávamos a ordem do cortejo do casamento. O noivo estava inconformado. Não achava justo ele percorrer toda a igreja antes dos vinte casais de padrinhos e, portanto, deixar de ser visto por aqueles que ele mesmo tinha escolhido como convidados mais importantes do evento. “Não são os padrinhos que tem que receber o noivo?” argumentou enquanto confrontava o protocolo da igreja e tentava atribuir algum sentido cerimonial à sua demanda. A noiva negava. Argumentava do contrário, destacava a importância de ele estar à espera dos padrinhos no altar e confirmava a importância de se cumprir as expectativas também da família. O debate se estendeu por uma tarde e só se encerrou quando a noiva finalmente cedeu a sua proposta: ao final, ele também seria visto.

Em princípio, Jonas e Isabela pareciam um casal atípico. Ela não escondia seu desejo em ver-se vestida de noiva e ansiava para o momento de sua entrada em frente à comunidade religiosa na qual cresceu em São Mateus, na zona leste de São Paulo. Mas sob uma timidez característica e uma insegurança que ela associava à pouca idade de 19 anos, à revelia das pressuposições do mercado todo o trabalho de organização da festa ficou nas mãos do noivo, de 18.

Na loja de aluguel de trajes de festas de São Mateus, onde acompanhei por meses a rotina de trabalho de vendedoras e costureiras, uma folha de papel colada em uma das paredes sinalizava que era “proibida a entrada de homens” na maioria dos ambientes da empresa. E como se não bastasse o aviso ou a incontestável menor presença masculina na

loja, os clientes que se aventuravam pelas araras de ternos e *smokings* traziam sempre em comitiva mães, tias, primas e irmãs que traduziam os gestos contidos deles em informações para as profissionais. Quando chegavam sozinhos, as interações eram ainda mais desafiadoras. Eduardo, quando o conheci, comparou seu incômodo em entrar na loja de roupas de festas com a timidez que sentiu quando visitou uma casa de vendas de produtos eróticos, mas logo em seguida reavaliou: “pelo menos no *sex shop* é só fingir que é gay” disse enquanto ria da situação. Na busca por seu *smoking*, apresentar-se como “noivo” era um destino, aparentemente, constrangedor.

Já na maior feira de produtos e serviços para festas de casamento de São Paulo, a *Expo Noivas*, embora não houvessem plaquinhas indicando a restrição da presença masculina, a intimidação dos noivos se materializava não apenas pela composição do cenário cor-de-rosa dos estandes, mas principalmente pela produção narrativa dos produtos disponíveis ao consumo. Foi lá, por exemplo, que encontrei uma enorme variedade de topos de bolos e convites nos quais o noivo aparecia amarrado, acorrentado, enforcado ou algemado. E foi nesse tipo de evento também que encontrei noivas que se divertiam comprando e presenteando seus namorados com camisetas em deboche da posição de futuros maridos. A comercialização da imagem da noiva dominadora parecia causar certo prazer às consumidoras que investiam em peças estampadas com expressões de “game over” (“fim de jogo”) ou com desenhos de homens rebaixados e subordinados a lhes entregar o cartão de crédito.



Figura 10 - Topo de bolo com noivo acorrentado. (Imagem de divulgação de uma artesã em seu portfólio virtual. Fonte: <http://priscilianavaldi.blogspot.com.br/2016/05/topo-de-bolo-noivo-acorrentado.html> acesso em 25 fev. 2019)



Figura 11 - Camiseta distribuída às convidadas de um chá de panela. (Fonte: acervo da pesquisa, São Paulo, 2015)

No entanto, a figura do noivo abnegado frente à sina risível definitivamente não era o lugar que Jonas queria ocupar. Reconhecido pelos amigos e parentes como um “noivo envolvido”, na semana seguinte ao nosso encontro ele pôde finalmente cruzar a igreja diante o olhar dos quarenta padrinhos e madrinhas. De braços dados com sua mãe, exibiu aos convidados o novo alisamento capilar feito especialmente para a ocasião e, em seguida, posicionou-se no altar com aquilo que tinha guardado como sua principal surpresa para o evento: um *smoking* tão branco quanto o vestido da noiva.

Conquistar uma posição com maior destaque em comparação àquela atribuída de praxe aos noivos e ainda aparecer com um traje branco no casamento não tinham sido tarefas simples. Jonas não se surpreendia com a resistência causada por suas demandas e não ignorava o caráter predominantemente assimétrico da relação na qual estava. Todavia, ele contava com sua própria atuação na dinâmica de preparação do evento como instrumento pra ampliar a margem de ação e negociação.

Funcionário de uma fábrica de brindes do bairro, foi Jonas quem cuidou de praticamente todos os detalhes da cerimônia e da festa orçada em R\$ 20 mil. O orçamento com os fotógrafos, a escolha das músicas para os cortejos ou das cores da decoração da festa, a confecção dos presentes e convites exclusivos aos padrinhos e até mesmo a interlocução comigo, a pesquisadora, foram exemplos de atividades desempenhadas sempre por ele. Era com o noivo que eu negociava a agenda de encontros, foi ele quem me pediu para transformar nossa entrevista em material audiovisual para o “*love story*”⁴⁸ da festa e quem também me convidou – e persuadiu – para ser a cerimonialista do momento religioso do casamento, como retomarei adiante.

⁴⁸ Nome dado à gravação em curta-metragem sobre a história do casal e que é transmitida em telões no dia do casamento. Tendo se tornado comum em muitos eventos, já há profissionais de filmagem especializados nesse tipo de produção. Como a empresa de foto e vídeo contratada pelo noivo não incluía esse serviço em seu pacote, emprestei uma câmera filmadora profissional do meu antigo escritório de trabalho para gravar também em imagem a entrevista que realizamos para minha pesquisa. Como o cenário importava à composição da “*love story*”, a entrevista foi realizada em um arborizado parque da zona leste paulistana. Além disso, seguindo a inspiração dos vídeos que Jonas me mostrava pela *internet*, além dos “depoimentos” que serviriam tanto para essa tese como para a produção do seu vídeo, gravamos também cenas de interação romântica do casal para preencher os espaços de edição do material – que pelo combinado seria feita pelo próprio noivo. Embora tenhamos realizado a gravação, infelizmente no dia do casamento as imagens produzidas não puderam ser transmitidas pela falta de equipamentos e telões no salão onde a festa se realizava. Essa história integra a análise que aprofundi em outro texto (ESCOURA, 2017) sobre a forma como até mesmo de mim era esperada dedicação para a realização do casamento e sobre o espírito de mutirão que conduzia a preparação das festas em São Mateus. Nesse debate, ponderei sobre as redes de solidariedade e as dinâmicas morais de coletivização que atribuíam especificidade aos casamentos na região periférica de São Paulo.

O engajamento do noivo com os intensos preparativos do evento, que aconteceria apenas cinco meses depois do pedido de casamento era notado por todos ao seu redor. Sua mãe fazia questão de comentar comigo a cada encontro o enorme orgulho em ver o filho empenhado em tantas responsabilidades e seus irmãos, já casados, ressaltavam o quão Jonas era um “noivo diferente”.

Mas Jonas não era uma exceção. Caio, Eduardo e Rafael foram noivos comprometidos no processo de organização de suas festas e, assim como o morador da zona leste, também transformaram o imprevisto engajamento masculino num importante recurso de deslocamento de suas posições nos protocolos cerimoniais.

Caio, um técnico de informática morador do centro de São Paulo, dividiu com a noiva todas as atividades de produção da festa de R\$ 25 mil. Ele se gabava por ter sido o principal motivador de descontos entre fornecedores, fez questão de se afirmar como um “noivo diferente” quando ponderou sobre suas próprias ações e avaliou que não se via como menos importante ou responsável que a noiva no processo de organização. Pelo contrário, brincava com a possibilidade de ser ele o atrasado para a cerimônia e depois, sem perceber, falou que resolveu “alugar mesmo, o vestido” quando eu perguntei sobre seu traje no evento.

Já Rafael, um *designer* paulistano que casou com uma festa de R\$ 200 mil em Belo Horizonte, cidade da noiva, também queria que seu traje fosse especial. Ele seguiu para uma loja do mais famoso estilista de trajes masculinos e comprou uma versão de terno que julgava a mais “diferente”: composto em um incomum tecido azul marinho e adornado por um colete por baixo do paletó, pra não “ficar igual a todo mundo” e pro “pessoal conseguir identificar” que ele era o noivo, ponderava ao repetir aquelas que teriam sido as astutas palavras do vendedor.

A noiva ficou furiosa quando ele chegou em casa dizendo que seu traje era segredo. Tentou forçar uma confissão, mas só recebeu em resposta brincadeiras e provocações que a teriam feito acreditar que a escolha tinha sido por um modelo de cores extravagantes. “Não vai chamar mais atenção que eu!” ela teria suplicado ao noivo que, ali na entrevista, gracejava com as memórias. “Eu não posso saber como é o vestido, então direitos iguais”, concluía.

As palavras soavam como as de Eduardo, o cobrador de ônibus de São Mateus que tinha sido encurralado pela noiva em pressão pelo pedido de casamento. “Eu não posso saber da roupa dela, então ela não pode ver a minha”, dizia ele em resposta à provocação de ser

aquele que “nem palpitava” segundo sua companheira. Cliente da loja da Av. Mateo Bei, ele não fez economia ao ser o único homem de todo o período da pesquisa a contratar o serviço de “primeiro aluguel” e, assim como Rafael e Jonas, guardou em absoluto sigilo da noiva os detalhes de seu terno. Ele queria surpreender.

Ao analisar a dinâmica de preparação de festas de casamento em Porto Alegre e Fortaleza, Erika de Menezes Pinho (2017) concentrou-se na relação entre cerimonialistas e noivas, mas deparou-se também com uma crescente oferta de serviços especializados para os clientes homens. Na escassez de trabalhos sobre casamentos que versem sobre a perspectiva masculina, ela esteve ao lado de cerimonialistas percorrendo eventos de moda e beleza voltados aos noivos e buscou compreender aquilo que identificava como uma “sutil” participação deles na organização dos casamentos (PINHO, 2017, p. 275).

Em versões de barbearias onde serviços estéticos são ofertados ao público masculino junto com mesas de jogos, bebidas alcoólicas e num ambiente minuciosamente decorado, semelhante a um bar, a autora descreve a divulgação dos serviços de “dia do noivo” e aponta para uma aposta recente do setor em produzir uma nova demanda de mercado. Em diálogo com a pesquisa de Isadora Lins França (2010), tais empreendimentos parecem surgir sob um cenário de consolidação de um setor especialmente voltado aos consumidores masculinos e que deslizam diferentes referenciais de gênero, corporalidade e sexualidade. Produzindo práticas de consumo capazes de dissociar o cuidado estético da perigosa figura da “bicha”, por exemplo, esse mercado especializado agiria como um multiplicador de estilos de masculinidades disponíveis aos homens transformados em consumidores.

Apesar de destacar a grande circulação de noivos nesses espaços, Pinho (2017) considera, entretanto, que o engajamento deles com tais produtos e serviços não representaria necessariamente um interesse na preparação da própria festa de casamento. Ao contrário, seria parte desses “fenômenos mais amplos, de produção de estilos de masculinidade mais suaves, com adesão ao consumo de moda e de cuidados pessoais, de que participa um determinado perfil de homens de classes mais elevadas e predominantemente brancos” (PINHO, 2017, p. 275).

A depender da grande popularização desse tipo de estabelecimento nos grandes centros urbanos e nos últimos anos, tais empreendimentos parecem mesmo ser um promissor modelo de negócio voltado ao público masculino. Além disso, durante o trabalho de campo

entre São Paulo e Belém, havia de fato denúncias de noivos desinteressados ou pouco engajados nos preparativos de suas festas de casamento.

Entretanto, à margem do controle narrativo dos ambientes do mercado, fosse andando para fora de feiras e lojas especializadas ou dialogando para além do circuito de profissionais do setor, o engajamento masculino não me parecia um estado de exceção sutil ou esporádico. Ao contrário, independentemente das diferenças regionais, de orçamentos dispendidos nas festas ou da posição relacional de classe entre os interlocutores, o acompanhamento das trajetórias dos casais tinha evidenciado noivos bastante dispostos não apenas em consumir os produtos e serviços que o novo mercado os ofereciam, mas também em disputar seus lugares tanto nas dinâmicas de preparação das festas quanto nos protocolos das cerimônias religiosas.

A despeito do mercado, o casamento aparecia como uma realização que não era dada como de centralidade exclusivamente feminina, ao menos não passivamente. Disputando atenção, olhares e aprovações, os noivos queriam brilhar e causar comoção frente à plateia de convidados, tanto quanto suas noivas. “Mas ninguém vai me ver?” questionava Jonas ao se contrapor à ordem de entrada do cortejo proposta por sua companheira e reivindicar maior visibilidade para si no evento que era conformado pelos profissionais do setor como a “festa da noiva”.

Tal engajamento parecia independer ainda de qualquer tentativa do setor em restringi-los num nicho segmentado. Circulando inclusive entre fornecedores que escapavam àquele novo mercado para as classes mais altas e que consolidavam “versões mais suaves de masculinidade” (FRANÇA, 2010; PINHO, 2017), os noivos tentavam transferir seus espaços de agência enquanto consumidores ao próprio casamento. Escolhendo e contratando produtos ou serviços que em outras situações poderiam estar sob responsabilidade de suas noivas, meus interlocutores transformavam suas circulações pelo mercado em uma brecha de disputa por centralidade e poder de decisão sobre a festa.

Sob o caráter de exceção e alcunhado como um “noivo diferente” frente a sua companheira e seus familiares, Jonas conseguia transformar suas demandas por visibilidade em parte de sua excentricidade e engatava planos desconhecidos pela própria noiva. O noivo tinha se empenhado muito nos atribulados compromissos de preparação do casamento, traduzia tal processo como um momento de “muito trabalho” e usava seu esforço como um constante e implícito elemento de barganha nas negociações de sua posição na cerimônia.

Saber se ele queria mais destaque na ocasião porque tinha se dedicado na trabalhosa organização do evento, ou se ele tinha se engajado na preparação da festa porque via ali uma forma de ampliar seu poder de comando era uma conclusão que eu não podia precisar. Mas certamente ao olhar de todos ao redor, ter uma entrada célebre na igreja parecia justo e merecido para quem tinha trabalhado tanto.

Da relação assimétrica entre Eduardo e Gabriela, o noivo sabia que seria difícil competir sobre o formato da festa e que seria improvável conseguir convencê-la de casar-se num “churrascão no meio da rua”. Porém, ele sabia também que haviam elementos na construção da festa que podiam escapar do controle da noiva e, portanto, lhe possibilitar uma margem de negociação e saída do lugar de resignação (de quem “nem palpitava”) cujo qual Gabriela tentava o colocar. O traje era um desses elementos.

Quando escolheu sua roupa, Eduardo não abriu mão de um modelo feito sob sua medida mesmo que alugado e Jonas brigou com a noiva até que pudesse entrar depois de seus padrinhos e apresentar seu *smoking* tão branco quanto o vestido dela para um número maior de convidados. Ademais, a diversão causada pelo equívoco de Caio em chamar seu terno de “vestido” não desmerecia, no entanto, a correlação que ia se tornando cada vez mais prenunciada entre autoproduções estéticas dos noivos como um importante elemento de reposicionamento deles dentro da festa.

A escolha dos trajes masculinos se tornava, assim como o vestido era para a noiva, um importante elemento de diferenciação deles como personagens principais do evento. Tal como debatemos no capítulo 2 e também se revelará central na composição de padrinhos e madrinhas no capítulo 4, as roupas em um casamento não podem ser pensadas apenas sob uma lógica de representação ou espelhamento de um “eu” interior, mas artefatos que criam as próprias pessoas (MILLER, 2013 [2010]) e constituem suas posições relacionais.

Pinçar a escolha do traje da celebração como terreno de disputa não parecia estratégia desmedida. Ao contrário, assim como entre mulheres se constituindo em noivas, de todos objetos específicos ofertados pelo mercado especializado, os noivos recorriam à agência das roupas para manejar prestígios e posições de poder. Transbordando as tensões narrativas sobre o noivo abnegado que davam o tom do discurso dos profissionais do segmento, Caio, Eduardo, Rafael e Jonas criavam um campo de disputa na prática, em cujo qual o vestuário novamente se firmava como uma esfera de conflito e negociação material.

Diante de todos os outros convidados que estivessem vestindo ternos ou padrinhos portando *smokings*, um noivo não podia “ficar igual a todo mundo” como dizia Rafael. Na hierarquia de prestígio da festa, ele tinha que ser “diferente” pro “pessoal conseguir identificar” que ele era o noivo.

Já a briga com a noiva era feita em outros termos. Guardada as devidas proporções em relação ao preço, história e expectativa gerada em torno de um vestido de noiva, do mesmo modo como o traje delas confirmava um lugar de centralidade no evento, a escolha dos ternos e *smokings* aparecia para os noivos como um importante espaço de produção da autovalorização. Igualmente a elas, eles elegiam suas roupas como um marcador da distinção de suas posições na hierarquia do evento, transformavam sua composição estética – incluindo-se os alisamentos capilares enquanto referência de beleza na intersecção com marcas raciais – como um item de provocação de impacto e admiração coletiva e também associavam o consumo dos produtos ou serviços do mercado à transferência de valor para si mesmos.

“Eu não posso saber como é o vestido, então direitos iguais”, diziam Eduardo e Rafael em justificativa à estratégia de ocultação das escolhas que, Jonas, nem mesmo anunciava. Por um lado, manter os detalhes de suas peças em sigilo era um eficiente recurso para os noivos produzirem em torno de si um efeito de surpresa e admiração dentro de um evento planejado não apenas com fins cerimoniais, mas também sob forte apelo ao entretenimento e comoção das centenas de convidados (PINHO, 2017). Mas por outro lado, evocar uma noção de “direitos iguais” era também reivindicar alguma margem de poder e autonomia em suas próprias escolhas num contexto em que a autoridade da noiva aparecia como dado inquestionável. Era também um esforço para driblar as posições assimétricas da relação entre elas e eles.

Operando a partir da mesma lógica de “segredo” na composição dos elementos do evento de modo a aumentar a “surpresa” para seus participantes, tal como as noivas faziam com seus vestidos, o noivo encontrava no “trabalho” direto com a organização do evento uma margem de autonomia para conduzir o processo de seu jeito e fazer suas próprias escolhas, sem interferências. Com a organização do casamento sob seu controle, ele também podia brilhar.

“Igualdade”, inusitadamente, era um tipo de reivindicação que eu não esperava ouvir dos noivos. Firmado como um dos conceitos-chaves no desenvolvimento histórico de

parte fundamental do movimento feminista, inclusive em reação às desigualdades localizadas também na composição doméstica e privada dos relacionamentos amorosos e conjugais (GOLDMAN, 1910; KOLLONTAI, 1920; MILLET, 1984; BEAUVOIR, 1970 [1949]; FIRESTONE, 1976 [1970]), argumentar em favor dos “direitos iguais” contraditoriamente aparecia como uma tática masculina de equiparação de gênero nas relações durante a organização dos casamentos.

Todavia, a reivindicação deles por igualdade nos processos de decisão sobre o casamento também não significava automaticamente uma tentativa de equiparação absoluta com suas noivas. Os noivos sabiam que a eles estava reservado um lugar coadjuvante e “chamar mais atenção” que elas, por exemplo, era um tipo de embate que eles não estavam tão dispostos a enfrentar. Quando Jonas negociou uma mudança nos protocolos da igreja tensionando sua importância na cerimônia e entrou com seu *smoking* branco, por exemplo, ele não estava rivalizando totalmente sua entrada contra a de Isabela. A noiva continuaria tendo seu espaço de centralidade cerimonial, chegaria em um carro especialmente selecionado e seria a única a ter as portas da igreja fechadas antes de sua apresentação. O que estava em debate não era reduzir o prestígio da noiva no casamento, mas disputar com ela o lugar do noivo dentro do evento.

E não eram todas as noivas que estavam dispostas a ceder, como Isabela, algum espaço de decisão e atenção aos namorados. Helena falava em “meu casamento”, “no que eu quero, o que eu quero ter, no que eu não quero pôr, no que eu gosto, no que eu não gosto e foda-se o noivo”, Gabriela silenciava o companheiro dizendo que “a palavra final” era dela e para Maria a escolha de cada um dos detalhes da celebração era seu “direito”. O ato de fazer escolhas de longe era um dos processos centrais para a produção de uma festa de casamento. Diante da enorme variedade de produtos e serviços disponíveis e que compunham uma festa, decidir sobre eles era de modo muito direto decidir também sobre a configuração da própria festa. Deste modo, ter o poder de escolha na produção de casamento era certamente ser também dono da festa.

“A festa é da noiva” diriam alguns, mas por trás das intensas disputas travadas pelos noivos, parecia que a organização da festa de casamento dificilmente estaria nas mãos de uma pessoa só. “Direito” e “escolha”, tal como argumentado por Marilyn Strathern em debate sobre as tecnologias de reprodução assistida (1992; 1995), são noções acionadas pela

lógica de mercado e fundamentadas no pressuposto de que há sempre um “indivíduo” nas relações de consumo.

Sob o impacto do avanço biotecnológico ofertado sob forma de serviços reprodutivos no final do século XX, a autora olha para aquilo que seria “a modificação do mundo natural” (STRATHERN, 1992, p.177) tornada produto de consumo e as polêmicas públicas gestadas contra as possibilidades de rearranjos familiares não convencionais. Manejada em laboratórios, a procriação aparecia como mais um produto disponível num cenário mercantil que, por definição, se realiza pelo “direito” de “escolha” entre consumidores.

Seja na linguagem do mercado de gametas ou de casamentos, o consumidor é sempre aquele que detém direitos e faz escolhas, pois é uno, indivisível e autodeterminado, é um “indivíduo”. É aquele que se apresenta sob o casco de uma “identidade” fixa, coerente e refratária ao outro. E mesmo quando uma escolha de consumo é feita como forma de reconhecimento ou valorização de uma relação, como por exemplo dar um presente ou fazer compras no supermercado pensando também nos outros (MILLER, 1998), o fundamento que baseia a interação do mercado é sempre a de que por trás da venda há um comprador: um ente com uma identidade completa e coerente sobre si. O eu e o outro são sempre domínios separados⁴⁹.

Entretanto, em se tratando de produção de famílias, fosse pelo manejo tecnológico na gestação de um filho ou fosse pela organização de uma festa para casar os noivos, o limite do “indivíduo” é um problema que está sempre colocado. Por trás do pânico contra o fim da “natureza” da procriação, Strathern (1995) evidenciou a recusa social em submeter a produção de famílias a uma lógica comercial em que o parentesco pudesse ser definido por indivíduos isolados, não por relações. E, no casamento, o audacioso enfrentamento contra a autoridade absoluta da noiva parecia reivindicar o mesmo.

“É meu momento, eu faço o que eu quiser” dizia Maria ao reivindicar o “casamento-casamento” com “direito” àquela “coisa do vestido, aquela coisa de princesa”. “Acredita?” me perguntava ela, se divertindo com a correlação de temas da minha pesquisa anterior. E eu não apenas acreditava, como podia ali reencontrar na memória meus

⁴⁹ Em outro texto busco colocar a crítica de Marilyn Strathern ao conceito de “indivíduo” em tensionamento com a teoria da performatividade de gênero de Judith Butler e propor, mais detidamente, alguns alargamentos ao entendimento sobre a constituição de pessoas. Para mais, ver ESCOURA, 2014.

interlocutores de apenas cinco anos que associavam diretamente princesas a vestidos exuberantes. Mas também uma das meninas, que além de vestidos suntuosos, dizia ainda que “pra ser princesa precisa de um príncipe” (ESCOURA, 2012, p. 102).

Nos embates se o casamento teria um “vestidão” ou se seria um “churrascão”, Maria podia acumular vitórias contra o noivo e ter muito mais espaço de decisão. Entretanto, a despeito daquilo que os profissionais do mercado diziam, o casamento não era a festa dela. Do mesmo modo como nas polêmicas sobre reprodução assistida Strathern (1995) percebeu a necessidade de pais para surgirem mães ou como as crianças apontavam que princesas precisavam de príncipes, para um casamento acontecer noivas dependiam de noivos.

Uma noiva não pode existir sozinha. Como uma categoria relacional, ser “noiva” é intrinsecamente estar em relação a alguém. Helena podia, enquanto “indivíduo”, bradar que casamento que era “seu” e sair escolhendo tudo aquilo que queria ter, por ou tirar da festa. Mas enquanto “noiva”, ela era um dos termos dentro de uma relação e os noivos também estavam ali para cobrar suas parcelas de protagonismo.

No meio das tensões, os conflitos provocados pelas demandas e estratégias de visibilidade dos noivos surgiam como um contraponto à pressuposição individual das noivas e apontavam para os limites relacionais de um casamento. Ainda que, a partir dos conflitos, se evidenciasse também que estar em relação, no entanto, não significava estar em pé de igualdade. Relacionalmente, era na ambivalência entre dependência e poder que noivas e noivos iam se constituindo, e disputando suas festas de casamento.

Uma festa – e guerra – de família

Na disputa sobre o projeto da festa, Eduardo tinha perdido sua batalha pelo “churrascão” na rua do bairro em que cresceu. Porém, a reconfiguração do formato geral do evento não o impediu de recriar seus próprios sentidos para a celebração.

Na tarde que ele entrou na loja de trajes de festas da zona leste de São Paulo em busca de seu terno de primeiro aluguel, o noivo empolgou-se com a presença anunciada de uma pesquisadora. Ele fez questão de me mostrar a foto de seus padrinhos, contar sobre as 1mil e 500 latas de cerveja compradas e sobre o momento em que tomou a decisão de se casar.

Gabriela era a segunda companheira com a qual ele dividia a mesma casa, mas a primeira com quem ele havia concordado em fazer uma grande festa de casamento. A

iniciativa da namorada em perguntar “quando a gente vai noivar” e pressioná-lo para começar os preparativos do evento tinha deixado Eduardo acuado. Em dúvida se estava prestes a fazer a coisa certa apelou aos seus pais que, por sua vez, o levaram a um culto de sua comunidade evangélica. Dali acreditavam que viria a resposta para aquela importante decisão.

Longe há anos da igreja frequentada pela família, Eduardo se fascinou ao perceber que as palavras do pastor naquela noite pareciam ser ditas especialmente para ele. “É se desapegando daquilo que você mais ama que a vida vai encontrar prosperidade”, dizia o noivo em repetição ao sermão do líder religioso. Eduardo voltou para casa pensativo e fez suspense ao narrar sua história. Nessa altura da escuta, a expectativa me levava para diferentes possibilidades de desfecho do enredo e eu temia ouvir que a pregação do pastor lhe teria feito se desapegar da própria namorada.

“Aí eu olhei pra minha moto e comecei a chorar, era o que eu mais amava na vida”, disse em retomada. Seus pais o abraçaram. Choraram junto com o filho diante da moto. E com o dinheiro de sua venda iniciaram os preparativos da grande festa.

A comemoração do noivado abrigou 180 pessoas na laje da casa do seu novo sogro lá mesmo em São Mateus e, para o casamento, realizado numa chácara na região metropolitana, 450 convites seriam distribuídos. Cobrador de ônibus, Eduardo não dispunha de uma renda suficiente para custear a festa sozinho e também não pensava em diminuir a proporção do evento de modo a fazer qualquer economia.

Mas não faltou ajuda. A decisão em se casar, aparentemente inusitada, comoveu sua família e gerou um enorme engajamento dos parentes na produção do evento. Depois de ter sobrevivido a dois acidentes de motocicleta e de ter feito “muito corre”, como ele mesmo diz ao confessar os pequenos roubos que cometia, Eduardo se emocionou ao falar sobre o tio transformado em padrinho de casamento e que agora o ajudava com a festa ao invés de “levar cigarro na cadeia”, como um dia teria previsto.

Em sua pesquisa, Gabriel Feltran (2014) olha para as bordas geográficas de São Paulo tentando fugir das representações totalizantes implicadas no conceito de “periferia” ou “pobreza” e busca compreender a heterogeneidade do território nos recortes provocados pelos programas sociais do Estado, as igrejas e o comando do crime. Argumentando haver a preeminência de uma lógica mercantil e de monetarização que conectaria os mercados legais, religiosos e criminais enquanto ao mesmo tempo mediaría os diferentes grupos populacionais em conflito interno, o autor questiona a suposta rigidez da separação de tais domínios morais.

Entre os diferentes repertórios normativos em circulação na zona leste de São Paulo, Eduardo, assim como Jonas, surgiam como personagens singulares de uma experiência masculina comum nas franjas da metrópole. Se não atrelados à programas sociais do Estado, certamente se constituíam a partir dos regimes morais articulados pela igreja e pelo crime. Ambos clientes da loja de traje a rigor de São Mateus, do rapaz criado na comunidade religiosa e noivo já aos 18 anos ao motoqueiro fazendo os “corres” ilegais da “vida loka”, eles coexistiam um território geográfico e moral no qual mais do que a lógica comercial os punha em relação. Mais do que dinheiro, nas bordas de São Paulo os regimes religiosos e criminais podiam estar ligados também pelo próprio curso do tempo na trajetória de um mesmo sujeito, em um trânsito de versões específicas de masculinidades em que se podia deslizar ora para uma posição ou outra.

Diante da figura do noivo abnegado, subordinado e derrotado, uma sorte inumerável de produtos podia ser constantemente vendida e comprada. Mas para Eduardo, mesmo no constrangimento de entrar no espaço de consumo marcadamente feminino, seu casamento se tornava um inequívoco ponto de virada e valorização moral. Longe de se pensar aviltado frente às posições assimétricas na disputa relacional com Gabriela, o noivo matizava sua história com tons de superação e reposicionava a si próprio nos nuançados repertórios normativos.

Tal como para as noivas que, como destacamos na primeira parte deste trabalho, uma festa como essa constituía-se enquanto um marco de produção de valor de si enquanto pessoa, para o noivo, era o momento de deslizar sua trajetória no crime a um regime moral que, sobretudo religioso, era capaz de reconfigurar sua reputação. Mais: se para Jonas, o casamento aparecia como um valorizado marco previsto dentro de uma trajetória linear de religiosidade, para Eduardo a surpresa e a comoção desproporcional gerada pela ocasião atestavam uma outra carga de produção de prestígio, pois equivalia também a uma conversão.

Em sacrifício, a moto virava alegoria material de uma transformação na sua própria experiência. Abrindo mão do objeto que lhe garantia autonomia e agilidade tanto de modo prático como simbólico, Eduardo despojava-se de uma controversa constituição de masculinidade da “vida loka”. A moto, instrumento imprescindível para o sucesso dos “corres” que levantavam seu dinheiro ilegal, quando vendida iniciava o financiamento legal daquele que seria o evento em comprovação pública de sua rendição.

Ali, seu passado no crime não era apagado. Mas rememorado num esforço contínuo de reconstrução da sua história pessoal, de produção subjetiva por meio de uma narrativa de suplantação. Para ele, o casamento era seu trunfo. Uma barganha entre os diferentes regimes morais e que lhe abria acesso a outros lugares sociais, alheios àquele previsto da cadeia até então. E em nome de uma masculinidade que se pretendia outra, pautada na valorização da “família”, na igreja e avessa à versão do “bandido” (MARQUES, 2009; FELTRAN, 2014), ao virar “noivo” ele reconfigurava um outro valor para si em suas relações.

Emocionada, sua mãe estava ao mesmo tempo perplexa e confiante na mudança de comportamento daquele que se via como o “filho perdido”. Ao lado do tio reaproximado, os amigos admirados e o novo sogro satisfeito, o projeto de casamento tinha se tornado razão de orgulho para mãe de Eduardo. “Agora só chora” dizia ele sobre a reação de quem decidira produzir pessoalmente todo o buffet da festa. Com a experiência acumulada na igreja de cozinhar para um grande número de pessoas, a mãe do noivo faria com suas próprias mãos o jantar para as quatro centenas de convidados. Era sua contrapartida à salvação do filho.

Assim como temos defendido nesse capítulo, Pinho (2017) também coloca sob suspeita a pretensa incontestabilidade do poder da noiva durante a organização dos casamentos e discorre, etnograficamente, sobre as diferentes formas pelas quais o projeto de festa aparece como um empreendimento muito mais amplo. Embora concorde com a ideia de que a noiva ocupe a centralidade do evento, a autora considera que tal posição hierárquica superior não lhe atribui, entretanto, total liberdade de arbítrio. Pois como fica evidente pelas recorrentes “ajudas” e “palpites” que se abrem entre a anfitriã, sua família e convidados, o casamento vai se constituindo sob um forte senso de coletividade.

Em minha pesquisa, mesmo casamentos que não geravam tamanha comoção pública dispunham, entretanto, de uma significativa participação de amigos e parentes na condução de seus preparativos. Mas em ocasiões diferentes do casamento de Eduardo, em que a ajuda coletiva na produção do evento se misturava à emoção da conversão de sua trajetória, por vezes algumas tentativas de participação nos processos de organização vinham sob outras nuances.

No caso de Alice, noiva de Caio em São Paulo, os palpites de sua mãe tinham se transformado num drama. “Era como se tivesse três chefes em uma pessoa só” reclamou a noiva, semanas depois do casamento, na conversa em que as lembranças do período de

organização da festa emergiam com matizes de desconforto. As situações de pressão, desaprovação e cobrança causadas pela mãe da noiva não tinham ficado restritas apenas ao dia que recebeu o vestido chinês, cenário discutido no capítulo 1. Mas cada passo dos preparativos da cerimônia e da festa de casamento surgiram como impasses para a relação entre mãe e filha.

Alice lembrou-se da cobrança na entrega dos convites; da repreensão que sofreu quando incumbiu uma das primas no envio do material aos tios ao invés de leva-lo pessoalmente na casa dos parentes; da briga por não ter incluído uma das vizinhas na lista de convidados; da desaprovação em relação à cor escolhida para a decoração do salão; da pressão por selecionar e detalhar o serviço de *buffet* antes do tempo necessário e de como foi impedida de trabalhar em seus projetos sociais aos finais de semana. Parecia que, aos olhos de sua mãe, nada estava sendo conduzido do jeito certo.

“Cobra demais e não me ajudava em nada” ponderava a noiva ao reclamar das “tretas” impulsionadas naquele período. “Como ela nunca casou na igreja, sei lá, eu acho que veio um negócio pra cima de mim. Veio com tudo. Tudo é ‘ela’. Só que sou eu, entendeu? E ela projeta ela em mim, mas eu não sou ela”, refletia enquanto tentava achar a causa dos problemas com sua mãe. E, ao final, a gestão do conflito durante preparação do casamento foi feita interrompendo qualquer conversa sobre o assunto. Sem comunicar mais nada sobre o que ainda estava por fazer ou como estava sendo ajustado, a noiva dizia que “não via a hora de casar”. Pois concretizar o afastamento cotidiano com sua mãe após o casamento surgia como a única resolução possível para os embates da relação. “Ela tava insuportável”, concluía.

Alice não sabia exatamente qual era o projeto de festa que sua mãe tinha em mente, mas estava certa de que não era o mesmo que o dela. Por outro lado, Luiza sabia o que esperar das idealizações de seu pai, o principal responsável financeiro por seu evento de R\$ 120 mil em Belém.

“Papai se coloca uma pressão social muito grande, de que ele tem que convidar várias pessoas”, dizia ela enquanto atentava também aos interesses profissionais dele envolvidos na decisão de produzir uma festa grandiosa: “ele trabalha com venda e precisa que as pessoas confiem nele, se sintam próximas a ele. Então, uma grande estratégia de fazer as pessoas se sentirem próximas é ele convidar essas pessoas pro casamento da filha, mesmo que essa pessoa não me conheça”, dizia.

A estratégia do pai não era uma novidade para Luiza. Sua festa de debutante havia sido realizada para 800 pessoas e o casamento de seu irmão mais velho contou com quase 1000 convidados. Ela não queria repetir o número de convites feitos pelo irmão anos antes e teve que encarar uma negociação com o pai, pedir “pra ele ter um pouco mais de consciência nisso”, como dizia.

Mas a diminuição de sua lista só foi possível mesmo por conta da escassez de convidados enumerados pela família do noivo, nascido em São Paulo. Com a impossibilidade de muitos dos familiares e amigos do noivo se deslocarem até Belém, o pai da noiva se esquivou do conflito com a filha e não precisou cortar qualquer tipo de convidado importante para seus negócios. Com efeito, da lista de 450 pessoas, a presença de 400 tinha sido diretamente decidida por ele, e não pelos noivos.

Já a interferência do irmão mais velho de Maria na escolha dos convidados causou a “briga mais feia” de todo o processo de organização do casamento, também em Belém. Ele, que não tinha nem dado ajuda financeira e nem se comprometido com qualquer trabalho na preparação do evento, era descrito pela noiva como “um prepotente”.

Tomando o cuidado de incluir pessoas que fossem importantes não só para ela, mas também para sua família, Maria havia acrescentado dois dos melhores amigos do irmão e suas respectivas namoradas na lista de convidados. Entretanto, ao invés do irmão se sentir prestigiado, como ela esperava, a reação foi de repúdio às escolhas da noiva. “Virou uma guerra porque ele veio exigindo que eu não convidasse a namorada de um dos amigos” e, depois, se opôs ainda ao convite que seria entregue para sua própria ex-namorada, até então amiga da noiva.

“Pera lá! Primeiro, o casamento é meu, convido quem eu quiser”, dizia Maria ao comentar o episódio que a deixou meses afastada do irmão e ameaçou o posto dele como seu acompanhante até o altar no início da cerimônia. Em segundo lugar, continuava, faltava ao irmão a delicadeza de reconhecer todo o esforço e o senso de justiça depositado na composição da lista. Em sua seleção, além de oportunizar a ida dos amigos dele à festa, ela tinha se preocupado também em excluir completamente a presença da ex-cunhada, mãe de sua sobrinha e uma pessoa “que só fez mal a nossa família”. Segundo ela, esse era um exemplo explícito de sua sensatez e de respeito ao irmão, embora ele se portasse como se fosse “o dono do mundo”.

Já a sogra de Rafael parecia ter certeza de que era ao menos a dona da festa. O noivo, em nossa conversa em São Paulo, contava que casar não estava em seus planos, mas sabia que não haveria argumentos para convencer a família da noiva do contrário: “pra mim morar junto já era um casamento, mas pra mãe dela não, ‘vocês vão ter que casar, vão ter que fazer uma cerimônia’... Aí ficava meio a pressão, a família meio jogando aquelas indiretas, entendeu?”.

Depois da namorada conseguir um novo emprego que a faria mudar de cidade, Rafael ponderou que aquele era o momento certo para o pedido de casamento. Tão logo a família teve a confirmação do noivado, veio também a notícia que a organização da festa seria toda coberta pela mãe da noiva. Antecipando esse momento desde o nascimento da filha, ela tinha criado uma poupança específica para esse fim, fazia questão de pagar por todo o evento e, ainda, trabalhar pessoalmente nas escolhas e contratações dos produtos ou serviços, dispensando uma cerimonialista.

A noiva, ocupada com seus novos compromissos profissionais, ausentou-se quase por completo da preparação da festa realizada em Belo Horizonte, sua cidade natal. Selecionar fornecedores, escolher e testar produtos, levantar orçamentos e negociar contratos foram atividades que acabaram sendo delegadas à mãe da noiva e, ademais, disputadas pelo noivo.

Rafael atribui à sua formação como *designer* a preocupação imediata que teve em relação à concepção estética de toda festa e o decorrente engajamento dispendido na sua organização. Ele lembra de como foi importante aliar-se a uma artista plástica e reivindicar sua legitimidade profissional no assunto para conseguir competir com a sogra nas decisões por exemplo dos arranjos de flores, na escolha do mobiliário e da identidade visual dos produtos gráficos da celebração.

Mas ele também fez muitas concessões. Depois de ceder em fazer o próprio casamento, abrindo mão da praticidade de “só morar junto”, aos poucos ele foi vendo seu projeto de uma festa intimista transformada num evento grandioso, e falou: “tentei negociar pra fazer uma coisa menor, mais gente íntima, aí começou a discussão, a mãe dela surtou com a ideia. Queria organizar ‘o sonho da vida dela’... E aí foi gigante, foi a gente toda, cumprimentei gente que eu não conhecia até não poder mais”.

A importância do casamento, para Rafael, estava diretamente associada à seletividade de seus participantes. Assim como tem sido recorrente entre festas de orçamentos mais robustos, ele reivindicava um “mini *wedding*” tal qual aqueles apresentados

como opção “alternativa” de casamentos no mercado e com grande adesão entre jovens noivos de uma elite intelectual urbana. O noivo investia na ideia de que somente “as pessoas mais importantes da vida” mereceriam integrar aquele que seria um “marco” extraordinário na vida do casal. Mas não era bem isso que a sogra imaginava.

O casamento pra ela era um evento, quase que afirmação social dela lá em Belo Horizonte. Então ela queria mostrar pro máximo de pessoas possíveis que a filha dela estava casando e que a festa dela era fantástica. Rolava até uma competição, assim, de ‘festa de fulano foi assim, festa de ciclano foi assado’... Aí pegava festa de não sei quem que foi referência e queria chamar o máximo de pessoas, pra mostrar mesmo, pra mostrar ‘ó a minha festa, ó a minha filha!’ (Rafael, São Paulo, 2016).

Da ideia inicial de casar-se entre as somente 80 “pessoas mais importantes”, Rafael precisou ceder à expectativa da mãe da noiva em chamar, só do lado dela, 390 convidados. Ao longo do processo de organização, o evento foi tomando proporções não previstas pelo noivo, a lista foi fechada com mais de 470 nomes e, constrangida, sua família acabou se mobilizando para oferecer também algum tipo de ajuda. “Meus pais começaram a se sentir mal, porque assim, ‘pô, ela tá pagando tudo, e a gente não vai dar nada?’”, contou ele ao explicar em seguida o cálculo de proporcionalidade feito por seus parentes. E, ao final, levando em consideração o número de convites distribuídos de cada lado familiar, seus pais pagaram R\$40 mil dos R\$200 mil totais gastos para produção da festa.

Na posição de principal patrocinadora do casamento, a mãe da noiva acumulava, em consequência, um lugar privilegiado no processo de decisão sobre os detalhes do evento. Rafael lembra que “ela nunca falou abertamente assim, ‘ah, eu tô pagando isso, é meu’, mas sempre ela queria dar um pitaco, opinar”. Frente ao acúmulo de temas disparadores de conflitos entre o noivo e a sogra durante o processo de organização da festa, Rafael buscava ponderar até onde o enfrentamento poderia pender ao seu favor.

No caso da expectativa da sogra em oferecer um serviço de jantar completo ao invés de apenas petiscos mais leves aos convidados, como ele queria, o noivo avaliou que às vezes “tudo bem, se é muito importante pra ela, não entrava nessa briga, cedia essa pra ganhar em outras coisas”. E se houve algo que ele definitivamente ganhou foi uma maior admiração da sogra: “eu já era muito bem tratado na família dela, mas não era da família ainda. A partir do momento que a gente ia casar, aí eu virei da família”.

Um casamento não começa e nem termina no dia de sua celebração. Do momento em que um casal decide partir para a organização de uma festa até o instante de sua

realização, ou ainda semanas depois, a vida parece seguir em novos fluxos. Iniciando-se com um pedido surpresa de noivado, na aquisição do primeiro imóvel ou na descoberta de uma gravidez durante o namoro por exemplo, o tempo dedicado ao casamento pode se estender por meses e até mesmo anos.

Fazer uma grande festa depende de esforço e engajamento incomuns, bem como de uma disposição de seus anfitriões em sair das rotinas normais. Para parte considerável dos meus interlocutores, diversos hábitos de consumo cotidiano precisaram ser revistos e cada dinheiro extra que aparecia em suas contas era imediatamente transferido ao projeto de produção das grandes festas.

De modo geral, a concretização do evento resultava de uma nova organização financeira da vida cotidiana e era constantemente traduzida como um “sacrifício”. Planos eram adiados pra “depois do casamento”, poupanças e vendas de bens eram feitas “para a festa” e novas dívidas eram acumuladas até que o sonho do “casamento-casamento” fosse materializado. Mas além do minucioso planejamento financeiro, organizar um casamento dependia também de empenho numa atribulada agenda de compromissos e eventos preliminares.

De um lado, provas, degustações, negociações e contratações de produtos ou serviços se tornavam parte dos compromissos assumidos pelos organizadores das festas e situações que criavam os novos vínculos entre eles e os profissionais do mercado – como elucidamos na primeira parte desta tese. Já por outro lado, um conjunto de festejos adicionais era preparado em antecedência ao casamento e contribuía tanto para intensificar as relações dos noivos com os convidados, como para fazer com que os parentes e amigos entrassem no clima de expectativa para a grande festa final, como detalharemos no próximo capítulo. “Chás de panelas” (quando as noivas eram presenteadas por suas convidadas com utensílios domésticos) e “despedidas de solteiros” (quando noivas e noivos partiam separadamente para bares em busca de diversão regada à música, dança e embriaguez) eram de longe as festas mais pleiteadas nesse período.

Muitas vezes tão controlados e protocolares quanto a própria cerimônia de casamento, tais compromissos e eventos prévios se encadeavam como parte indispensável de um processo que configurava o período de organização da grande festa como uma temporalidade específica e extraordinária. Assim como Moacir Palmeira pondera sobre os períodos eleitorais traduzidos como “tempo da política” no interior pernambucano, embora

a princípio tudo possa ser “temporalizável” nas dinâmicas de interações sociais, só é “temporalizado” aquilo que emerge sob condição de incomum relevância (PALMEIRA, 2002). Em seu campo, o “tempo da política” se figurava como um período sob recorte específico e produtivo, com começo e fim demarcado, caracterizado pela subversão do cotidiano e no qual os conflitos estavam autorizados. Com um alto poder de contaminação de todo um ambiente coletivo, era o período em que o tempo suspendia-se intencionalmente de modo a reordenar e recriar as relações e posições sociais.

Sob um recorte temporal exercido pelos próprios interlocutores, o tempo do casamento também tinha o poder de colocar pessoas e relações em outros ritmos e relevos. Embora o projeto de uma festa seja sempre iniciado pelo comprometimento de um casal em torno de sua realização, para que o evento de fato aconteça o engajamento de uma coletividade muito maior precisa ser gestado e gerido. Se num primeiro momento vimos que, ao contrário da narrativa do mercado, o casamento não pode ser reduzido à “festa da noiva” e que uma noiva só se produz relacionalmente, as disputas sobre a festa revelam ainda que muitas outras relações estão em jogo.

Preparada com empenho, esforço e sacrifícios tanto financeiros como emocionais, uma festa de casamento nunca é apenas a festa dos noivos. Eduardo se emocionou ao lembrar da “ajuda” do tio e da mãe que faria sozinha a refeição para os 450 convidados. Já Rafael podia contar com a robusta poupança da sogra para evidenciar suas qualidades como *designer* e Luiza sabia que, com seu pai assumindo a responsabilidade financeira do casamento, ela não precisaria se preocupar em cortar nenhum item de sua festa ou fazer alguma economia.

Mas essas ajudas não vinham também sem cobranças e contrapontos. Luiza, por exemplo, sabia que o casamento dos seus sonhos seria transformado em uma oportunidade de negócios para seu pai e Rafael precisou ceder aos planos da sogra em incluir sua celebração na competição das melhores festas de Belo Horizonte. Casar era sempre um empreendimento coletivo, mas era enfrentar simultaneamente uma intensa administração de interesses discrepantes.

Ninguém queria ficar de fora do comando da festa. Definições sobre a quantidade de participantes, tipos de comidas a serem servidas, detalhes da decoração e, principalmente, lista de convidados eram elementos sempre sob intensa concorrência. Porém, mais do que disputar os detalhes da festa, o que estava em última instância em contestação eram também as posições na hierarquia do evento e a definição do próprio grupo anfitrião.

Quem, por “direito”, seriam os anfitriões de um casamento? Maria, Gabriela e Helena não tinham dúvidas de que as festas eram delas e Jonas, Rafael e Eduardo, os noivos engajados, não se esquivavam do conflito com as noivas para conquistarem seu espaço de destaque no evento. Mas além dos casais de noivos, havia muito mais gente querendo garantir seu lugar entre os donos da festa.

Na dinâmica de construção de um grande casamento, trabalhar ou pagar por ele certamente constituía um meio eficaz para assegurar algum poder de decisão sobre seu processo. Jonas, por exemplo, tinha transformado sua dedicação na preparação da festa em “direito” de decidir sobre ela e, atenuando qualquer questionamento, o apoio financeiro da sogra de Rafael ou do pai de Luiza era convertido no prestígio de compor o grupo anfitrião. Mas havia mais. Mesmo sem dar qualquer tipo de ajuda para a realização do evento, o irmão de Maria fez sua proposta de alteração da lista de convidados “virar uma guerra” com a noiva e a mãe de Alice que “tava insuportável”, acumulava cobranças, reclamações e impasses ainda que sem “ajudar em nada”.

Sem empregar nenhum apoio financeiro nem dedicação de trabalho na organização do casamento, se ambos fossem convidados comuns certamente suas demandas não teriam causado tal atenção e aflição entre as noivas. Mas eles não eram pessoas quaisquer. Em favor da mãe que parecia “três chefes em uma pessoa só” e do irmão que se achava “dono do mundo” o que pesavam eram suas posições na própria hierarquia familiar e suas ali inquestionáveis relações como “família”.

Implicitamente, ser mãe, pai e irmão da noiva ou noivo parecia compor atributo suficiente para garantir uma vaga no restrito grupo dos donos da festa – ao menos aos olhos de seus demandantes. As cobranças provocavam em Alice um sentimento de urgência em sair logo da casa de sua mãe e, com Maria, o conflito com o irmão se tornou a “briga mais feia” do período. Mas mesmo sob a ameaça do rompimento da relação ou um afastamento temporário, ser “família” parecia encerrar o conflito de definição sobre quais eram, afinal, os donos da festa. O casamento era uma festa de família.

Mas do outro lado do conflito e paralelamente ao imperativo das relações de parentesco na definição de seu grupo anfitrião, em favor das noivas e noivos, o tempo do casamento surgia também como um período poderoso no qual suas hierarquias familiares – inclusive aquelas produzidas na intersecção entre gênero e geração – podiam ser tensionadas, negociadas e manejadas.

Sob a alegação e os benefícios de ser o “irmão mais velho”, talvez a alcunha de “prepotente” ao opositor de Maria não coubesse em muitas das dinâmicas familiares cotidianas. Mas naquele momento, durante a temporalidade na qual o casamento dela suspendia a ordinariedade da vida e reconfigurava as relações, ele tinha que se submeter à autoridade da noiva, ainda que ela fosse sua irmã e mais nova. Naquela brecha de extraordinariedade que constituía o tempo do casamento, as hierarquias familiares podiam ser contrapostas às hierarquias da festa.

Nesse sentido, e paralelamente ao reposicionamento dos sujeitos, o tempo empreendido na produção das festas surgia como algo que não era “meramente representado, mas um agente que ‘trabalha’ nas relações” (DAS, 1999, p. 37). No tempo do casamento, o grupo anfitrião da festa se consolidava dentro da família ao mesmo tempo em que posições familiares eram renegociadas. Era a possibilidade de abertura de um espaço de atuação para Eduardo reconstituir os vínculos afrouxados com seus pais e sua comunidade religiosa e, simultaneamente, a possibilidade de Rafael virar “da família” da noiva.

Lista de convidados e a festa que faz família

“Três palavras resumem esse inferno de casamento: lista de presença” desabafava Guilherme, em Belém. O noivo não escondia sua impaciência diante dos preparativos da festa e também não perdia a oportunidade de provocar sua noiva: “você sabe, né amorzinho, o quanto a gente tá pagando no casamento dava pra gente se sustentar por três anos!”, ironizou em seguida.

Sem dúvida o orçamento de uma festa de casamento como essas que acompanhei representava um alto investimento financeiro. Independentemente se fosse o casamento do cobrador de ônibus em São Mateus ou do herdeiro de uma rede varejista em Belém, uma celebração desse tipo é sempre cara para quem a oferece. E invariavelmente também, os custos dessas festas estão intimamente atrelados ao número de pessoas que os anfitriões incluem em suas listas de convidados.

Quantidade de comidas, bebidas, lembrancinhas e bem-casados, o tamanho do salão de recepção, bem como seu preenchimento com o aluguel de mobiliário, mesas, cadeiras, louças e o volume de arranjos de decoração são alguns exemplos de produtos que

dependem diretamente do número de pessoas convidadas para festa. A isso soma-se também, claro, os custos de impressão dos próprios suntuosos e sofisticados convites.

A cada novo nome na lista, um “custo cabeça” era acrescido ao valor total do evento e não era raro as noivas e noivos entrevistados saberem exatamente o quanto cada convidado “custava”⁵⁰. Dos casamentos que acompanhei e que o valor total era menor de R\$100 mil, aos demais “sacrifícios” destacados pelos interlocutores, somava-se a insistente preocupação em não ultrapassar o número de convidados previamente orçado com os fornecedores.

Na pressão por manter o orçamento da festa sob controle, administrar a lista de convidados aparecia como uma das tarefas mais estressantes durante os preparativos. Noivas e noivos se irritavam ao lidar com as frustrações daqueles que não caberiam na festa e ficavam ansiosos para as confirmações de presença, o que lhes garantia a abertura para novos convites mediante qualquer desistência. Além disso, nesse contexto de cálculos delicados e precisos, qualquer tentativa de alguém se convidar ou incluir um acompanhante imprevisto para o evento era ação julgada como um grave desrespeito.

Além disso, com o orçamento sob restrição e controle, o processo de decisão dos participantes tinha um grande poder de criar uma “guerra” entre os anfitriões, como se lembrava Maria em seu embate com o irmão que não reconhecia sua autoridade – nem como noiva e nem como principal pagante do evento. Palpites, avaliações negativas em relação aos nomes propostos e também inclusões à revelia dos noivos eram situações que geralmente desencadeavam tensões e longas discussões.

Alice lembrou-se da briga em sua casa quando a mãe, sem seu consentimento, convidou uma antiga vizinha de bairro mais as pessoas que moravam com ela, adicionando quatro nomes para a lista que já havia sido fechada. A noiva, que pagava com o noivo quase integralmente os custos da festa orçada em R\$ 25 mil para 250 pessoas, esperava que sua mãe não tivesse do que reclamar depois dela ter excluído os colegas da lista de convidados para dar lugar a todos os familiares. Mas nem convidar aqueles parentes mais ausentes ou distantes do convívio cotidiano bastou para a noiva receber um apoio completo. Sua mãe

⁵⁰ Custos esses que muitas vezes tornaram inviável minha participação nos eventos. A depender do esforço de economia envolvido nas festas, para muitos casais não parecia interessante gastar tanto para levar uma pesquisadora aos seus casamentos. Os efeitos disso no recorte metodológico da pesquisa foram detalhados na introdução da tese.

julgava que priorizar os familiares em detrimento dos amigos na composição da lista era o mínimo a ser feito pela filha. E mesmo sabendo que a lista já estava definida, tratou de incluir nomes à revelia da noiva e exigiu que todos os convites fossem pessoalmente entregues pelo casal: “nossa, foi bom, eu nunca falei tanto com minha família” dizia a noiva em um riso que misturava ironia com nervosismo.

Os conflitos gerados pela lista de convidados de Luiza e Rafael eram, porém, de outra ordem. Assim como era o caso de Roberta que, no capítulo anterior, de última hora se desfazia do vestido estruturado para entrar na cerimônia montada nos jardins da mansão de sua avó em São Paulo, as famílias de Luiza e Rafael compartilhavam de confortáveis posições econômicas. Profissionais liberais de áreas mais artísticas, como arquitetos num caso ou comunicadores de rede de televisão no outro, os pais dos noivos partiam de um espaço de alta circulação de capital financeiro e cultural. E consideravam absolutamente natural que fossem eles os pagantes do evento.

Por isso, contando com o generoso apoio financeiro da geração anterior para a realização da festa, ambos os noivos, fosse ela em Belém ou ele em São Paulo, não precisavam se preocupar em fazer tantos cálculos de redução de custos, tal como faziam os noivos com orçamentos mais apertados. Enxugar a lista de convidados para conter o orçamento era uma contabilidade desnecessária naquelas situações, ao contrário. Cabia a eles aceitar suas derrotas no projeto de festa de casamento mais íntima e as centenas de convidados para eles desimportantes, mas exigidos pelos pais e mães que, afinal, estavam pagando pelo evento.

Nenhum grupo anfitrião escapava da difícil tarefa de definir entre si os critérios de quem seria convidado. Luiza não estava completamente confortável com a ideia de transformar sua festa em uma oportunidade de negócios para seu pai e Rafael contou que selecionar os participantes da festa foi uma das mais intensas brigas com a mãe da noiva. “Se você tiver que me apresentar a pessoa no meu casamento, então não é pra chamar. Não faz sentido chamar uma pessoa que você vai ter que me apresentar, que não sabe quem eu sou e eu não sei quem ela é. No mínimo ela tem que me conhecer”, reivindicava o rapaz para sua namorada quando os conflitos com a sogra pela lista de convidados se tornaram mais intensos. Pedindo a mediação da noiva na questão, ele acreditava que por mais que a lista se prolongasse pelas centenas de convidados, a escolha dos participantes da festa deveria seguir outros critérios:

na minha opinião é que você tem que chamar as pessoas que são relevantes pra você ou que você quer que seja daqui pra frente. Mesmo que nos últimos três anos não seja relevante, mas você queira retomar contato com essa pessoa, quer que ela esteja na minha vida daqui pra frente... Mas se é uma pessoa que não vai estar pra trás e não vai estar pra frente, pra quê que você vai chamar num evento que é tão importante? (Rafael, São Paulo, 2016)

Esse, no entanto, não era o critério da sua sogra. “Casamento é uma coisa muito política ainda, né? Querendo ou não, era uma questão política de unir famílias, de unir forças, a sociedade...”, dizia Rafael ao avaliar a forma como a mãe da noiva buscava produzir o prestígio de sua “festa fantástica” e mostra-la ao maior número de convidados possível. Envolver nela o “máximo de pessoas”, unindo a “sociedade” de Belo Horizonte, era forma de garantir seu sucesso e a consequente “afirmação social” de sua família. Nisso, criar qualquer tipo de constrangimento ou frustração entre aqueles que esperariam ser convidados estava fora de cogitação pela principal pagante do evento. E para ressaltar sua indignação, o noivo contava da surpresa quando viu que até mesmo tias-avós octogenárias tinham sido convidadas para a festa, só para não entristecer a avó da noiva.

Embora Rafael considerasse que convidar alguém ao seu casamento só para contentar outro convidado fosse um critério descabido, essa foi uma lógica utilizada em muitas das escolhas que acompanhei. Tal como Alice que, ao não medir esforços para corresponder às expectativas da mãe, acabou surpreendendo-se a si mesma com sua nova capacidade de agradar os futuros participantes da festa. Em sua longa peregrinação pela cidade e as redondezas entregando pessoalmente os convites de casamento, como a mãe queria, a noiva ficou lisonjeada com a reação de um de seus primos. “Ele ficou super contente de ter sido convidado, sabe? Ele até meio que se sentiu mais aceito na família, porque ele não é tão convidado pras coisas, aí ficou agradecendo”, relembrou a noiva, satisfeita.

No mesmo cálculo de demonstração de afeto pela inclusão de convidados na festa, Luiza em Belém se tornou a primeira pessoa da família a envolver a única tia divorciada como uma de suas madrinhas. Casando anos antes, seu irmão e suas primas não a tinham incluído na disputada lista de padrinhos e madrinhas (os convidados mais especiais) por conta da ausência de um par que julgassem “oficial” para acompanhar-lhe durante a cerimônia. Mas quebrando as convenções da família em convidar apenas os casais formalmente casados perante o Estado, a noiva fez questão que todas as tias estivessem presentes consigo no altar e, adequando “pra que entrasse com ela uma pessoa que ela não se sentisse tão

desconfortável”, se preocupou em selecionar seu amigo “mais sério” e “mais intelectualizado” de acompanhante à tia divorciada.

E Luiza, que acabou casando com mais pares de padrinhos e madrinhas do que queria para poder contemplar seus tios tanto paternos quanto maternos, também aproveitou a oportunidade para reconciliar-se com uma de suas primas, aborrecida por não ter sido madrinha antes, no casamento do irmão da noiva. Ali, cada convite fora calculado visando a “harmonia da casa”, tal como ela mesma conclui.

Já entre os padrinhos e madrinhas de Alice, o esforço de evitar qualquer confusão na família era feito numa estratégia contrária. Com uma extensão muito grande de tios tanto de lado materno quanto paterno da noiva, o casal preferiu formar a lista de padrinhos e madrinhas apenas com amigos do casal. Assim, não precisariam fazer qualquer tipo de seleção entre os parentes e muito menos produzir uma hierarquia de estima entre eles.

“Afirmar que se tem uma relação com alguém implica em fazer uma distinção entre todos aqueles com quem possivelmente há uma ligação e aqueles a quem se opta por reconhecer” diria Marilyn Strathern (2014c [1994], p. 280). Herdeira da tradição antropológica britânica que elegeu o parentesco como porta de acesso ao estudo sobre a “sociedade”, a autora foi uma das mais importantes referências na reformulação do tema desde a crise disseminada na teoria de parentesco em meados da década de 1980.

Do contexto onde seu trabalho emerge, o recuo teórico no campo do parentesco tinha sido uma das consequências diretas das denúncias de etnocentrismo formuladas por David Schneider (1984) aos textos clássicos sobre as configurações de descendência e aliança. Entretanto, era resultado também de uma mudança no cenário analítico antropológico, em que as abordagens estruturais perdiam espaço para debates mais centrados em análises sobre práticas e discursos e, ainda, sofriam impacto direto das discussões do campo feminista. Em especial, os debates em elaboração ao conceito de “gênero” que buscavam retirar do domínio da natureza as explicações sobre as assimetrias baseadas nas diferenças sexuais. No investimento que já tinha se despontado no texto fundamental de Gayle Rubin (1975) em conversa com Freud e Lévi-Strauss, e em associação às pesquisas que olhavam para composições familiares homossexuais e novas tecnologias reprodutivas, na crítica feminista o parentesco foi desnaturalizado ao mesmo passo que gênero, sexualidade e reprodução foram colocados para fora do domínio natural (COLLIER; YANAGISAKO, 1987; PISCITELLI, 1998).

Imersa nesse processo de “transpolinização de ideias entre os campos de gênero e parentesco” (FONSECA, 2003, p.17), fosse tomando como ponto de partida o impacto das tecnologias reprodutivas inglesas ou análises etnográficas na Melanésia, o empreendimento teórico de Marilyn Strathern ocupou-se em grande medida de desestabilizar as principais dicotomias operadas pela disciplina antropológica: os pares de oposição natureza *versus* cultura e indivíduo *versus* sociedade (STRATHERN, 1992; 2006 [1988]; 2014a [1990]; 2014b [1992]; 2014c [1994]; 2016). À margem de seus antecessores que fincavam nas relações de consanguinidade e descendência a imagem primária do ponto de contato entre natureza e cultura (MORGAN, 1871; FORTES, 1969), ou das teorias francesas que identificavam nas alianças pelas trocas de mulheres a consolidação da sociedade (LÉVI-STRAUSS, 1982 [1949]), ao espírito das rupturas dos anos de 1980 no campo antropológico a autora volta ao parentesco para pensa-lo sem buscar a estabilidade. Em descompromisso com a noção de “sociedade”, ela retoma a pauta do parentesco de modo a constituir um experimento analítico no qual as relações, e não mais as oposições, se tornam chave central⁵¹.

Afastando o argumento do parentesco como reflexo da biologia ou fundador da sociedade, anos depois Strathern viu Janet Carsten de aluna se transformar em aliada na aposta teórica na dimensão prática das relações (CARSTEN, 2014b [2013]). Em diálogo ainda mais estreito com as discussões feministas que compeliram o parentesco a olhar as relações domésticas (PINA-CABRAL, 2013), a autora firmou o conceito de *relatedness* para compreender como as pessoas criam similitudes e diferenciações num processo contínuo de conexões que pressupõe também desconexões. Mudando a análise do parentesco que se “é” para o que se “faz”, as autoras ampliaram a discussão para os modos pelos quais as pessoas criam suas ligações e como escolhem quais relações serão espessadas ou então diluídas (CARSTEN, 2000).

Parentesco é prática, seleção e “é também onde [as pessoas] vivem suas vidas, é onde elas pensam sobre futuro, o passado, onde elas especulam sobre o que poderia ser se tudo fosse maravilhoso, mas também o que é terrível em suas vidas” (CARSTEN, 2014a [2013]). É a criação de um domínio “poroso” como diria Claudia Fonseca (2007, p.30), e

⁵¹ E aqui ela estabelece uma distinção também com seu contemporâneo de crítica estadunidense. Se para David Schneider os estudos de parentesco estavam arruinados desde quando assumiram para contextos etnográficos distintos os mesmos termos relacionais do “ocidente”, para Marilyn Strathern tal comprometimento se dava pelo caráter obsoleto do próprio conceito de sociedade implicado nas formulações teóricas totalizantes desde o início da disciplina.

também moral, onde pessoas são adicionadas ou subtraídas e cujas relações podem ser reavaliadas, investidas ou rompidas. E no tempo do casamento, um período de conflito autorizado e intensificado em analogia ao que dizia Palmeira sobre o tempo da política (PALMEIRA, 2002), repensar tais relações era um processo complexo e inevitável.

Casar, sem dúvida era produzir parentesco – e inclusive também no sentido mais clássico. Apenas seu prenúncio já era o que transformava Helena na figura relacional de noiva e conformava a expectativa de constituição da relação como esposa. Uma noiva nunca é um indivíduo, isolado e autodeterminante, como vimos acima. Mas sim a posição de uma pessoa, feita pela intersecção entre gênero e parentesco, e, portanto, dentro de uma relação. Helena é noiva pois está em relação, e era da conexão com Lucas que se produzia na prática a nova posição de parentesco.

A festa de casamento era um momento político de “unir as famílias”, como dizia Rafael ao trazer para sentido de “casamento” enquanto celebração a mesma ideia de composição de aliança que Claude Lévi-Strauss percorreu sobre o “casamento” enquanto vínculos ou *status* matrimoniais (1982 [1949]). Uma festa de casamento era um investimento no presente para a constituição de um futuro compartilhado, e inclusive não só do casal. A começar, entre os donos da festa, sogros e sogras, genros e noras ou cunhados e cunhadas eram outras dimensões de pessoas – e, portanto, relações (STRATHERN, 2014c [1994]) – que se inauguravam dali, sob afetos e conflitos.

Depois, em um casamento era preciso também optar e reconhecer muitas outras relações além daquela entre os anfitriões que iniciavam o evento. Para um casamento acontecer, era preciso escolher com quem casar: primeiro elegendo seu par conjugal e, depois, distinguindo quem estaria presente durante a celebração do casamento. Fechar uma lista de convidados era decidir sobre quais relações seriam reconhecidas, valorizadas e publicizadas e, simultaneamente, quais seriam rompidas, afrouxadas ou arriscadas. Não à toa tanta tensão em torno de tal decisão. A lista dos participantes era, afinal, as “três palavras [que] resumem esse inferno de casamento”, como diria um dos noivos.

Atravessando casamentos de diferentes orçamentos, regiões e estilos, o processo de decisão sobre os participantes da festa era invariavelmente um momento de aflição e confronto entre os anfitriões e os critérios de escolha de convidados nunca um consenso. Mesmo assim uma festa só era realizada após algum recorte de seletividade.

Para Rafael a medida de uma lista de convidados estava tanto na avaliação do histórico das relações como na aposta futura de manutenção do vínculo, “se é uma pessoa que não vai estar pra trás e não vai estar pra frente, pra quê que você vai chamar num evento que é tão importante?” questionava-se. E como será possível ver mais detidamente no capítulo 4, dar uma boa festa significa também deixar muita gente de fora dela. Para ser “importante”, o casamento não pode ser pra todo mundo, mas só para aqueles que, destacados, tem o vínculo com os anfitriões reconhecido e prestigiado. Era como para Gabriela, que frente ao plano do noivo de casar na rua aberta e sem restrição de acesso aos vizinhos do bairro se sentiu ofendida. Para a noiva, recepcionar “a favela inteira” era inadmissível.

Inaceitável também era Maria convidar a ex-cunhada para sua festa. Seu irmão tinha confrontado muitas das escolhas da noiva na lista de convidados, mas em relação à sua ex-companheira ele não precisou sequer falar nada. Longe de qualquer lógica econômica ou justificativa de controle de gastos, o corte da lista de convites se dava em outros termos. Maria não oscilava em excluir completamente da festa aquela que “só fez mal a nossa família” e, mesmo mantendo o vínculo de parentesco como mãe da sobrinha da noiva, a recusa de convite à ex-cunhada era uma demarcação pública de que ela não fazia mais parte da família.

Embora a margem de escolha entre os parentes pudesse em ocasiões esbarrar a contragosto em alguma conexão genética, as pessoas podiam escolher manter essas conexões ativas ou não por meio das dinâmicas de seus relacionamentos (STRATHERN, 2015 [2005], p.53). No caso da ex-cunhada de Maria, a despeito do vínculo passado que a tornaria sempre uma presença na história familiar, sua desvalorização como uma não-convidada era um modo também de deixa-la ciente da desconexão do relacionamento.

Mas se por um lado as práticas conflitivas durante o tempo do casamento permitiam deixar claro quais processos relacionais de parentesco seriam descontinuados, elas abriam à possibilidade também de produzir novas conexões ou remanejar outras. Ao mesmo tempo em que a convivência intensa durante o processo de produção da festa tinha conduzido Rafael e sua sogra a fortes enfrentamentos, o compartilhamento de tempo e tais responsabilidades havia também concretizado uma nova dinâmica para a relação. “Aí eu virei da família”, ele concluía.

De sua pesquisa no sertão pernambucano, Ana Claudia Marques toma por objetivo “descrever e compreender o funcionamento de conflitos” (MARQUES, 2002, p. 32) e

aponta para os modos pelos quais brigas de famílias rearranjam as fronteiras de seu próprio grupo. Ao invés de uma contradição à criação dos vínculos profundos e duradouros tais como aqueles creditados ao parentesco, o conflito daria uma inteligibilidade específica às relações e, dentro do que chama de “território da intriga”, ela sugere que “o caráter imanente, pragmático e inconstante das relações de aliança, de vingança, da política, que não apenas são produtos, mas que também produzem famílias” (MARQUES, 2011, p. 670).

Assim como em seu caso, entre os anfitriões em disputa pelos projetos de festas de casamento, nem sempre os limites da família eram claros ou constantes. Mas dentro de uma temporalidade da tensão, no lugar de um território da intriga, as guerras explícitas e veladas que suspendiam as relações numa dimensão de extraordinariedade colocava também os laços familiares sob rearranjo e redistribuição de posições.

Fossem das disputas sobre os limites de definição do próprio grupo anfitrião, como no caso de Rafael e a mãe de sua noiva, ou fosse dos embates sobre diferentes valores morais, como o sogro de Gabriela reclamando do decote do seu vestido como vimos no capítulo 2, virar parente não era uma tarefa fácil. Era assumir uma posição nova num processo relacional ambivalente de aproximação e diferenciação, em que ao mesmo tempo aturar surtos da mãe da noiva correspondia virar da família e transformá-la em sua sogra. Entrar na família era também entrar nas brigas, ou entrar nas brigas era entrar para a família.

Já no caso de Alice, as relações com os tios foram poupadas de tensões por nenhum deles ter sido destacado como padrinho. O agrado à mãe de convidar até mesmo os parentes mais distantes tinha se tornado uma oportunidade de reaproximação com o primo, que “não é tão convidado pras coisas” e “se sentiu mais aceito na família”. E certamente a pressão de sua mãe para que ela entregasse pessoalmente todos os convites da festa teve ao menos um efeito produtivo também: “nunca falei tanto com minha família”, dizia a noiva depois de todos os reencontros.

No casamento de Luiza, por sua vez, enquanto a lista de convidados tinha se tornado espaço de mediação dos laços profissionais do seu pai, a escolha de padrinhos e madrinhas, por outro lado, virou uma oportunidade de a noiva reconstruir e fortalecer alguns dos vínculos familiares. Em nome da “harmonia da casa”, a prima que se sentiu rejeitada no casamento anterior foi recompensada e a tia divorciada sempre excluída do seletor grupo de convidados principais pôde, finalmente, estar no altar com os membros da família.

Fazer uma festa de casamento era colocar em prática os limites de uma família que era, novamente em analogia às formas de produção de parentesco via tecnologias reprodutivas (CARSTEN, 2014a [2013]), escolhida. Era a produção das fronteiras de quem estaria dentro ou fora do futuro compartilhado. Organizar tais celebrações era uma forma de “trabalho investido na produção de novas formas de conexão” (FONSECA, 2007, p. 21), tal como será adensado na discussão do capítulo 4.

Por ora, o que precisamos firmar é que, embora as pesquisas de Strathern (1992; 1995) e Carsten (2004) tenham também se dedicado a entender as relações de parentesco a partir de situações de confronto – fossem nas polêmicas públicas ou processos judiciais sobre reprodução humana –, a ênfase dada aqui é nas disputas sobre a definição de parentes que escapam do embate das pessoas com o Estado, tal como elas analisaram. Pelo contrário, foi um esforço de transferir o olhar para dentro das políticas domésticas, reconhecer no meio das próprias dinâmicas familiares os mecanismos pelos quais se define o limite da família e, num passo a mais, entender como hierarquias familiares podem ser manejadas em função de quem tem o poder, ainda que excepcional, de definir quem é ou não parente.

Ser anfitrião era ter controle sobre a festa e sobre a definição da própria família. E, com a lista de convidados em mãos, fazer festa era definir quem estava fora, quem estava dentro e ainda quais posições de poder eram passíveis de cada um ocupar. Sob muita tensão e disputa, o casamento não era a festa da noiva, e nem dos noivos. É uma festa de família e que produz a própria família.

Propagandeada e vendida pelo mercado como a “festa da noiva”, o casamento exerce certo fascínio entre as mulheres que o elegem como “sonho” particular e encontram nele uma oportunidade pretensamente excepcional de brilhar e mandar. Mas a despeito das narrativas em circulação nos territórios do mercado especializado e das pretensões de algumas interlocutoras, nesse capítulo em abertura à segunda parte da tese, busquei evidenciar as disputas pelas quais a centralidade em um casamento é disputada também por outros personagens.

Engajando-se ativamente no trabalho de produção da festa, noivos reivindicam pelo “direito” e “merecimento” de um maior protagonismo que, a princípio, se combina com o poder decisão sobre os detalhes do evento. Aqui, a imagem do noivo abnegado, rebaixado

e humilhado presente nas narrativas dos produtos e profissionais do setor foi desestabilizada. E do mesmo modo como os vestidos surgiram na primeira parte deste trabalho como objetos de produção da noiva e manejo de suas reputações, nos embates em torno de noivos e, especialmente, seus trajes, a ocasião de um casamento pareceu abrir à possibilidade de rearranjos morais e reposicionamentos relacionais também nas trajetórias masculinas.

Mas nem só de noiva e noivo se fazem anfitriões de um casamento. No jogo de composição do grupo de donos da festa, mães, pais, irmãos, sogras, sogros e cunhadas entram numa temporalidade específica de guerra declarada pela definição do formato do evento e de tensionamento sobre a composição e os limites de suas próprias relações. No tempo do casamento, onde cada passo da organização da festa em pouco corresponde à suposta harmonia e coesão vista nas pistas de danças da celebração, o conflito é autorizado e intensificado numa negociação de posições em que a hierarquia da família é constantemente confrontada à hierarquia do evento, ou o contrário.

Sob batalha, a lista de convidados de longe é o território mais disputado. Ter poder sobre ela é de fato firmar-se como um dos anfitriões e, ao mesmo tempo, ter o poder sobre os limites da própria festa. Independentemente se estava em jogo aumentar a economia financeira diminuindo o número de convidados ou aumentar o número de convidados para ceder às expectativas da geração de pais e mães pagantes, os critérios de seleção dos participantes do evento constituíam-se como campo de atuação prática sobre as relações.

Casar, definitivamente, é produzir parentesco e não apenas entre os noivos. Até a ocasião acontecer, é preciso escolher com quem casar primeiro elegendo seu par conjugal e, depois, distinguindo quem será parte de celebração. Fazer uma festa de casamento é estabelecer um recorte temporal extraordinário e potente no qual é possível ver as relações ora sendo espessadas ou ora diluídas, num investimento no presente para a constituição de um futuro compartilhado. E fechar uma lista de convidados é tanto decidir com quem se irá compartilhar o porvir, como também arbitrar quem estará fora do destino escolhido para ser vivido. Fazer uma festa de casamento é colocar em prática os limites de uma família escolhida para ser família. É decidir quais relações serão reconhecidas, valorizadas e publicizadas e, simultaneamente, quais serão afrouxadas ou desconectadas.

E ninguém quer ficar de fora dessas decisões. Brigando, se frustrando e travando “guerras”, anfitriões disputam o controle sobre a lista de convidados porque, no limite, estão disputando suas posições relacionais e o controle sobre a definição da própria família. E assim,

sob muita tensão, o casamento se confirma para além da “festa da noiva”, é uma festa de família e que produz a própria família. Agora, como esses convites são recebidos e o que nele está implicado para os convidados, é assunto para o próximo capítulo.

Capítulo 4

Casamento é compromisso

Valor da festa

Rodrigo já estava sentado no bar quando Malu chegou eufórica. Na mão, ela trazia um calhamaço de papel que logo dividiu o espaço da mesa com a garrafa *long neck* de cerveja do noivo. Ele olhou para o enorme número de páginas em sua frente e engasgou no gole da bebida. “Essa é a lista de convidados?”, perguntou em tom de desespero. Calma, Malu tomou de novo as folhas em suas mãos e olhou para o que tinha escrito ali. “Ah, não... Essa é a lista de quem não vai ser convidado”, disse ela enquanto tirava da bolsa uma pilha ainda maior de papéis. Rodrigo voltou a arregalar os olhos, bebeu outro gole ansioso de cerveja e segundos depois acrescentou: “não amor, quero a lista de quem importa mesmo... Tem a lista dos padrinhos?”.

“Ah! Tá aqui! Estava escrevendo agora!” disse a noiva abaixando-se mais uma vez rumo a sua bolsa e tirando de lá o terceiro monte de folhas. Rodrigo suspirou fundo ao olhar a nova pilha de papel em sua frente. Levantou da mesa e, calado, foi em direção à geladeira de cervejas que estava ao seu lado. Pensativo e sem pressa, voltou à conversa trazendo, dessa vez, uma garrafa bem maior de bebida. Malu percebeu o incômodo companheiro. Tocou sua mão em acolhida e tentou lhe encorajar naquela difícil tarefa de tomada de decisões. “Ai namô, bora com fé!”, disse acionando o diminutivo de “namorado” que se transformara em apelido carinhoso entre os dois. A partir dali o casal passou então a apontar para os nomes marcados no papel e discutir os critérios que deveriam orientar aquele importante convite.

Ela: Essa aqui é minha amiga querida eterna de todo dia... Minha não, nossa amiga

Ele: tá bom, deixa essa

Ela: e esse aqui?

Ele: ah, esse aí come muito... É festa com buffet, vai que acaba a comida...

Ela: e esse aqui?

Ele: bebe demais...

Ela: é... é legal, mas melhor não, né? E agora esse aqui? Esse bebe demais, mas a gente carrega com todo amor no coração...

Ele: e vai ter gente pra carregar ele

Ela: é, não vai faltar! E essa aqui?

Ele: Não, essa aí cancela que ela só dá camiseta de presente... Pelo amor de Deus, para!

Ela: então afinal, quem vão ser nossos padrinhos?

Entreolhando-se fixamente sob um silêncio que fazia os segundos parecerem minutos de tensão, os noivos então se voltaram para a câmera de filmagem e Malu irrompeu

em exclamação: “Bruna!! Já sabias que seria nossa madrinha de casamento? Aliás, acho que é uma das primeiras! E é só pra frisar o nosso amor, o meu amor... Tu sabes que pra mim tu és uma pessoa única, mais do que companheira. Aceita ser nossa madrinha de casamento?!”.

A exibição do vídeo-convite enviado à amiga de trabalho em seu celular terminava e Malu divertia-se em contar pra mim sobre o dia da filmagem. Ela estava animada com o adiantar dos preparativos de sua festa. Como muitos dos outros elementos do evento que aconteceria dali a 7 meses, a produção e a edição do vídeo-convite haviam sido feitas com a ajuda de dois amigos. Um presente deles aos noivos e em comemoração à grande ocasião.

Malu e Rodrigo tinham ficado famosos em Belém. Sem poder contar com ajuda financeira da família para a organização da festa de R\$ 80 mil nos moldes do “sonho” da noiva, o casal vendia pedaços de bolos de chocolate todos os finais de semana em uma das maiores praças da capital paraense – onde os conheci.

De camiseta uniformizada e Malu com um mini véu branco na cabeça, eles perambulavam pela rua com uma cesta em mãos. Nela, um boneco de Santo Antônio acompanhava as dezenas de pedaços de bolo individualmente embalados e lacrados com um adesivo estampado com a caricatura e o *slogan* do casal: “Missão Casamento”.



Figura 12 - Bolo vendido pelo casal para pagar a festa de casamento (Fonte: acervo da pesquisa, Belém, 2016)

Desde o primeiro dia de vendas, foi difícil voltarem para casa sem a cesta estar vazia. O sucesso dos bolinhos e do esforço do casal para realizar o grande casamento tinha sido imediato. Poucos meses depois das primeiras incursões à praça, ganharam notoriedade

na mídia local e também a abertura de espaço para vender os quitutes em diversos estabelecimentos fixos da cidade: todo mundo queria ajudar.

Com o reconhecimento e o aumento da demanda pelos bolos, a festa “dos sonhos” parecia estar a cada semana mais próxima de ser realizada. Entretanto, nem tudo era doce. Levada em paralelo ao emprego formal dos dois no setor administrativo de um centro cultural da cidade, a produção dos bolos passou a tomar a maior parte das noites de Rodrigo, que ficava até a madrugada batendo os ingredientes e assando as massas, e todo o tempo livre de Malu, responsável por organizar os pedaços nas embalagens e distribuir as encomendas da semana. Eram “dias e noites trabalhando”, uma verdadeira “missão”.

Com a aproximação da data do evento, além do tempo dirigido na venda de bolos, o casal engajou-se também no trabalho de produção de muitos outros elementos da festa, como o vídeo-convite. Malu queixava-se do cansaço constante, mas simultaneamente apontava para as vantagens de “fazer” os detalhes da festa, ao invés de “comprar”.

O filme produzido pelo casal com a ajuda dos amigos se diferenciava muito dos convites de padrinhos e madrinhas comumente oferecidos pelos profissionais do setor. Naquela altura da pesquisa de campo, tanto entre os casamentos com maiores ou menores orçamentos, já estava em voga a distribuição das caixinhas estilizadas nesse tipo de situação. Geralmente brancas, produzidas em madeira ou papelão e com os brasões do casal impressos na parte externa, tais itens além de trazerem a mensagem de chamada para a festa em seu interior, por vezes contavam também com uma sorte de objetos que serviam de presentes aos convidados tidos como mais especiais (como doces, bebidas alcoólicas, cremes para as mãos, bíblias e por muitas vezes a gravata que deveria ser usada pelo padrinho no dia do evento e balizar a cor do vestido da madrinha).

Sem dúvida, a dedicação de Malu e Rodrigo na produção do vídeo-convite com seus amigos significava uma considerável economia financeira, já que se esquivavam de pagar algumas dezenas de reais por madrinha e padrinho na compra e preenchimento das caixinhas estilizadas – das que eram vendidas na *Expo Noivas* em São Paulo, cada uma custava ao menos R\$ 80. Entretanto, além da redução de custos para uma festa com o orçamento tão apertado e batalhado na venda dos bolos na praça, a ideia de gravar as mensagens por vídeo pareceu à noiva também uma forma de deixar tudo “muito especial e diferente”.

Saindo do roteiro de compras mais comuns entre as noivas que se casariam naquela temporada, o vídeo-convite surgia como algo “diferente” do esperado e oferecido

pelo mercado. Além da cena cômica inicial que seria transmitida em todas as versões do filme, o dia de gravações tinha incluído também uma mensagem personalizada para cada amigo, amiga ou parente, dirigindo-lhe pessoalmente o convite para o importante posto de destaque na celebração. Cada convite seria “especial”, pois único.

Também em Belém, Luiza esforçava-se em assegurar que todos percebessem a qualidade de sua festa muito antes do casamento acontecer. Com o orçamento do evento calculado em R\$ 120 mil e pago por seu pai, a noiva contava com a contratação de vários dos mais prestigiados – e caros – profissionais do ramo na capital paraense. Arquiteta de profissão, a noiva controlava sua festa em detalhes e chegava até a se dizer “fresca” para evidenciar sua preocupação e exigência com o padrão dos produtos e serviços oferecidos aos convidados.

O mesmo valia para seu chá de panela. Elaborado em papel de alta gramatura, decorado nas margens com a pintura floral em aquarela e embalado num envelope que trazia meu nome impresso em uma *tag*, era a primeira vez que eu recebia um convite confeccionado em gráfica para esse tipo de evento pré-casamento. Em sua mensagem, além do dia, local e data da festa mais íntima entre as convidadas mulheres, o impresso indicava também o *website* oficial do casamento e o nome das duas lojas onde estariam a lista de presentes sugeridos pelo casal.

Mesmo diante de todos os indícios de que se trataria de um chá de panela um tanto diferente daqueles que eu estava acostumada a frequentar no meu círculo de amigas ou em campo, entre jovens noivas com menor poder aquisitivo em relação a Luiza e pelo interior de São Paulo, só entendi a dimensão do evento da noiva paraense quando no dia da festa me deparei com uma publicação de sua cerimonialista em uma rede social.

“Hoje, com nosso cerimonial, teremos o chá de panela da querida Luiza!”, escrevia a profissional. Em seguida, continuando a legenda para a foto do casal de noivos nas ruas de Berlim, enunciava individualmente todos os fornecedores que estariam presentes naquela que era apenas uma festa em aperitivo ao grande casamento: DJ, *bartender*, decoradora, músico ao vivo, a confeitadeira de doces finos e a do bolo de festa, equipe de fotografia e, finalmente, o *buffet*.

Naquela noite, ao lado de mulheres em saltos, vestidos curtos de festa e com cabelos e maquiagens preparadas por especialistas, fui acomodada pela noiva em uma mesa decorada com arranjos de flores naturais e velas, apresentada como “a pesquisadora de São

Paulo”, fotografada por câmeras profissionais e servida de *drinks* feitos de espumante e canapés cujos ingredientes eu sequer conseguia identificar. Realizado em um restaurante de frente para a mesma praça em que Malu vendia seus bolos aos finais de semana, um dos endereços com maior preço do metro quadrado da capital paraense, a composição do chá de panela antecipava o requinte que poderia ser previsto para o casamento de Luiza.

A noiva, no entanto, ao mesmo tempo buscava frisar o seu cuidado em não parecer extravagante. Posteriormente, em entrevista, Luiza se descrevia como uma pessoa “formal” e “clássica”. Persistentemente via-se em oposição às amigas que faziam festas com orçamentos semelhantes aos seus na cidade, mas orientadas por outros referenciais estéticos. A exemplo da compra de seu vestido, escolhido para ser feito por Valquíria Almeida em São Paulo, como vimos no capítulo 1, porque “tudo é muito chique lá” e “porque ela tem umas rendas maravilhosas, que ela traz da Europa”, a noiva se entendia como uma pessoa “mais simples” e adiantava que tudo que tinha muito brilho “foi cortado na primeira leva, porque não tem nada a ver comigo”.

Considerando negativos os “exageros” tantas vezes cometidos por suas amigas sob uma “necessidade de mostrar que o casamento foi muito caro”, Luiza queria que seu casamento causasse uma impressão outra: “eu quero que olhem e digam: ‘que casamento chique’, sabe? Chique, sabe?”, me dizia.

E nesse esforço de composição da qualidade de seu evento, antevisto pelo chá de panela, a noiva dedicava sua atenção e cuidado em muitos outros detalhes da preparação da festa. Inclusive, esse já tinha sido motivo de preocupação no próprio pedido de casamento.

Entusiasmada, Luiza lembrou sobre a ida dos pais do namorado de São Paulo para Belém sem motivo aparente e do engajamento dele no preparo de um jantar que reuniria também os pais dela. Até então ela podia jurar que o pedido de casamento viria naquela ocasião, mas viu o encontro transcorrer sem nenhuma grande novidade. No dia seguinte, entretanto, o pedido de casamento veio inesperadamente num almoço informal, depois dela já ter desfeito as expectativas e, principalmente, a pintura especial de esmalte da unha. A surpresa tinha emocionado Luiza, mas aberto também uma ressalva.

Eu sempre falei pra ele: “Gabriel, quando você for me pedir em casamento, espera a minha unha estar feita!”. Porque vai mostrar uma foto, assim, aí falam “olha isso aqui, olha a unha da menina...” Sacanagem, né? Todo mundo vai querer ver, a primeira coisa que a gente quer fazer é tirar foto com o anel... Aí com a unha toda comida? Tipo da minha cunhada, ela estava de esmalte azul! Eu disse “pô, esmalte azul não tem nada a ver com noiva, né? [...] Porque eu sou fresca, Michele, e aí eu

sempre falei pra ele o lance do esmalte, que eu tinha que tá arrumada... E eu estava com a roupa que eu tinha ido no Ver-o-peso, estava de havaiana, aí eu disse “poxa, Gabriel!”. Minha mãe levou roupa pra eu poder me trocar, levou roupa, sapato, levou tudo. Falou “pronto, vem tirar uma foto decente, porque eu estava toda esculhambada”. (Luiza, Belém, 2016).

Meses depois da divulgação da foto com o anel de noivado surpresa numa mão sem esmaltes, entretanto, viria o contrapeso. Aproveitando uma promoção de passagens aéreas, Gabriel e Luiza partiram de Belém para Berlim para voltar da Alemanha com um robusto e “diferente” ensaio de “*pré-wedding*”. Diferentemente das amigas que se valiam dos parques e pontos turísticos de Belém para a produção das fotos de divulgação do casamento, Luiza e Gabriel combinaram suas poses românticas às históricas paisagens europeias.

Nas semanas que se seguiram e nas que antecederam a celebração, os registros foram sendo divulgados nas redes sociais do casal, de fornecedores (como a cerimonialista) e na coluna social da imprensa local. No jornal, o casamento tinha virado notícia. Uma foto minha como convidada do chá de panela tinha sido publicada e, em outra matéria veiculada dias antes do casamento, o namorado, morador de um bairro considerado de “classe média” de São Paulo e desconhecido pela elite local, tinha sido narrativamente alçado à membro da “sociedade paulista” pela colunista⁵². Às vésperas do evento, a expectativa para a festa estava alta (inclusive a minha).



Figura 13 - Coluna social de Belém divulgando chá de panela (Fonte: captura de tela no website do jornal)

⁵² Também analisando casamentos em Belém, Cristina Donza Cancela (2008; 2009) já apontou para a importância da coluna social nas estratégias de produção de reputações entre membros das elites paraenses. Além disso, seu trabalho é inspirador ao revelar a imbricação entre casamento, economia e política local, indicando uma discussão que pretendo aprofundar com mais fôlego em ocasiões futuras.

Em São Mateus, na zona leste de São Paulo, a comida era uma prioridade. Foi lá que acompanhei de perto os preparativos da celebração de Jonas e Isabela, ambos funcionários de produção numa fábrica de brindes da região. No casamento deles, organizado em apenas 5 meses, a festa seria em grande medida dada aos noivos de presente pelos convidados. Tios, primas, amigos, vizinhas e a comunidade religiosa do jovem casal tinham somado esforços financeiros e de tempo de trabalho para, numa dinâmica coletiva de mutirão (ESCOURA, 2017), providenciar o fotógrafo, a impressão dos convites, o aluguel do salão, o vestido de noiva e até mesmo a decoração da igreja⁵³.

O jantar da festa, entretanto, tinha ficado sob responsabilidade dos pais do noivo, assim como haviam feito anos antes no casamento do irmão mais velho de Jonas. Sem contar com o trabalho de um *buffet* profissional, os pais iriam eles mesmos comprar os ingredientes do jantar nos atacadões do bairro, alugariam as louças, travessas e *réchauds* e contratariam os serviços de uma cozinheira. Era o presente deles ao filho.

Merendeira de uma escola municipal da região, aos finais de semana a cozinheira complementava a renda trabalhando nos eventos da comunidade religiosa da Igreja Congregação Cristã, onde os noivos se casariam e tinham recebido sua indicação. Vizinha da família, Marta, a profissional, nos recebeu em sua casa quando faltava apenas duas semanas para que o evento acontecesse. Naquela tarde, a reunião entre ela e os pais do noivo para a decisão final do cardápio estendeu-se por horas.

“Podemos fazer uma salada de beterraba ralada, que o pessoal gosta muito. E fica bonito na mesa, a gente faz um coração”, disse a cozinheira enquanto pensava nas opções de entrada da refeição. Pediu para anotarem a quantidade de berinjela, orientou que o azeite precisava “ser aquele extra virgem” e que a maionese para a salada de legumes frios tinha que ser “pelo amor de deus, *Hellmans!*”. Entre os pratos quentes, o lagarto seria acompanhado de molho madeira, mas comprar o ingrediente pronto estava fora de cogitação. Já para o *stroganoff*, dizia, “compra um litro de *ketchup*, dois de mostarda e... tem que pôr champignon, hein?!”, exclamava a profissional já olhando para o pai do noivo que se contorcia a cada demanda por itens específicos bem mais caros nas prateleiras do mercado.

⁵³ No outro texto (ESCOURA, 2017), discorri sobre as especificidades dessa dinâmica de preparação da festa, aproximando-a de uma discussão sobre coletivização de “lutas” no contexto de mutirões de moradia que também ocorrem na zona leste de São Paulo, especialmente em diálogo com a pesquisa de Carlos Filadelfo de Aquino (2015).

A mãe do noivo ria e, ao final, nenhuma das caretas de resistência do ex-marido prevaleceu na escolha da lista de ingredientes. A cozinheira insistia que além de suficiente e em ampla variedade, o jantar tinha também que ser de “qualidade”. Nenhuma economia de marca ou produto podia ser feita até que se alcançasse a excelência do cardápio. Só assim para a festa cair no gosto das três centenas de convidados.

Já no centro da capital paulista, além da “qualidade” dos produtos a serem servidos, a escolha do *menu* do casamento entre Helena e Lucas ponderou-se também pela oferta de alimentos rebuscados para os convidados. Ela funcionária no setor de recursos humanos de uma empresa e ele representante de vendas, os dois eram os principais financiadores da festa de casamento de R\$ 80 mil que ocorreria apenas três anos depois do pedido de casamento.

A longa espera se dava como tempo necessário para a poupança ao custeio do evento, mas acabou sendo também um período de persistente dedicação da noiva na divulgação do casamento. A cada novo contrato fechado, ela preenchia suas redes sociais com fotos, anedotas e “*check-in*”⁵⁴ em fornecedores. Publicações sempre acompanhadas pela *hashtag* oficial do evento, “#helenaelucas”, que pareciam cumprir a importante função de efetivar, ainda que digitalmente, a sensação de que aos poucos a festa se tornava concreta.

Além disso, um ano antes da celebração acontecer, as fotos do ensaio “*save the date*” circulavam por suas redes virtuais notificando os conhecidos sobre a aproximação do evento. Parte do pacote de serviços contratado com os profissionais de fotografia e filmagem, as imagens do casal com a data prevista da grande festa de casamento serviam como uma forma, bastante antecipada, de fazer com que os possíveis convidados já reservassem na agenda o compromisso produzido para ser importante⁵⁵.

A noiva não escondia de ninguém que a preparação da festa tinha predileção entre seus assuntos e se esforçava em sensibilizar os amigos e parentes para a ocasião, ainda que ainda faltasse muito até ela acontecer. Foi com muita antecedência que escolheu seu vestido

⁵⁴ Sistema de marcação *online* dos lugares por onde se passa.

⁵⁵ O “*save the date*” costuma ser associado a um pré-convite destinado aos participantes da festa, de modo que possam já reservar a data do casamento em suas agendas. Nem sempre esse recado é feito na forma de fotografias, mas pode ser também algum tipo de convite virtual apenas com as informações evento. No caso de Helena e Lucas, os noivos adiantaram o ensaio de “*pré-wedding*” (com poses românticas do casal num parque da cidade) e imprimiram as fotografias para serem entregues aos convidados como lembrete de pré-agendamento à festa. Além disso, para os registros não serem esquecidos, as fotografias eram constantemente republicadas nas páginas das redes sociais dos noivos e, as entregues materialmente, continham um imã no seu verso para serem coladas nos eletrodomésticos da casa dos convidados.

de noiva e, nesta mesma época, que mobilizou o noivo e sua mãe para a tarde de degustação do serviço de *buffet* do casamento.

Nas horas que passei com os anfitriões no encontro de provas para a escolha do cardápio, Helena me explicou que dentro de seu orçamento estava previsto um jantar composto de entrada, quatro acompanhamentos e um prato quente. Ela não tinha tantas dúvidas sobre qual carne iria servir aos convidados, mas, em contrapartida, estava aflita com todas as possibilidades de “*finger food*” que poderia e deveria selecionar.

Provamos uma quantidade enorme e heterogênea de salgadinhos, canapés, espetinhos e outros petiscos elaborados pela cozinha do mesmo salão que acomodaria seus 250 convidados. Na escolha dos itens a serem servidos antes e depois do jantar, contava uma tentativa de conciliação entre os gostos pessoais da noiva, do noivo, da mãe da noiva e especulações sobre a reação dos convidados, especialmente lembrados e considerados tal como o tio materno, que iria “amar o caldinho de feijão”.

“Coxinha tem que ter! Todo mundo come”, dizia Helena em ponderação às comidas da degustação. “Tem que ter opção. Senão depois chegam os tios do Lucas lá e passam fome, não sabem nem como é que come um *carpaccio*, ficam com vergonha até de pegar”, dizia preocupada com os parentes do futuro marido. Entretanto, a possibilidade de constrangimento de certos convidados diante das opções requintadas do cardápio não era motivo que a fizesse excluir as opções apresentadas como “*gourmet*” pelo *buffet*. Ao contrário. A certa altura, Helena brincou com a situação. Rindo, ponderou que se mandassem dizer qual era o “queijo *brie*” nem ela saberia indica-lo, mas defendeu a importância do item no seu cardápio: “é um casamento né? Tem que ter coisa sofisticada”, concluía enquanto elogiava ao fornecedor a beleza na apresentação dos beliscos.

Na negociação entre o que eles e os convidados esperariam se fartar, o cardápio foi guiado pela tentativa de ampliar ao máximo a oferta de itens entre aquilo que “todo mundo gosta” e o que um casamento “tem que ter”, segundo a noiva dizia. No “*menu*” do evento, o caldinho de feijão e a coxinha de frango surgiria rente ao *carpaccio*, ao queijo *brie*, e ainda às *fondues* agridoces e *tarteletes* de alho poró. Na eclética carta de opções de refeições impressa e divulgada em todas as mesas dos convidados, esperava-se que tanto os paladares e como as expectativas fossem satisfeitos.

<i>Welcome Drink</i> Vinho Branco - Lambursco <i>Bebidas</i> Coca-Cola normal e zero Guaraná normal e zero Água com e sem gás Água tônica Suco Skol, Brahma com e sem álcool <i>Entradas</i> <i>Botequim</i> Caldinho de feijão no copinho Polentinha mole com ragú de calabresa Coxinha de frango ♥ Bolinha de queijo crocante Risole de catupiry com milho Isca de peixe com molho tártaro <i>Gourmet</i> Carpaccio ao molho mostarda Losangos com queijo brie e geléia de framboesa Espetinho caprese (mussarela de búfala, tomate cereja e manjerição) Tarteletes de alho poró com bacon <i>Fondue</i> Gorgonzola com pêras, Peito de peru com cheddar	<i>Jantar</i> <i>Saladas</i> Salada grega (alface, tomate cerejas, azeitona preta, queijo branco, pepino japonês, molho vinagrete e azeite) <i>Acompanhamentos</i> Arroz branco Risoto de palmito Batata noisette com salsinha e parmesão. Manicoretti de presunto e queijo ao molho de napolitano (tomate, manjerição, alho e parmesão) <i>Prato Quente</i> Medalhão de filé mignon ao vinho (marinada de vinho e ervas com molho de cebolas, pimenta biquinho, mostarda e mel) <i>Sobremesa</i> Bolo de brigadeiro com sorvete de creme <i>Na balada</i> Mini hamburguer caseiro <i>Gran Finale</i> Café Petit-fours Strudel de banana e maçã Licores Cálices de chocolate 
---	--

Figura 14 - Menu do casamento de Helena e Lucas, item que fora impresso e disponibilizados para convidados em suas mesas. (Fonte: acervo da pesquisa, São Paulo, 2016).

Independentemente do orçamento estipulado para uma festa desse tipo, parecia que um casamento não podia ser feito sem doses excepcionais de zelo e atenção aos seus detalhes. Fosse pela dedicação direta no trabalho de produção de seus elementos ou na criteriosa seleção dos profissionais do setor que forneceriam os produtos e serviços, não havia espaço para desleixo – nem nas unhas fotografadas. Primar por um bom casamento parecia equivaler, necessariamente, a fazer uma festa com padrões de qualidade acima de que qualquer outro tipo de evento produzido antes por aqueles anfitriões.

Talvez seria no casamento de Helena que os tios de Lucas provariam pela primeira vez um *carpaccio* ou que ela própria aprenderia distinguir um queijo *brie*, tal como tinha sido

no chá de panela de Luiza que eu tinha provado pela primeira vez sabores misteriosos de canapé. Cristina Marins (2016), do mesmo modo, ressalta como diferentes processos de organização das festas de casamento cumprem com uma grande dose “pedagógica” (Ibid., p. 101) às noivas – onde elas aprendem a circular por lugares, produtos e serviços até então excepcionais ao seu contexto econômico e de consumo cotidiano. Em sua pesquisa, a autora reproduz, inclusive, uma conversa *online* de uma noiva que buscava por indicações de “*champagne* chique” para o momento especial do brinde do casal e acaba pendendo para uma garrafa de *Veuve Cliquot*, já que “pelo nome tiro onda kkkk” (Ibid., p. 131). Coincidência ou não, o mesmo *champagne* que no casamento de Luiza eu registrei ser servido aos noivos e seus pais – anfitriões do evento – para o registro fotográfico do primeiro brinde.

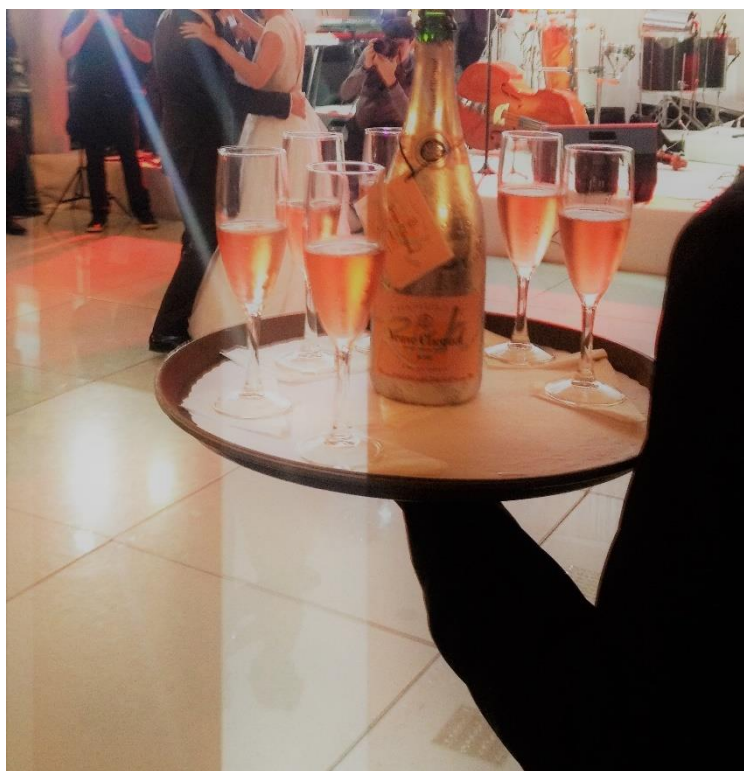


Figura 15 – Veuve Cliquot servido apenas aos anfitriões para a foto do primeiro brinde do casal (Fonte: acervo da pesquisa, Belém, 2017)

Um casamento “tem que ter coisa sofisticada” dizia a noiva do centro paulistano em encontro do esforço da cozinheira da zona leste de convencer a compra de ingredientes mais caros para a composição do cardápio. Para ser um banquete à altura do que se esperaria de um casamento para Jonas, a maionese haveria de ser *Hellmans*, o azeite extravirgem e o *stroganoff* acrescido de champignons.

Já em Belém, o padrão de qualidade do casamento de Luiza antecipava-se nos serviços do chá de panela, estava explicitado pela precisão da escolha de uma estilista de São Paulo que materializasse seu lado “fresca” em um produto “bem feito” e, ainda, quando ela remoía a falha na foto do anel de noivado meio a unha “esculhambada”. Desmazelo, definitivamente, “não tem nada a ver com noiva”, como dizia sobre o esmalte azul de sua cunhada.

Casar requer uma variedade de esforços. Economias financeiras, negociações, dietas corporais, tensões familiares, “dias e noite trabalhando” e também a dedicação em compor um ambiente que materialize a extraordinariedade de tal empreendimento nos mínimos detalhes. Entre Luiza, que se dedicava para que seu casamento se parecesse “chique”, e a cozinheira do banquete de Jonas que primava pelos produtos de marca que garantissem a “qualidade” de suas refeições, anfitriões estavam ali engajados em produzir uma festa “especial e diferente”, como reivindicava Malu sobre seus vídeos-convites.

Ninguém se casa supondo que haverá algum dia, em toda a vida, uma outra chance de refazer uma festa como essa: erros ou frustrações são itens que jamais cabem nas detalhadas planilhas de planejamento e organização. Um casamento é sempre feito para ser único. E nesse caso, fazer “diferente”, equivale também a fazer uma festa que não é como qualquer outra, é *a* festa.

Para aquela ocasião que se intencionava ímpar, os “dias e noites trabalhando” trariam não só cansaço à Malu e Rodrigo, mas também os vídeos-convites exclusivos e inesperados pelos convidados, pois diferentes de tudo aquilo oferecido pelo mercado e contratado por noivas como Luiza. A outra noiva que, por sua vez, encontraria justamente no mercado seu espaço de diferenciação. Vinculando produtos e serviços à sua própria personalidade, a noiva se afastaria do “exagero” das amigas que queriam “mostrar que o casamento foi muito caro”, de seus referenciais estéticos cheios de brilho e dos ensaios fotográficos posados na própria cidade.

Na preparação da festa planejada para ser excepcional, algum “outro” devia ser tomado como base para um minucioso processo de diferenciação. Fosse suas amigas, cunhadas ou mesmo noivas desconhecidas, o valor de uma festa de casamento estava, no limite, na criação da sensação de que aquele seria um evento nunca antes visto. Personalizada e única, aquela não podia ser uma celebração qualquer.

A festa como dádiva

Se por um lado, os “diferentes” vídeos-convites de Malu e Rodrigo antecipavam a extraordinariedade do evento que estava para acontecer, por outro lado, eles eram também “especiais” porque atestavam uma dedicação afetiva do casal. Personalizados, únicos e exclusivos, aqueles arquivos digitais materializariam o engajamento de trabalho e tempo dos noivos tanto na preparação do casamento, como no vínculo com aqueles especialmente chamados para participar da grande festa.

Passada a “guerra” familiar no processo de decisão sobre a lista de convidados, como debatemos no capítulo anterior, era chegada a hora então de anunciar a boa notícia àqueles singularmente escolhidos para a ocasião. Malu ansiava pelo envio dos vídeos na mesma intensidade que especulava sobre as reações dos amigos e parentes quando os anúncios chegassem em seus aplicativos de mensagens eletrônicas. Além disso planejava os próximos passos: “eu quero um vídeo de resposta de cada padrinho, de todo mundo eu vou pedir a filmagem de volta porque a gente quer mostrar isso, né?”.

Embora o casamento em produção fosse sempre justificado como um sonho pessoal de Malu, o empenho da noiva no empreendimento estava longe de ser decorrência apenas de suas expectativas individuais. “Quero que tenha vatapá, porque eu sou louca por vatapá. Mas quero que tenha também caldinho de tucupi no final, que eu conheço meus amigos, entendeu? Eles vão gostar, vai estar todo mundo bebendo, no final um caldinho é fundamental!”, dizia em riso divertindo-se com a situação imaginada e acenando para uma preocupação em produzir uma festa que pudesse também satisfazer as necessidades, anseios e prazeres de seus outros participantes, bem como surpreendê-los.

Comida, aliás, era sempre um item amplamente manejado de modo a tentar cativar os convidados. Sob certa ansiedade, anfitriões buscavam se certificar de que a quantidade de refeições seria suficiente para fartar os amigos e parentes durante as horas de comemoração e, ainda, de que os pratos agradariam os mais diversos paladares. Em São Paulo, um dos noivos contou sobre o “mexidão” que seria servido ao final da festa para os sobreviventes famintos da madrugada e uma noiva preferiu privilegiar o gosto dos participantes por pratos com carne aos seus princípios vegetarianos. Já outra noiva de Belém preocupou-se em apresentar tapiquinhas e sorvetes de frutas regionais amazônicas para os convidados paulistas.

Helena preocupava-se com os tios do noivo diante das comidas “sofisticadas” e cuidava de garantir o caldinho de feijão que seu tio gostava e a coxinha que “todo mundo come”. Já Malu assegurava o tucupi aos amigos bêbados no final da noite. No casamento de Jonas a maionese ou o *stroganoff* seriam impecavelmente preparados com os ingredientes mais caros do mercado e, na festa de Luiza, os convidados deviam saber que seriam servidos pelos mais reputados profissionais da cidade.

Todavia, anfitriões podem se esforçar, trabalhar e contratar sem limites até que consigam fazer um casamento que julguem “com sua cara”, “chique”, “sofisticado”, de “qualidade” e “único”. Mas o valor de uma festa nunca pode ser garantido apenas por eles. Saber agradar os convidados também era um pré-requisito inexorável de construção de um bom anfitrião e para a produção de uma boa festa de casamento.

Além disso, era parte do trabalho feito pelos anfitriões criar um clima de expectativa para o casamento entre os convidados. Para que todos pudessem ter dimensão do quanto aquela não seria uma celebração qualquer, os donos da festa, especialmente as noivas, empenhavam-se também em seduzir os convidados ao empreendimento, inclusive pelas recorrentes publicações na *internet* em antecipação da qualidade antevista ao evento. No processo de organização de um evento como este, um trabalho inevitável era o de convencer o convidado sobre o valor daquele convite.

Além disso, outro elemento fundamental de produção do prestígio de uma festa era a própria seletividade na escolha dos participantes. No capítulo 3 vimos o processo de seleção dos convidados como um conflito central na preparação dos casamentos entre os donos da festa. Lá, a batalha pela definição da lista ao mesmo tempo que definia o grupo anfitrião, colocava as posições na hierarquia familiar em manejo entre os donos da festa. Mas, aqui, nesse capítulo, as histórias já apresentadas voltam ao texto para serem olhadas por um novo prisma: a relação, em consequência, dos anfitriões com os participantes convidados para o evento.

Nas páginas anteriores, Luiza destacava a importância da presença dos clientes do pai na festa como oportunidade de estreitar os negócios da família e Rafael lembrava da batalha pela festa intimista perdida contra o projeto agregador onde a festa vira “política” da sogra. Embora uma festa não se faça apenas de anfitriões, nos planos de Rafael a seletividade aguda dos convidados era o que a definiria como boa. Mostrar que nem todo mundo estaria na lista de convidados era realçar, concomitantemente, que aquela era uma festa exclusiva e,

portanto, que o convidado era um privilegiado. Assim como um casamento não pode ser uma festa qualquer, nele não pode entrar qualquer um.

Além disso, já que um casamento é arquitetado para ser visto como um evento de grande valor, contar com alguns participantes específicos e de reconhecida reputação também era um modo de atestar definitivamente a importância do evento. E, nesse caso, em duas ocasiões, por exemplo, minha própria presença também serviu de demonstração de distinção de um casamento.

A contrapartida de pesquisa prontamente solicitada por Jonas, em São Paulo, tinha sido a de me incluir no mutirão de trabalho na preparação da festa. Na zona leste da cidade, o noivo abria a casa e agenda à presença da desconhecida antropóloga em busca de suas respostas, mas em troca me pedia para que nossa conversa fosse filmada para se transformar no *“love story”* do casal. Além disso, com a proximidade do evento, o noivo me incumbiria também da posição de cerimonialista da celebração religiosa.

“Você é comunicativa” foi uma das justificativas que o noivo, tímido, apresentou para me convencer a assumir tal posto no casamento feito sob a limitação financeira de contratar profissionais ou serviços do mercado. Embora eu não fosse a pessoa que iria falar no evento – posição ocupada pelo “celebrante” que, nesse caso, era o pastor – era a qualidade apontada como necessária a quem fosse organizar os padrinhos em fila, regular as entradas do cortejo e orquestrar a interação da banda que tocava ao vivo na igreja.

Em tal ocasião e em meio à tensão causada pelo atraso de mais de 1 hora da mãe da noiva, de fato uma dose de eloquência serviu-me bem. Na difícil tarefa de conter os ânimos exaltados das madrinhas em pé sobre saltos finos, o tédio das crianças em fila e a impaciência do pastor que tinha outros compromissos agendados naquela noite, Jonas me conduzia atracada ao seu braço. Para dezenas de seus convidados, ele me apresentava publicamente como “a cerimonialista do casamento” numa tentativa de canalizar em mim as constantes reclamações que ele recebia, mas também de mostrar que apesar do contratempo, havia alguém “profissionalmente” (supostamente) controlando a situação. Em São Mateus nem todo mundo tinha uma cerimonialista para chamar de sua, mas Jonas tinha.

Já em Belém, no casamento sem tantas economias de Luiza, o posto de cerimonialista era ocupado por uma das mais reconhecidas e prestigiadas profissionais do ramo no norte do país. Eu não precisava me preocupar em oferecer qualquer tipo de trabalho na produção da festa como contraparte da generosidade da noiva em contribuir com a

pesquisa. Mas quando entrei no círculo de suas convidadas durante o chá de panela, eu tampouco fui apresentada como uma nova amiga. Ali, no sofisticado restaurante, fui conduzida até a mesa de mulheres mais jovens e acomodada sob a alcunha de “a pesquisadora de São Paulo”.

Colando em mim o prestígio daquilo que viria de São Paulo, como seu próprio vestido de noiva, Luiza também engrandecia minha presença como alguém que estava ali porque acompanhava cientificamente seu casamento e, aproveitando a oportunidade, estrategicamente me colocava para sentar ao lado de uma colega de infância que também estava noiva e em preparo de sua grande festa. Generosa e contribuindo ainda mais com a pesquisa, a noiva me abria a possibilidade de novas interlocuções ao mesmo tempo em que criava nas amigas a curiosidade imediata que a presença de uma antropóloga pode causar. Dali me tornei o centro das atenções das convidadas, engatilhei longas conversas e, no dia seguinte, debutei na coluna social da cidade.

É sempre bom contar com nomes de peso na concorrida lista de convidados. Ser prestigiado com a presença de chefes, clientes, celebridades, representantes políticos ou até mesmo de uma antropóloga ora pesquisadora e ora cerimonialista era certamente indicativo do prestígio do próprio evento. Mas além dos comparecimentos que podiam agregar novas camadas de valor a um casamento, a reputação de uma festa se fazia também, e contraditoriamente, por determinadas ausências.

Nem todos os amigos e parentes de Helena que assistiam por fotos e comentários a preparação de sua festa pelas redes sociais estariam entre os 250 participantes escolhidos para o evento. Nem todos os leitores da coluna social do jornal de Belém poderiam provar dos serviços oferecidos na festa de Luiza e muito menos todos os apoiadores das vendas de bolos da Malu a veriam pessoalmente realizando seu sonho de se vestir de noiva. Longe da rua e de portas fechadas para tantos dos vizinhos do bairro paulistano, Gabriela do Jardim Conquista se recusaria a recepcionar “a favela inteira” do mesmo modo como Maria, no Pará, interditava a presença da ex-cunhada na festa e na família, como discutimos no capítulo anterior.

À despeito de toda a publicização em torno da preparação de uma festa de casamento, nem todo mundo seria convidado. Oportunidade disputada para se destacar diante de convenções do mercado ou dos círculos de convivência, o evento era também ocasião para anfitriões deixarem claro suas posições contra desafetos e demarcarem publicamente quem era escolhido para estar dentre os seus.

Por isso, receber um convite de casamento equivaleria a ganhar um comprovante da sua importância e o valor de sua relação com quem a festa lhe oferece. E não à toa tanta atenção era dada àqueles pequenos pedaços de papéis ou arquivos de vídeo. Fossem os convites aqueles confeccionados em gráficas com papéis e embalagens especiais, ou os preparados de um jeito “diferente” como o vídeo de Malu e Rodrigo, eles tinham que ser capazes de se transformar em declaração do valor daquele convidado e da sua relação com o anfitrião.

Do mesmo modo, a circulação de tais objetos entre anfitriões e convidados também não podia se dar em condições no mínimo excepcionais. Entre o período de 90 a 60 dias antes do evento, tal como aconselhado por cerimonialistas e *websites* especializados no assunto, Helena tratou de começar as viagens e os agendamentos com familiares e amigos para a entrega pessoal dos convites oficiais. Os padrinhos e as madrinhas foram as primeiras pessoas a receber a caixinha decorada com o brasão dos noivos e a gravata de presente. Em seguida, as mensagens impressas e guardadas em envelopes foram distribuídas entre os demais participantes do evento.

Assim como a exigência feita pela mãe de Alice no capítulo anterior, a entrega pessoal das convocações ao evento cumpria um lugar protocolar nos compromissos da organização do casamento e, em visitas formais, aumentavam ainda mais a sensação de extraordinariedade do ato e do casamento. No gesto formal e distinto dos encontros ordinários, atestava-se que aquele não era um convite qualquer.

Todo convite contém em si um valor relacional manifesto. Entretanto também, nem todo convite tem o mesmo valor. Fosse com as caixinhas estilizadas com presentes, rebuscadas e mais caras, ou no vídeo diferenciado de Malu e Rodrigo, ser convidada para madrinha ou padrinho era ter o prestígio de entrar “lista de quem importa mesmo”, como diria o noivo na cena de abertura deste capítulo. Padrinhos e madrinhas ganham um convite especial porque aquele objeto também exprime o lugar diferenciado deles no evento.

De longe os vestidos mais procurados e provados nas cabines da loja de São Mateus eram aqueles destinados às madrinhas. Ocupando quase todo o primeiro piso do lugar, as araras de vestidos longos, rendados e bordados eram rigorosamente organizadas por cores. Diferenças de modelos, adereços ou tamanhos importavam menos do que a separação de tonalidades entre as peças, já que uma nova dinâmica de organização do vestuário de casamentos estava em moda naquela temporada.

A cada dia, a cena se repetia. Quando uma cliente chegava com uma gravata em mãos, as atendentes já sabiam: aquele seria o adereço do padrinho, recebido de presente na caixinha especial dos convidados “que importam” e sua cor deveria replicar-se no vestido escolhido pela convidada especial. Guiadas pela cor do pedaço da indumentária masculina e que geralmente era escolhida para “combinar” com a decoração da festa, as madrinhas viam quais araras específicas deviam penetrar para encontrar seu traje para a ocasião.

Certa vez, quando uma futura madrinha lamentou não encontrar nenhuma peça ao seu gosto dentre aquelas na cor requerida pela noiva, me questionei sobre os sentidos de tal prescrição. Diante das centenas de vestidos da loja, parecia um tanto desvantajoso ter que selecionar um modelo de uma só arara, com no máximo 20 possibilidades no mesmo único tom. Mas Lúcia, a recepcionista, me garantiu do contrário: “é que fica bem mais bonito no altar, e tem que ficar diferente dos outros convidados, né? Aí todo mundo sabe quem é madrinha”.

Ser madrinha e padrinho é se diferenciar de todos os outros convidados. Ao lado do restrito grupo anfitrião da festa, padrinhos e madrinhas cruzam o tapete central em cortejo, são recepcionados em solenidade pelos outros convidados em pé e posicionados nos altares ou primeiras fileiras do espaço cerimonial. Além disso, geralmente contam com uma sorte de presentes, ou “mimos”, oferecidos pelos anfitriões. O que vai desde as gravatas ou outros objetos oferecidos nas caixinhas especiais de convites até vagas em estacionamento “vip” e entrada nas ocasiões restritas que antecedem o evento. Em tantos casamentos, são os padrinhos que escoltam os noivos nas barbearias ou nas despedidas de solteiro e são as madrinhas que alvoroçam os salões de beleza como acompanhantes da montagem das noivas para o grande dia. Ademais, para tais convidados especiais se torna garantida também, invariavelmente, a presença na própria memória do evento: serão eles, com os anfitriões, os alvos privilegiados das profissionais lentes fotográficas.

Logrando destaque especial em relação aos outros convidados da festa, madrinhas e padrinhos são “únicos”, como diria Malu à sua amiga no convite que servia para “frisar o nosso amor”. Escolhidos por um processo de seleção ainda mais criterioso do que aquele operado entre os outros convidados, a convocação de amigos e parentes para tais postos era uma forma de reconhecer e manifestar a distinção de suas relações e suas presenças na vida dos anfitriões.

Dentre os dez casais de padrinhos e madrinhas escolhidos para estar ao seu lado, Luiza, em Belém, priorizou o convite à prima, que outrora havia sido excluída do destaque especial no casamento do irmão, de modo tanto a recompensá-la como reaver a amizade estremecida desde então. Além disso, privilegiou a tia materna que já ocupava o posto de sua madrinha de batismo, que “é muito próxima mesmo”, e também sua babá de infância, quem anteriormente já havia sido escolhida para madrinha de crisma católica e que até hoje mora e trabalha com os pais da noiva. Com o convite, Luiza queria reafirmar, mais uma vez, como a funcionária era “extremamente significativa”, dizia.

Rafael, o noivo de São Paulo que disputou a organização da festa com a mãe da noiva, como vimos no capítulo 3, decidiu não incluir os familiares entre seus padrinhos. A única exceção teria sido seu tio paterno, o parente mais próximo de sua convivência e também seu padrinho de batismo. Mas antes que o convite fosse formalizado, a situação prolongada de desemprego já tinha feito o tio aventar sobre sua impossibilidade de se engajar na festa: não poderia se comprometer com nenhum presente especial e nem mesmo com sua própria presença na cerimônia que aconteceria no estado da família da noiva.

Considerando que convidar qualquer outro tio ou tia para a função seria “artificial” devido ser “super distante da família”, o noivo crivou prioritariamente os amigos mais íntimos na atribuição do lugar de padrinhos. Mas durante a entrevista ele fez questão de ressaltar que embora tivesse escolhido somente “as pessoas mais próximas da gente”, ainda assim se surpreendeu com o retorno dos convidados especiais. Nomeando uma de suas relações específicas, Rafael falou de um casal de amigos que “surtaram, ficaram emocionadíssimos” com o convite, que “agora sempre que eles vão viajar eles trazem presentes” e que, desde o casamento, “me chamam de afilhado”. “Criou uma relação bem, bem forte mesmo... eu não esperava isso”, concluiu.

No caso de Helena, o casamento também havia transformado o modo como ela e suas madrinhas se chamavam entre si. No caso de uma amiga, irmã do melhor amigo de infância de noiva, o convite para ser sua madrinha de casamento vinha em retribuição à quando Helena tinha sido madrinha do casamento dela. Desde então, elas se nomeavam como “comadres” e seus noivos como “compadres” sempre que queriam dar mais graciosidade nas conversas informais. Entretanto, já com a prima mais velha de Helena tornada madrinha de casamento, do encontro de entrega do convite em diante a convidada

sempre se referia à noiva como “afilhada” e era chamada de “madrinha”. E isso sempre, independentemente do grau de descontração ou seriedade dos assuntos entre as duas.

O mesmo parecia ter acontecido com Eduardo e Gabriela, a noiva que se recusava a convidar a “favela inteira” para a festa que mostraria a redenção dos “corres” do noivo. Quando parti para o Jardim Conquista de São Paulo ao encontro dos dois para realizarmos nossa entrevista, fui direcionada para a casa do Neno, o amigo do casal transformado em padrinho e, desde então, anfitrião de todos os almoços de domingo dos noivos. Lá, Gabriela ressaltou a importância do casamento tinha tido para ver “o quanto a gente é querido”. Falou sobre como escolheu os padrinhos “a dedo” e segundo o critério de “chamar os padrinhos que a gente convive com eles, que eles gostam da gente e a gente gosta deles, que vão na nossa casa e eu vou na casa deles”.

Emocionada, se referiu ao próprio Neno que participava da nossa conversa. Exemplificou o acerto da escolha lembrando do dia em que o novo padrinho tinha salvo toda a comida do casamento, quando assumiu a responsabilidade das compras dos ingredientes do *buffet* após o carro da família da noiva ter sido roubado na véspera da festa. “Se a gente puder tirar do nosso corpo pra dar pra vocês, a gente dá” teria dito o padrinho na memória recontada pela noiva. Eduardo, sem esconder as lágrimas e transformando a entrevista em mais um modo de agradecer o amigo, se referia a Neno como “cumpadi” e concluía que padrinho é a “pessoa que vai fazer parte da sua vida”.

Em um casamento, anfitriões disputam a chefia de uma festa para poder brilhar e selecionam aqueles que ganharão destaque junto a eles. Criteriosamente selecionados para padrinhos e madrinhas, tais convidados gozam de reconhecimento público e recebem dos anfitriões o prestígio de ter suas relações mais valorizadas na festa. Ser convidado para um casamento é ter o atestado do valor de si e sua relação com os anfitriões, mas ser convidado para ser padrinho ou madrinha, além disso, é estar acima de todos os outros convidados. No processo de diferenciação dos convidados daqueles que “importam”, noivas e noivas selecionam quem se tornará mais que amigo ou parente, aqueles que serão transformados também em compadres.

Ser convidado para ser padrinho ou madrinha de um casamento era receber uma oferta pública de prestígio e distinção. E agregado aos objetos ou permissões que lhes eram concedidos, estava o privilégio de ser reconhecido como alguém essencial ao casamento. À

frente, em cortejo e com trajes que compunham com as cores de toda a decoração, madrinhas e padrinhos não são participantes, mas parte da festa.

No empreendimento de composição de uma grande festa de casamento, o engajamento dos anfitriões recai também sobre a seleção de quem serão aqueles especialmente destacados para “fazer parte da sua vida”, tal como diriam os noivos emocionados da zona leste paulistana. Na extraordinariedade do evento e seu poder de conjugação do grupo entre aqueles que, a partir dali, serão os reconhecidos entre os seus, padrinhos e madrinhas são agregados à experiência íntima e relacional. E tal qual como Marshall Sahlins (2011a; 2011b) destacaria em suas discussões sobre parentesco, são apontados para participar intrinsecamente da existência uns dos outros: aqueles escolhidos para fazer parte de si. É a criação de relação inclusiva e cuja qual o convite de casamento representa também um chamado para uma existência mútua e compartilhada, em que um se faz como membro do outro – tal como parentes.

Ademais ao valor dado à relação até ali manifesta entre os escolhidos e os anfitriões, ser convidado para madrinha ou padrinho era ganhar também a declaração de novo impulso à vinculação. Nas seleções, escolhas eram feitas tomando como pressuposto aqueles que noivas e noivos queriam como parte de um futuro compartilhado. Se por um lado padrinho e madrinha é quem está presente, “que a gente convive com eles, que eles gostam da gente e a gente gosta deles, que vão na nossa casa e eu vou na casa deles”, como diria o noivo, por outro é também quem se quer que esteja presente.

Tal como discutimos no capítulo anterior, num esforço intencional de produzir relações por meio da prática, o casamento cumpre-se como um marco temporal fértil à negociação das posições familiares e, aqui, também de maneira estendida ao grupo anfitrião. No caso de Luiza, o convite de madrinha dado à prima continha o intuito claro de reaver o vínculo afetivo que, à despeito da ligação familiar, tinha se perdido desde a exclusão dela nas posições de prestígio no casamento anterior.

Mas além disso, o esforço da noiva em realçar a tia materna porque “é muito próxima mesmo”, ou de Helena selecionar a prima mais velha ou de Alice valorizar sua irmã como madrinhas nos indica também um engajamento em mostrar as nuances das relações entre aquelas pressupostas pelos traços de consanguinidade. As convidadas eram tias, primas e irmãs das noivas, gozavam do prestígio incontestado de estar dentro do grupo familiar da anfitriã, mas elas também podiam ser mais que isso.

Assim como notado por David Schneider em suas considerações sobre o parentesco americano, a despeito do sangue criar um tipo de relacionamento involuntário entre as pessoas, parentes podem estar relacionados não apenas pela “natureza” comum da substância (SCHNEIDER, 2016 [1968], p.104). No arranjo voluntário e intencional para que um relacionamento que se tornasse outro, distinto do vínculo restrito à consanguinidade, tias, primas e irmãs eram transformadas também em madrinhas.

Nesse movimento, tais madrinhas eram diferenciadas de todos os outros parentes e declaradas como aquelas que para além do vínculo “natural”, gozavam do privilégio de ter também o relacionamento de maior afinidade com os anfitriões. Afinidade essa que, no caso de Rafael, estava comprometida pelo noivo ser “super distante da família” e que era capaz de transformar a escolha de algum parente como padrinho num recurso “artificial”.

O casamento vinha para reconhecer e reforçar entre noivas e madrinhas parentes a relação que estava pressuposta pela consanguinidade e diferenciada pela afinidade. E, nesse caso, embora Helena não tivesse deixado de ser “prima” da “madrinha” que agora lhe chamava de “afilhada”, o convite diferenciado para o casamento servia como criação de uma justaposição da relação.

Neste ponto, penso especialmente inspirada pelas considerações de Helena Schiel e sua contraposição às discussões de compadrio que tenderiam associar a vinculação relacional do apadrinhamento como substituto de uma relação de parentesco. Como em seu caso, entre parentes tornadas madrinhas de casamento, o que parecia prevalecer, ao contrário, era uma dinâmica de “relação de sobreposição” (SCHIEL, 2018, p. 196), não de substituição.

A autora, no esforço de aproximar sua discussão das análises sobre afinidade potencial ameríndia, se sustenta nas discussões sobre compadrio que tomaram força tanto em países mediterrâneos como na bibliografia sobre o território rural no interior do Brasil. Entretanto, embora essa discussão seja tomada a partir de relações fora das celebrações de casamento, o caráter predominantemente negociável do processo de seleção de padrinhos da bibliografia mediterrânea (D’ONOFRIO, 1991), bem como as considerações sobre a articulação entre compadrio e hierarquias no campo brasileiro de discussão (LANNA, 2009), parecem possibilitar a conexão de alguns pontos em comum às relações que vimos nos territórios relacionais manejados por noivas e noivos.

Criado a partir de uma espécie espiritual de vinculação e operado pelos termos simbólicos do mundo cristão⁵⁶, como a autora pontua, o compadrio implica uma matriz relacional de sobreposição (ou superação) aos vínculos de parentesco. Tornado “superior” por meio das relações rituais do batismo, por exemplo, o compadrio conteria em si uma potência assimétrica diante das outras categorias relacionais. Acima do sangue, o padrinho é aquele ligado por Deus.

No casamento, para ser padrinho não precisa ser parente, mas caso seja, a transformação dos termos relacionais de primas, tias e irmãs em madrinhas chancela que aquela relação é algo a mais do que apenas de parentesco. Ao mesmo tempo, por não precisar ser parente, a escolha de madrinhas e padrinhos opera uma “abertura das relações de parentesco estritamente familiares às relações mais amplas e políticas” (SCHIEL, 2018, p.188).

Designados como alvos das demonstrações de “boas intenções, afeto, respeito ou cumplicidade” (SCHIEL, 2018, p. 196) – assim como supostamente são os laços familiares – um convite de padrinho ou madrinha por um lado pode diferenciar um familiar de outros parentes como, por outro lado, pode transformar um amigo em quase parente. Na criação de uma nova categoria relacional, podendo ser expressa inclusive por novos termos de denominação, chamar alguém para ser madrinha ou padrinho de casamento constitui em estratégia eficaz de diferenciação de uma relação.

Tal como Luiza já havia operado em anos anteriores convidando a mesma babá de infância para madrinha de crisma, convoca-la à posição especial também no casamento era mais uma forma prática de a diferenciar e expressar o quanto a funcionária era “extremamente significativa” no rebatismo de sua vinculação. No manejo possibilitado por uma festa de casamento, o compadrio era acionado como estratégia versátil e intencional de aproximação entre diferentes, que confirmava, via afinidade, um status relacional tão potente quanto as próprias conexões e obrigações pressupostas pela consanguinidade.

Quando Alice, Malu e Rodrigo selecionaram o vínculo de intensa convivência com as colegas de trabalho para a posição de destaque, ou quando Rafael, Eduardo e Gabriela investiram no amigo de longa data como um convidado especial, as noivas e os noivos

⁵⁶ Dentro da doutrina Católica, o batismo é o primeiro sacramento cristão e no qual padrinhos e madrinhas constam como figuras essenciais. Já em relação ao sacramento do casamento, o mesmo Código de Direito Canônico que rege tal ritual não faz nenhuma referência à necessidade de membros nessa mesma posição. Erika Pinho (2017), ao discorrer sobre o tema, avalia que a inclusão de tais posições nos casamentos podem ser deslizamentos culturais frente a necessidade da presença de testemunhas nos ritos religiosos de matrimônio.

buscavam transformar o status de suas relações. Tornar amigas e amigos em madrinhas e padrinhos era também uma forma de criar um lugar novo e mais prestigioso para tais pessoas em suas vidas, um esforço íntimo de fazer do compadrio uma possibilidade curinga de familiarizar.

Logrando mais valor do que uma relação de amizade, noivas e noivos distribuem convites para madrinhas e padrinhos num esforço de manejar categorias relacionais que rearranjam as relações e as pessoas. Distinguem-lhes dos outros amigos e, por meio de uma “gramática da inclusividade” (CAVALCANTI-SCHIEL, 2005, p. 202) tal como entre aqueles que se escolhe para ser parte de si (SAHLINS, 2011a; 2011b), fazem deles pessoas tão próximas quanto os parentes, aquele que se “a gente puder tirar do nosso corpo pra dar pra vocês, a gente dá”.

Atrelado ao vínculo manejado entre noivas, noivos, padrinho e madrinhas, estava também um “trabalho investido na produção de novas formas de conexão” (FONSECA, 2007, p.21) e no espessamento de determinadas relações, tal como Janet Carsten apontava para as relações de parentesco produzidas na prática (CARSTEN, 2014a [2013]). E embora não houvesse sangue circulando entre os amigos transformados em padrinhos e madrinhas, outras substâncias materializavam a mudança da relação. Tal como era o caso dos próprios convites, os presentes, os itens da indumentária cerimonial, os alimentos e as bebidas – dos doces ou champanhes distribuídos nas caixinhas de convites, o banquete ofertado no casamento, às refeições de todo domingo na casa do padrinho.

Do destaque dado ao vínculo em que “a gente convive com eles, que eles gostam da gente e a gente gosta deles, que vão na nossa casa e eu vou na casa deles”, noivas e noivos transformam pessoas em algo a mais e, em retribuição à dádiva oferecida, recebiam “uma relação bem, bem forte mesmo”, como diria o noivo/afilhado Rafael em expressão de sua gratidão.

A festa como dívida

Sábado à noite em um salão de festas de condomínio na Vila Mariana, bairro valorizado de São Paulo. Esse era o ponto de encontro da despedida de solteira de Beatriz, a noiva de 29 anos que se casaria no final de semana seguinte. Eu chegava acompanhada de um amigo do curso de antropologia e seu companheiro. Eles haviam conseguido autorização para

que eu participasse do evento que, costumeiramente, se caracteriza justamente pelo sigilo e restrição de acesso. Era a primeira vez que eu via homens participando de uma festa que em minhas memórias de infância se restringiam à presença feminina. Talvez porque homossexuais, ou porque um deles ter sido o amigo íntimo da noiva designado como o celebrante do casamento, ou ainda porque uma coisa estava relacionada a outra.

A decoração da festa tinha vindo dos EUA com a irmã da noiva e se compunha de enfeites de paredes específicos à temática do evento, o que incluía pares de alianças e um balão típico de diálogos em quadrinhos com um "Mrs. _____" para preenchimento com o novo sobrenome da noiva. A madrinha, anfitriã da noite, nos recebeu com um sorriso no rosto e uma camiseta feita pela mãe da noiva para uniformização das convidadas. Todas tinham que se vestir com a peça de roupa branca, escrito "*Team Bride 2015*" seguido por um desenho: uma noiva sorridente com um homem arrastando-se aos seus pés entregando-lhe o cartão de crédito (Figura 11 do capítulo 3).

Beatriz logo chegou para nos receber. A noiva vestia uma camiseta de onde se lia "*I'm getting married. Buy me a drink*"⁵⁷ e uma coroa prateada de plástico com um "*Princess*"⁵⁸ escrito em cor de rosa sobre a cabeça, de onde saía também um curto véu branco cheio de pequenas réplicas de pênis coladas. Com adereços menores e mais singelos, as convidadas e os convidados também foram coroados e a sexóloga contratada, que era dona de um *sexy shop*, permitiu que a mesa de produtos eróticos fosse explorada antes do início oficial da festa.

Dildos⁵⁹, bonecos em forma de coelhos, caixinhas coloridas e pequenos frascos eram expostos no centro da sala me levando imaginar, a princípio, que a contratação da profissional tinha como intuito a explicação dos usos daqueles objetos. Engano meu. Logo quando o salão foi preenchido com a chegada das outras madrinhas, fomos orientadas a sentar na plateia formada pelas cadeiras de plástico e assistirmos ao início das brincadeiras.

Todas ali até então eram chamadas pela profissional contratada de acordo com a relação estabelecida com a anfitriã do casamento que se antecipava: mãe da noiva, irmã da noiva, madrinha da noiva, padrinho da noiva e sogra da noiva. Mas o vocabulário familiar se transformou logo no primeiro jogo da festa, quando crachás foram distribuídos pela noiva de

⁵⁷ Do inglês: "Vou me casar. Pague-me uma bebida".

⁵⁸ Do inglês: "Princesa".

⁵⁹ Objetos geralmente de plásticos e emborrachados em formato peniano, muito comuns em lojas especializadas em artigos sexuais.

modo a rebatizar quem estava presente a partir de alcunhas com algum tipo de apelo sexual – e geralmente em referência ao universo de filmes pornô. A noiva se auto intitulou “Bombeira Incendiária”, meu amigo virou “Doméstica Safadinha”, eu, a “Espanhola” e a sogra virou a “Patroinha”. Dali em diante quem não chamasse a outra ou a si mesma pelo novo nome seria imediatamente coagida a dançar sensualmente frente ao eufórico e barulhento público presente. Delações eram amplamente incentivadas.

Em seguida, a sexóloga iniciou um jogo de prendas. Uma caixa cheia de adereços era passada freneticamente de mãos em mãos e a cada vez que a música ambiente era interrompida, quem estivesse com o objeto em se colo tinha que, obrigatoriamente, vestir uma das peças carnavalescas de seu conteúdo. Aos poucos fomos ficando cada vez mais coloridas. Perucas de um lado, óculos de coração de outro e gravatas de paetês penduradas no pescoço transformavam as aparências das convidadas. Algumas, mais sortudas, conseguiam se esquivar da caixa e dos castigos até que, ao aviso da sexóloga, a noiva/bombeira-incendiária começou a adorná-las arbitrariamente. Com uma peruca vermelha em suas mãos, a primeira escolhida para o castigo foi a sogra/patroinha: “essa é a única vez na vida que eu vou poder fazer isso com você!”, divertia-se a jovem enquanto modificava a aparência da nova integrante da família.

Dali, todas as brincadeiras que decorreram mantiveram uma lógica em referência a práticas sexuais e constrangimento público. Seguindo as ordens da sexóloga, as convidadas tinham que permanecer todas sentadas e, sob constantes repreensões, também atentas às brincadeiras que aconteciam com as outras madrinhas. E enquanto a animadora da festa explicava as regras para cada nova atividade, a noiva/bombeira incendiária escolhia suas participantes – ou “vítimas”, como dizia em tom de gozação. Primeiro uma madrinha teve que desenhar um pênis e dar uma aula sobre as zonas erógenas masculinas, depois outra fez o mesmo com o órgão sexual feminino. Em seguida, outra precisou fazer uma demonstração de sexo oral em um *dildo* sob intervenções da sexóloga.

Um tom professoral permeava as interações e era acionado mais enfaticamente nos momentos de constrangimento, quando alguma das convidadas se mostrava mais tensa em executar a atividade esperada. As explicações geravam risos e zombarias generalizadas no meio da plateia. E quando por vezes a noiva/bombeira-incendiária resolvia ajudar na exposição, ela rapidamente olhava para a sogra/patroinha e em tom de brincadeira repetia: “sou virgem, tá? Leio muito na *internet*”.

Outras duas convidadas foram intimadas a encenar uma posição de Kama Sutra, mesmo que em visível constrangimento à brincadeira. Quem estava ali, tinha que participar. Nem a madrinha com a perna quebrada escapou. E eu, inclusive, fui convocada para um concurso de dança de *funk* com outras madrinhas. Por fim, antes que as brincadeiras acabassem, uma outra foi escolhida para ler a “oração das encalhadas”, termo rotineiramente usado de modo jocoso àquelas que passam de uma determinada idade sem se casar.

Em seguida, o final da festa foi anunciado pela formação de uma fila de homenagens para Beatriz. A noiva/bombeira-incendiária sentou-se na frente da mesa que comportava os diferentes dildos e começou a receber os votos de felicidades. Sua mãe foi a primeira. Frisou que “estávamos ali brincando, falando de sexo... E que sexo é importante num casamento. Mas o mais importante é o companheirismo”. Emocionou-se ao desejar para a filha uma feliz vida a dois e passou a fala para a sogra. Com um tom mais sério, Beatriz recebeu as palavras de boas-vindas à nova família e, emocionada, foi chamada de “nova filha”.

E por fim, o desfecho foi feito pela madrinha que ocupava o lugar de anfitriã da despedida de solteira. O olhar vinha cheio de lágrimas, uma emoção que antecipava aquela prevista para o dia do casamento. Falou sobre o começo de uma nova vida e de despedida de um outro tempo. Brincou com as lembranças das festas que frequentavam juntas, desejou felicidade em sua “nova fase”, ao que alguém da plateia replicou com um sonoro “vai desencalhar!” e, por fim, abraçou a noiva chorosa. Da comoção depois de tanto riso entre Beatriz e suas madrinhas, acabava ali a festa que tinha começado com a coroação das integrantes do “time da noiva”.

Ao contrário de quem se convida porque espera-se que deva ser convidado, como falado muitas vezes em referência aos parentes consanguíneos mais próximos, a madrinha é especialmente lembrada, escolhida e convidada para fazer parte do casamento. É um reconhecimento de outra ordem de grandeza e, justamente por isso, que tantas relações podem ser estremecidas quando alguma amiga (ou prima) não recebe o convite para o posto, tal como esperava ou julgava que mereceria.

Receber um convite para ser madrinha de um casamento equivale a alçar uma posição em que o vínculo com a noiva ou o noivo é reconhecido e colocado em evidência para todos os convidados da festa. Mas, em contrapartida, aceitar a dádiva do convite para madrinha gera em resposta a necessidade de se assumir diversas outras responsabilidades.

Certa vez, em meio às araras de vestidos coloridos na loja de São Mateus, uma das clientes reclamava do preço do produto e, buscando um desconto, confessou o alívio daquela ser a última vez que seria madrinha no ano: “senão eu não ia aguentar”, dizia. Do lugar ocupado por quem será destacado e todo mundo “vai saber quem é a madrinha”, há a cobrança também por um engajamento diferenciado durante toda a preparação da festa de casamento. A começar pelas roupas.

Um casamento é sempre ocasião extraordinária no qual o protocolo sobre a indumentária faz parte de sua constituição cerimonial, tal como discutimos no capítulo 2. Sobre anfitriões e convidados recai a exigência – e expectativa – de uma produção, apreço e cuidado atípicos sobre suas apresentações pessoais. Modelos, cores, comprimentos ou especificações de adereços das roupas podem mudar de uma festa para outra, o que costuma depender tanto do horário ou localização do evento como dos próprios requisitos ou estilos escolhidos pelos noivos para a ocasião. Mas o que há de ser notado é que embora todos os participantes precisem estar vestidos de acordo com as expectativas diferenciadas para a ocasião, os padrinhos e madrinhas precisam estar mais “bem vestidos” do que os outros convidados.

Acompanhando festas que não podiam ser qualificadas como “alternativas” (tal como tem sido denominadas as celebrações em praias, cenários campestres, diurnas ou intimistas que permitem uma variação outra de indumentária), no meu caso isso equivalia a ver sempre madrinhas empenhadas na escolha de vestidos longos e, segundo as convenções de moda, muito adornados por rendas e pedrarias.

Em muitos casos a ocasião se tornava um momento excitante para tais convidadas, no qual elas tinham oportunidade de criar novas forma estéticas de se apresentarem, se maquiar com profissionais e se arrumarem a partir da experimentação, escolha e uso de peças de roupas tão excepcionais. Produzidas para serem figuras de destaque na festa, aquele momento seria registrado e continuamente lembrado pelas poses e *selfies* nas novas fotos de perfis em todas as redes sociais. Assim como às noivas, estava autorizado às madrinhas se “montarem”.

Mas alugar roupas, comprar sapatos, bijuterias ou contratar maquiadores, cabeleireiros e manicures significava também assumir um ônus financeiro e de tempo quem nem sempre era confortável para tais convidadas. Ademais, parte da excitação que rondava a possibilidade de se “montarem” podia ser cerceada pelos requisitos estabelecidos pelas

anfitriãs. Em nome da composição estética de toda a festa, madrinhas também tinham que se adequar às exigências específicas das noivas e abrir mão de suas preferências pessoais. Como no caso de Luiza, a noiva de Belém, que em seguida à sua festa seria ela a madrinha de uma de suas madrinhas de casamento.

A retribuição imediata do convite era um ponto valorizado na relação pela interlocutora, entretanto a exigência de ter que escolher um vestido dourado para a ocasião conflitava diretamente com seus anseios de transparecer uma simplicidade. Em nome da relação com a amiga, Luiza teria que se adornar da extravagância brilhante que “não tem nada a ver” com ela. Além disso, estava inconformada com a exigência de seu companheiro ter que se vestir sem o paletó e com um suspensório preto sobre a camisa social branca: “vai ficar horrível, vai parecer que é o pajem! E fora que os outros convidados vão estar mais bem vestidos do que os padrinhos, onde já se viu isso?” revoltava-se imaginando a contraposição com os outros homens em ternos completos.

Das madrinhas era esperado se comportar como uma madrinha. Vestir um longo à altura da ocasião, não desprezar a indicação de cores das roupas quando fosse o caso, apresentar-se sob saltos altos, ser pontual na chegada à cerimônia e permanecer com a postura confiante e ereta durante todo desenrolar dos movimentos cerimoniais. Além disso, noivas esperam que as madrinhas assumam parte das responsabilidades de organização e animação de diversos eventos pré-casamento.

Como no caso de Beatriz, é comum que madrinhas sejam as anfitriãs responsáveis por despedidas de solteiras, chás de panelas ou chás de lingerie. E em casos em que a própria noiva toma a frente em tais preparações, tal como no chá de panela de Luiza em Belém, é esperado que as madrinhas sejam as principais responsáveis pela animação do evento. Preparar as brincadeiras ou contratar quem as organize é compromisso que as madrinhas devem assumir. Assim como engajar-se nelas e não criar qualquer resistência às atividades propostas para a diversão do grupo de mulheres.

Mostrar-se cativada pela expectativa do evento era condição obrigatória para madrinhas, e também a todos demais convidados. Na mesma medida em que Malu ansiava em distribuir os vídeos-convites às madrinhas e padrinhos por mensagens, esperava receber os vídeos deles em retribuição. Emoção, euforia e gratidão era o mínimo que a noiva procurava encontrar como retorno dos convidados que “importam”. Mas mesmo em ocasiões

mais corriqueiras do que a distinta entrega de convites, os convidados também precisavam demonstrar sua animação e o comprometimento com a festa e os anfitriões.

No trabalho de criação de um ambiente de ansiedade e vislumbre do evento que viria depois de três anos de sacrifícios do casal, as insistentes fotos e *hashtags* de Helena registrava e publicizava todas as etapas de preparação do casamento. Pela internet a noiva tornava-o virtualmente real e, ao mesmo tempo, media o engajamento dos futuros convidados. Certa vez, ponderou:

quando cheguei na casa da minha tia [em outra cidade] eu vi que tá todo mundo criando uma expectativa de tudo, o que me deixa super feliz! Mas também é muita responsabilidade. Eu já faço tudo pensando nos convidados, mas eu não posso fazer tudo por eles. Agora querem um hotel, agora querem não sei o que, querem uma chácara que fique todo mundo... Mas eu não posso resolver tudo, tá no *site*! Eu não paguei um *site* tão caro pra ninguém ver, tá tudo lá no *site*! Fiquei o fim de semana todo ligando pra hotel pra deixar as dicas. (Helena, São Paulo, 2016)

Servindo como um espaço importante de interação entre anfitriões e os possíveis convidados, a internet entrava na preparação da festa de casamento como um instrumento de avaliação do comprometimento dos amigos e parentes. No caso mesmo de Helena, à despeito de toda publicização de fotos do “*save the date*” um ano antes da festa, os convites oficiais só seriam entregues apenas dois meses antes do evento. Numa diferença de tempo no qual a noiva avaliava, constantemente, o nível de comprometimento das pessoas com seu projeto de casamento. *Likes*, comentários e vídeos-respostas viravam indicadores cruciais para o parecer da anfitriã sobre quem merecia ou não ser convidado.

E depois de escolhido, o participante da festa continuava sob apreciação. Embora fosse impensável tamanha indelicadeza de desfazer um convite para uma festa, as atitudes e comportamentos dos convidados deviam fazer justiça ao convite. Assim como as madrinhas precisam saber se colocar no seu lugar, é esperado que um participante saiba agir à altura e distinção da ocasião.

Depois que um convite era irreversivelmente feito, as fofocas, piadas, constrangimentos e até mesmo apoio profissional viravam arma de controle dos anfitriões sobre as condutas esperadas dos convidados. No vídeo-convite de Malu e Rodrigo em Belém, o noivo debocha de quem poderia ser um padrinho e é retirado da lista especial porque “bebe demais” e outro que “come muito... é festa com *buffet*, vai que acaba a comida”.

Já em São Mateus, em São Paulo, essa não era uma questão tratada com tanto bom humor. Na festa em que o *buffet* era servido com os ingredientes comprados pessoalmente pelos pais do noivo, a reunião com a cozinheira tinha se dedicado também a decidir como a quantidade de alimentos seria controlada. Ao que o pai do noivo pensou sobre quais petiscos poderia oferecer antes do jantar, a profissional foi enfática na sua sugestão. “Meu filho, você vai servir salgado! Você serve salgado e refrigerante; o pessoal vai forrar com salgado, entendeu?”, disse ela em estratégia para apaziguar o apetite dos participantes da festa antes que o banquete principal, com os itens mais caros, fosse servido.

A mãe do noivo concordava e já traçava estratégias para se esquivar do que havia acontecido anos antes no casamento do outro filho, quando “o pessoal fazia uns pratos assim, gente, desse tamanho! E depois ia tudo pro lixo, o povo não come!”. Conforme sua orientação, no dia do casamento organizado com o trabalho coletivo dos parentes (e meu como cerimonialista), o irmão do noivo estava há quatro dias sem dormir para ajudar na festa e ainda assim foi designado para servir pessoalmente o *stroganoff* no prato de todos os convidados.

Contra o desperdício ou a possibilidade de um convidado tentar obter vantagem na festa prejudicando os demais, aos olhos dos anfitriões às vezes era melhor constranger os convidados do que ocupar-se das frustrações. Tais situações ocorreram também na pesquisa de Cristina Marins com cerimonialistas profissionais no Rio de Janeiro, onde a antropóloga foi certa vez transformada ela mesma em segurança da mesa de doces para coibir os roubos dos quitutes. Estratégia que não parecia descabida frente às descrições de uma convidada que, aproveitando a sacola que servia de invólucro de um dos “mimos” da festa, saqueou uma quantidade maior de guloseima (MARINS, 2017).

E além de um comportamento adequado em relação às comidas e bebidas da festa, Rodrigo no seu vídeo aos padrinhos e madrinhas faz questão de, comicamente, excluir também quem “só dá camiseta de presente”. No contrapeso do casamento que tinha altos custos financeiros, de tempo e de conflitos nas relações para os anfitriões, a dádiva impressa nos seus convites continha também uma alta expectativa de retribuição. Passada a animação na escolha do cardápio que transformaria sua festa num evento “sofisticado” e tentaria agradar todos os convidados, Helena ponderou com sua mãe sobre o comportamento dos parentes e amigos enquanto confessava também suas frustrações.

Mãe: Padrinhos antes dava fogão, geladeira, agora é por consideração, não é pelo presente. É por ter a pessoa no altar com você...

Helena: É isso mesmo, mas é tanto gasto na festa que você espera algo em troca... Eu não tô fazendo festa pra só dar festa. Também quero alguma coisa em troca. Se eu colocar uma travessa de R\$ 30 na lista, vão dar pensando que tão dando e ainda precisa pagar hotel. Aqui! [mostra o muque] Cada um custou R\$ 200 lá! Eu cansei, estou enjoada, parece que tá muito perto pra pagar tudo e muito longe pra realmente acontecer tudo, tudo que esperei por tanto tempo. E chegou um momento que eu só gasto e não ganho nenhum presente, ninguém pergunta o que eu preciso. (Helena, São Paulo, 2016)

Na ansiedade da festa acontecer, a noiva inquietava-se também à espera dos presentes. Mas na mesma proporção de seus esforços na oferta da festa, além de esperar pelos regalos dos convidados, supunha que os itens não fossem demonstrações módicas de afeto. Anexado ao convite oficial do evento, a noiva tinha feito questão de enviar também o endereço eletrônico preparado especialmente pra ocasião e no qual indicava quais presentes os participantes deviam providenciar. Na lista composta de eletrodomésticos, móveis, utensílios de cozinha e propostas de passeios a serem feitos no destino da lua de mel, nenhum item podia ser comprado por menos de R\$ 150.

Tal dinâmica de indicação precisa do que se esperava de volta dos convidados como presentes se expandia, no caso de Luiza, até mesmo para seu chá de panela – quando me deparei com uma lista em que cada produto girava em torno de R\$ 200. Regalos sofisticados e “chiques” tal como a festa que ela nos ofertava no famoso restaurante da cidade. E, independentes, inclusive, daqueles que deveriam ser oferecidos para o casamento.

Além disso, nas festas realizadas no estado de São Paulo, as noivas e noivos contavam ainda com outra engenhosa estratégia de aumento das retribuições dos convidados. À certa altura da comemoração, depois do jantar e com os participantes já embriagados (quando não fosse um evento de casais evangélicos), padrinhos intimavam todos os convidados homens a contribuir com a “gravata” do noivo. Situação na qual o adereço da roupa do anfitrião era cortado em pequenos pedaços e trocado por algumas dezenas de reais com os convidados acuados pela gritaria masculina coletiva.

Recusar a participar da brincadeira era um grave afronte ao noivo. Em muitas festas, quem não contribui recebe um adesivo de “mão de vaca” na roupa para ter sua ingratidão identificada por todos os outros participantes. Situação essa que Eduardo, entretanto, tentou evitar de modo inovador: antecipando que qualquer convidado pudesse

justificar o não pagamento pela falta de notas de dinheiro, o noivo passou uma maquininha de cartão de crédito e débito entre seus amigos e parentes e conseguiu, ali na festa, arrecadar quase R\$ 4 mil. Quantia essa ainda maior no casamento de Alice e Caio, quando a noiva foi a primeira entre suas amigas a inaugurar ela também um circuito de arrecadação financeira entre as mulheres. Mas no caso, eram chaveiros de sapatinhos transparentes, como os de Cinderela, que eram distribuídos entre as convidadas pagantes e faziam as vezes dos pedaços de gravata.

Já no casamento de Jonas e Isabela, parte dos presentes esperados era o próprio engajamento dos convidados no trabalho direto da preparação da festa. Além do padrinho que pagou pelos serviços fotográficos, a sogra que confeccionou o vestido da noiva na loja de São Mateus e o *buffet* oferecido pelos pais do noivo, tias e primos chegariam dias antes da festa acontecer para poder ajudar. A tia traria de Goiânia a farinha especial para a farofa, tal como o evento merecia. E a vizinha passaria a madrugada de véspera da festa comprando flores para a decoração da igreja e o salão que eu ajudava a organizar. Além de coisas, os noivos contavam receber ainda o tempo e o trabalho dos convidados como gratificação ao convite tão valorizado.

E se a expectativa de retribuição de presentes que equivalessem ao valor da festa já era alta em relação aos participantes, tal exigência se exponenciava no caso dos padrinhos e madrinhas. Malu, no mesmo dia em que me mostrara o vídeo de convite emocionado à sua madrinha, que era “única” em sua vida, celebrou uma outra amiga que havia lhe presenteado com todo o aluguel do salão da festa para comemorar o casamento e “isso ela nem sabia, nem sonhava, que eu pensava em chamar ela pra ser madrinha, deu por amizade, por amor”. A noiva, que já contava com cama e geladeira na nova casa, estava só “esperando um padrinho dizer 'o que vocês realmente precisam?'" para indicar o fogão específico escolhido pelo casal.

Por um lado, certamente a maioria das escolhas de padrinhos e madrinhas era guiada de acordo com os diferentes graus de proximidade e afinidade entre parentes e amigos e servia como um atestado público da força dos vínculos pessoais. Todavia, não era incomum encontrar também, em todos os casamentos, aqueles casais que eram escolhidos para a função a partir da expectativa dos presentes que poderiam ofertar.

Malu ria enquanto falava sobre os tios do noivo que “são donos de uma empresa de modulado... Então tinha que ser nossos padrinhos! É na cara de pau!”, dizia. Àquela altura de preparação adiantada da festa, a noiva aguardava com ansiedade a indicação de que seria

presenteada com os armários do quarto ou da cozinha. Helena, do mesmo modo, fez questão de incluir o casal de tios de maior poder aquisitivo sabendo que deles podia contar com a geladeira *duplex* para a casa nova. E Rafael, em contrapartida, não se ressentiu com o tio esquivo ao convite de padrinho, pois sabia que sua situação prolongada de desemprego comprometia a possibilidade de ele assumir a contraparte do lugar de prestígio. Dele não podia se esperar nem a presença, quanto menos um valioso presente.

Relação e ambivalência

Uma festa não existe sem os convidados. Dos sonhos pessoais, a pedidos de casamento e engajamento de anfitriões na construção de um grandioso evento por meses ou anos, uma celebração só se completa quando ela chega finalmente ao crivo daqueles particularmente escolhidos para apreciá-la – e nos dois sentidos do termo. No clima de reencontro eufórico e descontraído, tão precisamente capturado pelas lentes fotográficas profissionais, uma festa é produzida como um inequívoco espaço para comunhão. Mas por outro lado, é ainda o momento no qual tudo aquilo que anfitriões produziram estará também sob avaliação.

Nenhum esforço pode ser poupado nesse objetivo comum de construir a melhor de todas as festas. O que significa também sacrificar poupanças, bens pessoais, horas em “missão” de vendas de bolos nas ruas ou anos de endividamento. Anfitriões, com eventos em qualquer região ou orçamento, sabem que as expectativas sobre seus casamentos estarão altas. Muitos deles, aliás, trabalharam exaustivamente para produzi-las.

Malu queria os vídeos dos padrinhos em retorno porque “a gente quer mostrar”, Luiza se mobilizou a outro continente para ser fotografada e Helena tinha criado até mesmo sua própria *hashtag*. Intensivamente divulgadas, as festas criadas sob *menus* com champignon, *carpaccios* e queijo *brie* para se tornarem únicas e sofisticadas precisavam também instigar e agradar aos convidados, convencendo-os do valor daquela ocasião. Além de garantir o alto orçamento condizente àquilo considerado como uma festa desse tipo e seguir protocolarmente uma intensa rotina de compromissos com fornecedores, fazia parte do trabalho dos anfitriões também engajar os possíveis participantes num clima crescente de expectativa, criando uma reputação para a festa tanto quanto para si. Para se antever um bom casamento, é preciso garantir-se como um bom anfitrião.

Aqui, é impossível passar incólume à proximidade de tais empreendimentos com aquela que talvez tenha sido a festa mais observada por toda a teoria antropológica. Analisado a partir de relatos etnográficos sobre povos do noroeste americano, Marcel Mauss (2003b [1925]) pontua o *potlatch* enquanto um evento de dissipação espetacular de riquezas materiais e exemplar de uma dinâmica de “prestações totais de tipo agonístico” (MAUSS, 2003b [1925], p. 192). Para ele, acionando disputas ao mesmo tempo jurídicas, econômicas e políticas, tais festas exuberantemente marcadas pela destruição de bens teriam como princípio a busca de seus anfitriões em impor uma superação suntuária sobre seus convidados. Destacadas pelo antagonismo entre chefes e nobres, o *potlatch* surgiria como uma imbricada competição de ostentação em que, a cada festival, um anfitrião se veria determinado a suplantar a demonstração de prestígio de seu rival.

Já para Beatriz Perrone-Moisés (2015), em contrapeso ao seu caráter de destruição, o *potlatch* poderia ser visto como uma festa de distribuição: uma situação em que, a despeito da hostilidade o que deve prevalecer é o código da hospitalidade, pois, pelo esbanjamento desmedido, o objetivo de um anfitrião “não é gastar, é dar” (PERRONE-MOISÉS, 2015, p. 25). Sua proposta parte de um empreendimento em compreender “o que seria a política à moda dos povos nativos da América” (Ibid., p. 4) e, em seu texto, ela analisa a composição das festas ameríndias como um evento capital da vida social. Questionando as teorias que tomam a reciprocidade das trocas comerciais como o contraponto para a paz no estado de guerra, a autora identifica na festa o seu par de oposição. Pensadas como uma matriz relacional, assim como inimigos em guerra estão em inexorável relação (conectados por sua rivalidade), na festa anfitriões e convidados se vêm postos numa perpétua vinculação de contrariedade. Lá, ela defende, anfitriões e convidados encenam a alegria exacerbada e a espetacularização de seus atos de modo a conjurar suas diferenças numa relação entre contraposição e composição. E, por isso, festa, em sua análise, não é um lugar onde se faz política, mas é a própria política (Ibid., p. 15).

Feita para incluir também o próprio inimigo de outrora, é na festa que se dá a feitura de pessoas, de grupos e pessoas em grupos. Em seus termos, “trata-se de conjuntos de pessoas (sempre) temporariamente reunidas por alguém que as ‘puxa’ e fica encarregado de mantê-las sempre ‘vivendo bem’, com alegria, paz e fartura” (p. 76). É onde são definidos os limites de quem está dentro ou quem está fora, as condições de pertencimento de cada um e, principalmente a posição do anfitrião. Feito chefe por sua generosidade, o dono da festa

é aquele “que recebe, o que acolhe, o que dá de comer” (p. 45) e cuja adesão ao seu convite depende exatamente do seu prestígio como doador de boas festas.

Em relação às festas de casamento, Erika Pinho (2017) buscou afastar-se de uma visão econômica reducionista que tenderia a vê-las como “ocasiões de dissipação inútil ou mera ostentação” (PINHO, 2017, p. 320) e defende a proximidade de tais eventos ao *potlatch* por meio de seu caráter de coletivização: a criação e um momento público de demonstração da vinculação entre aqueles ligados por dádivas e contra dádivas. Já em meu caso, também considero o casamento mais do que um evento de dissipação de riquezas e tendo a percebê-lo para além da dimensão de seus *custos*, ressaltando-o como um momento de *investimento* de seus anfitriões nas relações. Mas é um momento de investimento também em prestígio. E, nesse sentido, em retomada à discussão de Mauss e inspirada na leitura de Perrone-Moisés, me parece importante aqui não deixar escapar o caráter de ambivalência impresso nas festas oferecidas para impressionar.

Assim como um *potlach*, não é qualquer pessoa que pode dar uma festa de casamento para centenas de convidados. Feita sob intenso investimento em tudo aquilo “sofisticado” e de “qualidade”, característicos para a criação de uma ocasião extraordinária, anfitriões não deixam de tomar contraposição a outras festas e, assim, competir para a construção de suas próprias reputações. Luiza comparando-se às amigas com uma estética “exagerada” ou Rafael, no capítulo anterior, falando sobre a “competição” da sogra com as festas anteriores da cidade talvez sejam os exemplos mais diretos de tal suposição. Anfitriões sempre querem superar, seja suas próprias festas ou as dos outros. Mas tal antagonismo não é por si só o motivo pelo qual um casamento é posto em preparação.

Luiza, ao se afastar das amigas e diferenciar sua festa das demais, por outro lado, insistentemente trabalhava para se afastar da “necessidade de mostrar que o casamento foi muito caro”: tinha que ser “chique”, não “caro”. A festa não podia ser como qualquer outra, mas esbanjar em ostentação estava fora de questão. Tal como entre a contradição criada entre vestido de noivas que precisam parecer valiosos mesmo sem ninguém saber o valor, toda a festa de casamento era orquestrada de modo a amenizar a perigosa avaliação de antagonismo e suntuosidade dos anfitriões.

Entre a precaução de que sua festa será vista como de “bom gosto”, adequada à altura de um evento que tenha “a ver com noiva” e que conterà tudo aquilo que o “pessoal gosta muito”, o preparo de um casamento transcorre sob um clima tenso no qual o

compromisso dos anfitriões é oferecer um evento excepcional, e também ao agrado dos convidados. Planilhas e tentativas de controle até mesmo sobre as unhas fotografadas constituem um cenário ímpar de apreensão. Pois seja decoração, músicas, comidas, local do evento, cores temáticas, flores, iluminação, serviços ou o próprio vestido de noiva, nada escapará aos olhares atentos daqueles que esperam se fartar na mais alta hospitalidade.

Aos olhos dos anfitriões, oferecer uma festa como essa é apresentar-se sob uma inegável generosidade. Sacrifícios econômicos, de horas de trabalho ou de conflitos familiares são enfrentados. Entretanto, na mesma proporção, se espera que eles sejam recompensados. Dada sua magnitude e distinção, uma festa de casamento inaugura um ciclo de dádivas no qual os anfitriões não esperam nada a menos do que contrapartes também excepcionais. Entre casais que narram suas trajetórias de organização das festas sob um prisma de tantas renúncias, é esperado que o convidado reconheça o valor do convite que lhe foi entregue, e, em gratidão, esteja pronto para “tirar do nosso corpo pra dar” algo aos donos da festa. Anfitriões se sacrificam pelos convidados e, em contrapartida, esperam o sacrifício deles em troca.

Operando a partir de uma lógica de compensação de um esforço por outro, anfitriões oferecem uma festa de casamento enquanto uma dádiva e, no sentido de extraordinariedade aplicado ao termo, é mais do que agradecimento que se espera em troca. Tomado pela medida imposta por um “extra”, o casamento gera uma “economia da gratidão”, tal como Arlie Hoshcshild tem se referido (2003). E, assim como ela discorre sobre os conflitos na divisão do trabalho doméstico entre casais heterossexuais num cenário posterior aos movimentos feministas, uma festa de casamento inaugura uma delicada conjuntura de confronto de expectativas. Nela, qualquer ação do outro precisará estar sob constante suspeição, pois se por um lado sacrifícios podem ser transformados em dádivas, por outro, eles precisam necessariamente também ser reconhecidos como tal por quem é a outra parte da relação. Não basta se sacrificar, é preciso convencer de seu sacrifício.

Diante de uma festa de casamento, os convidados têm que se fazer presentes. E isso significava não apenas comparecer ao evento cumprindo com o convite tão exclusivo, como também materializando em objetos sua consideração aos anfitriões e o esforço deles na produção do casamento. Nas longas listas de “algo em troca” que noivas esperam, há a expectativa de que convidados cumpram em retorno à generosidade dos anfitriões e mostrem que seus vínculos com os donos da festa não serão barateados.

Em uma festa de casamento, não se pode oferecer um presente qualquer. Enquanto objetos de valor, as mercadorias transformadas em presentes num evento como esse precisam ser capazes de figurar uma correlação entre as coisas dadas e as intenções de quem deu, tal como Ypuan Garcia (2018) observou quando em sua pesquisa sobre a circulação de objetos no universo do catolicismo popular em São Paulo. Dentre tantas possibilidades de itens a serem ofertados, não raro os convidados escolhem aquele com o qual se sintam representados, por meio do qual esperam ser “lembrados” quando usados pelos noivos e, por isso mesmo também, o desconforto comum entre convidados quando noivos optam pela impessoalidade de montantes de dinheiro como única forma de regalo requisitado para o casamento.

Assim como debatido por Appadurai (2008 [1986]) e esmiuçado na primeira parte desta tese em relação aos vestidos de noiva, os presentes de casamento produzem uma intensa transitividade entre o valor das coisas e das pessoas. E se por um lado, para ele, o sacrifício de um objeto por outro é o que “constitui a vida econômica” (APPADURAI, 2008 [1986], p. 16), para noivas como Malu, Helena ou Luiza, a troca de sacrifícios consistia em elemento comum para atestar se alguém merecia ou não a dádiva que elas ofereciam.

Na contraposição das avaliações geradas quando se recebe algo além ou aquém do esperado, os presentes de casamento agem também como mediadores das próprias relações. Enquanto contra dádivas, tais objetos tinham o poder de manejar os vínculos em um casamento, fosse reforçando ou estremecendo aos vínculos – inclusive os de parentesco.

Paralelamente, no intrincado cálculo de sacrifícios e compensações pela “economia da gratidão”, o trabalhar para os anfitriões também tomava forma de contra dádiva e referenciava as relações. Não bastasse todo o tempo mobilizado para as interações em expectativa nas redes sociais ou até mesmo na busca e contratação de seus próprios trajes e produção pessoal para o grande evento, em alguns casos, o convite para uma festa de casamento devia ser recompensado também pela dedicação de trabalho direto dos convidados. Tal como era o cenário das festas na periferia de São Paulo feitas a partir de grandes mutirões familiares, nos vídeos-convites de Malu gravado em forma de presente pelos amigos, ou ainda das madrinhas que organizavam e animavam as despedidas de solteira ou chás de panelas.

E, embora se exercendo de modo diferente do ciclo instaurado pelo trabalho voluntariado, tal como analisado por Antônia Pedroso de Lima em Portugal, no casamento o

tempo também parecia se inserir numa forma especial de troca “que está para além da escolha racional assumindo (também) um valor de mercado, simultaneamente afectivo e financeiro, moral e social” (LIMA, 2015, p. 22). Para além das coisas, há valor em atos (LAMBEK, 2013) e, nesse sentido, a transformação do tempo em presente era uma outra forma de se fazer justiça a um convite de casamento.

Casamento exige compromisso e convidado tem que se doar. E ao contrário do risco que anfitriões correm de ter sua generosidade avaliada como tentativa de ostentação, não encontrei qualquer ameaça correspondente em relação aos convidados. Presentes inesperados, como o pagamento do salão de festas de Malu pela amiga que “nem sonhava” que seria madrinha, ou uma dedicação exagerada, como a do “cumpadi” Neno, estavam longe de incorrer o risco de parecerem uma tentativa arrogante de exibição. Antes, emocionavam anfitriões que, com tais atos, tinham comprovado o “quanto a gente é querido”. Atestados de “amizade” e “amor”, como diria a noiva que vendia os bolos, a devoção dos convidados fosse em forma de coisas ou de tempo de trabalho serviam como confirmação do prestígio dos anfitriões. No valor da contra dádiva estava, para os anfitriões, a medida reconhecida de seu próprio valor.

Mas contar que os convidados recompensassem o reconhecimento público do valor da relação com presentes dignos à inclusão na festa era, ao mesmo tempo, incorrer em um enorme risco de frustração. No casamento de Helena, a noiva cansada diante do “momento que eu só gasto e não ganho nenhum presente”, o preço mínimo dos itens de sua lista poderia constranger os convidados dispostos a lhe dar “uma travessa de R\$ 30”. Mas ela não tinha como se esquivar da decepção da madrinha que nunca apareceu com sua contraparte. Assim como Luiza, em Belém, que contra a cunhada desleixada das unhas azuis, tinha sido somada ainda a queixa de não ter oferecido nenhum desconto no preço do aluguel do salão de seu hotel, onde o casamento aconteceria.

Aos convidados não era criado qualquer constrangimento para inibir seus excessos nas demonstrações de afeto, mas, por outro lado, uma “ajuda” ou presente parecer pesar de menos era um risco constante. Nesse delicado balanço entre expectativas de reconhecimento dos afetos e prestígios, como calcular o valor de uma contradádiva? Como balizar uma equivalência àquela ocasião criada para ser extraordinária?

Lá em casa, enquanto minha irmã produzia seu casamento, eu desenhava essa tese. Páginas de descrição ou análise sobre como se casam tantas noivas até então

desconhecidas estavam muito longe daquilo que ela esperava de mim, enquanto a “irmã da noiva” e sua madrinha. É justo que presenteá-la com a contratação do *bartender* responsável por parte considerável da animação da festa não tinha sido um ato desprezível. Mas na exigência que eu providenciasse um vestido antes nunca usado, preparasse as brincadeiras desconfortáveis de seu chá ou que investisse mais de um terço da bolsa de doutorado na contratação de cabeleireiro e maquiador profissional, contra mim ela se abria em franco conflito e mostrava que esperava mais.

Tal como apontado por Alain Testart (2013), imposta pela dádiva, a contrapartida é sempre uma obrigação que por vezes escapa a uma regra clara sobre o que servirá de compensação. No ciclo de reciprocidade imposto por um convite de casamento, a dívida é sempre um componente intrínseco à relação, embora esteja também aberta à negociação. Pois nem sempre aquilo que serve para ver “quanto a gente é querido” é o mesmo entre qualquer anfitrião: no dia do casamento de Jonas, por exemplo, “uma travessa de R\$ 30” tal qual àquelas banidas na cerimônia de Helena era um presente recebido com muita satisfação.

E se mesmo da comparação entre diferentes anfitriões é possível consensuar o que parece justo como um presente de casamento, entre convidados, o desencontro de anseios tende a ser ainda maior. Malu podia sonhar com os armários modulados do quarto ou da cozinha, mas talvez aos olhos do tio do noivo transformado em padrinho, um novo conjunto de painéis podia ser presente suficiente à ocasião. Tal como a mim, por exemplo, oferecer as bebidas à festa parecia ter encerrado a dívida com minha irmã.

Nesse desencontro de anseios, conflitos de anfitriões contra convidados são deflagrados. Por vezes as tensões aparecem em reclamações diretas contra aqueles julgados como “mão de vaca”, como diziam os adesivos colados na dinâmica das gravatas, ou por explicitações indiretas por meio das fofocas, nos comentários atravessados, indisposições ou até mesmo nas piadas. Assim como não deixaria de acontecer comigo, cobranças das mais diversas intensidades eram tensionadas entre anfitriões e convidados e colocavam sob ameaça os *status* de suas relações. Um convidado, tal como uma madrinha, também “tem que aguentar”. E no deslizamento de mercadorias ou tempo em contra dádivas da festa de casamento, amigos e parentes também precisavam garantir suas reputações como bons convidados.

Disso decorre-se que se, por um lado, a definição da lista de convidados encerra o inescapável confronto entre anfitriões na disputa daqueles se reconhecerão entre os seus, por

outro lado, ela inaugura o acirramento das pressões sobre os convidados e o controle de suas reputações. Não à toa que, a despeito da antecedência com a qual se inicia a preparação de uma festa, os convites só são finalmente oficializados e distribuídos quando ela já está prestes a acontecer. Pois durante todo o tempo suspenso pela extraordinariedade do casamento, entre a expectativa e o gozo do evento, um convidado precisa mostrar que merece ser convidado. E merecer ser parte ou participante da festa é cumprir com uma boa retribuição.

Ao mesmo tempo, não é incomum que no ciclo de reciprocidade impulsionado por um casamento, um convite de uma festa agora seja a retribuição de uma festa de outrora. Embora não haja nenhuma regra tão explícita, é comum se convidar alguém a participar do seu evento porque antes já se fora convidado no casamento desse outro alguém. O convite, em retribuição, se torna um importante elemento de atualização de laços e, muitas vezes, dá novos impulsos à relação. Mas, já em relação aos convites que determinarão quem será parte, não só participante da festa, aos anfitriões é inescapável pagar suas próprias dívidas.

O convite de Helena à irmã do melhor amigo para ser sua madrinha, embora não tivesse com ela tanta proximidade afetiva, fazia parte de uma dinâmica na qual a própria noiva também tinha suas dívidas a serem pagas. “É por retribuição”, ela me dizia enquanto apontava para o quanto que na relação entre anfitriões com padrinhos e madrinhas, o ciclo de reciprocidade surge com uma roupagem um tanto mais pesada do que em relação aos outros convidados do evento. Se fora madrinha em outrora, é preciso fazer a outra madrinha agora.

Depois de feito, um convite de casamento não pode ser desfeito sem o prejuízo do rompimento de uma relação e, no caso de um participante comum, uma confirmação de presença depois de feita precisa ser honrada. Faltar a uma festa na qual tenha se comprometido, em muitos casos, pode ser avaliado como um grave desrespeito aos seus anfitriões – inclusive porque o montante final pago por eles depende mais desse número de confirmações do que o de presenças no próprio dia da festa.

Mas o convite para madrinha e padrinho é uma dádiva irrecusável. Fosse pelas entregas altamente protocolares e registradas para serem divulgadas, a convocação para o posto de madrinha e padrinho incorre sob uma atmosfera de completa certeza que, aos convidados, não haverá qualquer possibilidade de declinar ao convite. O tamanho do constrangimento cravado na obrigação de receber tal dom é proporcional à magnitude do gesto performado pelos anfitriões.

Com a convocação à festa especial em mãos, convidados tinham confirmado seus status privilegiado na rede dos donos da festa. E, por vezes, como vimos no capítulo 3, o convite tinha o poder até mesmo de requalificar seus próprios vínculos. Dada sua relevância, um convite de casamento é capaz de transformar pessoas e relações. E daí a comoção de Rafael ao falar dos padrinhos que agora lhe “chamam de afilhado”, que “criou uma relação bem, bem forte mesmo” até então inesperada por ele, ou a de Eduardo, choroso ao agradecer o “cumpadi” que agora lhe recebe todos os domingos para o almoço de família.

E mesmo em casos onde a vinculação como madrinha não pareceu corresponder a um impulso sentido no cotidiano da relação, a sensação de dever retribuir o posto de destaque ocupado outrora também nos aponta para um efeito duradouro desse ciclo de reciprocidade ao longo do tempo. Helena tinha sido madrinha da irmã do amigo, mas embora tal ocasião não tivesse produzido nenhuma mudança sobre os seus distanciamentos, a falta de proximidade não era motivo suficiente para ela se esquivar de tal retribuição. Mesmo se um convite como esse não reconfigurasse a trocas de nomes ou de fato materializasse uma nova dinâmica cotidiana na relação, ao menos ficaria sua dívida. E enquanto em dívida, as pessoas também se mantêm conectadas.

E aqui, o exemplo da despedida de solteira de Beatriz trazido no início desse capítulo parece ser capaz de congrega tais nuances e ambivalências. Do mesmo modo como recusar um convite para se ser madrinha de um casamento pode configurar uma ofensa grave com possibilidades de ruptura da relação, aceitar participar das brincadeiras da festa era condição inescapável. Madrinha tem que aguentar, o que inclui também saber brincar.

Em reverência à anfitriã da boda que estava por vir, uma amiga tinha que passar pela vergonha de ter seus movimentos de sexo oral publicamente corrigidos e outra rir de sua desvalorizada condição de “encalhada” do grupo. Para fazer parte do “time da noiva”, tínhamos que nos desconfigurar em fantasias, dançar em ritmos provocativos e, tal como na pressão masculina por pagar os custos da gravata nas festas de casamento, condescender à noiva.

Em pesquisa num território quilombola no estado da Bahia, Suzane Vieira (2015) apresenta o humor como o principal traço constitutivo da socialidade entre compadres e comadres. Mestres na “arte da pirraça”, ela mostra como homens e mulheres da comunidade interagem por meio de um confronto humorado que, entre os seus, está sempre em busca do riso compartilhado. Não raro, tais zombarias se firmam a partir de um conteúdo

preeminentemente erótico e, ao mesmo tempo em que aliam, reestabelecem os tabus sexuais entre homens e mulheres vinculados pelo batismo das crianças. Aceitando e revidando às provocações, a zombaria atualiza os vínculos entre compadres e comadres e, via “pirraça”, agenciam horizontalmente as relações. Lá, é com quem se ri junto que também se faz alianças. E, por isso, também valia o contrário. Diante das constantes disputas territoriais, “tirar do sério” os agentes capitalistas era estratégia política fértil contra as ameaças e desestabilizavam as desigualdades implicadas naquela negociação. “Pirraçando” o inimigo, os quilombolas sobrepunham-se às tentativas de expansão comercial de suas terras e mantinham pra fora aquele que não sabia brincar.

Na interação direta e exclusiva entre anfitriões com padrinho ou madrinhas, o humor era uma tônica privilegiada. Tal como no vídeo-convite de Malu e Rodrigo em que a comoção pela convocação vinha junto de piadas contra os comportamentos reprovados para convidados, a festa de despedida de solteira de Beatriz era criada como um espaço onde noiva e madrinhas pudessem rir juntas. Em seu caso, para ser sua madrinha a amiga ou parente precisava se dispor a rir de si mesma e com a noiva compartilhar a diversão.

Mas em tal ocasião, as brincadeiras de conotações sexuais pareciam entrar em lugar diferente daquelas descritas por Vieira (2015). Praticadas numa dinâmica interna e secreta entre mulheres, onde os únicos homens permitidos eram aqueles gays e previamente descartados de qualquer possibilidade de intercursos sexual, as gozações na despedida de solteira estavam longe de provocar algum sentido de interdição incestuosa entre compadres e comadres. Entretanto, reavivava o tabu sobre a iniciação sexual feminina antes do casamento sob forma de piada.

Em correlação às dinâmicas articulações entre prazer e perigo em contextos de manifestações do erotismo, tal como Maria Filomena Gregori (2016) explorou a partir da circulação e usos de brinquedos sexuais como aqueles dispostos entre as convidadas de Beatriz, a festa de despedida de solteira tensionava os limites sobre a sexualidade enquanto se constituía como marco na preparação do casamento. Lá, tomando como pano de fundo tanto a feminização do mercado erótico no Brasil como seu investimento em um “erotismo politicamente correto” descritas pela autora (GREGORI, 2016, p.25), a sexóloga confirmava o tom pedagógico das brincadeiras e criava uma experiência estética, na qual uma suposta iniciação sexual da anfitriã precisava ser encenada.

Na brecha ambígua aberta pelo humor, os jogos de gozação ali criavam um espaço íntimo de comunhão e aliança entre mulheres naquilo que intuía ser um traço constitutivo das trajetórias femininas – supostamente todas um dia iriam se casar – mas, ao mesmo tempo desestabilizava as relações entre elas e a própria suposição do futuro comum. Ironizando para a mãe do noivo que seus conhecimentos sobre as práticas sexuais eram resultado de muita leitura “na internet”, Beatriz atualizava as narrativas sobre o que deveria ser uma noiva e negociava com os limites previstos de sua sexualidade (tais como aqueles tensionados pelos vestidos sereias no capítulo 2) enquanto também brincava com a improbabilidade de sua virgindade. A regra estava ali, e para ser caçada.

Além disso, sendo direcionada especificamente para a sogra, a piada colocava-se sob outras possibilidades de análise. Enquanto entre os quilombolas o uso da “pirraça” servia para afastar as tentativas de arrendamento de suas terras, configurando o limite de quem estava fora e desestabilizando posições de desigualdade, era justamente por aquela possibilidade extraordinária do riso compartilhado que Beatriz se contrapunha às assimetrias relacionais com sua futura parente.

No desconforto das relações instauradas indiretamente por um casamento e entre quem se vê “parente” a partir da aliança jurídica entre os noivos, é longa a tradição de estudos sobre as dinâmicas jocosas entre cunhados, sogro-nora e sogra-genro. Para Marcel Mauss (1979 [1926]) aquilo que ele identificou como “relações jocosas” podiam ser encaradas como um tipo específico de vinculação provocado pelas dinâmicas de reciprocidade das contraprestações. Em seu debate, são correntes as comparações entre diferentes contextos etnográficos no qual a sogra aparece uma “credora sagrada” para um genro sempre em dívida pela esposa oferecia como dádiva.

Dada sua posição relacional marcadamente singular, entre sogra e genro é exigida uma postura diferenciada na interação, variando localmente entre interações de respeito, evitação ou de completo direito de grosseria, no qual a uma liberdade de gozação muitas vezes se exerce também como uma forma de autoridade de censura e vigilância moral entre as partes (MAUSS, 1979 [1926], p.168). Buscando investigar as relações internas num mesmo clã e das hierarquias entre seus próprios membros, o autor pensa sobre a desigual distribuição de doses de respeito ou irreverência entre as posições de parentesco e, desse modo, traça uma teoria geral sobre os vínculos implicados sob uma sutil ambivalência entre aliança e rivalidade.

Sob o mesmo empreendimento, Radcliffe-Brown (1940; 1949) se debruça sobre as “relações por brincadeira” e esmiúça as interações baseadas na zombaria como um recurso social de aproximação entre diferentes. Sob o olhar estrutural-funcionalista, parte de sua argumentação estava em evidenciar que, embora não-contratualistas, as relações jocosas agiam a partir de um caráter essencialmente regulador. Enquanto obrigados a não se ofender uns com as zombarias dos outros, alianças seriam feitas por um sistema relacional que, segundo ele, teria como função limite a prevenção do próprio conflito social mais amplo. Constituindo uma relação de mútuo respeito e aliança entre diferentes por outra via, ele sugere que, ao invés de brigar, membros de grupos antagônicos brincam de brigar.

Diferentemente da oposição de gênero entre os pares tão privilegiada na literatura antropológica sobre relações jocosas, aqui, a brincadeira aparecia como recurso de vinculação e diferenciação entre mulheres. Reservando à futura sogra a pior das fantasias e rindo de que “essa é a única vez na vida que [poderia] fazer isso”, a noiva garantia a gozação com aquela que, fora daquele marco temporal da festa, se devia respeitar – ou no mínimo suportar. Beatriz se divertia com a extraordinariedade de sua interação e, sem cerimônia, desfigurava a mãe do noivo numa gozação que servia tanto para desarmar ou ao menos tensionar as hierárquicas relações geracionais familiares, como incluí-la numa experiência ambivalente de conjugação. Dali e depois de muito provocar, ela saía como a “nova filha” de sua sogra.

Já em relação às outras convidadas, o caráter sexual da festa elaborada para demarcar a atmosfera pré-casamento, parecia corresponder a uma reafirmação das assimetrias. Não bastasse a diversão causada quando as reputações sexuais de suas amigas eram colocadas em xeque pelas constantes intervenções didáticas profissionais, à noiva era celebrada também a promessa de uma “nova vida”, talvez justamente com mais sexo – ou mais companheirismo, como ponderava sua mãe.

Ser noiva era também comemorar a despedida da ali desvalorizada vida de solteira, colocar fim em um ciclo e festejar outro novo, cujo qual ela se anunciava de vestido branco e no centro das atenções. “Vai desencalhar!” gritava a madrinha em meio às homenagens de exaltação da superação da condição civil da noiva e traçando uma continuidade entre a comoção das mensagens finais com a zombaria feita de minutos antes contra a amiga acuada na leitura da “oração das encalhadas”.

Se, por um lado, o humor presente nas interações entre a noiva e as madrinhas tinha um efeito inequívoco de aliá-las criando uma experiência íntima de riso compartilhado, por outro, àquelas brincadeiras específicas estava reservada também uma dimensão abertamente diferenciadora. Ao invés de desestabilizar, tal como fazia com a sogra, as brincadeiras com as amigas transformadas em madrinhas reconduziam a uma hierarquia inerente à relação entre a anfitriã e as convidadas.

A coroa maior do que as das outras atestava o poder de mando da noiva naquela noite. Beatriz, assumiu a postura centralizadora de autoridade durante toda a festa e encarou as tarefas trazidas pela sexóloga como provações a partir das quais as madrinhas tinham que mostrar merecer tal posição no casamento. Embora a maior parte das outras mulheres presentes fossem consideradas suas amigas mais próximas e suas relações fossem publicamente as mais valorizadas entre outras amizades, a centralidade da posição da noiva na dinâmica da festa, assim como no processo de organização do casamento, dava à Beatriz uma espécie de licença para controlar tudo e todas. Ser a noiva era estar definitivamente no poder e instaurar uma nova dimensão hierárquica em suas relações de amizade que fora do tempo do casamento tendiam a se configurar como horizontais (LOIZOS, 1975).

O clima de diversão era um pressuposto e a despedida de Beatriz não se pretendia ser um evento desagradável para suas participantes. Mas as constantes repreensões da sexóloga ou dos castigos imputados pela noiva àquelas menos interessadas nas atividades orientadas, em contrapartida, criava um ambíguo clima de tensão e explicitava que além do riso como obrigação, havia algo a mais prescrito às convidadas. No caso de Beatriz, às madrinhas era impossível não comparecer à festa restrita e muito menos se esquivar de chupar dildos, desenhar pênis, dançar funk ou imitarem posições do Kama Sutra. Para fazer parte da hierarquia da festa em relação aos outros convidados, era preciso também comprovar saber qual era seu lugar em relação à dona da festa. Somada a aliança provocada pela distinção daquela relação, estava ali também pressuposta o reconhecimento de sua desigualdade.

Todavia, na ambivalência da relação entre noiva e madrinhas, diferentemente do que Radcliffe-Brown tenderia argumentar, não parecia que as brincadeiras surgiam como mecanismo de evitação do conflito. Ao contrário, elas eram o próprio conflito. Afastando-me de uma visão que tende associar as interações de hostilidade ou de contendas declaradas

como situações disruptivas e, portanto, desestabilizadoras da própria “sociedade”, o que as relações durante o tempo do casamento nos sugerem são análises em outras direções.

Na despedida de Beatriz e nas piadas que circulavam entre noivos e convidados, ao contrário de uma divisão entre o que seria um embate “sério” ou “de brincadeira”, o humor aparecia ele mesmo como uma forma de confrontação direta e mediação entre diferentes expectativas. No tempo do casamento, o conflito não é uma exceção à regra, mas parte constitutiva das interações. Tal qual as fofocas, as discussões ou a imposição de etiquetas específicas a cada ocasião, as piadas, brincadeiras de coerção ou de humilhação se figuravam como parte da dinâmica que colocava anfitriões e convidados em relação.

Se, por um lado, ser madrinha era fazer parte da festa e, portanto, ser familiarizada por meio de uma existência mútua com a anfitriã, tal como nos inspiramos no debate produzido por Marshall Sahlins (2011a) acima, por outro lado, se tornar membro uma da outra era também assumir o lado assimétrico de tal relação. E, nesse sentido, subscrevemos às ponderações de Janet Carsten (2000; 2014^a [2013]) acerca dos confrontos e conflitos inerentes nas relações de parentesco que não são apenas espessadas, mas também diluídas em contraposição. Numa prática dinâmica sobre o tempo, às relações estão implicadas tanto as promessas quanto suas violações, tanto atos de intimidade quanto inimizade, tanto o perdão como a vingança (LAMBEK, 2011).

Assim, ao invés de se configurar como uma contradição frente à generosidade daquelas que lhes convidavam para ser como da família, as brincadeiras nas quais madrinhas se submetiam em humilhação podem ser lidas como partes do próprio ato de conjugação. De sua capacidade de arranjar tanto aquilo que assemelha quanto o que desassemelha (STRATHERN, 2014c [1994]), as relações entre madrinhas e noivas eram constituídas a partir de uma reciprocidade que tanto as vinculava como diferenciava. O que define uma noiva, enquanto uma relação, não é o mesmo que define uma madrinha. Aquela que é convidada sempre estará subordinada ao convite da outra e como consequência de suas outras relações, pois é sempre preciso que haja uma relação antes (de produção da noiva) para haver a segunda (que produz a madrinha).

O conflito não era uma contradição. Mas parte inexorável a uma relação que, portanto, se compõe da ambivalência. Uma festa de casamento é feita da ambiguidade entre oferecer um cenário extraordinário de comunhão ao redor da comida que “todo mundo gosta”, mas que vem junto com o segurança para constranger os convidados em roubo de

doces, com o salgado “pra forrar” o estômago antes do jantar, com a quantidade de carne servida contidamente no prato, com a roupa que “vai ficar horrível” mas é obrigada a usar e com a cobrança agressiva do pedaço da gravata do noivo.

Mais do que o princípio para a reciprocidade, a dádiva instaurada por um casamento se impõe também pela ambiguidade da dívida. E como se as coisas oferecidas contivessem em si seu próprio veneno, como pondera Bailey (1971, p.24) sobre as “políticas da reputação”, um mesmo dom pode ser tomado como uma intenção de solidariedade tanto quanto um desafio. O seu sentido final, assim como as avaliações sobre o compromisso dos convidados, é sempre um campo em aberto.

Assim, é da tensão entre os códigos da hospitalidade e da hostilidade que uma festa de casamento é produzida. Um evento como esse, nem é somente dissipação, como diria a leitura de Mauss sobre o *potlatch*, e nem é só distribuição, como seriam as festas ameríndias na perspectiva de Perrone-Moisés. Mas uma festa de casamento é a conjuração desses dois domínios. De um lado, é ocasião excepcional de investimento nas vinculações, como Pinho adiantou (2017), mas por outro lado, e ao mesmo tempo, um marco espaço-temporal agonístico para essas relações.

Na circulação de comida, diversão, presenças e presentes, um casamento instaura um estado incomum de trocas, onde dádivas estabelecem e manejam os vínculos enquanto, ao mesmo tempo, as dívidas mantêm as partes das relações em constante desequilíbrio. Inclusive porque, tal como sugere a leitura de Jorge Villela sobre a teoria maussiana das trocas, é preciso sempre lembrar que “não se troca coisas com qualquer pessoa”, pois “antes das relações de dons há uma relação de poder” (VILLELA, 2001, p. 208).

Produzida para não ser qualquer festa, para confirmar que seus donos não são quaisquer pessoas e onde não se entra qualquer um, uma grande festa de casamento é ocasião extraordinária de produção, circulação e negociação de prestígios e reputações. E a depender dos sacrifícios e batalhas travadas pelo pagamento da própria festa, nas disputas pelos objetos nas lojas, pelas posições nas hierarquias familiares, ou da facilidade em que amigos podem ser transformados em inimigos quando a dádiva impõe sua contrapartida, em um casamento os limites entre festa e guerra correm sempre o risco de serem reconfigurados.

Da tensão deflagrada entre os seus, seja por uma reclamação, uma recusa, apatia ou descumprimento de orientação, as diferentes modalidades de explicitação do conflito colocam anfitriões e convidados em permanente estado de avaliação e apreensão. E, nesse

sentido, uma festa constitui-se como um cenário onde tensões não são apenas um resultado, mas produtoras das relações. De lá, prestígios e reputações circulam tanto quanto os objetos num manejo de posições intensamente disputado. Onde a inclusão do outro entre os seus se torna matéria de engajamento, inclusive para a diferenciação, e o que se consolida é a criação de uma aliança que, por fim, não exclui as relações de poder. Uma festa se faz para brilhar, não para se igualar.

Enquanto, por um lado, como vimos no capítulo anterior, fazer um casamento não é assunto de engajamento apenas de quem está se casando, por outro lado, não há anfitriões se não houver, em uma festa, os convidados. Assim como o momento de escolha do vestido de noiva é marcadamente protocolar e cerimonial, os eventos que precedem a grande festa de casamento também o são.

Aqui, estabeleci o debate retomando cenas de convites especiais e de despedidas de solteira para compreender como, no tempo do casamento, as dinâmicas entre anfitriões e convidados evidenciam não apenas relações de aliança como também de suspeição e hierarquia. Entre os participantes ou aqueles especialmente destacados como parte da festa, as madrinhas e os padrinhos, pensamos sobre a produção de relacionalidades e a ambígua dinâmica de reciprocidades: da dádiva recebida em um convite de casamento, o prestígio das relações com os anfitriões é tornado público, mas, ao mesmo tempo, gerador de um permanente estado de dívida.

Na produção de engajamento entre anfitriões e convidados até o acontecimento do grande evento, as relações podem facilmente deslizar entre amizades e inimizades e transformar a ameaça da decepção com o outro em uma questão. Sob tal risco, o “sacrifício” aparece como lógica central para confirmação de compromissos e a generosidade entre anfitriões e convidados se tornam arma de apaziguamento dos conflitos – desde que, claro, não pareça ostentação. Neste ponto, voltamos às discussões sobre valor já puxada pela primeira costura da tese e o material de campo nos leva a colocar sob análise a delicada imbricação entre dinheiro, bens e afeto na constituição de relações e reputações.

No desencontro de expectativas ou medidas da retribuição, presentes ou presenças aquém da distinção do evento são deflagradores imediatos de tensões, constrangimentos e coerções por meio de fofocas, piadas ou discussões. Entrar para o seletivo

grupo de convidados do casamento ou ser presenteada é inegavelmente uma demonstração pública de afeto e consideração, mas sempre a dádiva está sob o risco de indisposição. E dessa ambiguidade entre dádivas e dívidas, aparecem questões relacionadas à lista de convidados e às listas de presentes que colocam em evidência o caráter essencialmente ambivalente das alianças. Do investimento incomum empregado na transformação de uma festa de casamento em uma temporalidade extraordinária, relações são manejadas e tensionadas numa dinâmica em que as aliança se produzem também através e por meio do reconhecimento das hierarquias.

Conclusão: Arremates

“Quanto você quer pagar pelo seu sonho?”, questionava o *bartender* logo ao início da pesquisa e dessa tese, dedicada a analisar as relações mobilizadas durante o processo de organização de casamentos. Daquele momento até aqui, a pergunta feita pelo profissional me levou também a questionar o que mais, junto ao dinheiro, estaria circulando pelo mercado especializado em casamentos e quais outros preços precisavam ser pagos para uma festa desse tipo acontecer. Na investigação, segui os caminhos das clientes e entrei nas lojas de vestidos na tentativa de compreender as interações entre noivas e o mercado. Lá, entre os espelhos, vi se iluminar controvérsias, brigas e sacrifícios que depois, fora das lojas, pareciam também dar o tom da rotina de preparação do evento entre seus anfitriões. Ao contrário do que qualquer um podia supor ao olhar os tocantes e divertidos registros fotográficos dos casamentos, fazer uma festa, em muitos momentos, parecia estar em estado de guerra.

Ocasões produzidas como realização de um “sonho”, há mais de uma década festas de casamento se consolidaram como um “assunto para profissionais” e são alvo de um novo e crescente mercado especializado (MARINS, 2016; 2018). Movimentando mais de R\$ 17 bilhões por ano, o setor firmou-se no Brasil ao mesmo tempo em que alterou a forma de se casar: agora, permeado por uma infinidade de produtos e serviços especialmente personalizados e comprados sob um investimento incomum, um casamento é feito para materializar experiências e emoções tal qual um grande espetáculo (PINHO, 2017).

Ninguém se casa imaginando que haverá, algum dia, uma outra chance de refazer uma festa como essa: erros ou frustrações são itens que jamais cabem nas detalhadas planilhas de planejamento e organização. Um casamento é sempre feito para ser único, especial e inesquecível. E no processo de criação de sua extraordinariedade, inclui-se também a busca incessante em fazer uma festa com padrões de qualidade acima de qualquer outro evento antes produzido por seus anfitriões.

No período de preparação desse grande momento, noivas, noivos e parentes se mobilizam numa batalha conjunta de produção de uma ocasião que, para ser boa, depende de um esforço excepcional. Independentemente se fosse o casamento orçado em R\$ 20 mil ou R\$ 300 mil, como os que acompanhei, uma celebração desse tipo é sempre cara para quem a oferece. Depende de uma disposição de seus anfitriões em sair das rotinas normais e, para

parte considerável dos meus interlocutores, diversos hábitos de consumo cotidiano precisaram ser revistos. Planos eram adiados pra “depois do casamento”, cada dinheiro extra que aparecia em suas contas era imediatamente transferido ao projeto de produção das grandes festas, poupanças e vendas de bens eram feitas, “dias e noites” se passavam trabalhando e novas dívidas chegavam a ser acumuladas por três anos até que o sonho do “casamento-casamento” fosse materializado. “Casar com tudo que tenho direito”, como frequentemente reivindicavam as noivas, equivalia a assumir uma nova organização financeira da vida cotidiana, o que era constantemente traduzido como um grande “sacrifício”.

Mas, nesse projeto, um casamento só acontece depois que se mobiliza muitas outras relações para além daquela entre quem diz “sim” perante ao altar. E nesse período compreendido entre a decisão de um casal se unir e o gozo da festa, a vida é tomada por uma temporalidade extraordinária, intencionalmente suspensa de seu caráter cotidiano e que, como esta pesquisa aponta, serve de espaço privilegiado para o manejo de relações. Sob forte engajamento coletivo, um casamento aparece como um marco temporal no qual os vínculos afetivos ganham nova potência, mas são também reconfigurados e reposicionados. Nesse “tempo do casamento”, como tenho definido, uma festa não se faz sem relações e, ao mesmo tempo, sem questionamentos sobre elas próprias.

Nessa tese, meu recorte analítico voltou-se aos conflitos na organização das festas de casamento. Tal perspectiva, partiu de uma visão que toma o conflito por seu viés produtivo, buscando ressaltar as relações em sua dimensão prática e, portanto, nem sempre estável. Evidenciar a instabilidade provocada pelas situações de tensão talvez tenha sido uma das questões mais difíceis com que me deparei na escrita desse texto, feita pela imobilização das palavras. Como analisar histórias que sempre têm mais de um lado? Como capturar os efeitos que os conflitos provocam em suas tantas dimensões? Como mostrar ambivalências por uma linguagem que se pressupõe pela coerência?

Pelo desafio, a escrita etnográfica se fez assumindo a ambiguidade, indo e voltando aos personagens, recuperando histórias já contadas e acrescentando, em cada retomada, uma nova camada de análise. O texto foi tecido numa espiral crescente, onde para avançar era preciso voltar no mesmo ponto que, antes, tinha sido já olhado de outro lugar. Situações e falas foram reeditadas para poderem também ser reeditadas, num contraponto a diferentes posicionamentos, questões e somando novas conexões. Aqui, por meio dos

conflitos, minha tentativa foi de fazer um experimento analítico no sentido proposto por Marilyn Strathern, que trago na epígrafe dessa tese: o de apostar na “prática da narrativa antropológica, que consiste em mostrar constantemente as relações entre as relações, [como] um processo de complexificação” (CARSTEN, 2014b, p. 275, tradução minha).

Nesse trabalho, buscando compreender as relações na instabilidade provocada pelo conflito, encontrei a disputa por valor – ora de coisas, ora de pessoas. Na primeira costura da tese, analisei o material de campo produzido sobre as interações comerciais nas lojas de trajes específicos para festa e, daqueles espaços, tentei traçar uma cartografia da distinção. Meu olhar sobre os lugares esteve inspirado nas considerações de França sobre a forma como “cenários para o consumo de bens, [atuam] não apenas como um fundo neutro, mas ajudando a produzir e circular significados a respeito de determinados objetos de consumo e de estilos compostos em comunicação com esses objetos” (FRANÇA, 2010, p. 249). E no território do mercado, busquei evidenciar as disputas pelos preços, pela “qualidade”, pela materialidade e os estilos dos vestidos. Uma batalha latente pela definição do valor do traje que, transitivamente, compunha o valor da própria noiva.

O que há de diferente em uma peça vendida por R\$ 45 mil daquela comprada por R\$ 500? O que significa vestir um ou vestir outro? O que torna o vestido um item tão requisitado a ponto de as noivas afirmarem que com ele não se pode fazer nenhuma economia? Essas indagações eu me fiz tomando como ponto de partida um empreendimento analítico sobre consumo e diferenciações que me acompanha desde as pesquisas anteriores. E que, recentemente, em parceria com Renata Mourão Macedo, tenho assumido como um desafio de tentar analisar desigualdades de cunho econômico por meio de abordagens descritivas, em alternativa às aproximações mais estáticas ou generalizantes que comumente capturam o conceito de classe (ESCOURA, MACEDO, 2018).

Aqui, em meio as controvérsias entre profissionais e clientes, eu busquei mostrar que não apenas cada uma das lojas criava mecanismos internos de diferenciação dos seus produtos como, também, o valor de uma loja ia se constituindo nas relações dela com as outras. Narrativas e noivas apareciam sob disputa no território da cidade e entre as cidades numa tentativa de delimitação de fronteiras de concorrência na qual a “qualidade”, nunca consensuada, servia de horizonte intencional para configurar preços em fusão ao valor moral dos vestidos.

Nesses espaços, os vestidos apareceram como uma mercadoria longe de ser configurada por termos impessoais. No debate, descrevi a forma como o atendimento servia de base para a produção de reputações entre os profissionais do setor e como o prestígio dos supostos produtores dos vestidos se amalgamavam às qualidades dos produtos. Um vestido não se faz traje da noiva sozinho. E essa foi uma discussão que adensei por dois pontos de vista: primeiro, mostrando as dinâmicas pelas quais autoria e autoridade dos estilistas serviam à materialização do valor do vestido e, depois, como o produto, que devia ser valioso, precisava também condensar materialmente o valor de sua noiva. Sob uma aura incomum, os vestidos circulam pelas lojas como se fossem objetos mágicos. E de fato o são quando transformam jovens mulheres em noivas no reflexo do espelho.

Se no primeiro capítulo estive mais atenta às disputas no mercado pela definição do valor de troca das mercadorias, no segundo, a guerra entre clientes sobre as formas corporais de suas personagens-noivas revelou também as nuances em torno de seu valor de uso. Nesse debate, minha preocupação foi em ressaltar como o consumo coloca em marcha uma negociação que se dá no plano material. Aqui, roupas são levadas a sério, especialmente porque a elas é atribuída uma agência que coloca em prática tanto as relações entre as pessoas quanto suas posições de desigualdade. Uma noiva pode ser princesa, sereia, moderna, clássica, poderosa, sexy pois popozuda, santa ou meio menininha. Sua configuração de estilo e a materialização de seus contornos corporais são questões sempre em aberto, tal como as avaliações públicas sobre si e o sobre os limites de sua sensualidade. Para uma noiva, o importante é brilhar. Mas, às vezes, nem mesmo a infinidade de cristais ou lantejoulas cintilantes pregadas ao traje é capaz de garantir o esplendor daquela que se prevê como protagonista do evento.

Dos salões de prova de trajes, eu trouxe cenas de embates sobre os vestidos e os corpos para evidenciar não só como a matéria carnal pode ser produzida pela interação com as roupas, como, ainda, convenções sobre magreza e brancura balizam as composições estéticas nupciais. Para uma mulher se tornar uma noiva, ela precisa garantir-se como um emblema de prestígio e distinção. E isso inclui fazer seu corpo caber dentro dos contornos previstos à personagem pública de uma noiva.

Quando avaliada “gorda”, não pode se furtar das cobranças por dietas ou por exercícios físicos, das sugestões de intervenções cirúrgicas e, especialmente, dos cabos de aço, cintas e amarrações de controle físico e imediato do seu corpo. Para dar vida ao vestido,

vale afinar a cintura até mesmo ficando sem respirar. Já em outros casos, a composição material do traje denuncia suas suposições raciais e, no constrangimento das clientes que não são brancas, a desconformidade da “montação” da noiva vira motivo de deboche até mesmo dos profissionais, colocando em risco o sucesso de suas negociações. Em uma via de mão dupla, uma mulher só se torna noiva pois em porte do vestido mágico, mas, ao mesmo tempo, é ela a responsável por garantir, corporalmente, o efeito de magia do objeto.

Não é sem razão que a escolha do vestido da noiva seja alvo de tanto engajamento, investimento e discussão. Independentemente de seu preço no mercado, um vestido tem que ser um artigo de luxo, pois é ele que faz a noiva, que é quem faz o casamento. Tanto porque é ela a pessoa prevista pelo mercado como cliente em contratação dos produtos e serviços para tais ocasiões, como, também, porque em casamentos heterossexuais a noiva é a sua principal figura relacional.

Salões de festas, decorações, músicas, comidas e trajes de gala circulam pelo mercado de eventos compondo as mais diversas ocasiões, desde formaturas a festas de debutantes, premiações ou bodas de ouro. Mas quando há a presença do par relacional vestido-noiva, uma festa se torna um casamento. Um casamento é uma festa à parte e a noiva é seu principal elemento de distinção. Dada sua centralidade, a nenhuma outra mulher adulta é permitido o uso da cor branca, pois para todos e em todo instante, é preciso estar evidente aquela que ocupa o posto mais alto na hierarquia do evento.

Materializada no próprio sistema de vestuário da festa, as posições de poder de um casamento são um elemento não só visível como alvo de disputas e reposicionamentos entre pessoas e suas reputações. O vestido e a noiva podem estar no topo da escala de distinção entre os participantes de um casamento. Mas não é irrelevante o modo como os trajes de noivos, madrinhas, padrinhos e mães dos noivos entram nas disputas internas durante o processo de organização do evento, expressando no mundo material a distribuição de prestígios entre quem mais do que participante, é também parte da festa. E, aqui, a discussão é aberta então para as outras relações que compõe uma festa de casamento.

Se antes os dados analisados se concentravam no material produzido a partir dos ambientes do mercado especializado, na segunda parte da tese me debrucei sobre as situações íntimas e familiares que desvelam as interações e disputas entre anfitriões e convidados. No terceiro capítulo, a ideia tão repetida pelos profissionais do mercado e suas clientes de que o casamento seria a “festa da noiva” foi desestabilizada: primeiro pela

contraposição dos noivos que também reivindicavam seu direito de “brilhar” e, depois, pelas brigas que colocaram em evidência muitos outros anfitriões disputando o comando da celebração.

Se garantir como um dos donos da festa é mais do que pagar ou trabalhar para que ela aconteça, mas também é disputar e conquistar o poder de decisão sobre seus tantos detalhes. No seleto e prestigioso grupo de anfitriões do evento, as noivas que diziam que o casamento era seu, deparavam-se com a inexorável preeminência de suas relações. Inclusive porque, longe das lojas, elas só eram noivas, afinal, pois iam se casar com um outro alguém. E nesse ponto, percebemos que falar em casamento inevitavelmente era também falar em família. Mas a despeito dos discursos nas cerimônias religiosas que afirmam que “casar” significa o início de uma “família” pois a união de um casal formando um novo núcleo conjugal, o que a tese procurou mostrar foi a produção de uma outra “família”.

No centro da “guerra” travada entre aqueles que se reivindicavam donos da festa, estava aquilo que um dos noivos se referia como as “três palavras [que] resumem esse inferno de casamento: lista de presença”. Fonte de definição da proporção do evento e, conseqüentemente, seus custos, o número de convidados era sempre um assunto tenso de ser tratado. E, em trabalho de campo, eu não participei de quase nenhum dos eventos porque insinuar um pedido para que eu pudesse participar da ocasião era atravessar um campo minado. Mas a seleção de convidados é um dos momentos mais delicados e tensos na preparação de uma festa não só por suas justificativas econômicas. E, nesse trabalho, busquei mostrar que o ponto nevrálgico dessa discussão estava em outro lugar.

Para um casamento acontecer, era preciso escolher com quem casar: primeiro elegendo seu par conjugal e, depois, distinguindo quem estaria presente durante a celebração do casamento. Era decidir quais relações seriam reconhecidas, valorizadas e publicizadas e, simultaneamente, quais seriam afrouxadas ou desconectadas. Era a chance de retomada de vínculo de um parente distante, de publicização da ruptura com a ex-cunhada que “só fez mal à família” ou até de familiarização daquele amigo do bairro transformado em “padrinho”. E, em diálogo com as teorias mais recentes de parentesco e relacionalidade (CARSTEN, 2000), mostrei que fazer uma festa como essa era colocar em prática os limites de uma família escolhida para ser família.

O casamento é um investimento no presente para a constituição de um futuro compartilhado. E fechar uma lista de convidados era escolher quem estaria dentro desse

projeto de futuro, mas também quem estaria fora. E entre noivas, noivos, irmãos, mães e pais, ninguém queria abdicar do poder de tomar essa decisão. Brigando, anfitriões disputavam o controle sobre a lista de convidados porque, no limite, estavam disputando o controle sobre a definição da própria família. E assim, sob muita tensão e disputa, o casamento se confirmava não apenas como festa que não era só da noiva, mas uma festa de família e que produz a própria família.

Na tradição antropológica, a correlação entre parentesco e casamento (no seu sentido de *status*, ou *marriage*) não é nova. Ao contrário, desde 1949 ocupou um lugar central na teoria sobre o fundamento da “sociedade” proposta por Claude Lévi-Strauss, na qual ele transferia a discussão de parentesco da descendência ao domínio da aliança. Nesse empreendimento, o autor retomava as considerações de Marcel Mauss sobre a dádiva e reciprocidade vinculando a circulação de mulheres a um sistema de troca generalizada. Todavia, nessa tese, a pesquisa me possibilitou olhar para os temas clássicos de troca e parentesco a partir de uma outra direção.

Aqui, primeiro que o casamento aparece sob seu sentido de celebração, de *wedding*, e as mulheres não estiveram ao lado dos objetos a serem trocados, mas como sujeitos em busca dos objetos. E em seguida, no quarto capítulo, o olhar sobre os casamentos me possibilitou uma forma de voltar ao “Ensaio sobre o dom” de Mauss (2003b [1925]), mas por um viés um pouco diferente daquele que baseou o estudo de reciprocidade de Lévi-Strauss (1982 [1949]). Nessa tese, se as noivas já tinham se firmado como categoria relacional de um evento feito para manejar os vínculos interpessoais, meu investimento nas análises sobre parentesco e relações via conflito me permitiram voltar para a teoria da dádiva, mas a partir em sua abertura à ambiguidade.

Na preparação dos eventos, a seleção de convidados colocava anfitriões sob uma franca trincheira. Mas depois da lista com as centenas de participantes firmada, a tensão mudava de lugar. Pelo outro lado, entrar para o selecionado grupo de convidados era inevitavelmente ter um reconhecimento público de afeto e consideração. Era ser querido. Entretanto, era também aceitar uma dádiva difícil de ser retribuída.

Presentes, presenças, apresentações pessoais, fotos, gentilezas e até engajamento digital se tornavam elementos sob observação, controle e avaliação que, no limite, atestavam o nível de comprometimento dos convidados não apenas com a festa, mas com os próprios anfitriões. Todos estão sendo observados. E, a um convidado, está suposto

se fazer merecer aquele convite: na festa feita sob tanto sacrifício, em retribuição o convidado também tinha que se sacrificar.

Nessa dinâmica de trocas, anfitriões e convidados criam e disputam suas reputações, não sendo raro que as relações deslizem de amizades a inimizades e, inclusive, sejam ali desmotivadas ou desfeitas. Um convidado sempre pode se tornar um inimigo. Contra esse risco, um preço mínimo para presentes é estabelecido, vestuários são restritos tanto quanto proscritos, salgados são servidos antes do jantar para “forrar” os estômagos famintos e até seguranças podem ser contratados para inibir qualquer tentativa de roubo na mesa dos doces. Adequação na presença e nos presentes é requisito previsto a um convidado e para a confirmação do seu próprio valor na lista dos selecionados.

E, nesse sentido, as últimas discussões da tese me recolocaram na discussão de “valor” e deram ênfase a sua ambivalência de sentidos. Entre as coisas que circulam ora como dádivas e ora como contradádivas, as esferas econômicas e morais se confundem e a festa de casamento vai se firmando como um espaço que coloca em evidência a delicada imbricação entre afetos e dinheiro. Nas relações manejadas nesse contexto em que o vínculo também significa dívida, valor de pessoas e valor de objetos se misturam e se complicam.

Vestidos, noivas, anfitriões e convidados fazem de um casamento um evento extraordinário que possibilita o rearranjo das relações ordinárias. Nele, pessoas e coletividades são criadas ao mesmo tempo em que posições de prestígio são forjadas e postas em negociação. Um casamento não é uma festa qualquer, seus anfitriões não são quaisquer pessoas e nem é convidado qualquer um. Sob seu tempo e no preço a pagar pelo “sonho”, reputações são criadas e mantidas depois de muito conflito e trabalho. Mas é só por meio delas que as alianças são estabelecidas, configuradas e reposicionadas. Uma dinâmica em que as vinculações não são apenas produto de reciprocidades, mas também das ambivalências. E, assim, casar significa se aliar. Mas antes, e sobretudo, também se diferenciar.

Referências

- ABRAMO, Helena. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Editora Scritta, 1994.
- ALENCAR, Breno Rodrigo de Oliveira. Noivado e ritos pré-nupciais. Um estudo sobre significados, experiências e as codificações de uma unidade cultural. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque de. A construção do corpo na sociedade de consumo. In: *Anais do XXVII Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, pp. 1-14, 2004.
- _____. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. *Revistas Estudos Feministas*, v. 15, n. 1, pp. 177-192, 2007.
- _____. Melodrama comercial: reflexões sobre a feminilização da telenovela. In: *Cadernos Pagu*, v. 19, pp. 171-194, 2002.
- APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008 [1986].
- AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. *A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- AREND, Patricia. Consumption as common sense: Heteronormative hegemony and white wedding desire. In: *Journal of Consumer Culture*, v. 16, n.1, pp. 144–163, 2016.
- BAILEY, Frederick. *Gifts and Poisons: The politics of reputation*. Oxford: Basil Blackwell, 1971.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo (vol.1). Fatos e Mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970 [1949].
- BETTI, Marcella. *Beleza sem medidas? Corpo, gênero e consumo no mercado de moda plus-size*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BETTI, Marcella; MARINI, Marisol; LOPES, Pedro. Os pesos da saúde e da beleza: experiências que desafiam as categorias médicas de corpo ideal. In: SAGGESE, Gustavo [et al.] (Orgs.) *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome; Editora Gramma, 2018.
- BLANK, Marina. *A princesa, a gata e a borralheira: imaginários, construções e desconstruções de casamentos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007 [1979].
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu*, v. 26, pp.329-376, 2006 [1996].
- BRIGUGLIO, Bianca. Trabalhadoras no preparo de comida: um olhar sobre a divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da ABET*, Campinas, 2015.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In: *Cadernos Pagu*, v.21, pp. 219-260, 2003 [2002].
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].
- CANCELA, Cristina Donza. Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920). In: *Cadernos Pagu*, v.30, pp. 301-328, 2008.
- _____. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. *Topoi*, v. 10, n. 18, pp. 24-38, 2009.
- CARSTEN, Janet. *Cultures of relatedness. New approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- _____. *After kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. A matéria do parentesco. In: *R@u*, v.6, n. 2, pp. 103-118, 2014a [2013].
- _____. An Interview with Marilyn Strathern: Kinship and Career. In: *Theory, Culture & Society*, v. 31, n.2/3, pp. 263–281, 2014b.
- CAVALCANTI-SCHIEL, Ricardo. *Da relutância selvagem do pensamento. Memória social nos Andes meridionais*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- CINTRA, Juliane. Irreal: o consenso sobre a imagem da mulher. In: *Blogueiras Negras*, publicação de 19 dez. 2014.
- COLLIER, Jane; YANAGISAKO, Sylvia. *Gender and kinship. Essays toward a unified analysis*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas e papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CURRIE, Dawn. "Here Comes the Bride": The Making of a "Modern Traditional" Wedding in Western Culture. In: *Journal of Comparative Family Studies*, vol. 24, n. 3, pp. 403-421, 1993.
- DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n.40, pp. 31-42, 1999.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

D'ONOFRIO, Salvatore. L'Atome de parenté spirituelle. In: *L'Homme*, 31e Année, n. 118, pp. 79-110, 1991.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias: identidades transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ESCOURA, Michele. *Girando entre princesas: performances e contornos de gênero em uma etnografia com crianças*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Pessoas, indivíduos e ciborgues: conexões e alargamentos teórico-metodológicos no diálogo entre antropologia e feminismo. In: *Temáticas*, v. 22, n. 44, pp. 113-140, 2014.

_____. Formal attire from one side of the "bridge" to the other: the wedding market and class and gender relations inscribed in the territory of the city. In: *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v.14, n.3, pp. 1-19, 2017.

_____. Vestida de noiva. Diferenciação e prestígio em disputa no mercado de festas de casamento. In: *Cadernos Pagu*, v.55, 2019 [no prelo].

_____. Moças de Família: gênero e relações de parentesco. In: *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 8, n.3, pp.351-365, 2008.

ESCOURA, Michele; MACEDO, Renata Mourão. Tensionamentos e negociações de desigualdades: notas etnográficas sobre consumo, classe e gênero. In: SAGGESE, Gustavo [et al.] (Orgs.) *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome; Editora Gramma, 2018.

FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. "Não faz mal pensar que não se está só": estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. In: *Cadernos Pagu*, n. 36, p. 117-153, 2011.

FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. *Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade LGBT universitários no Facebook*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. In: *Caderno CRH*, v.27, n.72, pp. 495-512, 2014.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976 [1970].

FONSECA, Claudia. Apresentação Dossiê - De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. In: *Cadernos Pagu*, n. 29, pp. 9-35, 2007.

_____. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a "transpolinização" entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. In: *Ilha*, v.5, n.2, pp. 05-31, 2003.

_____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2000.

FORTES, Meyer. *Kinship and the social order: the legacy of Lewis Henri Morgan*. Chicago: Aldine, 1969.

FRANÇA, Isadora Lins. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FRIESE, Susanne. A consumer good in the ritual process: the case of the wedding dresses. In: *Journal of Ritual Studies*, vol. 11, n.2, pp. 51-62, 1997.

GARCIA, Ypuan. Formas de “buscar Deus” e de ser assediado pelo demônio: objetos na vida dos católicos brasileiros. In: *Etnográfica*, v.22, n2, pp. 259-280, 2018.

GELL, Alfred. *Art and Agency*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

GOLDMAN, Emma. *Anarchism and other essays*. New York: Mother Earth Publishing Association, 1910.

GREGORI, Maria Filomena. *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. Contextos de formação: a importância de Mariza Corrêa para uma geração. In: *Cadernos Pagu*, v. 54, pp. 1-17, 2018.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista. In: *Cadernos Pagu*, v. 22, p.201-246, 2004 [1991].

HOCHSCHILD, Arlie Russell. *The Managed Heart. Commercialization of Human Feeling*. Berkeley: University of California Press, 2003.

HOOKS, bell. *Feminism is for everybody: passionate politics*. Cambridge (MA): South End Press, 2000

KOLLONTAI, Alexandra. Communism and the Family. In *Komunistka*, n. 2, 1920.

LAMBEK, Michael. The value of (performative) acts. In: *Hau Journal of Ethnographic Theory*, v.3, n.2, pp. 141-160, 2013.

_____. Kinship as a gift and theft: acts of succession in Mayotte and Ancient Israel. In: *American Ethnologist*, v. 38, n.1, pp. 2-16, 2011.

LANNA, Marcos. A estrutura sacrificial do compadrio: uma ontologia da desigualdade? In: *Ciências Sociais Unisinos*, v. 45, n.1, pp. 5-15, 2009.

LEAL, Natacha. *Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. São Paulo: Hucited; Anpocs, 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982 [1949].

LIMA, Antónia Pedroso de. O valor do tempo. Dádiva e voluntariado em Portugal em tempos de Crise. In: *Interseções*, v.17, n2, pp. 300-326, 2015.

LOIZOS, Peter. *The greek gift. Politics in a Cypriot village*. Oxford: Basil Blackwell, 1975.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. *Espelho mágico: empregadas domésticas, consumo e mídia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MACHADO, Bernardo Fonseca. *Atos da Diferença: trânsitos teatrais entre São Paulo e Nova York no início do século XXI*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n.49, 2002.

MARINS, Cristina Teixeira. *Quando o céu é o limite: um olhar antropológico sobre o universo dos casamentos e dos cerimonialistas*. Niterói: Eduff, 2016.

_____. Com açúcar, com afeto: um olhar antropológico sobre rituais matrimoniais a partir de suas mesas de doces. In: *Mana*, v. 23, n.2, pp. 401-426, 2017.

_____. *Entre palcos e flashes: reflexão etnográfica sobre trajetórias, construção de reputação e circuitos de consagração de fotógrafos de casamento*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARQUES, Ana Claudia. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. Cartografias da ordem e da violência. Entre a guerra ameríndia e as 'brigas de família' sertanejas. In: *Revista de Antropologia*, v.54, n.2, pp. 647-675, 2011.

_____. Apresentação. In: MARQUES, A. C. (Org.). *Conflito, política e relações pessoais*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

MARQUES, Ana Claudia; COMERFORD, John; CHAVES, Christine de Alencar. Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, A. C. (Org.). *Conflito, política e relações pessoais*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política (Volume 1)*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1867].

MASCARENHAS NETO, Rubens. *Da praça aos palcos: trânsito e redes de jovens drag queens de Campinas – SP*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003a [1934].

_____. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003b [1925].

_____. Relações jocosas de parentesco. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (Org). *Marcel Mauss: antropologia*. São Paulo: Editora Ática, 1979 [1926].

McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010 [1995].

MILLER, Daniel. *A theory of shopping*. Cambridge: Polity Press, 1998.

_____. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 [2010].

MILLET, Kate. El amor há sido el opio de lãs mujeres. In: Entrevista à Lidia Falcon, *El Pais*, 21 maio de 1984.

MIZRAHI, Mylene. *Figurino funk: uma etnografia sobre roupa, corpo e dança em uma festa carioca*. Dissertação (Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MOORE, Henrietta. Understanding sex and gender. In: INGOLD, Tim (Org.). *Companion encyclopedia of anthropology*. London: Routledge, 1997.

MORGAN, Lewis. *Systems of consanguinity and affinity of the human family*. Washington: Published by Smithsonian Institution, 1871.

OTNES, Cele; PLECK, Elizabeth. *Cinderella dreams: the allure of the lavish wedding*. Berkeley: University of California Press, 2003.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PARREIRAS, Carolina. *Sexualidades no pontocom: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Festa e guerra*. Tese (Livre Docência no departamento de Antropologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PINA-CABRAL, João. De parentes, vizinhos e amigos. In: *Revista Temáticas*, n.42, vol.2, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Os sentidos do real e do falso: o consumo popular em perspectiva etnográfica. In: *Revista de Antropologia*, v. 53, n.1, pp. 321-359, 2010.

PINHO, Érika Bezerra de Menezes. *“Um sonho não tem preço”: uma etnografia do mercado de casamentos no Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Sociedade e Cultura*, v. 11, n.2, pp. 263-274, 2008.

_____. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 6, n.2, pp. 305-323, 1998.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. On Joking Relationships. In: *Africa: Journal of the International African Institute*, v. 13, n. 3, pp. 195-210, 1940.

_____. A Further Note on Joking Relationships. In: *Africa: Journal of the International African Institute*, v.19, n. 2, pp. 133-140, 1949.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes toward a political economy of sex. In: REITER, Rayna (Org.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Press, 1975.

SAGGESE, Gustavo Santa Roza. Entre perdas e ganhos: homossexualidade masculina, geração e transformação social na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003 [1976].

_____. What kinship is (part one). In: *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v.17, pp. 2-19, 2011a.

_____. What kinship is (part two). In: *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 17, pp. 227-242, 2011b.

SCIRÉ, Claudia D’Ipolitto de Oliveira. *Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre riqueza e a pobreza*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SCHIEL, Helena Moreira. Parentesco espiritual e afinidade potencial na América do Sul. In: *Revista de Antropologia*, v.61, n.2, pp. 187-207, 2018.

SCHNEIDER, David. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

_____. *Parentesco americano: uma exposição cultural*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016 [1968].

SEGALEN, Martine. *Éloge du mariage*. Paris: Gallimard, 2003.

SHROUT, Catherine. *What Every Girl Dreams Of: A Cultural History of the Sacred in American White Weddings, 1840-1970*. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculty of the James T. Laney School of Graduate Studies, Emory University, Atlanta (EUA), 2010.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. *A confraria da esquina: os que os homens de verdade falam entre si em torno de uma carne queimando. Uma etnografia de um churrasco numa esquina do subúrbio carioca*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

STRATHERN, Marilyn. *After Nature: English kinship in the late twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. Parentesco por iniciativa: a possibilidade de escolha dos consumidores e as novas tecnologias. In: *Análise Social*, Quarta Série, v. 26, n. 114, pp. 1011-1022, 1991 [1990].

_____. Necessidade de pais, necessidade de mães. In: *Revista de Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, pp. 303-329, 1995.

_____. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006 [1988].

_____. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? In: *O efeito etnográfico e outros ensaios: Marilyn Strathern*. São Paulo: Cosac Naify, 2014a [1990].

_____. Partes e todos: reconfigurando relações. In: *O efeito etnográfico e outros ensaios: Marilyn Strathern*. São Paulo: Cosac Naify, 2014b [1992].

_____. A relação: acerca da complexidade e da escala. In: *O efeito etnográfico e outros ensaios: Marilyn Strathern*. São Paulo: Cosac Naify, 2014c [1994].

_____. *Parentesco, direito e o inesperado: parentes são sempre uma surpresa*. São Paulo: Editora UNESP, 2015 [2005].

_____. Revolvendo as raízes da antropologia: algumas reflexões sobre 'relações'. In: *Revista de Antropologia*, v.59, n. 1, pp. 224-257, 2016.

TESTART, Alain. What is a gift? In: *Hau Journal of Ethnographic Theory*, v.3, n.1, pp. 249-261, 2013.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VENCATO, Anna Paula. *Sapos e princesas: prazer e segredo entre praticantes de crossdressing no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2013.

VIEIRA, Suzane. *Resistência e Pirraça na Malhada: Cosmopolíticas Quilombolas no Alto Sertão de Caetité*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VILLELA, Jorge Mattar. A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da reciprocidade. In: *Revista de Antropologia*, v.44, n.1, pp. 185-220, 2001.

WASSER, Nicolas. Afetos ao trabalho: notas sobre a sedução da subjetividade em uma empresa brasileira de moda. In: *Cadernos Pagu*, v. 45, p. 401-427, 2015.